

# **JUSTIÇA PENAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

—

## **A RECONSTRUÇÃO DE UMA COMUNICAÇÃO AUSENTE**

**Ana Sofia Gil Agostinho**

Ana Sofia Gil Agostinho, Justiça Penal  
e Comunicação Social – A  
reconstrução de uma comunicação  
ausente, 2012

**Dissertação de Mestrado em  
Comunicação, Media e Justiça**

**Setembro de 2012**

**JUSTIÇA PENAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
—  
**A RECONSTRUÇÃO DE UMA COMUNICAÇÃO AUSENTE**

**Ana Sofia Gil Agostinho**

**Dissertação de Mestrado em  
Comunicação, Media e Justiça**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Comunicação, Media e Justiça realizada sob a orientação científica do Professor Plácido Conde Fernandes.

## DEDICATÓRIA

*À memória do meu avô, na prova de que as promessas cumpridas inspiram o abraçar de novas etapas e novos desafios. Por toda a inspiração que me concedeu apesar de não estar fisicamente presente.*

*À memória meu tio José, pelas recordações ausentes e memórias não partilhadas.*

*Aos meus queridos pais, em especial à minha mãe, a quem tanto devo, muito mais do que uma vida, muito mais do que as palavras poderão algum dia expressar.*

## AGRADECIMENTOS

O trabalho que envolve a redacção de uma dissertação de mestrado compreende muito mais do que as palavras vertidas na mesma. Embora na maior parte das vezes o acto de redacção seja solitário, a jornada empreendida até se atingir o resultado desejado não o é. Tal jornada envolve a colaboração directa ou indirecta de diversos intervenientes que merecem sinceras palavras de gratidão, reconhecimento e apreço.

Ao Professor Hermenegildo pela forma como cativou e cativa os alunos, pela solicitude, compreensão, disponibilidade e apoio que sempre demonstrou e em especial por ter trazido à luz um Mestrado tão inovador, cuja selecção e preparação revela um mérito inigualável, indicador de uma sapiência e excelência que tenta cultivar nos mestrandos.

Ao Professor Plácido Conde Fernandes pela douda orientação, pelo espírito criticamente construtivo, pela solicitude e apoio com que acompanhou e orientou a redacção e todo o trabalho feito no âmbito da presente dissertação.

À Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, à Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho e ao Dr. Rui Rangel pela disponibilidade e solicitude perante os pedidos de entrevista desta mestrada, à forma clara, esclarecedora e elucidativa como responderam às diversas questões.

Aos meus colegas de mestrado que tanto promoveram a discussão reflexiva no âmbito dos seminários e que contribuiu em muito para parte do crescimento intelectual que ora se tenta verter na presente dissertação.

Um especial agradecimento à Dr.<sup>a</sup> Adelina, pelas horas de conversa e pelo tempo “perdido” em torno desta empresa, pela amizade e pelo espírito generoso de partilha com o qual diversas vezes “clareou”, através da discussão reflexiva, o caminho percorrido.

À Dr.<sup>a</sup> Susana, pela amizade, pelas sempre disponíveis palavras de conforto e apoio que apesar de o tempo não permitir serem em grande quantidade, foram sempre genuínas e sinceras.

Ao Dr. Carlos Moreira, ao Dr. Rui Santos e à Dr.<sup>a</sup> Ana Dourado, pelo bom exemplo de uma grande capacidade de trabalho e empenho que foram e que são, pelo incentivo e apoio, mesmo nos momentos em que eu própria duvidei de mim.

À Sofia, à Filipa e ao Alexandre por terem marcado tanto o meu percurso académico e terem contribuído, ainda que eventualmente não se apercebam de tal, para a redacção da presente tese.

Ao Frederico, por acreditar em mim, pelo apoio, paciência e incentivo, impossíveis de quantificar e qualificar.

Por último, mas não menos importante, aos meus pais, um sincero, sentido, genuíno e emocionado agradecimento por tudo o que têm feito por esta vossa filha. Na consciência dos sacrifícios e das lutas que travaram para que eu pudesse um dia alcançar algo mais, as palavras são escassas, curtas e insignificantes face ao tanto que vos devo, ao tanto que vos estou grata, por todo o apoio, ajuda e incentivo. Tudo é pouco e nada é demais.

Muito obrigada por tudo.

## **RESUMO**

### **JUSTIÇA PENAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL – A RECONSTRUÇÃO DE UMA COMUNICAÇÃO AUSENTE**

**ANA SOFIA GIL AGOSTINHO**

A presente reflexão encontra o seu objecto na relação (ou ausência da mesma) que se estabelece entre os diversos intervenientes judiciais e os média, iniciando-se com um breve enquadramento dos conceitos de liberdade de imprensa, segredo de justiça, fase de inquérito, independência e imparcialidade judicial.

O enquadramento teórico explanado no Capítulo II da presente reflexão, visa essencialmente fornecer os quadros mentais nos quais se alicerçam e estruturam os capítulos seguintes que analisam, por um lado, as relações entre os média e a justiça penal na fase de inquérito e, por outro, entre os média e a justiça penal na fase de julgamento.

O segredo de justiça, a independência e a imparcialidade judicial são de igual modo, assim como a liberdade de imprensa, bens constitucionalmente protegidos. A liberdade de imprensa, constitucionalmente consagrada, não é um direito absoluto e ilimitado e o exercício desta mesma liberdade pode por vezes originar a colisão entre direitos ou bens constitucionalmente protegidos, nomeadamente os supra mencionados.

A presente reflexão recorre ainda, no penúltimo capítulo, aos exemplos holandês e australiano, como realidades a considerar na resolução das diversas questões erigidas, tentando equacionar estas realidades a uma luz multidisciplinar.

Conclui-se propondo uma plataforma de entendimento entre o universo judicial e o universo dos média, não isenta de questionamento como o deve ser qualquer realidade humana, naturalmente complexa como resulta da própria génese.

Será então possível a reconstrução de uma comunicação ausente?

**Palavras-chave:** Segredo de justiça, investigação criminal, democracia, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, independência judicial, imparcialidade judicial.

## **ABSTRACT**

### **CRIMINAL JUSTICE AND THE MEDIA – THE RECONSTRUCTION OF AN ABSENT COMMUNICATION**

**ANA SOFIA GIL AGOSTINHO**

This study finds its object in the relationship (or the absence of it) that is established between the various judicial actors and the media starting with a brief framework of the concepts of press freedom, judicial secrecy, inquiry or investigation, judicial independence and impartiality,

The theoretical framework explained in Chapter II of this reflection, is primarily intended to provide mental frameworks for the next chapters, where it is first analyzed the relationship between media and criminal justice in the investigation phase and secondly the relationship between media and criminal justice during the trial stage.

The secret of justice, judicial independence and impartiality, as well as press freedom, are equally constitutionally protected.

Press freedom constitutionally enshrined, it is not an absolute and unlimited right and the exercise of this freedom can sometimes lead to conflict between constitutionally protected rights, including those mentioned above.

The present study, resorts in the penultimate chapter, to the Dutch and Australian examples, as realities to consider in addressing the various questions upraised, trying to view these realities multidisciplinary,

We conclude by proposing a common understanding between the judicial universe and the media, that it is not free of question as it should be any human reality, naturally complex like it is own genesis.

Is it possible to reconstruct an absent communication?

**Keywords:** judicial secrecy, criminal investigation, democracy, freedom of speech, freedom of the press, judicial independence and impartiality.



## ÍNDICE

Introdução...	1
Metodologia e Estrutura.....	4
Capítulo I – Enquadramento teórico .....	9
I.1 - Liberdade de expressão e Liberdade de imprensa .....	10
I.1.1 - Liberdade de expressão e Liberdade de imprensa na Europa: Das origens à actualidade.....	10
I.1.2 - Liberdade de expressão e Liberdade de imprensa em Portugal: As origens .....	12
I.1.3 - Liberdade de expressão e Liberdade de imprensa em Portugal: A actualidade .....	15
I.2 - Os média e a justiça: Principais diferenças .....	18
I.3 - Pressupostos e fins da justiça penal.....	26
I.4 - A fase de inquérito e o segredo de justiça .....	30
I.4.1 - A fase de inquérito: enquadramento geral.....	30
I.4.2 - Segredo de justiça: enquadramento geral .....	33
I.4.3 - O segredo de justiça como instrumento de protecção da investigação .....	39
I.4.4 - O segredo de justiça como instrumento de salvaguarda de direitos.....	48
I.4.5 - A questão do art.º 86.º, n.º 13 do CPP: A autoridade judiciária.....	55
I.5 - A fase de julgamento .....	61
I.5.1 - A imparcialidade e a independência judicial como garantia do cidadão.....	61
I.5.2 - A imparcialidade e a independência judicial como limites à liberdade de imprensa... ..	68
Capítulo II – Os média e a justiça penal na fase de inquérito.....	71
II.1 - A fase de inquérito, os média e o Ministério Público .....	71
II.2 - A fase de inquérito, os média e a polícia criminal .....	77
II.3 - Os relatórios de monitorização da reforma penal de 2007 .....	83
II.4 - A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem .....	89
Capítulo III - os média e a justiça penal na fase do julgamento .....	94
III.1 - Os média e o juiz: Liberdade de imprensa Vs. Independência e imparcialidade judicial.....	94
III.2 - A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem .....	97
Capítulo IV – Os média e a notícia criminal.....	101
Capítulo V - Os modelos Holandês e Australiano de comunicação na justiça penal .....	106

Capítulo VI- A reconstrução de uma comunicação ausente .....	113
Conclusões.....	122
Bibliografia.....	130
Jurisprudência Consultada .....	147
Anexos.....	153
Anexo I – Entrevista à Dr. <sup>a</sup> Maria José Morgado .....	154
Anexo II- Entrevista à Dr. <sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho .....	168
Anexo III- Entrevista ao Dr. Rui Rangel .....	179
Anexo IV – Gráficos dos relatórios de monitorização da reforma penal. ....	196

“Aquele que duvida e não investiga torna-se não só infeliz mas também injusto.”

- Blaise Pascal

“Se o homem falhar em conciliar a justiça e a liberdade, então falha em tudo.”

- *Cadernos*, Albert Camus

“O bom senso é a primeira regra de interpretação jurídica.”

- *O regime do segredo de justiça no Código de Processo Penal Revisto*, Pedro Vaz Patto

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>Ac.</b>	Acórdão
<b>Art.</b>	Artigo
<b>Arts.</b>	Artigos
<b>CEDH</b>	Convenção Europeia dos Direitos do Homem
<b>CP</b>	Código Penal
<b>CSM</b>	Conselho Superior da Magistratura
<b>CPP</b>	Código de Processo Penal
<b>CRP</b>	Constituição da República Portuguesa
<b>DIAP</b>	Departamento de Investigação e Acção Penal
<b>EMJ</b>	Estatuto dos Magistrados Judiciais
<b><i>Ibidem</i></b>	Na mesma obra, no mesmo local
<b><i>Idem</i></b>	O mesmo autor
<b>IMTT</b>	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres
<b>JIC</b>	Juiz de Instrução Criminal
<b>LOIC</b>	Lei da Organização da Investigação Criminal
<b>MP</b>	Ministério Público
<b>OA</b>	Ordem dos Advogados
<b>OPC</b>	Órgãos de Polícia Criminal
<b><i>Op. cit.</i></b>	Obra citada
<b>p.</b>	Página
<b>PGR</b>	Procuradoria-Geral da República
<b>PMU</b>	<i>Police Media Unit</i>
<b>Proc.</b>	Processo

<b>Rec.</b>	Recurso
<b>SNI</b>	Secretariado Nacional de Informação
<b>TEDH</b>	Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
<b>EMJ</b>	Estatuto dos Magistrados Judiciais

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como premissa inicial a investigação e reflexão sobre a relação (ou ausência de relação) que se estabelece entre a justiça penal e os média, na era da comunicação e da globalização.

Um dos objectivos da presente dissertação passa em larga medida por fornecer uma visão transversal do relacionamento que se estabelece entre os média e a justiça em sede de processo penal, “com isso, busca-se conseguir uma visão mais ampla e adequada da realidade, que tantas vezes aparece fragmentada pelos meios de que dispomos para conhecê-la e não porque o seja em si mesma”<sup>1</sup>.

Que dialéctica se estabelece entre os média e a justiça no decurso do processo penal?

Qual a relação de ambos durante a fase de recolha dos indícios? Qual a relação durante a fase de apuramento da prova e fixação da mesma? Será desejável esta relação? E em que termos?

Sabendo que o tempo da justiça não é igual ao tempo dos média, no mundo globalizado em que a informação corre á velocidade da luz, como poderão e deverão o Ministério Público e o Juiz salvaguardar direitos fundamentais aparentemente contraditórios?

À partida um tema tão abrangente carece de alguma delimitação, pelo que a análise visa dois momentos cruciais de manifestação da justiça na aplicação do Direito Penal: a fase do inquérito e a fase do julgamento.

No primeiro momento seleccionado, a fase do inquérito, a problemática reside na devassa do segredo de justiça e do eventual prejuízo que essa mesma devassa possa trazer à investigação criminal. Até que ponto esta deve ser sacrificada face à liberdade de imprensa? Quem decide?

No segundo momento seleccionado, a problemática foca-se essencialmente na fase de julgamento e na questão de averiguar se os média podem ou não afectar a imparcialidade e independência judicial, no confronto com o exercício da liberdade de imprensa.

A opção pelas fases supra referidas não é destituída de significado, pois é precisamente nestas fases que surgem factos, actos ou ocorrências cuja probabilidade de terem conteúdo de valor notícia é maior, nomeadamente na fase de investigação.

De que forma então se equacionam os valores constitucionais supra mencionados?

---

<sup>1</sup> LENISE APARECIDA MARTINS GARCIA - *Transversalidade e Interdisciplinaridade*. [Em linha]. [Consult. 15 Mar. 2012] <http://www.4pilaes.net/text-cont/garcia-transversalidade-print.htm>

A liberdade de expressão e a liberdade de imprensa enquanto direitos fundamentais são direitos oponíveis *erga-omnes*, mas serão direitos absolutos face a outros valores fundamentais num Estado de Direito?

As respostas às questões supra enunciadas não se afiguram como fáceis nem simples, como tal a presente dissertação acaba por ser desenvolvida no sentido de fornecer primeiramente os quadros teóricos que servem de base ao desenvolvimento da problemática, seguidos do posterior desenvolvimento dessa mesma problemática e, por último, uma tentativa de apontar algumas sugestões para a reconstrução da comunicação entre o campo dos média e o campo da justiça.

Se com esta dissertação se pretende, por um lado, demonstrar que o sistema judicial e a comunicação social se devem encontrar num mesmo ponto, e esse mesmo ponto é o respeito pelo direito à informação e restantes valores constitucionalmente protegidos, por outro lado, pretende-se afirmar que na fase de inquérito por exemplo, o controlo pertence ao MP como titular do inquérito e na fase de julgamento ao juiz, como titular do processo.

Por outro lado, o proporcionar desse encontro de forma vigiada e controlada, deve ter sempre em conta que uma boa e verdadeira informação é a que respeita, pondera e tem em conta o princípio da proporcionalidade. Quer isto dizer que, os princípios como segredo de justiça, liberdade de imprensa, direito à informação e a ser informado devem ser protegidos de tal forma que quem conduz o inquérito e quem apura a prova não vejam em mãos alheias o que lhe foi dado para administrar, ou seja, a justiça.

Dentro de que parâmetros o exercício da liberdade de imprensa, valor constitucionalmente protegido, deve ou pode sacrificar valores igualmente constitucionalmente protegidos como o segredo de justiça, a imparcialidade e independência judicial, em nome do direito à informação?

A actualidade e pertinência do tema estão essencialmente ligadas ao crescente mediatismo da justiça nos últimos anos, relacionado em grande medida com processos como o da “Casa Pia”, “Esmeralda”, “Freeport”, “Rui Pedro” ou até com investigações como as que decorreram no âmbito do processo “Casa Pia”, do desaparecimento do jovem Rui Pedro ou com a investigação que decorreu e decorre no IMTT por alegadas burlas e falsificações e ainda investigações a familiares de antigos membros do governo anterior, processos envolvendo alguns presidentes de Câmara ou até das investigações do alegado estripador de Lisboa. A nível internacional a problemática das relações entre justiça e média ganhou também novos contornos, em especial, com o caso “Murdoch”.

A matéria criminal, em sede de processo penal, assume especial relevância enquanto fonte de notícia, para média.

O fenómeno de *voyeurismo*, da curiosidade quase mórbida, com as investigações criminais, porque são geralmente material cujo valor-notícia é elevado, conduz a uma busca desenfreada de informação por parte dos média.

A este propósito invocamos as palavras da Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho ao referir que as pessoas em Portugal “estão sempre muito focadas numa espécie de *voyeurismo* pelo crime como se fosse uma arena de leões do tempo da Grécia antiga e portanto quanto mais horror, quanto mais facada, quanto mais pedófilo, mais notícia”<sup>2</sup>.

Este *voyeurismo*, esta curiosidade/desconhecimento do cidadão, alimentado pelos média e que simultaneamente alimenta a procura dos mesmos em relação a informações referentes a processos penais, conduz a uma mediatização cada vez maior da justiça penal. A imprensa em virtude de tal “está obsessivamente focada no crime”<sup>3</sup>, descurando outras áreas do Direito igualmente importantes para a vida em sociedade conforme apontado pela Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho.

É no seio do processo penal, em especial na fase de inquérito (com destaque para os processos sob segredo de justiça) e na fase de julgamento, que se agudiza esta procura informativa, precisamente porque o cidadão quer saber, às vezes apenas e tão-somente para saber por saber, porque desconhece ou não compreende, e em virtude de tal se torna mais curioso e deseja estar informado. Deste modo, o regime do segredo de justiça encontra-se no cerne da problemática que se gera em torno da justiça penal e dos média, face a uma comunicação ausente que agudiza ainda mais a procura informativa relativamente a elementos de processos sob segredo de justiça.

A verdade é que a Justiça e os seus casos são “apetecíveis” do ponto de vista do valor notícia e o desconhecimento que o cidadão tem sobre os mesmos ainda os torna mais vendáveis e por isso mais “apetecíveis”, mas até que ponto é legítimo negar a essência e a realização plena da Justiça, enquanto valor constitucionalmente protegido e interesse de cada cidadão, face à liberdade de imprensa e de informação e ao mediatismo das investigações e dos processos?

---

<sup>2</sup> Em resposta à pergunta n.º 16 da entrevista que se encontra disponível no Anexo II da presente dissertação. p. 175.

<sup>3</sup> *Ibidem*.



## METODOLOGIA E ESTRUTURA

O Mestrado em “Comunicação, Media e Justiça” procura o estudo transversal e interdisciplinar dos fenómenos nos campos dos média e da justiça, como ambos se equacionam e relacionam mutuamente.

Esse estudo e visão transversal e interdisciplinar, adquiridos ao longo da componente lectiva, incentivaram, impulsionaram e guiaram a metodologia adoptada na presente dissertação, que procura fornecer uma visão transversal do relacionamento estabelecido entre os campos dos média e da justiça penal, ou seja, uma visão transversal do relacionamento que se estabelece entre os média e a justiça em sede de processo penal, como foi referido anteriormente.

O relacionamento ou a ausência de relacionamento entre os média e a justiça, é um fenómeno de componente social e humana, cujo estudo impõe obrigatoriamente uma abordagem conjunta, ou seja, interdisciplinar, sob pena de uma análise fragmentada. Na tentativa de alcançar essa visão transversal foi necessário sacrificar alguns aspectos, nomeadamente a análise exaustiva de alguns conteúdos ou argumentos, que embora se afigurem como pertinentes não serão aprofundados.

Reconhecendo que o tema em causa não é de fácil estudo, tendo em conta as variáveis, os intervenientes, a realidade humana e social (cuja análise não é fácil), as diversas opiniões, bem como a própria temática que é *per se* extensa, somos obrigados a prescindir da análise mais extensa de alguns aspectos que embora sejam importantes não configuram o núcleo essencial da nossa temática. Tendo em vista tal objectivo, uma abordagem conjunta e completa, tanto quanto o possível, adoptámos ao longo da construção da presente dissertação um “plano multi-metodológico ou misto”<sup>4</sup>, congregando as várias metodologias de investigação.

As metodologias de investigação dividem-se em três paradigmas ou modelos possíveis: o modelo positivista ou quantitativo, o modelo qualitativo ou interpretativo e por último o modelo “socio-crítico ou hermenêutico”<sup>5</sup>. O modelo positivista ou quantitativo consiste essencialmente numa investigação orientada para a comprovação ou não de uma teoria, é a investigação pura para a comprovação da teoria, onde o facto e o que é objectivo

---

<sup>4</sup> CLARA PEREIRA COUTINHO – *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e humanas: Teoria e prática*. 2.ª Reimpressão. Coimbra: Editora Almedina, 2011. ISBN 978-972-40-4487-3. p.311.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*, p. 10.

são os elementos essenciais para que se alcance as respectivas conclusões e a comprovação da teoria. Importa para esta teoria a explicação, previsão e controlo dos factos e/ou acontecimentos. Por sua vez, o modelo qualitativo ou interpretativo consiste essencialmente na interpretação da realidade, já não importam tantos os factos, mas a interpretação que resulta dos mesmos e uma abertura a novas formas de interpretação. O enfoque é então a acção baseada na compressão e no significado apreendido. Por último, o modelo socio-crítico ou hermenêutico que vai mais além que os dois primeiros na análise da realidade, procura apreender a interpretação que lhe é dada mas de uma forma crítica, ou seja, na consciência de que as perspectivas ou interpretações possíveis sobre determinado fenómeno ou acontecimento geralmente nascem associadas a um interesse ou como fruto desse mesmo interesse, concluindo que o bom conhecimento é aquele que nasce livre de quaisquer suspeições e/ou interesses e que permite ser explanado num “discurso ideal”<sup>6</sup>.

As metodologias acima mencionadas complementam-se e podem perfeitamente aplicar-se conjuntamente permitindo assim a visão transversal e interdisciplinar que procurámos alcançar. Em virtude de tal adoptámos um plano multi-metodológico ou misto, não descurando o problema a investigar mas adaptando a metodologia de acordo com o desenvolvimento da investigação, sempre com uma perspectiva crítica fundamentada.

Estabelecido o tema, comunicação e justiça, conforme já foi explanado anteriormente, foi realizado um levantamento bibliográfico de modo a reunir todas as referências bibliográficas consideradas como pertinentes para a abordagem interdisciplinar do tema. No levantamento bibliográfico que se levou a cabo, procurou-se reunir o máximo de material documental, recorreu-se a legislação, obras publicadas, artigos de jornais, acórdãos, intervenções em colóquios, actas de congressos, relatórios, entre outros, no sentido de obter o maior número de perspectivas possíveis sobre cada temática integrante da presente dissertação. Após o levantamento bibliográfico, foi feita uma selecção e triagem dos vários elementos de informação disponíveis com base em diversos critérios, nomeadamente a relevância para o tema, importância e relevância do autor, dos argumentos apresentados e diversidade da perspectiva, entre outros.

Após uma revisão cuidada e a devida triagem da literatura disponível recorreu-se à metodologia reflexiva ou qualitativa no sentido da interpretação e reflexão dos elementos recolhidos de cada fonte, indagando as várias posições definidas em relação aos quadros

---

<sup>6</sup> *Idem, ibidem*, p. 19.

teóricos estabelecidos, assumindo-se uma posição crítica mas simultaneamente com abertura a novos argumentos ou posicionamentos diferentes, recorrendo para este feito a uma metodologia socio-crítica ou hermenêutica.

Recorreu-se ainda ao método da entrevista, procurando assim novas perspectivas ou clarificando algumas das já existentes, seleccionado para tal personalidades do universo da justiça e do universo dos média, com base nos critérios já apontados para a selecção bibliográfica. Relativamente a este aspecto procurou-se seleccionar alguns elementos representativos dos campos da justiça e dos média.

Os três entrevistados escolhidos foram a Procuradora-Geral Adjunta Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, a jornalista Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho e o Juiz-Desembargador Dr. Rui Rangel.

A escolha da Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, enquanto entrevistada, afigurou-se desde logo como uma escolha natural, face ao facto de a mesma, enquanto elemento representativo do meio judicial, nomeadamente no que concerne à fase de inquérito, em virtude das funções desempenhadas enquanto magistrada do Ministério Público e, actualmente Directora do Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa, ser desde logo um bom exemplo de abertura e de comunicação com os meios de comunicação social.

Também a escolha da Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho, enquanto entrevistada, se apresentou como uma escolha natural, ou seja, o vastíssimo *curriculum* da mesma, nomeadamente no que se refere a jornalismo de investigação, a experiência académica, as respectivas obras publicadas<sup>7</sup> sobre o meio judicial e o conhecimento quer do meio judicial, quer dos meios de comunicação social forneceria (e forneceram) uma perspectiva que não poderia, de forma absolutamente nenhuma, ser ignorada pela presente dissertação.

No que concerne à escolha do Dr. Rui Rangel enquanto entrevistado, novamente referimos que a mesma não poderia ser outra. Enquanto elemento representativo da magistratura judicial e Presidente da Associação Juizes Pela Cidadania, o Dr. Rui Rangel tem demonstrado uma vasta abertura comunicacional, contribuindo para o conhecimento do cidadão relativamente às questões relacionadas com a justiça, não olvidando a sua carreira, já longa, de magistrado.

As entrevistas ora em causa foram especificamente gizadas tendo em consideração as funções desempenhadas por cada um dos entrevistados, a sua postura face aos média ou

---

<sup>7</sup> Referidas na nota de rodapé n.º 256, no Anexo II da presente dissertação, p.256.

face ao meio judicial, bem como a postura assumida ao longo do percurso profissional relativamente ao fenómeno de comunicação entre o meio judicial e os média.

Optámos por entrevistas semiestruturadas, ou seja, entrevistas baseadas num roteiro previamente elaborado cujas respostas dos entrevistados originaram novas questões. As entrevistas são essencialmente constituídas por perguntas que concederam aos entrevistados uma ampla liberdade reflexiva e expositiva e em virtude de tal optou-se por uma metodologia qualitativa de análise de conteúdo, procurando na mesma a confirmação ou a crítica aos aspectos ora defendidos e vertidos na presente dissertação, bem como novas perspectivas ou formas de análise da temática ora em causa.

A análise jurisprudencial e doutrinária também se revelou como uma importante fonte de informação, permitindo o conhecimento de alguns dos argumentos e soluções adoptadas na prática judiciária. Recorreu-se também neste âmbito a uma análise de conteúdo, de uma perspectiva qualitativa dos argumentos e soluções apresentadas, procurando-se reflectir sobre os mesmos, assumindo no entanto uma perspectiva crítica fundamentada.

A análise de dois *case-study* iluminou em parte algumas das soluções já esboçadas e permitiu o conhecimento de situações em que a convergência entre ambos os campos, média e justiça, é bem-sucedida, contribuindo em parte para algumas das propostas de convergência enunciadas na presente dissertação.

A escolha dos dois *case-study* prendeu-se essencialmente pelo facto de proporcionarem um novo conhecimento ou uma nova forma de abordagem mútua entre o campo da justiça e os média, representando assim uma evolução institucional e de relacionamento institucional considerados como positivos e que podem de alguma forma ser equacionados no contexto português.

A escolha do modelo australiano radicou essencialmente no facto deste modelo se apresentar como um completo modelo de comunicação entre as forças policiais e os média, com recurso às novas tecnologias e usufruindo dos meios de comunicação tradicionais.

Por sua vez a escolha do modelo holandês também não foi aleatória. De facto o modelo holandês apresenta-se também como um modelo de comunicação completo, em sede de julgamento, que recorre às novas tecnologias e como tal se apresenta como inovador face ao actual modelo português praticamente inexistente.

Por último, recorreremos à análise dos gráficos apresentados num dos Relatórios da Reforma Penal, recorrendo desta forma à análise quantitativa de dados numéricos, que

enquanto dados objectivos devem ser primeiramente tratados de um ponto de vista objectivo para posteriormente servirem como elementos complementares de uma análise, essa já, qualitativa e crítica.

Reconhecendo que a linguagem jurídica é tipicamente hermética e fechada sobre si própria e sobre os seus operadores, procurou-se adoptar um registo de linguagem simples e acessível, descodificando, tanto quanto possível a informação que se deseja transmitir, ainda que o seu conteúdo seja essencialmente jurídico. Decorrente desta tentativa de simplificação e clarificação procurou-se ainda, sempre que possível, fornecer exemplos na tentativa de aclarar os raciocínios explanados.

Procurou-se equacionar hipóteses de cariz mais prático onde os conceitos em causa na presente dissertação ganhassem corpo e dimensão (ainda que num plano meramente hipotético) e que dessas hipóteses pudessem ser extraídas conclusões ou as respectivas consequências decorrentes da aplicação do conceito (ainda que novamente num plano meramente hipotético).

Ainda no que se refere à metodologia adoptada, por uma questão de clareza e facilidade na leitura da presente reflexão, optamos por indicar as referências bibliográficas relativas a cada citação em notas de rodapé, às quais, quando pertinente, acrescentámos alguns comentários. A opção pelas notas de rodapé, ao invés das notas de final de capítulo, prende-se essencialmente com o motivo de tornar a leitura da presente dissertação, mais suave e mais fácil, sem haver a necessidade de ser interrompida a leitura principal, bem como o raciocínio explanado para que se encontre a respectiva referência bibliográfica ou comentário que se apresenta como pertinente.

A metodologia adoptada corresponde à temática e à forma com esta foi abordada, de forma transversal e interdisciplinar, pelo menos assim se tentou, ir para além da visão fraccionada, redescobrimo a realidade na sua multiplicidade.

Em termo de estrutura, o quadro teórico que se pretende traçar, no Capítulo I, inicia-se com uma análise sucinta da evolução da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa, desde as origens à actualidade, quer no plano europeu quer no plano português.

Seguidamente são dissecadas as principais diferenças entre os média e a justiça, nomeadamente no que se refere à linguagem, à *praxis*, ao local, ao tempo, à forma como ambos se manifestam, à função, à posição dentro da estrutura profissional, à fase processual

que estiver em causa tendo sempre em conta o objectivo que visam alcançar e por último a proximidade ao cidadão.

No âmbito do enquadramento teórico serão ainda examinados os pressupostos e fins da justiça penal, numa tentativa de expor de forma mais clara e concisa os dados básicos que são necessários, que clamam e impele o funcionamento da justiça, bem como os objectivos que esta visa alcançar.

Circunscrevendo um pouco mais o objecto de reflexão da presente dissertação, bem como o quadro teórico sobre o qual a mesma se debruçará serão explanados também os enquadramentos teóricos da fase de inquérito, do segredo de justiça e da entidade responsável pelo inquérito.

No que se refere à fase de julgamento serão explicados e dissecados os conceitos de imparcialidade e independência judicial enquanto garantia do cidadão e limites à liberdade de imprensa, circunscrevendo-se um pouco mais o tema ora em análise.

No Capítulo II, mergulhando em definitivo na temática da presente dissertação, serão analisadas as relações entre os média e a justiça penal na fase de inquérito, nomeadamente as relações que se estabelecem entre os média e o MP e entre os média e os OPC. Numa tentativa de fornecer mais elementos de reflexão serão ainda analisados alguns relatórios de monitorização da reforma processual penal, bem como alguma jurisprudência do TEDH.

No cerne da respectiva problemática serão também analisadas, no Capítulo III, as relações que se estabelecem entre os média e a justiça penal em sede de julgamento, nomeadamente as relações que se estabelecem entre os média e o juiz, a liberdade de imprensa e a independência e imparcialidade judicial e ainda a análise de alguma jurisprudência do TEDH que se revela como pertinente. Ainda no cerne de respectiva problemática será analisada a notícia criminal e o modo como a mesma se forma como fruto do trabalho dos média (jornalistas).

No Capítulo V serão ainda analisadas modelos e soluções adoptados em outros países, visando dar a conhecer algumas soluções alternativas ao modelo português.

Por último, conclui-se pela necessidade de mudança de paradigmas, abertura do sistema judicial, e necessidade de uma aprendizagem, quer por parte dos operadores judiciários, quer por parte dos média, no sentido de melhorar a relação ou tensa dialéctica que se estabelece entre ambos, na reconstrução de uma comunicação ausente, conforme proposto no Capítulo VI.

## CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### I.1 - Liberdade de expressão e Liberdade de imprensa

#### I.1.1 - Liberdade de expressão e Liberdade de imprensa na Europa: Das origens à actualidade

A liberdade de imprensa e a liberdade de expressão estão intimamente ligadas, com origens e percursos semelhantes. A liberdade de imprensa não existiria sem a liberdade de expressão e por isso mesmo tem de se procurar as origens da liberdade de expressão para se encontrar as origens da liberdade de imprensa, impõe-se então um breve enquadramento histórico. John Milton, considerado como o “pai da liberdade de imprensa”<sup>8</sup>, foi o seu primeiro defensor num discurso dirigido ao Parlamento de Inglaterra em 1644. Em “Areopagítica – Discursos sobre a Liberdade”, John Milton revoltou-se contra a censura prévia e defendeu a liberdade de imprensa, considerando que cada ser humano dotado de racionalidade seria capaz de discernir entre o bem e o mal, mas para tal teria de estar informado, teria de conhecer. Para John Milton o conhecimento advinha precisamente da discussão e da troca de opiniões, algo que a censura prévia não permitia. No seguimento de John Milton, surge John Locke, que começa por defender a liberdade religiosa e termina defendendo a liberdade de expressão, na sua obra “*Epistola de Toleranti*” ou “*A Letter on Toleration*”<sup>9</sup>. O pensamento de filósofos como John Milton e John Locke inspiraram a Gloriosa Revolução no Reino Unido, que deu origem a uma declaração de direitos dos cidadãos (“*Bill of Rights*”), onde se incluía a liberdade de expressão como um direito.

Outro marco importante na história da liberdade de expressão, foi a Revolução Francesa e a consequente proclamação da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, que consolidou os ideais subjacentes à revolução: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Com a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” ficou constitucionalmente solidificado o princípio que todos os homens nascem livres e com direitos iguais, entre os quais a liberdade de expressão.

---

<sup>8</sup> JÓNATAS E.M MACHADO. - *Liberdade de Expressão - Dimensões Constitucionais da Esfera Pública no Sistema Social*. Coimbra: Coimbra Editora, 2002, ISBN 9789723211115. p. 60.

<sup>9</sup> WILLIAM UZGALIS – *John Locke*. [Em linha]. In ZALTA, Edward N. - *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. [Consult. 02 Jan. 2012]. Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/locke/#LocWor>

Com os regimes liberais que cada vez ganhavam mais força na Europa e com a expansão da liberdade de expressão e imprensa, a imprensa escrita começou cada vez mais a reclamar um lugar de destaque.

Contudo, com a subida ao poder de figuras como Franco em Espanha, Benito Mussolini na Itália e Adolf Hitler na Alemanha, o panorama começou a sofrer diversas alterações. Em Espanha, o regime franquista de inspiração fascista, começou por ser totalitário e posteriormente ditatorial, aniquilou todas as formas de liberdade de expressão e imprensa. Mussolini fundou o Fascismo Italiano, regime no qual foram suprimidas todas as liberdades. A censura tinha lugar de destaque para evitar golpes ou revoltas de insurrectos contra o poder instalado, por seu turno a imprensa italiana estava completamente controlada e era usada para a divulgação de propaganda estatal. Na Alemanha, o panorama foi similar do ponto de vista da censura, mas bem mais grave do ponto de vista humano. Para atingir os seus objectivos, Hitler não se poupou a esforços recorrendo a todas as ferramentas necessárias, entre elas a censura dos meios de comunicação e expressão, o uso de expedientes como a repressão dos dissidentes políticos e ideológicos e as suas respectivas publicações e o uso de uma vasta propaganda estatal. Neste período da história europeia em que floresciam os regimes fascistas, ditatoriais e totalitários, o retrocesso na liberdade de expressão e de imprensa foi claro, o extermínio de ambas as liberdades funcionou como um meio para garantir a estabilidade dos respectivos regimes.

Com o final da II Guerra Mundial (1945) e com a substituição de alguns regimes por democracias, a dignidade da pessoa humana ganha uma nova dimensão, assim como as mais importantes liberdades decorrentes dessa mesma dignidade, nomeadamente a liberdade de expressão e imprensa. Este novo fôlego da liberdade de expressão e de imprensa radica igualmente na sua função essencial em democracia. Em virtude de várias alterações políticas decorrentes da II Guerra Mundial e desta “nova consciência” da dignidade da pessoa humana é adoptada em Roma em 1950, a “Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais” (também conhecida por “Convenção Europeia dos Direitos do Homem”). Nesta convenção ficou desde logo enunciada a liberdade de expressão e imprensa como direitos fundamentais. Ainda no início da segunda metade do século XX começa a expansão internacional dos meios de comunicação de massas. Esta expansão decorrente das liberdades que refloresciam e da “nova consciência” da dignidade do ser humano e respectivos direitos contribuiu em grande medida para o exercício pleno dos direitos à liberdade de imprensa e expressão.



Para Portugal, em virtude de ser um Estado-Membro do Conselho da Europa, revela-se como essencial a Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Importa então, para que a liberdade de imprensa para que possa ser totalmente compreendida, no contexto europeu em que estamos interligados, que a sua interpretação seja feita à luz do artigo 10.º da CEDH aplicável por força do artigo 8.º, n.º 2 e 3 da CRP.

A importância da CEDH advém simultaneamente do facto de ser “instrumento clássico de direito internacional convencional”<sup>10</sup>, mas também por integrar “os princípios gerais do direito europeu”<sup>11</sup>.

Acresce ainda que o acervo comunitário e por conseguinte a densificação jurisprudencial feita pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (doravante TEDH), a propósito da liberdade de expressão (cf. artigo 10.º da CEDH) tem sido de grande importância nos Estados membros, orientando-os na “definição do que é ou deve ser a liberdade de expressão”<sup>12</sup>.

A análise desta questão será oportunamente retomada, no Capítulo II a propósito da análise das relações entre os média e a justiça penal na fase de inquérito e na fase de julgamento por ora importa apenas reter a importância da CEDH no ordenamento jurídico português.

### **I.1.2 - Liberdade de expressão e Liberdade de imprensa em Portugal: As origens**

Em Portugal, o traçado percorrido foi similar aos dos demais países europeus, embora divergente nalguns aspectos.

Com o advento do liberalismo e a Constituição de 1822, a censura prévia cede dando origem a um período bastante fértil para os jornalistas em que a liberdade de imprensa é constitucionalmente reconhecida. Apesar deste grande avanço, durante os anos que se seguiram e até ao final da Primeira República, a liberdade de imprensa conheceu vários avanços e recuos que conformavam a respectiva liberdade de acordo com os interesses republicanos e estatais.

---

<sup>10</sup> *Ibidem*, p.296.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p.297.

<sup>12</sup> FRANCISCO TEIXEIRA MOTA - *O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e a Liberdade de Expressão*, Coimbra Editora, 2009, p. 20.

A censura prévia continuava a existir e por isso mesmo ainda não havia uma verdadeira liberdade de imprensa, mas apenas a sua forma embrionária. O exemplo mais ilustrativo desta situação era a censura prévia feita aos textos não republicanos, monárquicos, católicos, anarquistas e até sindicalistas que culminavam com o encerramento dos jornais que os publicavam. Após a instituição dos regimes liberais, das estruturas republicanas e a sua respectiva derrocada, o povo português sofreu um golpe ainda maior na sua liberdade, em especial na liberdade de expressão.

Em 1933, com a instituição do Estado Novo, termina o período do liberalismo em Portugal. Com um regime claramente antiliberal, antiparlamentar e antidemocrático, Portugal ficou manietado, a opinião pública portuguesa constrangida, a liberdade de expressão estrangulada e a liberdade de imprensa em estado comatoso. Sob a dependência directa de António Oliveira Salazar, o Secretariado Nacional de Informação controlava todo o fluxo informativo, independentemente da sua forma de emissão.

A censura imperava, o lápis azul era “rei” e cedo os efeitos se sentiram. Todas as publicações passavam pela máquina estatal e através do organismo de censura, o SNI encarregava-se de garantir que nada que não devesse ser lido (na óptica do regime), não o fosse efectivamente. De facto o estrangulamento da liberdade de expressão e de imprensa foi de tamanha dimensão que até para fundar um jornal ou revista era necessária a respectiva autorização do organismo supra mencionado, o que tornava tal tarefa numa autêntica odisseia.

A censura prévia, mais voltada para as publicações periódicas, como os folhetos e os jornais, obrigava a que aquando da redacção de qualquer texto fossem ponderadas e repensados quaisquer palavras mais ousadas, revolucionárias ou que pudessem ser encaradas como tal. Não raras vezes face à obrigação de ter de cortar partes de textos ou até textos inteiros (notícias ou artigos mais simples) os chefes de redacção eram forçados a alterar todo o alinhamento da publicação em causa.

Os jornalistas e os escritores tornaram-se então exímios na linguagem poética, que para além de um esforço de criatividade redobrado, obrigava a que dentro do próprio autor nascesse uma figura de censor, num diálogo esquizofrénico de si para consigo de modo a garantir que a mensagem era transmitida e não apreendida. Relativamente aos livros não havia censura prévia, no entanto havia um catálogo que elencava os livros (e até documentos) cuja leitura, circulação ou divulgação não era permitida. Ainda assim, os livros não estavam

isentos de serem apreendidos, após a sua publicação caso a mensagem transmitida fosse considerada como subversiva ou menos própria à leitura.

Com a ascensão de Marcello Caetano ao poder parecia que iria aliviar ou terminar o estrangulamento da liberdade de expressão e de imprensa, tendo sido inclusive prometida a redacção de uma nova Lei de imprensa, no entanto apenas mudariam os nomes dados aos mecanismos e organismos de censura. Na prática tudo se manteve inalterado e não se podia fazer nada sem a autorização dos serviços de censura, cuja denominação passou a ser Secretaria de Estado da Informação e do Turismo.

A Marcelo Caetano eram entregues os relatórios integrais das intervenções que eram feitas nos periódicos, nos jornais e nas informações das agências noticiosas, bem como os relatórios de apreensões de discos, livros ou das intervenções feitas em festivais. Publicações como o “Jornal do Comércio”, “Diário Popular”, “Diário de Lisboa” e a “Capital” sofriam os cortes da censura e o catálogo de livros e peças de teatro proibidos era extenso contando-se entre eles “As Novas Cartas Portuguesas” da autoria de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa (as três Marias como ficaram internacionalmente conhecidas) e “Felizmente há Luar” de Luís de Sttau Monteiro.

Os campos da censura estendiam-se para lá das publicações e das peças de teatro, chegando ao campo da música com a apreensão de discos cubanos, proibição da difusão de canções de Luís Cília ou até com a censura do Festival de Jazz em Cascais, durante o qual foram atirados para a assistência panfletos de campanha contra a guerra colonial. As malhas da censura mantinham-se então apertadas, a liberdade de expressão e de imprensa não eram mais do que uma miragem, não obstante das promessas de Marcello Caetano no sentido de uma liberalização e abertura progressiva de Portugal ao mundo.

Em 1974, com a Revolução dos Cravos, também conhecida como 25 de Abril deu-se uma viragem importante, terminava o Estado Novo e a liberdade ressurgia.

A liberdade de expressão fica definitiva e constitucionalmente consagrada no artigo 37.º, da Constituição da República Portuguesa de 1976. Nasce uma sociedade verdadeiramente democrática, onde o homem português passa a poder dar um verdadeiro uso à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa e informação e a todas as formas de expressão. No entanto o poder político da época demonstrou ter dois pesos e medidas face à comunicação social: apesar de por um lado proclamar a liberdade de expressão e de imprensa, detinha e permitia, por outro, mecanismos de controlo, nomeadamente através de

várias intervenções nos meios de comunicação social que eram facilitadas pela estatização do sector. Assim até meados dos anos 80 os meios de comunicação social caracterizavam-se essencialmente por uma televisão estatal, imprensa e rádio em regime público e privado.

No final dos anos 80, o panorama altera-se através de uma abertura e liberalização passando o sector dos média a estruturar-se em três pilares fundamentais: “privatização, comercialização e concentração da propriedade”<sup>13</sup>. Esta liberalização não foi isenta de efeitos menos positivos, consigo nasceu a concorrência nos média, a disputa pelas audiências e o recurso a estratégias menos correctas com vista à obtenção do lucro através da informação, informação essa que “hoje em dia é completamente superficial”<sup>14</sup>.

Apesar de todos os avanços e recuos ao longo da história, a liberdade de imprensa encontrasse hoje definitiva e constitucionalmente consagrada e o balanço feito relativamente à sua consagração e evolução nunca poderá deixar de ser positivo, afinal é todo o fundamento e base de uma sociedade verdadeiramente democrática.

### **I.1.3 - Liberdade de expressão e Liberdade de imprensa em Portugal: A actualidade**

Actualmente liberdade de expressão e a liberdade de imprensa inserem-se num conjunto de direitos enunciados nos artigos 37.º a 40.º da CRP, denominados de “Constituição da informação”<sup>15</sup>.

A liberdade de expressão, enquanto “direito mãe”<sup>16</sup>, está intimamente ligada às restantes liberdades e directamente correlacionada com a liberdade de informação e de comunicação social.<sup>17</sup>

---

<sup>13</sup> RITA FIGUEIRAS - *Os Comentadores na Imprensa de Referência Portuguesa: 1980-1999*. In XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - V ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, BRASIL, Setembro de 2005 – Ensino e Pesquisa em Comunicação. [Em linha]. Brasil: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Setembro de 2005. [Consult. 29 Out. 2011]. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1239-1.pdf>.

<sup>14</sup> A este propósito partilhamos da opinião da Dr.ª Sofia Pinto Coelho que em resposta à pergunta n.º 16 da entrevista afirmou que a “informação que é dada hoje em dia é completamente superficial”. A entrevista ora referida encontra-se disponível no Anexo II, e a respectiva resposta na p.172.

<sup>15</sup> GOMES CANOTILHO; VITAL MOREIRA - *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3.ª edição, Coimbra Editora, 1993, p. 225. *Apud* PINTO, Ricardo Leite – *Liberdade de Imprensa e Vida Privada*. In *Revista da Ordem dos Advogados*, Lisboa. Ano 54, Volume I, (Abr. 1994), p.27-81. [Em Linha]. [Consult. 28 Out. 2011]. Disponível em <http://www.oa.pt/Publicacoes/revista/default.aspx?idc=30777&idsc=2691&volumeID=54701&anoID=54695>

<sup>16</sup> JÓNATAS E.M. MACHADO, *op.cit*, p. 370.

Elencada no n.º 1 do artigo 37.º da CRP, a liberdade de expressão é uma liberdade fundamental. A liberdade de expressão concede a todos o direito de “exprimir e divulgar livremente o seu pensamento”, sendo que essa divulgação pode revestir as mais diversas formas, ou nas palavras de Jorge Miranda “a liberdade de expressão abrange qualquer exteriorização da vida própria das pessoas”<sup>18</sup>.

A liberdade de expressão pode ser entendida em dois sentidos, num sentido mais estrito, como anteriormente referido e num sentido mais amplo também designado por liberdade de comunicação. Este sentido mais amplo da liberdade de expressão, também denominado de liberdade de comunicação, abarca a liberdade de expressão em sentido estrito ou liberdade de opinião, a liberdade de informação, a liberdade de imprensa e os direitos dos jornalistas<sup>19</sup>.

A liberdade de imprensa está consagrada no n.º 1 do artigo 38.º da CRP e deve ser entendida como “o exercício da liberdade de expressão e do direito de informação (na sua tríplice perspectiva de direito a informar, de se informar e de ser informado) através dos órgãos de comunicação de massa independente da sua forma”<sup>20</sup> (cfr. artigo 38.º).

A liberdade de imprensa está por isso profundamente ligada à liberdade de expressão e à liberdade de informação, com três pertinentes notas distintivas relativamente a estas duas últimas liberdades enunciadas: é dirigida a uma série de destinatários, dispõe de uma ampla difusão e admite qualquer espécie de reciprocidade recorrendo, no entanto, aos meios mais adequados para tal, como por exemplo a imprensa escrita e a internet.

Cabe então definir o “âmbito normativo”<sup>21</sup> do artigo 38.º da CRP para se poder enformar o direito à liberdade de imprensa, no seu vasto alcance que com a evolução dos meios de comunicação ganhou uma nova dimensão.

Importa por isso mesmo, sublinhar desde já que a liberdade de imprensa terá tendência a alargar-se a todos os meios de comunicação e cada vez mais a ser considerada e reconhecida como um direito do público em geral, em virtude do aumento dos meios de

---

<sup>17</sup> Cfr. neste sentido JORGE MIRANDA – *Manual de Direito Constitucional, Tomo IV - Direitos Fundamentais*. 3ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2000, ISBN 9723209357, p. 454.

<sup>18</sup> *Idem, ibidem*, p. 453.

<sup>19</sup> Cfr. neste sentido, JÓNATAS E.M. MACHADO *op. cit.*, p. 371.

<sup>20</sup> GOMES CANOTILHO; VITAL MOREIRA - *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3.ª edição, Coimbra Editora, 1993, p. 225. *Apud* PINTO, Ricardo Leite, *op.cit.*, p. 34.

<sup>21</sup> Ricardo Leite Pinto refere como âmbito normativo as “realidades da vida que as normas consagradoras de direitos captam como objecto de protecção.”, *op.cit.*, p. 48.

partilha de informação e comunicação e da permeabilidade deste ramo de direito face às constantes alterações tecnológicas.

O âmbito normativo do direito à liberdade de imprensa pode ser dividido em dois parâmetros: individual-subjectivo e institucional-objectivo<sup>22</sup>.

O primeiro parâmetro enunciado (individual-subjectivo) refere-se à protecção que deve ser assegurada às posições jurídicas dos jornalistas e dos órgãos de comunicação social. Por seu turno o parâmetro institucional-objectivo alude à “tutela dispensada ao valor da imprensa livre”<sup>23</sup>, ou seja, à protecção do fundamental papel da imprensa para a formação da opinião pública.

Cumprе referir que o n.º 2 do artigo 38.º concretiza o conjunto de direitos e liberdades que configuram a liberdade de imprensa, nomeadamente, a liberdade de expressão e o direito à informação (já referidos), o direito à protecção da independência e o sigilo profissional, entre outros direitos.

Em síntese, a liberdade de imprensa consubstancia-se no conjunto de direitos constitucionalmente consagrados, atribuídos às pessoas físicas e colectivas ligadas profissional e institucionalmente à imprensa.

Por último, cumpre fazer uma breve referência ao artigo 39.º da CRP que consagra a “entidade administrativa independente”, a quem compete a regulação da comunicação social. Outrora, denominada de Alta Autoridade para a Comunicação social, a supra referida autoridade é actualmente a Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

À Entidade Reguladora para a Comunicação Social compete, entre outras funções, assegurar o efectivo respeito pela liberdade de imprensa, pelo direito à informação e pela independência dos média face aos poderes político e económico.

A dignidade constitucional da Entidade Reguladora para a Comunicação Social deriva das funções imbuídas de dignidade constitucional que lhe foram confiadas, afinal compete a esta regular um campo onde pulsa um dos bens mais importantes de uma sociedade democrática: a liberdade de expressão.

---

<sup>22</sup> Jónatas E.M. Machado refere “as dimensões individual-subjectiva e institucional-objectiva”, *op. cit.*, p. 505.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem.*

## I.2 - Os média e a justiça: Principais diferenças

Os campos dos média e da justiça ou poder judicial são bastante diferentes, acentuando-se actualmente mais essa diferença em virtude da circulação da informação a uma velocidade vertiginosa graças aos novos meios de comunicação que propiciam a informação e a notícia ao minuto e “em cima do acontecimento”.

As principais diferenças são a linguagem, o tempo, a posição dentro da estrutura profissional, *praxis*, a função, o objectivo que visam alcançar e a proximidade com o cidadão.

A primeira diferença entre estes dois campos é o tipo de linguagem. O universo judicial possui uma linguagem formal, hermética, codificada e fechada, própria do Direito decorrente dos termos técnicos, do rigor e das formalidades a que a aplicação da justiça obriga. Por sua vez os média têm uma linguagem popular, simples, clara e mais aberta à compreensão do cidadão, decorrente do facto de ser (a linguagem) claramente vocacionada para a transmissão da informação.

A segunda diferença é a “noção do tempo no jornalismo e a percepção do tempo no sistema judiciário”<sup>24</sup>. No campo dos média tudo se processa a uma velocidade vertiginosa, tão ou mais rápida que a circulação da própria informação<sup>25</sup>. Impõe-se a celeridade, a rapidez numa corrida pelo exclusivo ou pela notícia “em primeira mão”. A notícia quer-se “aqui e agora”, quer-se enquanto novidade, enquanto é “a notícia” e não apenas mais uma notícia<sup>26</sup>. Importa que se seja rápido, que se consiga a notícia ou o exclusivo antes de todos os outros, de forma a conseguir captar mais espectadores ou a conseguir uma maior tiragem<sup>27</sup>.

---

<sup>24</sup> LUÍS ANTÓNIO NORONHA NASCIMENTO – *Discurso proferido no 1.º Congresso sobre Gestão de Carreiras*. [Em linha]. In CONGRESSO SOBRE GESTÃO DE CARREIRAS, VILA DO CONDE, 11 de Abril de 2008. [Consult. 01 Jan. 2012]. Disponível em <http://www.stj.pt/?idm=36&sid=179>

<sup>25</sup> Neste aspecto salientamos as palavras da Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho, em resposta às perguntas n.º 16 e 17 da entrevista, ao referir o “esmagamento do tempo que os jornalistas têm para trabalhar” e o facto de os “jornalistas terem que fazer cada vez mais peças e mais rápido”, sendo que também estes dois factores determinam a velocidade vertiginosa em que se movimenta a imprensa. A referida entrevista está disponível no Anexo II da presente dissertação, as respostas às questões enunciadas encontram-se nas p.175 e 176.

<sup>26</sup> Reforçando esta ideia, invocamos as palavras do Dr. Rangel ao referir que “não se pode pedir a um jornalista que fique três anos à espera e é preciso perceber também esta lógica da comunicação social e a maior parte dos operadores judiciais não conhece esta lógica, não conhece a realidade, a especificidade do trabalho do jornalista e não se pode pedir a um jornalista “espere aí dois anos para dar uma notícia”. Cfr. a resposta à questão n.º 4 da entrevista ao Dr. Rangel, disponível no Anexo III da presente dissertação, mais precisamente na p.184.

<sup>27</sup> A este propósito invocamos a adjectivação usada pelo Dr. Rui Rangel ao classificar esta demanda como uma “luta frenética e quase assassina pela notícia”. Cfr. a resposta à pergunta n.º 5, disponível no Anexo III, na p. 185 da presente dissertação.

Por sua vez o sistema judiciário com todo o seu formalismo processual obriga a que tudo se processe não a uma velocidade vertiginosa, mas a um compasso ritmado e ponderado que assegure uma decisão justa, correcta e reflectida, com base na prova produzida e no respeito pelos envolvidos. Mas a justiça e o universo judiciário, não raras vezes acusado de uma lentidão tremenda, são também prejudicados pelo uso de expedientes dilatórios, como por exemplo pedidos de aclaração ou requerimentos infundados, que entram a marcha processual já de si legalmente morosa. Todos estes elementos contribuem de uma ou de outra forma para a morosidade da marcha processual, originado assim um tempo próprio no qual se movimenta o campo da justiça e respectivos operadores.

A terceira diferença que se pode apontar entre estes dois campos é a posição dentro da estrutura profissional, a ausência ou presença de hierarquia. Enquanto titular órgão de soberania, o poder judicial (o juiz) é independente devendo apenas obediência à lei, conforme consagrado no artigo 203.º da CRP. O juiz não está sob o jugo ou sob a orientação de nenhum superior hierárquico, estando sujeito apenas à lei. Por sua vez os média, leia-se os jornalistas, encontram-se inseridos em estruturas hierárquicas cujos interesses económicos por vezes obnubilam a sua verdadeira “função informativa, essencial em democracia”<sup>28</sup>. Creio que as palavras de Pierre Bourdieu ao referir que “o universo do jornalismo é um campo, mas que está sob a pressão do campo económico por intermédio do índice da audiência.”<sup>29</sup>, não poderiam ser mais ilustrativas da referida realidade. De facto, é exercida sobre os jornalistas, de forma directa ou indirecta, alguma pressão de forma a garantir que conseguem a notícia em primeira mão ou em exclusivo<sup>30</sup>, delegando para segundo plano o cumprimento de algumas regras deontológicas, preceitos legais ou simplesmente morais<sup>31</sup>, de forma a assegurar o maior número de espectadores ou a maior tiragem possível<sup>32</sup>.

---

<sup>28</sup> AFONSO, Orlando Viegas Martins – *Poder judicial e opinião pública*. [Em linha]. In VI CONGRESSO DOS JUÍZES PORTUGUESES, Aveiro, Novembro de 2001 – Justiça e Opinião Pública: “Tribunais e Comunicação social”, “Justiça e Serviço Público” e “Conteúdo e Fundamentação das Decisões Judiciais”. Aveiro: Associação Sindical dos Juizes Portugueses, 2001. [Consult. 25 Out. 2011]. Disponível em <http://www.asjp.pt/wp-content/uploads/2010/03/Orlando-Afonso-Poder-judicial-e-opini%C3%A3o-p%C3%BAblica.pdf>.

<sup>29</sup> BOURDIEU, Pierre - *Sobre a Televisão*. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. ISBN 85-7110-411-5, p. 77.

<sup>30</sup> A “realidade da precarização da relação de trabalho” do jornalista, invocada pelo Dr. Rangel é também, em nosso entender, uma forma de exercer pressão sobre os jornalistas, quando considerando os mesmos individualmente e dentro da respectiva estrutura produtiva, enquanto eventual mais-valia para essa mesma estrutura empresarial na qual estão inseridos. Cfr. a este propósito as respostas às questões n.º 5 e 10, da entrevista ao Dr. Rangel, disponível no anexo III da presente dissertação, mais precisamente nas p. 185 e 191.

<sup>31</sup> Salientamos nestes aspecto a resposta do Dr. Rangel à questão n.º 5 e da qual extraímos o seguinte: a violação das normas legais, deontológicas e éticas por parte do jornalista sucede por via de diversos factores, nomeadamente, a pressão exercida pela estrutura produtiva por via da precarização das relações de trabalho



Outra diferença notória entre o campo dos média e da justiça é a *praxis*. O poder judicial está obrigado a seguir um conjunto de regras muito específicas que se consubstanciam na estrutura processual e que se pautam por um conjunto de valores cujo fundamento reside no respeito pela dignidade da pessoa humana e pela lei. O desrespeito pelas normas processuais poderá originar uma nulidade ou irregularidade<sup>33</sup>. Não sendo a nulidade sanável, será inválido o acto em que se verificou, os que dele dependerem e que a nulidade possa afectar, obrigando à repetição de todos os actos declarados como nulos<sup>34</sup>.

Por sua vez a irregularidade, quando arguida atempadamente determina a invalidade do acto a que se refere e dos termos subsequentes que possa afectar, podendo ser ordenada oficiosamente a sua reparação. Assim sendo, nas situações em que o desvalor aplicável seja o de nulidade insanável, o desrespeito pelo *praxis* processual implicará a invalidade dos actos e quando possível a sua repetição. No caso de não ser possível a repetição dos actos considerados como inválidos, a marcha processual fica afectada podendo todo o processo tornar-se inútil e obrigar a uma renovação da instância ou a uma perda de elementos de prova, por exemplo. Deste modo o poder judicial, por força dos princípios da legalidade e da dignidade da pessoa humana, tem a sua *praxis* definida através da estrutura e normas processuais<sup>35</sup>.

Por sua vez, os média têm uma *praxis* muito própria e mais livre, não obedecendo por isso a regras tão rígidas, não obstante terem as suas regras deontológicas, como por exemplo o Código Deontológico dos Jornalistas. Apesar da *praxis* profissional dos jornalistas também obedecer a regras próprias, o desvalor a aplicar à violação dessas mesmas regras não é tão grave (do ponto de vista do resultado sobre o trabalho até então feito), não culmina numa anulabilidade, nulidade nem tão pouco numa irregularidade, ou seja, não culmina em trabalho infrutífero. O jornalista poderá ser sancionado, em caso de desrespeito pelas normas estatuídas, no entanto a notícia, o resultado do seu trabalho, é publicado, atingindo o efeito pretendido. Os média (jornalistas) dispõem então de uma ampla margem de manobra no seu

---

neste sector, pelo desconhecimento das respectivas normas, pela falta ou pela escassa formação do próprio jornalista e ainda pela própria inconsciência ao fazê-lo. Cfr. a resposta à pergunta n.º 5, disponível no Anexo III, na p. 185 da presente dissertação.

<sup>32</sup> A este propósito invocamos a resposta afirmativa da Dr.ª Sofia Pinto Coelho quando questionada se o jornalismo se encontrava condicionado por factores económicos, sendo que a imprensa não é o “papão que quer dinheiro” mas que tem de gerar lucro para pagar um conjunto de infra-estruturas e os salários. Cfr. as respostas às perguntas n.º 20 e 21, disponíveis no Anexo II, na p.177 da presente dissertação.

<sup>33</sup> Cfr. neste sentido o artigo 118.º do CPP.

<sup>34</sup> Cfr. neste sentido o n.º 1 e n.º 2 do artigo 122.º do CPP.

<sup>35</sup> Cfr. neste sentido GERMANO MARQUES DA SILVA - *Curso de Processo Penal I*, 4.ª Edição. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 2000, p. 24.

processo de redacção, na sua *praxis* profissional, sendo que o desrespeito pelas normas profissionais não acarreta a destruição da notícia, contrariamente o poder judicial (juízes) encontra-se espalhado numa estrutura processual rígida, adstrito a uma *praxis*, cujo desrespeito poderá afectar de forma severa a marcha processual, o resultado da mesma e os próprios envolvidos.

Ainda no âmbito da *praxis* é imperativo que se refira que os média seleccionam os assuntos que querem publicar ou analisar, ou seja, há um poder de escolha quanto ao tema, o que influencia claramente o modo como abordar esse mesmo tema e consequentemente a *praxis*. Segundo Pierre Bourdieu “não há discurso, nem acção que, para ter acesso ao debate público, não deva submeter-se a essa prova de selecção jornalística, isto é, a essa formidável censura que os jornalistas exercem, sem sequer saber disso, ao reter apenas o que lhes interessar”<sup>36</sup>. Os jornalistas fazem uma selecção ou triagem das temáticas que querem ou que devem abordar de acordo com o valor notícia, interesse público e interesse suscitado no público e consoante essa mesma temática seleccionada, escolhem o modo como redigir a notícia, definindo assim a sua *praxis*.

Por sua vez o poder judicial tem de dar seguimento a todos os processos que lhe são entregues aquando da distribuição, não havendo assim qualquer poder de escolha de quais os casos a apreciar, obedecendo a *praxis* a uma estrutura processual rígida, conforme foi anteriormente explanado. A única escolha possível é entre as provas oferecidas ao tribunal na busca da verdade material.

Outra diferença entre os dois campos reside na função específica ou missão social de cada um. Os jornalistas (órgãos de comunicação) têm como missão ou função social, informar, divulgar, fazer chegar ao conhecimento geral do público os factos, as notícias de interesse geral, de interesse público, numa linguagem clara, perceptível e acessível ao cidadão comum e do interesse deste.

Por sua vez compete aos juízes (poder judicial) decidir no âmbito dos processos que são submetidos à sua apreciação. As suas decisões podem ser impostas aos respectivos destinatários. Em suma, juiz julga os actos e pondera os factos que são chamados à colação no âmbito dos respectivos processos, não emite nem oferece opiniões, pontos de vista ou manchetes, simplesmente decide. O que resulta do trabalho do juiz vincula as partes visadas,

---

<sup>36</sup> PIERRE BOURDIEU, *op. cit.* p. 67.

contrariamente o que resulta do trabalho de um jornalista não vincula, ainda assim tal não significa que não marque para sempre a vida dos visados, não obstante de não os vincular.

Da função específica de cada um dos campos ora em análise decorre o objectivo e esta é outra diferença a assinalar entre ambos. O poder judicial, os tribunais têm como objectivo “assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, reprimir a violação da legalidade democrática e dirimir os conflitos de interesses públicos e privados”<sup>37</sup>, ou seja, assegurar a boa administração da justiça com base no respeito pela lei e pela dignidade da pessoa humana. O objectivo dos média é, ou deve ser, informar. No entanto, esse mesmo objectivo encontra-se por vezes ofuscado pelos interesses económicos subjacentes a toda a estrutura jornalística, ou seja, se o objectivo for o lucro quer seja através da maior audiência ou da maior tiragem, a função informativa poderá perder-se ficando preterida a informação ou a notícia relevante, isenta e clara face a uma notícia “sensacionalista” cujo conteúdo é ou poderá ser duvidoso, mas que ainda assim gera lucro. Contrariamente aos média, os tribunais não visam, nem dependem do lucro<sup>38</sup>.

A última diferença a enunciar é a proximidade ao cidadão, ou seja, a relação que é estabelecida com este. O poder judicial, devido à sua própria natureza, é distante do cidadão, a aura de mistério, as pesadas vestes, a solenidade e o formalismo, bem como a linguagem hermética contribuem bastante para este distanciamento. Para além disso, é de certa forma imposto, de modo a garantir a boa administração da justiça que o poder judicial seja relativamente distante, não ficando ofuscado ou pressionado pelos cidadãos ou por algum cidadão em específico. Impõe-se que assim seja de forma a assegurar a igualdade de todos perante a lei, seja em sede de inquérito, de julgamento ou de sentença, enquanto resultado final. Os juízes devem ser distantes do cidadão, até certo ponto, de forma a garantir a imparcialidade e a independência judicial, bem como a boa administração da justiça, ou seja, de modo a garantir que a função jurisdicional é exercida de forma independente e imparcial.

Por sua vez, os média, também devido à sua própria natureza e à linguagem clara e mais facilmente compreensível, são mais próximos do cidadão, mais acessíveis a este. Esta proximidade entre os média, leia-se jornalistas, também provém do facto de serem necessariamente figuras mais próximas do cidadão, ou seja, são geralmente as “caras conhecidas” ou o estilo de escrita familiar e que se associa a um jornalista que, de tanto se ver

---

<sup>37</sup> Conforme referido no artigo 202.º da CRP, sob a epígrafe de *Função Jurisdicional*.

<sup>38</sup> A este propósito remetemos para o enunciado na nota de rodapé n.º 32.

ou ler, já se considera como próximo. Acresce ainda que o jornalista não tem a função nem o dever de impor uma decisão contra a vontade popular ou contra uma figura pública, compete-lhe apenas e tão-somente relatar factos com clareza, isenção e imparcialidade, que apesar de ser uma tarefa igualmente árdua não é geradora de tanta animosidade entre os destinatários.

Para além das diferenças há um ponto em comum que aproxima os média e o poder judicial: O trabalho de ambos versa sobre factos, sobre um retalho da história de vida de uma pessoa, sobre uma história real que pode ainda não ter terminado. Mas até neste ponto comum radica uma diferença muito importante que remete em parte para a *praxis* anteriormente mencionada.

O poder judicial trabalha com factos, tentando reconstruir a história através da produção de prova relativamente a cada um dos factos, num processo com regras e procedimentos rígidos. Após a reconstrução da história, cumpre ao juiz fazer a subsunção dos factos às normas e decidir em conformidade, tendo sempre em conta a reconstrução que foi feita da história e os factos que foram considerados como provados. O juiz tem então a obrigação de ver a questão que lhe é apresentada e os factos através dos “olhos da lei” com base na experiência profissional e tendo em conta todos os elementos que integram o processo, não pode nem o deve fazer de outra forma. Por sua vez os média operam uma selecção de factos e seguidamente reconstroem esses factos (a história) consoante a sua visão, ou seja, “os jornalistas têm “óculos” especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem”<sup>39</sup>. Esta selecção de factos não obedece a um procedimento regido, não obstante de ter as suas regras, sucedendo o mesmo com a reconstrução da história ou com a posterior narração dos factos<sup>40</sup>. Então que critérios presidem à selecção dos factos e à forma como são posteriormente narrados?

A noticiabilidade<sup>41</sup> de um facto é definida através de diversos elementos, por um lado pela formação do jornalista, pela estrutura hierárquica/produção e pela cultura em que está inserido, e por outro lado pelos valores/notícia. Balizado por estes dois primeiros pólos o

---

<sup>39</sup> PIERRE BOURDIEU, *op. cit.*, p. 25.

<sup>40</sup> Note-se ainda que muitas vezes essa narração dos factos (a notícia) consiste essencialmente em “chutar a primeira informação” e não numa preparação das matérias em causa. Cfr. neste sentido as palavras da Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho em resposta à pergunta n.º 15 da entrevista que se encontra disponível no Anexo II, mais concretamente na p. 174.

<sup>41</sup> De acordo com Mauro Wolf, a noticiabilidade consiste num conjunto de requisitos que definem a aptidão de um acontecimento para ser notícia, ou seja, a matéria-prima que dará origem à notícia. WOLF, Mauro – *Teorias da Comunicação*. Tradução Maria Jorge Vilar de Figueiredo. [Em linha] Lisboa: Editorial Presença, 8.ª Edição, p. 195 e seguintes. [Consult. 15 Mai. 2012]. Disponível em [http://www.jornalismoufma.xpg.com.br/arquivos/mauro\\_wolf\\_teorias\\_da\\_comunicacao.pdf](http://www.jornalismoufma.xpg.com.br/arquivos/mauro_wolf_teorias_da_comunicacao.pdf)

jornalista, têm de num curto espaço de tempo estabelecer o valor notícia de um série de acontecimentos. A estrutura hierárquica/produziva define desde logo as características necessárias para que possa haver notícia, mediante o preenchimento de três requisitos que o facto/potencial notícia deve reunir: dar a conhecer um facto desconhecido, encaixar-se nas formas pré-estabelecidas e uniformes de relatar diversos acontecimentos, e não obrigar a uma planificação e organização, temporal e espacial específica para que possa ser trabalhado como facto noticiável. O interesse no preenchimento destes três requisitos reside na redução do tempo despendido na selecção dos factos e numa maior rentabilização do tempo, mediante a criação de uma rotina estruturada. A estrutura hierárquica/produziva ainda interfere na selecção dos acontecimentos e na forma em como a notícia é elaborada de forma a garantir que não há críticas por parte do público e que a audiência ou tiragem gera lucro.

Balizado ainda pela sua própria formação e cultura em que está inserido, o jornalista, ainda que inconscientemente, sofre com os grilhões de uma determinada ideologia que define previamente os critérios de noticiabilidade, a forma de trabalho, bem como a concepção que o jornalista têm do que deve ser notícia.

Os valores-notícia servem posteriormente para definir “quais os acontecimentos suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem notícia”<sup>42</sup>. É de salientar que os valores-notícia funcionam em blocos e que variam consoante a época em que se vive, pelo que não são categorias estanques e inertes. Os valores-notícia dividem-se em quatro grandes grupos que passamos a explicar de forma muito sucinta. O primeiro grupo versa sobre as características do acontecimento que vai ser transformado em notícia e remete para a análise da importância e quantidade (ou potencial quantidade) dos indivíduos envolvidos no acontecimento, do impacto que tem no país e os eventuais desenvolvimentos do acontecimento. O segundo grupo de critérios implica a análise das características relativas ao produto informativo, nomeadamente actualidade, qualidade, ocorrência a forma de transmissão da informação e ainda o grau de dificuldade em aceder ao material necessário para redigir a notícia, bem como o grau de dificuldade no processo de produção e execução da notícia. O terceiro grupo remete para as características do público, ou melhor a projecção de público/destinatários que o jornalista cria mentalmente. O quarto grupo refere-se à concorrência e ao modo de relacionamento com a mesma, ou seja, implica a análise da competição que se gera entre os diversos média. Novamente verificam-se neste âmbito

---

<sup>42</sup> *Idem, Ibidem.*

diferenças na *praxis* dos dois universos: o juiz tem de se cingir, na reconstrução da história, aos factos considerados como provados, enquanto o jornalista apesar de circunscrito pela noticiabilidade dos factos e pelos valores/notícia tem alguma liberdade criativa na escolha dos factos e na forma como os apresenta, mais que não seja com base nos critérios apresentados, e não se baseando “apenas” na produção de prova como sucede com o juiz. Apesar desta grande diferença na *praxis* há obrigações e deveres comuns, aos jornalistas e aos juízes, na construção da história<sup>43</sup>.

Quer jornalistas quer os juízes devem ter “a noção de que todas as fontes/testemunhas são ou podem ser partes interessadas no desfecho da causa (a notícia publicada ou a sentença ou acórdão)”<sup>44</sup> e como tal são parciais. Ambos, jornalistas e juízes, devem procurar “comprovar a veracidade da informação/ testemunho através de outras fontes – tantas quanto possível e, de preferência independentes - e que dêem pleno cumprimento ao princípio do contraditório”<sup>45</sup>. A este propósito invocamos as palavras da Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho, ao referir que em virtude do “esmagamento” do tempo de trabalho dos jornalistas, “não há actualmente um trabalho, não há uma leitura atenta do acórdão, não há um escrutínio da própria investigação, porque não há tempo”<sup>46</sup>, o que em nosso entender prejudica a verificação da prova e a busca da verdade da informação por parte do jornalista.

Relativamente a este ponto afigura-se como pertinente a Recomendação 1003, da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa sobre a ética do jornalismo que refere que “o jornalismo não deve alterar ou explorar para efeitos mediáticos, a informação verdadeira e imparcial ou opiniões honestas” (tradução nossa), devendo basear-se na verdade “assegurada pelos meios adequados de verificação e prova” (tradução nossa).

Em suma, são muitas as diferenças que existem entre o universo judicial e o universo dos média, tais diferenças são inegáveis, mas de igual modo também é inegável a dialéctica que se estabelece entre ambos os campos.

---

<sup>43</sup> Relativamente a este aspecto salientamos as palavras do Dr. Rui Rangel ao referir que juiz e jornalista “têm um estatuto quase parecido, o jornalista deve ser independente, deve ser isento e deve procurar a verdade, a justiça deve ser isenta, deve ser imparcial e deve procurar a verdade”. Cfr. a entrevista ao Dr. Rui Rangel, disponível no Anexo III da presente dissertação, mais precisamente a resposta à pergunta n.º 9, p.190.

<sup>44</sup> EURICO JOSÉ MARQUES DOS REIS - *Tribunais e Órgãos de Informação*. [Em linha]. [Consult. 01 Mai. 2012]. Disponível em <http://www.juizespelacidadania.eu/?p=74>

<sup>45</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>46</sup> Cfr. a entrevista à Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho, disponível no Anexo II da presente dissertação, mais precisamente a resposta à pergunta n.º 16, p.175.

### **I.3 - Pressupostos e fins da justiça penal**

Para que se possa entender melhor, na perspectiva da presente reflexão, os pressupostos e fins da justiça penal impõe-se que se demarque, com a devida clareza, os pressupostos e fins do direito penal substantivo, os pressupostos e fins do direito processual penal, ou seja do processo penal e por último os pressupostos de aplicação das penas e os fins das mesmas, sendo que os pressupostos e fins da justiça penal resultam da união dos pressupostos e fins dos três parâmetros supra referidos.

Os pressupostos da justiça penal são o conjunto que resulta do somatório dos pressupostos do direito penal, do processo penal e da aplicação da pena. Por sua vez os fins da justiça penal nascem da união dos fins do direito penal, do processo penal e das penas.

O Direito Penal substantivo tem como objecto a tipificação e qualificação, de forma geral e abstracta, de comportamentos humanos, mediante a hierarquização dos bens jurídicos, prescrevendo a sanção para o agente que lese esses bens jurídicos. O Direito Penal tem como pressupostos de aplicação o comportamento humano lesivo de um bem jurídico<sup>47</sup>, ou seja o crime<sup>48</sup> e a respectiva condenação do agente em processo penal. Por sua vez, o fim do Direito Penal que acaba por ser simultaneamente o seu objecto é o ordenamento da vida em sociedade mediante a definição do que é crime e a estatuição da respectiva sanção.

Numa relação de instrumentalidade face ao Direito Penal substantivo, o Direito Processual Penal estabelece o conjunto de regras pelas quais se forma e se rege a demanda penal, ou seja, o processo pelo qual se verifica a ocorrência do crime, se determina o seu agente ou agentes e se aplica a respectiva pena ou medida de segurança.

O processo penal é um conjunto ordenado de actos praticados, conforme o estatuído pela lei processual penal, por pessoas juridicamente legitimadas, com vista à decisão sobre a prática ou não do crime, bem como a aplicação das respectivas sanções penais, no caso de ser aferida a culpa do agente. Os pressupostos processuais penais são as condições necessárias para que se inicie uma marcha processual, são os requisitos sem os quais não é possível existir processo penal ou tão pouco seja proferida uma sentença ou acórdão. Os pressupostos

---

<sup>47</sup> Deve entender-se por bem jurídico um valor ou interesse, digno da tutela penal, bem esse que tanto pode pertencer à pessoa visada pelo crime ou à comunidade em geral.

<sup>48</sup> Conforme o estatuído na alínea a) do artigo 1.º do CPP, ou seja, “o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou medida de segurança criminais.”

processuais podem ser relativos aos sujeitos processuais e ao objecto do processo. Os pressupostos relativos aos sujeitos processuais podem ser referentes ao tribunal, ao Ministério Público ou ao arguido.

A jurisdição e a competência são os pressupostos relativos ao tribunal. A jurisdição, elencada no artigo 202.º da CRP, consubstancia o conjunto de poderes e deveres que permitem ao tribunal decidir os casos que lhe são submetidos para apreciação, a aplicação ou não da respectiva pena ao agente, bem como a execução dessa mesma pena, em suma a “competência para administrar a justiça”<sup>49</sup>. Por seu turno a competência é a parcela de poder jurisdicional que cabe a cada tribunal, ou seja, é a divisão da jurisdição pelos diversos tribunais.

Compete ao Ministério Público, enquanto órgão do Estado, a representação do Estado, a defesa dos interesses que a lei determina, a participação na execução da política definida pelos órgãos de soberania, o exercício da acção penal e a defesa da legalidade democrática<sup>50</sup>. Contrariamente ao Tribunal, o Ministério Público não é um órgão de soberania, mas um “órgão da administração da justiça”<sup>51</sup> e como tal “goza de um estatuto próprio e de autonomia nos termos da lei”<sup>52</sup>. Em especial, em Direito Penal, compete ao MP a recepção e apreciação de denúncias, queixas e participações, bem como o seguimento das mesmas, a direcção do inquérito, a dedução da acusação e defesa da mesma (acusação) na instrução e julgamento e ainda “colaborar com o tribunal na descoberta da verdade e na realização do direito, obedecendo em todas as intervenções processuais a critérios de estrita objectividade”<sup>53</sup>. A ausência da acção penal por parte do Ministério Público desembocará na falta de um pressuposto processual<sup>54</sup> no caso dos crimes públicos ou na falta de um requisito de validade no caso dos crimes semipúblicos ou privados.

Relativamente ao arguido, cumpre distinguir arguido de suspeito, tendo em conta que as palavras em causa não são sinónimos. O suspeito, ao contrário do arguido, não é sujeito processual, pois sobre o primeiro apenas existe o “indício de que cometeu ou se prepara para cometer um crime, ou que nele participou ou se prepara para participar”<sup>55</sup>, por

---

<sup>49</sup> Artigo 202.º da CRP.

<sup>50</sup> Cfr. neste sentido o n.º 1 do artigo 219.º da CRP.

<sup>51</sup> JORGE DE FIGUEIREDO DIAS – *Sobre os sujeitos processuais no novo Código de Processo Penal*, p. 25. *Apud* MARQUES DA SILVA, Germano, *op. cit.*, p. 242.

<sup>52</sup> N.º 2, do artigo 219.º da CRP.

<sup>53</sup> Artigo 53.º do CPP.

<sup>54</sup> A ausência de acção penal do MP consubstancia uma nulidade insanável nos termos do artigo 119.º do CPP.

<sup>55</sup> Alínea e) do artigo 1.º do CPP.



sua vez sobre o arguido recai uma forte suspeita, já relativamente documentada, de ter cometido o crime. Acresce ainda que é necessária, para que uma pessoa possa ser considerada ou reportada como arguida, a sua constituição como tal através de comunicação feita ao próprio pela autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal<sup>56</sup>.

Para que haja processo penal, impõe-se que a partir da acusação já esteja constituído o respectivo arguido, ou seja, que a pessoa a quem se imputa o crime seja conhecida e que lhe tenha sido informado a sua constituição como arguido. Sendo que a inexistência de constituição de arguido resultará numa nulidade processual.

O conceito de acusação, que ora nos importa, acusação pelo MP, encontra-se no artigo 283.º do CPP. Muito sucintamente, no caso do MP, coadjuvado pelos OPC, ter logrado reunir prova e meios de prova que permitam caracterizar os factos e o crime como “suficientemente indiciados”, é obrigatório para o MP deduzir uma acusação tendo em vista submeter o arguido a julgamento (este princípio da legalidade é a regra, mas na pequena e média criminalidade admite excepções como a suspensão provisória do processo e a dispensa de pena nos casos e termos previstos na lei). Por isso mesmo, a acusação deverá conter elementos essenciais, como a identificação do arguido, “imputação do crime e a determinação da espécie e da medida de sanção”<sup>57</sup>, a pronúncia sobre as medidas de coacção e de garantia patrimonial consideradas com necessárias e adequadas.

O objecto do processo é o crime, a prova ou não de que determinado individuo teve uma conduta ou omissão que invoca e impele a tutela do Direito Penal, ou seja, a imputação do facto ao indivíduo, facto esse que desencadeou o processo penal.

O Direito Processual Penal tem como fim a aplicação do direito penal ao caso concreto, ou seja, que o agente que cometeu o crime seja punido, que se faça justiça e que seja restituída a paz e a confiança da população no ordenamento jurídico.

De uma forma muito singela, podem então dizer-se que a punição do agente é conseguida mediante a aplicação de uma pena, através da decisão judicial, fruto do processo penal e do labor do juiz. O crime<sup>58</sup> apresenta-se como o pressuposto base, enquanto conjunto de pressupostos dos quais dependem a aplicação da pena ao agente, no entanto para que haja

---

<sup>56</sup> Nos termos do artigo 58.º do CPP.

<sup>57</sup> Pp, página 743

<sup>58</sup> Enquanto comportamento (acção ou omissão) tipificado como ilícito, culposo e punível.

a aplicação da pena ao agente também tem de haver uma acusação e uma sentença, enquanto resultado de um processo penal.

Cumpram então aprofundar os pressupostos de aplicação das penas e os fins das mesmas. Têm sido diversos os entendimentos históricos e doutrinários relativamente aos fins das penas. Cumpra explicar, ainda que a breve trecho, as teorias sobre os fins das penas e que se agrupam essencialmente em três grandes pólos: as teorias absolutas, as teorias relativas e as teorias mistas ou unificadoras.

As teorias absolutas consideram a pena criminal como um instrumento de “retribuição, expiação, reparação ou compensação do mal do crime”<sup>59</sup>. Do ponto de vista das teorias absolutas a pena seria o espelho do crime, ou seja, a pena enquanto castigo igual ou equivalente ao mal ou dano causado. Centrada num pensamento inspirado pela Lei de Talião, este tipo de teorias adopta como linha básica a ideia de “olho por olho, dente por dente”, ou seja, “pagar na mesma moeda”. Assim sendo, o mal causado pela pena teria de igualar ou compensar o mal causado pelo crime.

No polo oposto às teorias absolutas, situam-se as teorias relativas que consideram a pena como um instrumento de prevenção. As teorias relativas dividem-se por sua vez em dois grandes grupos: as teorias de prevenção geral e as teorias de prevenção especial ou individual. A linha geral de pensamento comum às teorias relativas (geral e especial) considera a pena como um mal que é causado ao agente que praticou o crime, mas também como uma forma de prevenção criminal, sendo este o acento tónico deste grupo de teorias.

Entre as teorias absolutas e as teorias relativas encontram-se as teorias mistas ou unificadoras, que se subdividem em teorias onde “reentra ainda a ideia da retribuição”<sup>60</sup> e teorias da prevenção integral. O primeiro grupo de teorias tenta conciliar a pena, enquanto instrumento de retribuição, com os fins de prevenção geral e especial. Por sua vez as teorias de prevenção integral afastam a ideia de retribuição como fim da pena e tentam conciliar a prevenção geral e especial, enquanto fins das penas. No contexto português os fins das penas são de prevenção geral e especial, sendo a pena aplicada no caso concreto limitada no seu máximo pelo limite da culpa, dentro de uma determinada moldura penal.

---

<sup>59</sup> JORGE DE FIGUEIREDO DIAS – *Direito Penal – Parte Geral, Tomo I*. Coimbra: Coimbra Editora, 2004. ISBN 972-32-1288-9, p. 43.

<sup>60</sup> *Idem, ibidem*, p. 58.

Explicados os pressupostos e fins do direito penal substantivo, do Direito penal processual e das penas pode então concluir-se que os pressupostos da justiça penal são o crime, os pressupostos processuais penais e a respectiva condenação do agente em processo penal, ou seja, a sentença.

Por sua vez os fins da justiça penal são o ordenamento da vida em sociedade mediante a definição do que é crime e a estatuição da respectiva sanção, cuja violação origina o processo penal e culmina com a aplicação de uma pena ao agente que praticou o crime, pena essa que tem fins de prevenção geral e especial.

#### **I.4 - A fase de inquérito e o segredo de justiça**

##### **I.4.1 - A fase de inquérito: enquadramento geral**

O inquérito é uma fase preliminar do processo, ou seja, é a primeira fase do processo penal. Esta fase inicia-se com uma denúncia ou aquisição da notícia do crime<sup>61</sup> e o despacho do Ministério Público para que se inicie ou não a investigação<sup>62</sup> e termina com a decisão, também do MP, de acusar ou não.

Aquando da denúncia ou aquisição da notícia de crime, o MP verificará a legitimidade de quem faz a queixa, denúncia ou participação, se o facto consubstancia um crime ou não e se estão preenchidos os pressupostos legais que permitem que se inicie a marcha processual.

A iniciativa da promoção do processo penal é da competência exclusiva do MP, conforme estatuído no artigo 48.º do CPP, excepto no caso dos crimes particulares e semipúblicos (art. 49.º e 50.º do CPP).

A fase de inquérito, conforme enunciado pelo artigo 262.º do Código do Processo Penal, compreende todas as diligências que se destinam à investigação da existência de um crime, à determinação de quais os agentes responsáveis, quais as respectivas responsabilidades, bem como descoberta e recolha de prova, com a finalidade de submeter ou não, o arguido a julgamento.

---

<sup>61</sup> A aquisição da notícia do crime e a denúncia estão reguladas nos artigos 241.º a 247.º do CPP.

<sup>62</sup> Conforme estatuído no artigo 53.º, nº 2, alínea a) do CPP, compete em especial ao MP “receber as denúncias, as queixas e as participações e apreciar o seguimento a dar-lhes”.

O inquérito, para além da finalidade expressa no artigo 262.º da CRP, tem ainda mais finalidades que embora passem mais despercebidas não são menos importantes.

Ainda em sede de inquérito, compete ao Ministério Público proceder às investigações de modo a fundamentar o pedido de indemnização civil, o valor do dano causado pelo crime e os responsáveis pelo pagamento da indemnização, quando esteja em causa a “representação do Estado e de outras pessoas e interesses”, conforme o estipulado no n.º 3, do artigo 76.º do CPP<sup>63</sup>.

É também na fase de inquérito que se recolhe a prova necessária para fundamentar a aplicação da medida de coacção e garantia patrimonial, medidas essas que apenas podem ser aplicadas quando reunidos os respectivos pressupostos que legitimam a sua aplicação<sup>64</sup>.

A fase de inquérito também se revela importante do ponto de vista económico e social, na medida em que impede denúncias sem fundamento, pois funciona como uma triagem, fundamentada, documentada e comprovada das notícias de crime que devem ou não seguir para julgamento, evitando assim gastos sociais e económicos desnecessários com processos penais que se revelariam inúteis ou infrutíferos.

Serve ainda, a fase de inquérito, para acautelar a imagem e o bom nome do arguido, mediante a prevenção da publicidade negativa que acaba sempre por surgir em qualquer processo penal de cariz mais mediático e que é excepcionalmente agravada quanto mais conhecido do público já for o arguido.

Assim sendo o inquérito tem finalidades distintas: decisão de submeter ou não o arguido a julgamento, fundamentação do pedido de indemnização civil, fundamentação da medida de coacção ou de garantia patrimonial, acautelar denúncias desnecessárias e evitar custos morais para o arguido quando ainda não recaía sobre o mesmo uma suspeita devidamente fundamentada.

A direcção do inquérito está a cargo do Ministério Público coadjuvado pelos órgãos de polícia criminal que actuam sob a sua directa orientação, conforme referido no artigo 263.º do CPP. No entanto, apesar da direcção do inquérito estar a cargo do MP, existem determinados actos ou diligências que em virtude da sua importância, tem de ser ordenados,

---

<sup>63</sup> O n.º 3 do artigo 76.º refere que “compete ao Ministério Público formular o pedido de indemnização civil, em representação do Estado, de outras pessoas e interesses, cuja representação lhe seja atribuída por lei”.

<sup>64</sup> Conforme o estipulado pelo artigo 204.º do CPP, não pode ser aplicada nenhuma medida de coacção e garantia patrimonial, à excepção do Termo de Identidade e Residência, caso não estejam reunidos os respectivos pressupostos.

autorizados ou até praticados pelo juiz de instrução criminal<sup>65</sup> conforme referido pelo artigo 17.º do CPP. O n.º 1 do artigo 268.º e o n.º 2 do artigo 270.º do CPP indicam desde logo os actos que são da competência exclusiva do juiz de instrução, por sua vez o n.º 1 do artigo 269.º refere os actos que devem ser ordenados ou autorizados pelo juiz de instrução, sendo que nos casos enunciados o juiz apenas pratica tais actos mediante requerimento do Ministério público, da autoridade de polícia criminal, do arguido ou do assistente. Trata-se da “reserva de lei” para a prática de actos que contendem directamente com direitos, liberdades e garantias, tal como consagrado no n.º 4, no artigo 32.º da CRP.

A diferença principal entre os actos enunciados nos artigos 268.º e 269.º reside no facto de os actos enunciados no primeiro artigo supra mencionado terem de ser obrigatoriamente praticados pelo juiz, ou seja, pessoalmente praticados pelo juiz de instrução, por sua vez os actos enunciados no segundo artigo supra referido apenas carecem de ser ordenados ou autorizados pelo juiz de instrução.

Em sede de inquérito o MP procurará primeiramente, através das várias diligências, averiguar se houve ou não crime, e a ter havido crime tentará descobrir o respectivo agente. No caso de ser descoberto o agente que praticou o crime, caberá ao MP averiguar, dentro da responsabilidade do agente, se este agiu com dolo ou se acaso é inimputável. Posteriormente, mediante a prova e indícios recolhidos, compete ao MP decidir se arquiva ou suspende provisoriamente o processo, ou se deduz acusação e deste modo submete o arguido a julgamento (artigos 283.º e 262.º do CPP). Findo o inquérito o MP poderá decidir entre três hipóteses: o arquivamento do processo, a suspensão provisória do processo ou a acusação do arguido. Qualquer que seja a decisão do MP terá de ser sempre devidamente fundamentada com base nas provas recolhidas no decorrer do respectivo inquérito.

Os prazos de duração máxima para a conclusão do inquérito (investigação) variam consoante o tipo de crime e a aplicação ou não de medidas de coacção ao arguido, nomeadamente a de obrigação de permanência na habitação ou de prisão preventiva.

O prazo regra, no caso de não haver arguidos presos ou sob obrigação de permanência na habitação, é de oito meses, conforme especificado no artigo 276.º, n.º1 do CPP, sendo esse mesmo prazo reduzido para seis meses no caso de haver arguidos presos ou sob obrigação de permanência na habitação.

---

<sup>65</sup> O artigo 17.º do CPP refere que para além de proceder à instrução e decidir quanto à pronúncia, compete ao juiz “exercer as funções jurisdicionais relativas ao inquérito”, nos termos prescritos no CPP, remetendo desta forma para os artigos 268.º, 269.º e 270.º desse mesmo Código.

O prazo de seis meses é elevado para oito meses, dez meses e doze meses, quando estejam em causa crimes elencados no artigo no n.º2 do artigo 215.º, quando seja qual for o crime o procedimento se apresente excepcionalmente complexo, nos termos da parte final do n.º2 do artigo 215.º ou ainda nos casos elencados no n.º 3 do artigo 215.º.

O prazo de oito meses é elevado nos casos enunciados no n.º3 do artigo 276.º, nomeadamente para catorze meses no caso de crimes elencados no n.º2 do artigo 215.º, para dezasseis meses quando seja qual for o crime o procedimento se apresente excepcionalmente complexo, nos termos da parte final do n.º2 do artigo 215.º, ou ainda para dezoito meses nos casos elencados no n.º 3 do artigo 215.º.

A fase de inquérito caracteriza-se pela investigação da notícia do crime e dos agentes que o praticaram, bem como pela formação do objecto do processo, conformando desta forma todas as fases subsequentes.

#### **I.4.2 - Segredo de justiça: enquadramento geral**

O segredo de justiça determina que não se possa conhecer ou não se possa dar a conhecer os elementos constantes da investigação, sejam actos ou documentos e divide-se em duas vertentes: interna e externa<sup>66</sup>.

O segredo de justiça interno limita o acesso aos autos, pelas pessoas envolvidas na relação processual (arguido, defensor, assistentes, partes civis ou testemunhas), bem como o conhecimento dos “elementos e informações probatórias”<sup>67</sup> dos mesmos. A publicidade interna, ou vista de outra perspectiva, o segredo interno, encontra-se regulado no artigo 89.º do CPP, que estabelece “quando e como pode o processo ser revelado aos sujeitos processuais”<sup>68</sup>, conforme referido por Paulo Pinto de Albuquerque. Por sua vez, o segredo de

---

<sup>66</sup> Embora para efeitos de explanação teórica se possa dividir o segredo de justiça na sua vertente externa e interna, em termos práticos a sua divisão é difícil, sendo que nos casos em que o mesmo seja requerido pelo arguido ou assistente, este valerá tanto na sua vertente interna como externa. Seguimos neste aspecto a posição do Prof. Frederico da Costa Lacerda Pinto ao referir que “a lei não é expressa ao permitir esta opção e ao ser teria de o fazer expressamente, acrescentando ainda que ao permitir o segredo de justiça apenas na vertente externa estaria perante uma forma implícita de acesso aos autos, pelo que o JIC deverá seguir o regime geral do n.º8 do art.86”. PINTO, Frederico da Costa - Publicidade e segredo na última revisão do código de processo penal. *Revista do Centro de Estudos Judiciários*: número especial. Lisboa. N.º9, (1º semestre 2008). p. 21.

<sup>67</sup> SANDRA OLIVEIRA SILVA - *O segredo de justiça no horizonte da reforma do código de processo penal: algumas reflexões*. In *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, Organ. Manuel da Costa Andrade, Maria João Antunes, Susana Aires de Sousa. Coimbra : Coimbra Editora, 2010, 3º vol. p. 1162.

<sup>68</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE - *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. Lisboa: Editora Universidade Católica, 2009, 3ª Edição. ISBN 9789725402283. p. 248.

justiça externo, impede todos os que tiveram contacto com o processo ou que de alguma forma tiveram conhecimento de qualquer acto, documento ou elemento que faça parte do respectivo, de divulgarem ou publicarem, em parte ou no todo, os elementos supra referidos. O artigo 86.º regula o segredo de justiça externo ou a publicidade externa, estabelecendo “quando e como pode o processo ser revelado a terceiros que não são sujeitos processuais”<sup>69</sup>. Estão vinculados ao segredo de justiça todos os que contactam com o processo ou que de alguma outra forma têm conhecimento de elementos do mesmo, abarcando assim todas as pessoas que embora não tenham tido contacto com o processo, tiveram por uma outra via conhecimento do respectivo processo ou elementos constantes do mesmo. O artigo 86.º n.º8, ao abranger através do seu âmbito subjectivo, os jornalistas, impõem-lhes a vinculação ao segredo de justiça, impedindo por esta via a publicidade externa do processo através dos média. Ou seja, ainda que o jornalista tenha conhecimento, por uma outra via, de um processo ou elementos de um processo que esteja em segredo de justiça, o mesmo (entenda-se jornalista) está impedido de publicar qualquer notícia enquanto o processo se mantenha em segredo de justiça<sup>70</sup>.

O segredo de justiça têm uma vocação claramente funcional, valendo então em virtude dos interesses que visa proteger, sejam esses interesses particulares ou públicos (protecção da investigação e prossecução da justiça), usufruindo por isso mesmo de dignidade e tutela constitucional através do n.º 3 do artigo 20.º da CRP. Embora a regra, em sede de inquérito seja actualmente a publicidade, nem sempre foi assim e antes da reforma de 2007 vigorava em sede de inquérito (entenda-se investigação criminal) o segredo de justiça, situação que se inverteu, passando então a regra a ser a da publicidade do processo.

Na anterior redacção do CPP, estabelecia-se que o processo se mantinha em segredo de justiça em três situações<sup>71</sup>:

1. Caso a instrução não fosse requerida, o segredo de justiça manter-se-ia até findar o prazo para o requerimento da instrução.

---

<sup>69</sup> *Idem, ibidem*, p. 236.

<sup>70</sup> Com opinião diversa o Dr. Rangel defende que quando a informação publicada pelo jornalista resulte de investigação jornalística, o jornalista pode divulgar essa mesma informação, no entanto e tendo em conta, como referido pelo Dr. Rangel, que hoje em dia, em Portugal não há jornalismo de investigação, somos forçados a concluir que ainda que se admita tal excepção referida pelo Dr. Rangel a mesma não terá nenhum efeito útil em termos práticos pois os jornalistas, pelo menos a grande maioria, não poderá publicar nenhuma informação. Cfr a este propósito a resposta às perguntas n.º 3 e 12 da entrevista, disponível no Anexo III da presente dissertação, p.182 e 193. Optamos por uma questão de coerência sistemática, por força de argumentos de cariz mais pragmático e ainda por força do argumento literal, manter a posição defendida.

<sup>71</sup> Conforme apontado por MÁRIO FERREIRA MONTE - *O Segredo de Justiça - Algumas questões postas a propósito da anunciada alteração do seu regime*. In *Maia Jurídica*, Ano IV, n.º1, p. 18.

2. Havendo instrução, o processo manter-se-ia secreto até ao recebimento do requerimento para a abertura da instrução, caso fosse requerida pelo arguido e se nesse mesmo requerimento este não se opusesse á publicidade do processo.

3. Havendo instrução e sendo esta requerida pelo arguido mas opondo-se este à publicidade do processo, o segredo manter-se-ia até ao despacho de pronúncia ou não pronúncia.

A regra de ouro em sede de inquérito era o segredo de justiça. Nesta medida, o segredo de justiça em sede de investigação não dependia de um qualquer requerimento formulado pela parte interessada, mas resultava de uma norma abstracta que o consagrava em toda a sua plenitude.

Ao regime do segredo de justiça eram apontadas diversas críticas que podem ser divididas em dois grupos principais: as críticas apontadas à vertente interna e as críticas apontadas à vertente externa do segredo de justiça. O segredo de justiça, na sua vertente interna, era criticado essencialmente por fragilizar a defesa do arguido, afinal através da aplicação do segredo de justiça interno este ficava impedido de consultar os autos.

À vertente externa do segredo de justiça, eram apontadas críticas de outra ordem mas não menos duras. Desde logo, enquanto elemento repressivo da liberdade de imprensa, liberdade de expressão e informação (na sua tríplice configuração como direito de informar, ser informado e informar-se) enquanto direitos constitucionalmente consagrados. Outra crítica apontada e decorrente da primeira, era o facto de não existir uma regulação eficiente do acesso dos meios de comunicação social ao processo<sup>72</sup>. Como resultado da dialéctica que se estabelecia entre as diversas forças que se congregavam em torno do processo (sujeitos processuais, MP, polícia e média), não raras as vezes se criavam conflitos de interesses entre os média, os sujeitos processuais e operadores judiciais, em virtude da publicação dos nomes de suspeitos ou vítimas ou de outros dados constates dos autos, que na maioria das vezes conduziam a um julgamento em praça pública ou “trial by newspaper”<sup>73</sup>.

A impunidade da violação do segredo de justiça por parte dos jornalistas avolumava o rol de críticas apontadas ao funcionamento do respectivo regime, ao ponto de ser afirmado

---

<sup>72</sup> Cfr. neste sentido INÊS FERREIRA LEITE – *Segredo ou Publicidade? A tentação de Kafka na Investigação Criminal*. [Em linha]. In CONFERÊNCIA SOBRE O SEGREDO DE JUSTIÇA, LISBOA, 2010. Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2010. [Consult. 30 Abr. 2012]. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/43630652/A-tentacao-de-Kafka> p. 3.

<sup>73</sup> SANDRA OLIVEIRA SILVA - *Um primeiro olhar sobre as alterações ao regime do Segredo de justiça*. [Em linha]. In *Maia Jurídica*, ano V, nº2, (Julho-Dezembro 2007). p. 35- 53. [Consult. 27 Abr. 2012]. Disponível em [http://sigarra.up.pt/fdup/publs\\_pesquisa.formview?p\\_id=1281](http://sigarra.up.pt/fdup/publs_pesquisa.formview?p_id=1281)



“que tal violação se encontrava institucionalizada”<sup>74</sup>. Desta mesma opinião partilha o Dr. Rangel que considera que “tínhamos segredo de justiça, mas na prática era como se não tivéssemos segredo de justiça”<sup>75</sup>, não obstante de a “lei dizer que na fase de inquérito estava tudo subordinado ao segredo de justiça”, essa mesma lei “era, seguramente, a lei mais violada em Portugal”<sup>76</sup>. Reportando-se ao regime actual, mas na senda desta mesma ideia, de que não há um cumprimento do segredo de justiça e logo uma violação do mesmo comumente aceite, surgem as palavras da Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho, ao referir que “o sistema português já proíbe que se divulguem informações de processos em segredo de justiça, só que ninguém cumpre e portanto o que toda a gente grita é “vamos ter que cumprir”<sup>77</sup>.

Com a reforma de 2007, pretendia-se superar as críticas apontadas ao segredo de justiça por diversos sectores, consagrando-se maior amplitude à publicidade do processo e limitando o âmbito do segredo de justiça. A regra passa a ser a publicidade do processo, em fase de inquérito entenda-se, e o segredo de justiça a respectiva excepção<sup>78</sup>.

Na configuração pós-reforma 2007, o segredo de justiça sofreu uma profunda reformulação, cumpre então enunciar, as alterações consagradas com a reforma.

O segredo de justiça, na sua vertente interna fica desde logo limitado, ao ser permitida a consulta dos autos por parte dos sujeitos processuais, desde que não haja prejuízo para a investigação criminal (art.º 276.º, “ex vi” art.º 89.º, n.º 6).

Quando esteja em causa um processo em segredo de justiça, é permitido o acesso aos autos para consulta de elementos, obtenção de extractos ou certidões, mediante requerimento do arguido, assistente, ofendido, lesado e responsável civil, desde que o MP não se oponha.

Havendo oposição do MP a esta pretensão, o requerimento é presente ao JIC, que decide por despacho irrecorrível, mediante a ponderação dos interesses da investigação e do

---

<sup>74</sup> Cfr. ANDRÉ LEITE – *Segredo de Justiça interno, Inquérito, Arguido e seus Direitos de Defesa*. In *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 2006, p. 561. Apud SILVA, Sandra Oliveira - *O segredo de justiça no horizonte da reforma do código de processo penal: algumas reflexões*. In *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, Organ. Manuel da Costa Andrade, Maria João Antunes, Susana Aires de Sousa, Coimbra: Coimbra Editora, 2010, 3º vol., p. 1164.

<sup>75</sup> Cfr. a resposta à pergunta n.º 1 da entrevista ao Dr. Rui Rangel, presente no Anexo III da presente dissertação, p.180.

<sup>76</sup> *Ibidem*.

<sup>77</sup> Cfr. a resposta à pergunta n.º 7 da entrevista à Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho, presente no Anexo II da presente dissertação, p.171.

<sup>78</sup> Na óptica da Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, opinião que subscrevemos, “esta alteração veio introduzir factores de grande confusão e perturbação” sendo que “A alteração para a regra da publicidade transformou-se num factor perturbador da recolha de prova na medida em que na fase preliminar o objecto do processo não está fixo”. Cfr. resposta à pergunta n.º 1 da entrevista à Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, disponível no Anexo I, p.156.

requerente. Neste caso, o juiz deve ponderar entre os interesses da investigação tal qual como configurados pelo MP e os interesses do requerente, não devendo por isso ajuizar somente os interesses da investigação *per si*.

Cumpra ainda referir que findos os prazos do inquérito estatuídos no art.º 276.º do CPP, cessa o segredo de justiça, podendo o processo a partir desse momento ser consultado pelos sujeitos processuais. Os prazos supra referidos, até à reforma de 2007, funcionavam como prazos meramente ordenadores, no entanto após a respectiva reforma, perderam a natureza meramente indicativa.

Actualmente o desrespeito pelos prazos enunciados acarreta o fim do segredo de justiça e como foi anteriormente referido confere a hipótese de consulta dos autos com fundamento na possibilidade das partes processuais poderem auxiliar na descoberta da verdade, ora contribuindo para a prova, ora requerendo diligências.

Não obstante esta solução legalmente consagrada, ainda é possível ao MP, mediante requerimento ao Juiz de Instrução Criminal, prolongar durante mais três meses o segredo de justiça, ou numa outra perspectiva adiar o acesso aos autos.

Presentemente a publicidade externa ou interna, na fase de inquérito, fica então apenas limitada em dois casos:

1. Através de despacho judicial, solicitado mediante requerimento do MP ou dos sujeitos processuais e estando em causa interesses da investigação ou direitos fundamentais dos sujeitos ou participantes processuais.
2. Estando em causa interesses da investigação, o MP decide através de despacho, dependente de validação judicial, manter o segredo de justiça.

Ainda no âmbito das alterações operadas com a reforma de 2007, cumpre salientar que o âmbito subjectivo do segredo de justiça também sofreu alterações.

Anteriormente à revisão de 2007, a doutrina dividia-se quanto ao entendimento relativamente ao âmbito subjectivo do artigo 371.º do C.P., que se refere ao crime de violação do segredo de justiça. Parte da doutrina entendia que o âmbito subjectivo do artigo supra referido não abrangia os jornalistas e outra parte da doutrina considerava que o respectivo âmbito subjectivo abrangia os jornalistas, ou seja, que os jornalistas também estavam vinculados ao segredo de justiça e que por isso poderiam cometer o crime decorrente da violação do mesmo. A revisão terminou com a querela doutrinária através da alteração do n.º 8, do artigo 86.º. Actualmente a doutrina considera unanimemente que tendo em conta a actual redacção do artigo 86.º, n.º 8 em conjugação com o artigo 371.º os jornalistas estão

vinculados ao segredo de justiça, mediante a sua inclusão no respectivo âmbito subjectivo do segredo de justiça e que por isso podem cometer o crime de violação do segredo de justiça<sup>79</sup>.

Cumpra então reter os traços gerais do actual regime do segredo de justiça ou publicidade do processo<sup>80</sup>.

Presentemente a regra é a publicidade do processo<sup>81</sup>, sendo que apenas em alguns casos haverá lugar para a aplicação do segredo de justiça, cuja validação dependerá sempre do JIC<sup>82</sup>. O JIC validará o segredo de justiça, quando tal seja requerido pelo MP, arguido assistente ou ofendido, quando esteja em causa a protecção da investigação ou direitos dos sujeitos ou participantes processuais. Para que haja validação do segredo de justiça por parte do JIC, sendo este um acto da sua competência, os fundamentos para aplicação desse mesmo segredo de justiça, bem como os interesses que lhe servem de base deverão ser minimamente indicados, ou seja, têm de ser indicados em concreto as razões e os elementos que fundamentam a aplicação do segredo de justiça naquele processo em concreto, não bastando uma invocação de fundamentos de cariz geral e abstracto.

Enquanto acto decisório do JIC, validação da aplicação do segredo de justiça obriga a uma análise dos fundamentos invocados e não se bastando com uma análise meramente formal, tendo em conta a importante função do JIC, enquanto garante de direitos fundamentais. Fora do âmbito das situações enunciadas o JIC, a pedido do MP, poderá ainda prolongar por um prazo máximo de três meses o segredo de justiça, prorrogável apenas uma vez só. O pedido de prorrogação de prazo deve ser sempre formulado “antes de expirado o prazo do inquérito previsto no art. 276.º do CPP”<sup>83</sup>. Tal prorrogação de prazo, que poderá ser por um prazo máximo de seis meses, apenas poderá ocorrer “quando o acesso aos autos puser

---

<sup>79</sup> Em acordo com o ora defendido invocamos a resposta a Dr.ª Sofia Pinto Coelho, que concordou em absoluto quando questionada se os jornalistas também deviam ser sancionados pela violação do segredo de justiça. No entanto levanta-se contudo a questão da dificuldade da prova, enunciada pela Dr.ª Maria José Morgado, aquando da respectiva entrevista. Cfr. a resposta à questão n.º 8 da entrevista, disponível no Anexo I da presente dissertação, p.159.

<sup>80</sup> Temos em crer que tendo em conta o actualmente regime faz mais sentido a referência ao regime da publicidade do processo e não ao regime do segredo de justiça, considerando que a sua aplicação (do segredo de justiça) é essencialmente residual e excepcional, sendo a regra a publicidade do processo.

<sup>81</sup> O actual regime é considerado pelo Dr. Rangel como o correcto e que em nada prejudica a investigação do MP, referindo o mesmo que quando são casos de maior gravidade “se o MP quiser mesmo preservar o segredo de justiça, pode fazê-lo no modelo actual”. Cfr. a resposta à pergunta n.º 1 da entrevista ao Dr. Rui Rangel, presente no Anexo III da presente dissertação, p.180.

<sup>82</sup> A validação do segredo de justiça por parte do JIC dependerá sempre de uma análise casuística.

<sup>83</sup> TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA - *Processo n.º 1224/04, Rec. Penal, de 27 de Outubro de 2004*, Relator Orlando Gonçalves. [Em linha]. Coimbra: Tribunal da Relação de Coimbra, 2004. [Consult. 10 Jul. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b4fa0d353355ea6a8025724600615251?OpenDocument&http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/30b0d589c00ebf4e80256f54003c640d?OpenDocument>.

em causa gravemente a investigação, se a sua revelação criar perigo para a vida, integridade física ou psíquica ou para a liberdade dos participantes processuais ou vítimas do crime”<sup>84</sup>.

Actualmente a invocação e aplicação do segredo de justiça apenas sobrevive para casos muito circunscritos, sendo a sua aplicação praticamente de carácter residual, quando os interesses em causa, sejam referentes à investigação, aos sujeitos ou participantes processuais, imponham a necessidade da aplicação do segredo de justiça<sup>85</sup>.

### **I.4.3 - O segredo de justiça como instrumento de protecção da investigação**

Munidos dos conceitos e quadros legais do segredo de justiça e da fase de inquérito, durante a qual decorre a investigação, cumpre então analisar os motivos por detrás da necessidade do segredo de justiça durante esta fase, concentrando a atenção no segredo de justiça como instrumento de protecção da investigação.

Qual a utilidade prática do segredo de justiça em sede de inquérito (investigação criminal), qual o seu sentido útil, em termos práticos para a protecção da investigação?

Estas questões são o ponto de partida a partir das quais se tentará descortinar a relação entre o segredo de justiça (na sua vertente externa e interna) e a investigação criminal.

No geral o segredo de justiça em sede de investigação criminal, visa acautelar quer interesses públicos quer interesses privados, mas por ora centra-se a análise no segredo de justiça como instrumento de protecção da investigação e por isso na protecção de um interesse público.

Primeiramente cumpre definir investigação criminal e os interesses da mesma, para posteriormente explanar a necessidade do segredo de justiça (interno e externo) enquanto instrumento de protecção da investigação, bem como o funcionamento do regime do segredo de justiça.

A investigação criminal, tal como o inquérito, define-se como “o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as

---

<sup>84</sup> *Ibidem*.

<sup>85</sup> Acresce ainda, conforme referido pela Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, “A legislação que estabelece o princípio da publicidade portanto para as fases preliminares de inquérito não dá de facto uma efectiva e adequada protecção do segredo de justiça que até tem consagração constitucional”. Cfr. resposta à questão n.º 5 da entrevista, disponível no Anexo I, p.158.

provas, no âmbito do processo”<sup>86</sup>. Assim, podem ser configurados como objectivos da investigação, a descoberta da verdade material dos factos que consubstanciam o crime, a descoberta dos agentes que o praticaram e a recolha e preservação da prova, de acordo e com respeito pelo legalmente estipulado e por todos os princípios de um Estado de Direito.

O êxito da investigação corresponde ao cumprimento dos objectivos supra enunciados e que são alcançados precisamente através da realização de todas as diligências necessárias ou que se afigurem como necessárias no caso concreto para a descoberta, recolha e preservação das provas que permitem a reconstrução do crime e a identificação dos seus agentes, sempre com respeito pelo legalmente estipulado e por todos os princípios de um Estado de Direito. Note-se que o êxito da investigação não é, nem deve ser tido, como um interesse menor pois daqui decorre um julgamento mais justo e mais célere, bem como uma melhor administração da justiça, no interesse e em nome de todos os cidadãos<sup>87</sup> que desejam sentir-se seguros e que confiam no bom funcionamento da justiça, em suma “o acesso ao direito e tutela jurisdicional efectiva”<sup>88</sup>. Como se referiu anteriormente o segredo de justiça tem uma natureza claramente funcional, ou seja, apenas existe por força da função que desempenha, no caso ora em apreço por necessidade de protecção da investigação, que tem como fito a prossecução da justiça e a boa administração da mesma<sup>89</sup>. Mas em que medida contribui ou poderá contribuir o segredo de justiça para a protecção da investigação e para o êxito da mesma?

Avançando desde já uma resposta a esta questão, recolhemos aquando da entrevista à Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho, a afirmação peremptória de que “o segredo de justiça é evidentemente essencial para a protecção da investigação”<sup>90</sup>, sendo que conforme referido pela Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, “normalmente nós [MP] requeremos sempre o segredo de justiça, nos casos de criminalidade grave, criminalidade económico-financeira, criminalidade violenta, organizada”<sup>91</sup>. Partindo da premissa de que o segredo de justiça é essencial para a

---

<sup>86</sup> Conforme enunciado no art. 1.º da Lei da Organização da Investigação Criminal. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – *Lei da Organização da Investigação Criminal, Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto*. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 2008. [Consult. 01 Mai. 2012]. Disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=221&tabela=leis&](http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/lei_mostra_articulado.php?nid=221&tabela=leis&)

<sup>87</sup> Conforme enunciado no art. 202.º da CRP que refere a administração da “Justiça em nome do povo”.

<sup>88</sup> Invocamos a este propósito o artigo 20.º da CRP., em especial a respectiva epígrafe que sintetiza direitos fundamentais e que responde a um desejo de justiça e que se faça justiça, sentido por todo e qualquer cidadão.

<sup>89</sup> A este propósito invocamos a resposta do Dr. Rangel à questão n.º 3, onde refere claramente que uma das razões para um processo estar em segredo de justiça é precisamente a preservação da estratégia da investigação e “dar êxito à recolha de determinado tipo de informação”. Cfr a este propósito a resposta à pergunta n.º 3 da entrevista, disponível no Anexo III da presente dissertação, p.182.

<sup>90</sup> Cfr. a resposta à pergunta n.º 3 da entrevista, disponível no Anexo II da presente dissertação, p.169.

<sup>91</sup> Cfr. a resposta à pergunta n.º 1 da entrevista, disponível no Anexo I da presente dissertação, p.156.

protecção da investigação e que normalmente é apenas requerido em casos extremos, cumpre dividir a resposta, à questão supra enunciada, em duas partes, por um lado centrando a análise na vertente interna do segredo de justiça e por outro lado na sua vertente externa. Quer na sua vertente interna quer na sua vertente externa, o segredo de justiça serve para acautelar ou defender interesses públicos em sede de investigação criminal, ou seja, em sede de inquérito.

“O segredo é fundamental para a investigação, é aquilo mesmo que serve de justificação ao próprio inquérito.”<sup>92</sup>, assim o refere o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, pelo deverá o MP estabelecer o segredo de justiça sempre que “os interesses da investigação ou os direitos dos sujeitos processuais o justifiquem”<sup>93</sup>.

Na sua vertente interna, o segredo de justiça vincula os sujeitos processuais, limitando o tempo e a forma em que os mesmos terão acesso ao processo, servindo desde logo para acautelar as provas que já constam dos autos ou futuras provas, para garantir a segurança das testemunhas e/ou até do próprio arguido. O segredo de justiça ao impedir o acesso aos autos, previne que os sujeitos processuais envolvidos tenham conhecimento de determinadas diligências e com base nesse mesmo conhecimento possam de alguma forma subtrair, alterar ou impedir que determinadas provas cheguem ao conhecimento do MP.

Centremos a atenção nalguns exemplos práticos que permitirão trazer alguma clareza ao raciocínio ora explanado. Pensemos num processo com três arguidos, cinco assistentes e oito testemunhas. Um dos arguidos toma conhecimento de uma diligência que poderá eventualmente ser decisiva no que se refere à prova da sua culpa, ilibando no entanto os outros dois arguidos.

Que fará então o arguido realmente culpado? Não tentará ele, com base no instinto de sobrevivência, frustrar essa mesma diligência ou eventualmente tentar deturpar ou subtrair a prova de algum modo? Respondendo a esta questão são elucidativas as palavras de Souto Moura, doutamente citado no Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, ao referir que “ ao suspeito ou arguido que tenha sido autor de um crime, não interessa, em regra, a descoberta da verdade. Interessar-lhe-á, sim, o maior benefício pessoal possível, o que pode passar pela

---

<sup>92</sup> TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO - *Rec. Penal n.º 6093/08, de 04, de Março de 2009*, Relator Jaime Paulo Tavares Valério. [Em linha]. Porto: Tribunal da Relação do Porto, 1.ª Secção, 2009. [Consult. 29 Abr. 2012]. Disponível em [http://www.trp.pt/jurisprudenciacrime/crime08\\_6093.html](http://www.trp.pt/jurisprudenciacrime/crime08_6093.html)

<sup>93</sup> TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO - *Processo n.º 2007/08-4, Rec. Penal, de 28 de Maio de 2008*, Relator Maria Elisa Marques. [Em linha]. Porto: Tribunal da Relação do Porto, 4.ª Secção, 2.ª Secção Criminal, 2008. [Consult. 18 Jun. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/8dcd79b33914a7158025745d0034aa9d?OpenDocument>

destruição de provas ou por dificultar o acesso às mesmas”<sup>94</sup>. Retomando o exemplo, vejamos a situação da perspectiva dos assistentes. Suponhamos que um dos assistentes em causa é inimigo de longa data de um dos arguidos e, que no decorrer da investigação será feita uma diligência nos arredores da casa desse mesmo arguido, não poderá eventualmente esse mesmo assistente, procurar “oferecer novas provas”<sup>95</sup>?

Neste aspecto são também válidas as palavras de Souto Moura, embora aplicadas no sentido inverso e que tão bem explicam o comportamento mais provável de se registar, ou seja o grau de probabilidade de o referido assistente poder “oferecer novas provas” é elevado.

Centrando a atenção no mesmo exemplo, mas desta feita na óptica das testemunhas, até que ponto estará uma testemunha capaz de seguir para julgamento, tendo sido eventualmente contactada por um arguido ou um assistente? Até que ponto o seu testemunho será fidedigno quando obnubilado pelo medo ou pela compaixão?

Invocamos a declaração de voto vencido do Juiz-Desembargador Luís Augusto Teixeira<sup>96</sup>, que constatou a necessidade do processo se manter em segredo de justiça, face às ameaças feitas à vítima, nomeadamente com armas de fogo. Temos em crer que nenhuma testemunha ou assistente face aos olhares intimidadores do arguido, face a ameaças à sua integridade física ou até a um olhar mais cerrado do defensor do arguido, quererá continuar a fazer parte da marcha processual. Novamente neste caso o processo poderia e, provavelmente perderia elementos de prova essenciais, nomeadamente a prova testemunhal. Note-se que em processos onde a prova testemunhal é crucial para a descoberta da verdade material, tal acontecimento poderia prejudicar gravemente a investigação.

Consideramos que todas estas questões são pertinentes e que podem muito bem decorrer em sede de investigação, em crimes cujo segredo de justiça seja efectivamente necessário e, não seja estabelecido ou seja descurado, sendo possível por isso o acesso dos sujeitos processuais aos autos. É possível equacionar tantas hipóteses quantas aquelas que a imaginação humana permite, sendo certo que a subtracção ou a alteração de prova está muito mais facilitada nos casos em que a criminalidade é complexa e altamente organizada, ou

---

<sup>94</sup> JOSÉ SOUTO DE MOURA - *Comunicação Social e Segredo de Justiça Hoje*. In *Estudos De Direito da Comunicação*, p. 77. Apud TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO - *Processo n.º 2007/08-4, Rec. Penal, de 28 de Maio de 2008*, Relator Maria Elisa Marques. [Em linha]. Porto: Tribunal da Relação do Porto, 4.ª Secção, 2.ª Secção Criminal, 2008. [Consult. 18 Jun. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/8dcd79b33914a7158025745d0034aa9d?OpenDocument>

<sup>95</sup> “Oferecer novas provas” deve ser entendido no sentido de colocar falsas provas à disposição MP.

<sup>96</sup> Expressa no TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO - *Rec. Penal n.º 6093/08, de 04, de Março de 2009*, Relator Jaime Paulo Tavares Valério. [Em linha]. Porto: Tribunal da Relação do Porto, 1.ª Secção, 2009. [Consult. 29 Abr. 2012]. Disponível em [http://www.trp.pt/jurisprudenciacrime/crime08\\_6093.html](http://www.trp.pt/jurisprudenciacrime/crime08_6093.html).

então em que o próprio crime para lá dos danos imediatos gera sequelas que apenas o tempo deixa a descoberto.

Nos casos de criminalidade complexa e altamente organizada torna-se praticamente impossível *ab initio* gizar uma estratégia de investigação definitiva, todas as diligências que vão ser efectuadas, ou até prever toda a investigação do início ao fim, tendo em conta todas as múltiplas variáveis e intervenientes envolvidos (vários arguidos, arguidos com algum poder económico ou social ou altamente concertados nas suas acções criminosas), pelo que a descoberta de prova obriga a um esforço adicional que não é necessário nos casos de crimes “mais simples”, como por exemplo no caso de um roubo com detenção em flagrante delito, cometido apenas por um único agente.

Nestes casos, deve impor-se o segredo de justiça interno que serve precisamente para acautelar a prova e proteger as testemunhas, garantido que nada se perde no decorrer da investigação e que esta é levada a bom termo, cumprindo os seus objectivos. As sábias palavras de Frederico Lacerda da Costa Pinto, citado no Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, são elucidativas ao referir que “não há investigação criminal bem-sucedida, em especial na criminalidade organizada, complexa ou sofisticada, sem uma envolvente mínima de segredo e não pode haver uma acusação seriamente sustentada se, antes de a mesma ser deduzida, a investigação de apoio tiver sido confrontada com manipulação ou destruição das provas, adulteração dos factos e ocultação de eventuais testemunhas”<sup>97</sup>.

Contra o segredo de justiça interno e, no que se refere em específico à sua função de protecção da investigação, têm sido erigidos diversos argumentos baseados nos princípios da igualdade de armas, do direito de defesa (que sintetiza diversos princípios, mas que por questões da sua especial relevância no ordenamento jurídico nacional e internacional é equacionada autonomamente por alguns autores<sup>98</sup>) e do contraditório<sup>99</sup>.

Temos em crer que não obstante a importância de tais princípios, os argumentos discurridos a partir dos mesmos acabam por perder um pouco o seu vigor quando equacionados ao lado do segredo de justiça e da sua função. Não queremos com isto

---

<sup>97</sup> FREDERICO LACERDA DA COSTA PINTO – *Segredo de justiça e acesso ao processo*. In *Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais*, p. 70. Apud TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO - *Rec. Penal n.º 6093/08, de 04, de Março de 2009*, Relator Jaime Paulo Tavares Valério. [Em linha]. Porto: Tribunal da Relação do Porto, 1.ª Secção, 2009. [Consult. 29 Abr. 2012]. Disponível em [http://www.trp.pt/jurisprudenciacrime/crime08\\_6093.html](http://www.trp.pt/jurisprudenciacrime/crime08_6093.html).

<sup>98</sup> Nomeadamente por GERMANO MARQUES DA SILVA, *op. cit.*

<sup>99</sup> Invocamos as palavras da Dr.ª Maria José Morgado, em resposta à questão n.º 3 da entrevista, ao referir que o segredo de justiça nunca configurou uma limitação ao direito de defesa do arguido e ao princípio da igualdade de armas, sendo que tal só sucederia “se o inquérito fosse mal dirigido”. Cfr. resposta à questão n.º 3 da entrevista, disponível no Anexo I, p.157.



significar que tais princípios ou direitos que deles decorrem sejam menores face aos interesses acautelados pelo segredo de justiça, mas tão-somente que se deve atentar, com base numa análise casuística, até que ponto a invocação desses mesmos direitos não servirá interesses ilegítimos. Sublinhamos o facto de ser sempre necessária uma análise casuística, de ponderação dos concretos valores em causa.

A este propósito são relativamente esclarecedoras as palavras da Dr.<sup>a</sup> Cândida Almeida, aquando da sua intervenção na Conferência “Investigação criminal e segurança”<sup>100</sup>, ao criticar o facto de os arguidos por vezes fazerem uso dos seus direitos de forma abusiva, atrasando por isso a marcha do processual penal em causa, citando como exemplo o processo “Portucale”.

Cumprе então analisar, ainda que a breve trecho, os argumentos extraídos desses mesmos princípios. O princípio da igualdade está constitucionalmente consagrado e implica que seja dado “tratamento igual a situações essencialmente iguais e tratamento desigual a situações desiguais”<sup>101</sup>, por sua vez o princípio da igualdade de armas pressupõe a igualdade entre defesa e acusação, arguido e Ministério Público. No entanto, e conforme referido no douto Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, tal não implica um “tratamento de igualdade matemática no que concerne aos direitos, faculdades e deveres atribuídos ao Ministério Público e ao Arguido”<sup>102</sup>, desde que seja respeitado e cumprido “princípio da igualdade constitucionalmente consagrado”<sup>103</sup>. De facto, não é suposto que arguido e Ministério Público estejam no mesmo patamar no que se refere a disporem dos mesmos instrumentos ou meios de defesa das respectivas posições, ou seja, a igualdade não se mede por ambos terem os mesmos meios, mas que esses instrumentos, diferentes na sua essência, pois também o é a posição destes sujeitos processuais, forneçam meios efectiva e igualmente eficazes de defesa da tese, seja de acusação ou de defesa. Ilustrando o que ora tentamos explicar, chamamos à colação o raciocínio tecido<sup>104</sup> por Santos Cabral que entende que a

---

<sup>100</sup> VALENTINA MARCELINO - *Conferência Cândida Almeida critica utilização abusiva dos direitos dos arguidos*. [Em linha]. Junho de 2010. [Consult. 05 Jun. 2012]. Disponível em [http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=1595164](http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=1595164)

<sup>101</sup> TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA - *Processo n.º 1224/04, Rec. Penal, de 27 de Outubro de 2004*, Relator Orlando Gonçalves. [Em linha]. Coimbra: Tribunal da Relação de Coimbra, 2004. [Consult. 10 Jul. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b4fa0d353355ea6a8025724600615251?OpenDocument&http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/30b0d589c00ebf4e80256f54003c640d?OpenDocument>

<sup>102</sup> *Ibidem*.

<sup>103</sup> *Ibidem*.

<sup>104</sup> Reportamo-nos ao seguinte “O Ministério Público tem um dever de objectividade orientado para a descoberta da verdade, o arguido tem o direito ao silêncio, a acusação tem o ónus da prova o arguido goza da presunção de

cada dever do Ministério Público corresponde um direito do arguido. Assim sendo ao direito ao silêncio do arguido corresponde o “dever de objectividade orientado para a descoberta da verdade”<sup>105</sup>, à presunção de inocência do arguido corresponde o ónus da prova da culpa por parte do Ministério Público, e por último o Ministério Público aquando da demanda pela descoberta da verdade pode actuar no interesse do arguido, no entanto este último actuará sempre no seu próprio interesse, seja este a descoberta ou não da verdade. Retomando o exemplo já esboçado, facilmente se chegará à conclusão que o arguido verdadeiramente culpado não oferecerá quaisquer provas aos autos que o incriminem e, nesse caso não estaremos também perante uma situação em que não há igualdade de armas?<sup>106</sup> Afinal esse arguido terá eventualmente na sua posse a prova do crime.

Ainda na refutação do princípio da igualdade de armas, como argumento contra o segredo de justiça interno, podem ser invocados os direitos enunciados no artigo 61.º, em especial as alíneas a) e g) que permitem ao arguido participar nos actos processuais que directamente lhe digam respeito e ainda oferecer provas aos autos e requerer diligências.

Relativamente aos argumentos discorridos a partir dos princípios do direito à defesa<sup>107</sup> e do contraditório, temos também em crer que uma análise mais atenta permite a sua refutação. Quanto ao direito à defesa, o seu conteúdo mínimo estará sempre assegurado contando que seja dado a conhecer ao arguido os elementos necessários à sua defesa. No caso de ser concedido o acesso ao processo com base no artigo 89.º do CPP, conforme sucede actualmente, ficará sempre assegurado o direito à defesa do arguido.

Note-se ainda que o arguido dispõe sempre do exercício do contraditório em sede de instrução (quando requerida), em sede de julgamento ou até em sede de recurso, ainda que não o possa fazer no inquérito (quando não haja prisão preventiva, pois a haver há exercício do contraditório relativamente a essa medida de coacção e aos seus fundamentos), afinal não

---

inocência, o Ministério Público investiga e pode actuar no interesse exclusivo do arguido a defesa tem o direito de agir unilateralmente”. SANTOS CABRAL – *A prisão preventiva: análise do sistema*. [Em linha]. In *Na Ordem do dia*, p. 12-15. [Consult. 12 Jun. 2012]. Disponível em <http://www.oa.pt/Uploads/%7BD86BD556-A31E-4BAA-9237-E8F2464AD1E1%7D.pdf>.

<sup>105</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>106</sup> Contra os exemplos esboçados pode ser invocado o princípio da presunção da inocência, no entanto temos em crer que tal argumento não procede em virtude de o arguido continuar a ser reportado como inocente, em sede de julgamento, pois o ónus da prova da culpa cabe à acusação e em caso de dúvida prevalecerá sempre o princípio *in dubio pro reu*.

<sup>107</sup> José Lobo Moutinho defende a ideia de que o segredo de justiça na sua vertente interna é desde logo uma restrição ao direito de defesa do arguido, conforme ora explanado não partilhamos de tal opinião. Cfr. JOSÉ LOBO MOUTINHO – *A limitação temporal do segredo do processo relativamente ao arguido. O pós- Acórdão nº 428/08 do Tribunal Constitucional*. [Em linha]. [Consult. 01 Mai. 2012]. Disponível em <http://www.servulo.pt/xms/files/Newsletter/-A limita 347 343o temporal do segredo do processo relativamente ao arguido-.pdf>

cabe no âmbito deste o último (entenda-se no âmbito do inquérito) o julgamento dos factos, mas tão-somente a recolha de prova.

A tese ora defendida relativamente a esta questão, segredo de justiça, igualdade de armas, direito defesa do arguido, e princípio do contraditório, vai de encontro ao doutamente decidido pelo TEDH no julgamento Lamy Vs. Reino da Bélgica<sup>108</sup>. Neste julgamento, o Tribunal decidiu por unanimidade, que não era respeitado o princípio da igualdade de armas no caso em que o Ministério Público não permitisse ao arguido ou ao advogado de defesa conhecer o conteúdo dos autos, na parte onde estavam consignados os elementos que serviam para a fundamentação da manutenção da prisão preventiva. Sendo que fora deste âmbito parece não haver violação dos princípios supra mencionados.

Temos em crer que desta forma os argumentos discorridos a partir do princípio da igualdade de armas, direito defesa do arguido e princípio do contraditório não podem, nem devem ser logicamente validados, tendo em conta que apesar do arguido não dispor dos mesmos direitos, faculdades ou deveres que o Ministério Público, dispõe de outras formas de defesa. O arguido poderá sempre desencadear os mecanismos anteriormente enunciados, sendo desta forma respeitado o princípio da igualdade de armas, o direito defesa do arguido e o princípio do contraditório.

Após a análise do segredo de justiça interno como instrumento de protecção da investigação, é tempo de se analisar o segredo de justiça, também como instrumento de protecção da investigação, mas desta feita na sua vertente externa. Recordemos a este propósito um pouco do já referido aquando do enquadramento geral do segredo de justiça, procurando no entanto dar-lhe corpo e fundamentação à luz da sua instrumentalização como elemento de protecção da investigação.

O segredo de justiça externo visa impedir a divulgação ou publicação do todo ou em parte de qualquer acto, documento ou elemento que faça parte do processo, por qualquer pessoa que tenha conhecimento de tal ou que tenha tido de alguma forma (seja ela qual for) acesso ou contacto com o processo. Ao abranger no seu âmbito subjectivo os jornalistas, o segredo de justiça na sua vertente externa tem por fito impedir a divulgação, em especial pelos órgãos de comunicação, das diligências já efectuadas, de qual o rumo das investigações ou quais os eventuais suspeitos, de forma a proteger a busca da verdade e das provas, bem

---

<sup>108</sup> O julgamento Lamy Vs. Reino da Bélgica foi o primeiro de uma jurisprudência uniforme do TEDH (julgamentos Lietzow Vs. Alemanha e Garcia Alva Vs. Alemanha), que viria a inspirar a jurisprudência do Tribunal Constitucional Português, nomeadamente os Acórdãos n.º 121/97, 416/2003 e 607/2003, e a revisão penal de 2007.

como impedir a subtracção dessas mesmas provas pelos arguidos ou até a coacção das testemunhas. A divulgação, pelos média, das diligências já efectuadas ou a efectuar, poderá conduzir a alguma das situações supra mencionadas: ocultação, subtracção ou alteração da prova, coacção das testemunhas ou dos assistentes.

No domínio da protecção da investigação, o segredo de justiça na sua vertente externa revela-se bastante importante pois permite que a investigação decorra de forma serena e independente, distanciada de pressões por parte da opinião pública, de especulações que surgem por vezes através dos média ou até de intromissões, sejam estas de populares indignados ou de média em busca de mais notícias.

Esboçamos um último exemplo para clarificar a importância do segredo de justiça na sua vertente externa, enquanto elemento de protecção da investigação. Pensemos então no caso de uma rede de tráfico de estupefacientes com ligações à Polónia, cujo “cabecilha”, de nacionalidade americana, se encontrava escondido em Oliveira de Azeméis ou em Carrazeda de Ancyães e que os média, na avidez de divulgarem a informação, constroem uma notícia cujo título sintetizava parte desta informação, “Investigação de rede de tráfico de americano, com ligações à Polónia”. O “cabecilha” rapidamente descobriria que estariam no seu encalce e trataria de, com a maior brevidade possível, ocultar provas e/ou sair do país. Rapidamente uma notícia ou o título de uma notícia poderia colocar em causa a investigação já efectuada e a ser feita, bem como as provas adquiridas até ao momento, e ainda impossibilitaria a investigação de toda a rede envolvida. Poderíamos equacionar uma série de exemplos deste género, mas temos em crer que o fornecido é bastante elucidativo da necessidade do segredo de justiça, na sua vertente externa, enquanto elemento de protecção da investigação e por isso mesmo do interesse público em que se faça justiça.

Invocamos por último o julgamento Fitt. C. Reino Unido, em que o TEDH decidiu de forma diferente do habitual. Neste julgamento cuja problemática se centrou em torno da igualdade de armas em processo penal e a necessidade de não divulgação de alguns elementos recolhidos pela acusação, o Tribunal avançou com importantes argumentos que permitem a defesa do segredo de justiça, enquanto instrumento de protecção da investigação. Doutamente o TEDH considerou que por vezes, a necessidade de salvaguardar a investigação policial ou elementos de prova recolhidos, obriga a que estes não sejam divulgados, inclusive ao próprio arguido, contando que sejam respeitados o direito à defesa e ao contraditório. Este acórdão será oportunamente dissecado adiante, por ora importa apenas reter esta breve referência.

O segredo de justiça, enquanto elemento de protecção da investigação, não é desprovido de sentido, ao contrário do defendido por algumas vozes, a sua importância consubstancia-se na justiça necessária ao caso concreto e não num mero e simples raciocínio lógico dedutivo de somatório ou subtracção de direitos e deveres.

#### **I.4.4 - O segredo de justiça como instrumento de salvaguarda de direitos**

O segredo de justiça, para além da sua função de protecção da investigação, surge ainda como um instrumento de salvaguarda de direitos individuais que podem ir desde a presunção da inocência até à integridade física, passando claro está pelo direito ao bom nome e à reserva da intimidade da vida privada e familiar. Nem todos os direitos supra mencionados se referem ou são apenas invocáveis pelo arguido, mas também pelas testemunhas e pelos assistentes, assim sendo tentaremos, tanto quanto possível equacionar alguns exemplos relativamente a cada um dos intervenientes ora mencionados.

Cumpra então elencar os direitos que poderão e deverão ser salvaguardados através do segredo de justiça: a presunção de inocência, direito à honra, bom nome e reputação, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à integridade física.

A presunção da inocência é claramente apenas invocável pelo arguido (ou suspeito) e, embora não esteja plasmada no Código Penal nem no Código de Processo Penal, tem a sua sede na CRP, mais concretamente no artigo 32.º. No artigo supra mencionado é referido que o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado da sentença de condenação, o que significa por um lado que não cabe ao arguido fazer prova da sua inocência, mas que compete à acusação fazer prova da sua culpa e que por outro lado em caso de dúvida da culpabilidade do arguido será sempre aplicável e prevalecerá sempre o princípio *in dubio pro reu*, ou seja, em caso de dúvida o arguido deverá ser absolvido. Mas de que maneira o segredo de justiça tutela ou poderá tutelar a presunção de inocência?

Em sede de investigação criminal, as suspeitas da prática do crime e do respectivo agente ainda são incipientes, são apenas e tão-somente uma mera suspeita e não uma certeza ou uma condenação em sede de julgamento, como tal o arguido não pode ser reportado como culpado nem lhe pode ser imputada essa conduta (a conduta criminosa) a título definitivo e com certeza. De que maneira pode então o segredo de justiça acautelar a presunção de inocência?

O segredo de justiça, quer na sua vertente interna, quer na sua vertente externa ao não permitir o conhecimento do conteúdo de algumas partes ou em todo do processo, bem como ao impedir a sua divulgação, impossibilitando desta forma que sejam conhecidas e divulgadas meras suspeitas que ainda não foram discutidas, argumentadas e devidamente provadas em sede de julgamento.

Ao impedir este conhecimento e a sua divulgação impede-se os julgamentos em praça pública e respectiva condenação do arguido pela opinião pública<sup>109</sup> que por diversas vezes funcionam como autênticas máquinas de demolição da presunção da inocência do arguido, cujo bom nome, honra e reputação ficam para todo o sempre marcados ainda que venha a ser absolvido. Ainda que o arguido venha a ser absolvido, por não se considerarem provadas as acusações contra ele feitas, a opinião pública e a memória colectiva têm por tendência registar o que é negativo, assim como qualquer ser humano, pelo que ainda que seja divulgada a notícia sobre a absolvição permanecerá sempre na memória do colectivo a dúvida.

A este propósito invocamos a explanação da Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho, em resposta à pergunta n.º 16 da entrevista<sup>110</sup>, a propósito de uma informação superficial, e da qual colhemos a seguinte conclusão: ainda que o arguido seja absolvido, por vezes os termos ou a forma em que tal notícia (a da absolvição) é fornecida não permite que se perceba a motivação do Tribunal subjacente à decisão de absolvição, o que torna maior ou agudiza ainda mais a dúvida pendente sobre a cabeça do arguido e o olhar de desconfiança da comunidade, o arguido já não será mais reputado como inocente perante a comunidade, será para todo sempre o arguido do processo X, Y ou Z.

O segredo da justiça, para além de salvaguardar a presunção de inocência do arguido, tutela ainda o direito à honra, bom nome e reputação<sup>111</sup>, direitos que se encontram constitucionalmente previstos nos artigos 25.º e 26.º e que tanto podem ser invocados pelo arguido como pelos assistentes ou até pelas testemunhas.

O artigo 25.º da CRP postula a inviolabilidade da integridade moral e física das pessoas, sendo que o artigo 26.º, também da CRP, reconhece a todos o direito ao bom

---

<sup>109</sup> O já referido “trial by newspaper”.

<sup>110</sup> Cfr. o Anexo II da presente dissertação, p.166.

<sup>111</sup> TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO - *Processo n.º 4491/08, Rec. Penal, de 24 de Setembro de 2008*, Relator Joaquim Correia Gomes. [Em linha]. Porto: Tribunal da Relação do Porto, 1.ª Secção, 2004. [Consult. 13 Jun. 2012]. Disponível em [http://www.trp.pt/jurisprudenciacrime/crime08\\_4991.html](http://www.trp.pt/jurisprudenciacrime/crime08_4991.html)

nome<sup>112</sup> e reputação, decorrendo de ambos os preceitos constitucionais o valor dos bens jurídicos em causa que clamam pela tutela do direito penal<sup>113</sup> aquando da sua violação.

O bom nome e a reputação estão inseridos no conceito amplo de honra, sendo que ambos representam o *feedback* social da pessoa, ou seja, o seu valor social, como é vista pelos seus pares.

A palavra honra, tem na sua origem o vocábulo latino *honor*, que significa a imagem que cada um tem de si próprio, da sua pessoa, tomando por medida de avaliação a honestidade e as regras morais. O direito supra enunciado, direito à honra, bom nome e reputação “consiste essencialmente no direito a não ser ofendido ou lesado na sua honra e dignidade ou consideração social”<sup>114</sup>.

Mas de que forma o segredo de justiça tutela o direito à honra, ao bom nome e à reputação?

Foi referido anteriormente que o segredo de justiça, em ambas as vertentes, justifica-se na sua essência pelos direitos ou interesses que tutela, assumindo uma natureza claramente funcional. Entre os direitos tutelados pelo segredo de justiça encontram-se precisamente os direitos dos sujeitos ou participantes processuais, sendo que entre esses direitos está o direito à honra.

Em sede de processo penal, em especial durante o inquérito, a questão do direito à honra torna-se particularmente problemática para o arguido, enquanto figura central desse mesmo processo e principal elemento em torno do qual se gera alguma, se não bastante, especulação.

Durante o inquérito, são recolhidos indícios ou elementos de prova, ainda não há uma imputação definitiva dos factos à pessoa do arguido com base na comprovação da sua eventual culpa. É precisamente nesta fase, em que ainda não há tão-pouco despacho de pronúncia por parte do Ministério Público, que o segredo de justiça assume a sua importância enquanto elemento de protecção do direito à honra.

---

<sup>112</sup> Refira-se de passagem que alguns países nórdicos dispõem de “normas deontológicas que impedem a identificação dos arguidos pelo nome”. Cfr. neste sentido a resposta da Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho à questão n.º 7, disponível no Anexo II da presente dissertação, mais precisamente na p.168.

<sup>113</sup> No Livro II, Título I, Capítulo VI, do Código Penal estão previstos os crimes contra a honra.

<sup>114</sup> TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO - *Processo n.º 3371/07-2, de 15 de Outubro de 2007*, Relator Anabela Silva Dias. [Em linha]. Porto: Tribunal da Relação do Porto, 2007. [Consult. 13 Jun. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/1c4eb136ceecf9588025738d005acdfe?OpenDocument>

Associar o nome de uma determinada pessoa a um crime, a uma investigação ou à prática de um crime é no mínimo danoso para a sua honra, reputação e bom nome, assumindo-se o dano proporcionalmente maior quando essa associação ou divulgação é feita em plena praça pública, através e pelos média. Não mais essa pessoa será vista pelos seus pares como uma pessoa de bem, irá sempre pairar sobre a mesma a desconfiança e a dúvida e, ainda que haja desmentidos em virtude dessa mesma pessoa ter sido ilibada, manter-se-á sempre a associação do seu rosto ao crime, ainda que não o tenha praticado efectivamente<sup>115</sup>. A questão do direito à honra, bom nome e reputação também pode ser equacionada no que se refere aos assistentes ou testemunhas, afinal estes antes de serem participantes processuais (que é uma condição transitória), são também pessoas e como tal, tem também o direito a não ver a sua honra, bom nome e reputação manchados em praça pública. Quanto a estes participantes processuais, tendo em conta o cariz da sua participação processual, o grau de probabilidade de que a sua honra, bom nome ou reputação sejam ofendidos é menor, ainda assim poderão ser formulados ou reproduzidos sobre a sua pessoa, juízos “ofensivos da sua honra ou consideração”<sup>116</sup>.

Outro direito igualmente invocável, quer pelo arguido quer pelos demais participantes processuais, é o direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar, também protegido, em sede de processo penal, por via do segredo de justiça<sup>117</sup>.

Este direito, cujo fundamento radica na dignidade da pessoa humana, é desde logo um direito fundamental reconhecido constitucionalmente no artigo 26.º da CRP.

O direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar não é um direito cuja noção seja de fácil definição em virtude do seu conteúdo variar casuisticamente consoante as pessoas envolvidas e a definição dos limites da vida privada e familiar. Não obstante esta dificuldade, Gomes Canotilho e Vital Moreira iluminam o caminho ao enunciar que “o direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar analisa-se principalmente em dois direitos menores: (a) o direito a impedir o acesso de estranhos a informações sobre a vida privada e

---

<sup>115</sup> Sobre este aspecto afiguram-se como pertinentes as doutas palavras vertidas no Ac. do Tribunal da Relação do Porto (1.ª Secção), de 24 de Setembro de 2008, Rec. Penal, Processo nº 4991/08, ao referir que após a notícia publicada em que há associação do arguido ao crime se segue “um julgamento e condenação antecipado, lançando desde logo sobre ele um labéu sem remissão que deixa feridas profundas que não mais cicatrizam, por mais remédios que sobre elas se apliquem, ainda que mais tarde venham a ser ilibados por ausência ou insuficiência de indícios ou provas, mesmo que sejam efectuados desmentidos nos mesmos meios de comunicação social.”

<sup>116</sup> Art. 180.º do CP.

<sup>117</sup> Remetemos a este propósito para o que já foi invocado aquando da explanação sobre o direito à honra, bom nome e reputação, tutelados por via do segredo de justiça conforme se retira da redacção do n.º 2 e 3 do artigo 86.º do CPP.



familiar e (b) o direito a que ninguém divulgue as informações que tenha sobre a vida privada e familiar de outrem”<sup>118</sup>.

Tendo em consideração a ressalva anteriormente enunciada é possível, partindo então destes dois direitos menores supra enunciados, definir o direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar.

O direito à reserva sobre a intimidade da vida privada consiste na protecção concedida à privacidade de cada um, no direito de manter longe dos olhares indiscretos a vida privada e íntima de cada pessoa e as informações e dados que daí resultam, bem como decidir a quem, como e onde podem ou não ser comunicados esses dados ou informações.

Definido o conceito de direito à reserva sobre a intimidade da vida privada, cumpre então explicitar de que forma este é acautelado e protegido pelo segredo de justiça, recorrendo para tal novamente ao artigo 86.º do CPP.

Invocamos novamente o facto da existência e valor do segredo de justiça resultar da importância dos direitos e interesses que salvaguarda, sendo que entre esses direitos se encontra o direito à reserva sobre a intimidade da vida privada. Estando o processo penal sob o desígnio do segredo de justiça não é possível a comunicação ou a divulgação de quaisquer elementos do processo, ou do processo no seu todo, o que inclui os dados ou informações que estejam no âmbito da reserva da intimidade privada, podendo esses dados ou informações serem referentes ao arguido ou aos demais sujeitos ou participantes processuais. A não divulgação de elementos que se encontrem no âmbito da reserva da intimidade privada não é apenas do interesse do arguido, poderá também ser do interesse das vítimas, quando se esteja perante crimes de natureza ou cariz sexual, conforme doutamente referido no Acórdão do Tribunal da Relação do Porto<sup>119</sup>.

Relativamente ao direito à reserva da intimidade privada cumpre ainda uma breve nota final. Foi referido anteriormente que não é fácil a definição do conceito de vida privada e do direito à reserva da mesma, sucedendo o mesmo com a extensão dessa mesma reserva,

---

<sup>118</sup> GOMES CANOTILHO; VITAL MOREIRA. *Apud* MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Ministério Público. Procuradoria-Geral da República - *Parecer do Conselho Consultivo, de 04 de Março de 2004, N.º Convencional: PGRP00002317*, Relator Pinto Hespagnol. [Em linha]. Lisboa: Procuradoria-Geral da República, 2004. [Consult. 10 Dez. 2011]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/pgpr.nsf/7fc0bd52c6f5cd5a802568c0003fb410/0bb71bb25874fefe80256da3003e58c3?OpenDocument>

<sup>119</sup> TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO - *Processo n.º 2007/08-4, Rec. Penal, de 28 de Maio de 2008*, Relator Maria Elisa Marques. [Em linha]. Porto: Tribunal da Relação do Porto, 4.ª Secção, 2.ª Secção Criminal, 2008. [Consult. 18 Jun. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/8dcd79b33914a7158025745d0034aa9d?OpenDocument>. No acórdão supra mencionado é referido o interesse das vítimas no sigilo, por exemplo, estando em causa crimes contra a liberdade ou autodeterminação sexual.

ou seja, que elementos da vida de cada um devem ser tidos como privados ou não. Esta definição torna-se ainda mais complicada quando estejam em causa figuras públicas, cuja notoriedade e exposição pública são geradoras de uma diminuição da esfera da sua vida privada.

O preenchimento do âmbito da protecção do direito à reserva da vida privada dependerá sempre de uma análise casuística, de acordo com a notoriedade da pessoa envolvida, tendo sempre em consideração as directrizes do artigo 80.º do Código Civil.

Indica-nos este artigo no n.º1 a regra geral de que “todos devem guardar reserva quanto à intimidade da vida privada de outrem”, estabelecendo no n.º2 a excepção ao referir que “a extensão da reserva é definida conforme a natureza do caso e a condição das pessoas”. Não obstante de haver esta excepção e ainda que se trate de uma figura pública há sempre um limite mínimo da reserva da vida privada que deve ser respeitado.

A jurisprudência alemã encarregou-se de densificar este conteúdo mínimo criando assim a “teoria das três esferas”, que estabelece três diferentes níveis de intimidade ou privacidade. Num primeiro nível, inviolável e totalmente secreto, está o que a pessoa tem de mais íntimo e privado, um pouco à semelhança de um quarto secreto que apenas o dono da casa tem a chave, e que apenas este pode abrir para espreitar e ver, no segundo nível que se reporta à vida privada, encontram-se aos dados e informações sobre os quais é permitido o conhecimento a algumas pessoas consideradas de confiança, esta esfera pode ser representada por um quarto ao qual é permitido o acesso dos convidados, num terceiro nível que se refere à vida pública, encontram-se todos os dados e informações que podem ser do conhecimento de todos. No caso de figuras públicas são admitidas excepções ao direito à reserva da vida íntima e privada, ainda assim terá de ser sempre respeitado o primeiro nível de privacidade que se reporta ao que é de mais íntimo de cada pessoa, os demais níveis e dependendo da análise casuística poderão ou não eventualmente sofrer alguma diminuição na protecção que lhes é concedida.

Refira-se, ainda que de passagem, que também a Convenção Europeia dos Direitos do Homem concede protecção ao direito à intimidade, nomeadamente através do artigo 8.º.

Por último cumpre então indagar de que forma o segredo de justiça protege ou ressalva a integridade física do arguido e dos sujeitos ou participantes processuais.

Relembramos a redacção do artigo 86.º, ao referir que o processo penal pode (ou deve) ficar sob o desígnio do segredo de justiça quando a publicidade prejudique os direitos do arguido e dos sujeitos ou participantes processuais, sendo que entre os direitos supra referidos se inclui o direito à integridade física.

O direito à integridade física surge desde logo proclamado em sede constitucional através do artigo 25.º, onde a integridade física e moral das pessoas é afirmada como sendo inviolável. Por integridade física entende-se “um composto de integridade corporal e integridade psíquica”<sup>120</sup>, assim sendo o direito à integridade física é o direito que cada um têm a não ver de forma alguma violadas a sua integridade corporal e psíquica.

Mas então de que forma o segredo de justiça poderá salvaguardar o direito à integridade física?

O segredo de justiça ao impedir o acesso aos autos e ao não permitir a divulgação de partes ou do processo no seu todo, previne a identificação, bem como o conhecimento de determinados dados do arguido e dos sujeitos ou participantes processuais, evitando assim potenciais situações de confronto, coacção ou de ameaça à integridade física dos envolvidos, que poderão eventualmente originar situações de ofensa à integridade física, seja a do arguido, dos participantes ou sujeitos processuais<sup>121</sup>. De forma a clarificar o raciocínio ora explanado recorremos novamente a um exemplo prático. Durante o decorrer de uma investigação cujo arguido, é suspeito de ter cometido um crime de cariz sexual, a morada desse mesmo arguido, até então desconhecida pela população da localidade onde praticou o crime, é divulgada pelos média. A população resolve tomar medidas face a este novo dado.... Qual será então o cenário que se segue? Provavelmente uma demanda de justiceiros em busca de uma justiça digna da Lei de Talião, não?

A consagração constitucional do segredo de justiça não serve apenas interesses públicos, serve também direitos basilares que cada um tem enquanto cidadão, tal como expressamente referido pelo artigo 86.º do CPP. Olvidar que o segredo de justiça também é um instrumento de salvaguarda de direitos é negar-lhe parte da sua utilidade, é amputar-lhe uma das suas funções e ceder perante a argumentação do esquecimento e do facilitismo que em nada favorece os direitos do cidadão, quer enquanto pessoa, quer enquanto cidadão.

---

<sup>120</sup> TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO - *Processo n.º 242/08.0GBVNF.P1, Rec. Penal, de 05 de Maio de 2010*, Relator Lígia Figueiredo. [Em linha]. Porto: Tribunal da Relação do Porto, 1.ª Secção Criminal, 2010. [Consult. 12 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/fa5505644e716b008025773c0038ae9e?OpenDocument>.

<sup>121</sup> A este propósito invocamos o homicídio de James Bulger por outros dois meninos, cujas identidades não foram divulgados pela imprensa, conforme ordem do tribunal até ao final do julgamento, de forma a evitar represálias populares entre outras situações. A explanação do sucedido no julgamento dos homicidas de James Bulger encontra-se, ainda que de forma muito sucinta, disponível na nota de rodapé n.º257. Este exemplo foi referenciado pela Dr.ª Sofia Pinto Coelho em resposta à questão n.º 4 da entrevista, disponível no Anexo II da presente dissertação, mais precisamente na p.170.

#### **I.4.5 - A questão do art.º 86.º, n.º 13 do CPP: A autoridade judiciária**

*Artigo 86.º - Publicidade do processo e segredo de justiça*

*13 - O segredo de justiça não impede a prestação de esclarecimentos públicos pela autoridade judiciária, quando forem necessários ao restabelecimento da verdade e não prejudicarem a investigação:*

- a) A pedido de pessoas publicamente postas em causa; ou*
- b) Para garantir a segurança de pessoas e bens ou a tranquilidade pública.*

O n.º 13 do artigo 86.º apresenta duas das “situações em que o segredo de justiça pode ser restringido”<sup>122</sup> ao facultar a hipótese da prestação de esclarecimentos públicos pela autoridade judiciária nos termos supra enunciados<sup>123</sup>. Que esclarecimentos públicos? Em que medida? De que forma? Com que fundamentos? Quem é a autoridade judiciária? Será o JIC? Será o MP? Poderá esta competência ser delegada nos órgãos de polícia criminal?

O n.º 13 do artigo 86.º refere que podem ser prestados esclarecimentos públicos desde que verificados os requisitos cumulativos, por um lado a sua necessidade para o restabelecimento da verdade e por outro lado que não causem, esses mesmos esclarecimentos, prejuízo para a investigação. Reunidos que estejam estes dois requisitos, os esclarecimentos só poderão ser prestados em duas circunstâncias muito específicas, “a pedido das pessoas publicamente postas em causa” ou de forma a “garantir a segurança de pessoas e bens ou a tranquilidade pública”. Resulta assim da redação do artigo que a prestação de esclarecimentos públicos pode ser feita a pedido do visado, quando esse mesmo esclarecimento seja necessário para o restabelecimento da verdade e não prejudique a investigação, ou quando para “garantir a segurança de pessoas e bens ou a tranquilidade pública” esse esclarecimento se revele necessário e não prejudique a investigação.

<sup>122</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *ibidem*, p. 241.

<sup>123</sup> Na óptica da Dr.ª Maria José Morgado, opinião que subscrevemos, esta hipótese deve ser usada “em todos os casos em que há uma profusão grande de notícias que possam alarmar as pessoas, por exemplo no crime violento, no crime económico-financeiro, às vezes na violência doméstica também pode ter algum cabimento, quando estão em causa vítimas vulneráveis, quando estão em causa interesses importantes do Estado a proteger”. Cfr. resposta à questão n.º 10 da entrevista, disponível no Anexo I da presente dissertação, p. 158.

O n.º 13 do artigo 86.º não esclarece a quem compete a definição do que deva ser considerado por um lado como necessário, seja para o restabelecimento da verdade seja para garantir a segurança de pessoas e bens ou a tranquilidade pública e, por outro lado como não prejudicial para a investigação para que possam ser prestados os respectivos esclarecimentos públicos. Temos em crer que o referido preceito não esclarece tais definições nem as hipóteses da sua aplicação em virtude das mesmas poderem ser tão extensas quanto as situações criadas pelo próprio ser humano, tendo em conta que em duas situações nenhuma é igual à outra. As dificuldades do preceito não se quedam apenas por aqui, sucinto na sua redacção também não oferece grandes indicações de como devam ser preenchidos os conceitos de “necessário”, de “verdade” e de “não prejudicial para a investigação”. Temos em crer que caberá à autoridade judiciária competente para tais esclarecimentos, o preenchimento das respectivas definições, tomando sempre em consideração todos os dados do caso concreto.

Mas então qual é a autoridade judiciária competente para prestar tais esclarecimentos bem como para decidir o que deva ser considerado como necessário para o restabelecimento da verdade, para garantir a segurança de pessoas e bens ou a tranquilidade pública e não prejudicial para a investigação para que possam ser prestados tais esclarecimentos?

O elenco das figuras consideradas como autoridade judiciária encontra-se na alínea b) do artigo 1.º do CPP que indica de forma taxativa as figuras de autoridade judiciária: juiz, o juiz de instrução e o Ministério Público, “relativamente aos actos processuais que cabem na sua competência”<sup>124</sup>. Para efeitos da presente análise impõe-se então dar corpo à noção de autoridade judiciária. Por autoridade judiciária deve entender-se a entidade que dentro do âmbito da sua competência, legitimada pela lei, pode praticar ou “determinar que se pratique, por iniciativa sua, determinados actos”<sup>125</sup>.

Então qual é a figura de autoridade judiciária a que se reporta o n.º 13, do artigo 86.º?<sup>126</sup>

---

<sup>124</sup> Artigo 1.º, alínea b, *in fine*, do CPP.

<sup>125</sup> ORLANDO VIEGAS MARTINS AFONSO – *Poder Judicial – Independência in Dependência*. Coimbra: Livraria Almedina, Junho de 2004, p.42.

<sup>126</sup> Adiantando um pouco a resposta a esta questão afirmamos desde já que partilhamos da opinião do Dr. Rui Rangel ao referir que as únicas entidades competentes para prestar esses mesmos esclarecimentos são o juiz ou o MP. Cfr. a resposta à pergunta n.º 7 da entrevista ao Dr. Rui Rangel, disponível no Anexo III da presente dissertação, p.188.

A resposta a esta questão deve ser procurada com cautela sob pena de se subverter a *ratio* subjacente ao inquérito. O segredo de justiça apenas pode ser invocado e aplicado em sede de inquérito, onde o *dominus* processual é o MP, não obstante a necessidade da validação, autorização ou até da prática de determinados actos pelo JIC, nomeadamente no que respeita a direitos, liberdade e garantias e ao respeito e observação dos mesmos. Ainda assim, o núcleo essencial de funções cabe ao MP, surgindo o juiz enquanto garante de direitos fundamentais.

Tomando por base este paradigma e centrando a atenção no facto de que é ao MP que compete dirigir o inquérito<sup>127</sup>, cumpre indagar qual a base legal para a fundamentação de que a autoridade judiciária a quem cabe prestar esclarecimentos é o MP e o JIC.

O entendimento que ora defendemos obriga a chamar à colação o já referido n.º 13, do artigo 86.º, o artigo 54.º e 84.º do Estatuto do Ministério Público, o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 333/99<sup>128</sup>, bem como a alínea b) do artigo 1.º, a alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º e o n.º 1 do artigo 263.º do CPP. A alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º e o n.º 1 do artigo 263.º do CPP estabelecem, como anteriormente referido, que a direcção do inquérito é da competência do MP, praticando este todos os actos necessários em sede de inquérito, com vista à realização dos fins enunciados no artigo 262.º, que não sejam da competência exclusiva do juiz de instrução ou que não careçam de ser ordenados, praticados pelo mesmo pessoalmente ou garantidos pelo JIC, enquanto garante da observação rigorosa dos direitos fundamentais.

No elenco de actos da competência exclusiva do juiz, que careçam de ser ordenados ou praticados pelo mesmo pessoalmente não se inserem quaisquer referências à prestação de esclarecimentos públicos, no entanto o artigo em causa (86.º, n.º 13) refere autoridade judiciária e não apenas o MP, pelo que a interpretação a retirar destes mesmos preceitos é a de que cabe ao JIC e ao MP a prestação de tais esclarecimentos.

Resulta então da interpretação conjugada destes preceitos que compete ao juiz, enquanto autoridade judiciária e no domínio de actos da sua competência exclusiva e ao Ministério Público, enquanto responsável pela direcção do inquérito e enquanto autoridade judiciária, a prestação dos respectivos esclarecimentos públicos.

Coadjuvando este entendimento surgem os artigos 54.º e 84.º do Estatuto do MP. O artigo 54.º do Estatuto do MP, sob a epígrafe “Informação”, esclarece desde logo que nos

---

<sup>127</sup> Alínea b), do n.º 2, do art. 53.º e n.º 1, do art. 263.º, ambos do CPP.

<sup>128</sup> O Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de Agosto procedeu à reestruturação da orgânica dos serviços de Apoio à Procuradoria-Geral da República. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – *Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de Agosto*: D.R.: II Série de 06-11-1999 (1999). p. 8052 – 8063. Lisboa: Imprensa Nacional, 1999.

termos da lei é assegurado, ao público e aos órgãos de comunicação, o acesso à informação referente à actividade do Ministério Público.

Sendo a fase de inquérito, bem como os actos que a compõe, salvo as excepções já enunciadas, uma actividade do Ministério Público, pode (e deve na medida do possível) o MP, de acordo com o estabelecido no artigo supra enunciado, assegurar o acesso à informação neste âmbito (do inquérito), sem olvidar os limites do segredo de justiça.

Por seu turno o artigo 84.º do mesmo diploma, consagra o dever de reserva dos magistrados do Ministério Público ao impedir que os mesmos prestem declarações ou façam comentários “sobre processos, salvo, quando superiormente autorizados, para defesa da honra ou para a realização de outro interesse legítimo”. Este preceito consagra o dever geral de reserva dos magistrados do Ministério Público, no entanto consagra também uma excepção ao permitir que estes quando superiormente autorizados possam prestar declarações sobre processos quando esteja em causa a defesa da honra ou a realização de outro interesse legítimo. Assim sendo, estando em causa a prestação de esclarecimentos públicos que visem o restabelecimento da verdade a pedido da pessoa visada, ou seja, a defesa da honra, bem como a necessidade de garantir a segurança de pessoas e bens ou a tranquilidade pública, ou seja, a realização de outros interesses legítimos, estaremos perante as excepções ao dever de reserva imposto aos magistrados do Ministério Público.

Correndo a fase de inquérito sob a direcção do MP este estará em plenas condições de transmitir ou prestar quaisquer esclarecimentos, sendo que a lei o permite através dos artigos supra enunciados. Resulta então, em nosso entender, que a autoridade judiciária competente para a prestação de declarações em sede de inquérito será o Ministério Público, seja por força dos preceitos enunciados, seja por força do argumento de cariz mais pragmático de que apenas quem conhece em profundidade um processo pode legitimamente se pronunciar sobre o mesmo, bem como ter noção do que pode e deve ser referido.

Mas a prestação de tais esclarecimentos públicos não cabe apenas ao MP, mas também ao JIC, tendo em consideração que o elemento literal do preceito (artigo 86.º, n.º 13) assim o indica. Reforçando este entendimento, que também o JIC pode prestar tais esclarecimentos, invocamos o facto de no inquérito determinados actos serem da competência exclusiva do juiz, sendo que o primeiro interrogatório judicial de arguido detido<sup>129</sup> se insere no conjunto de actos da competência exclusiva do JIC.

---

<sup>129</sup> Cfr. artigo 141.º do CPP.

Em suma: consideramos que o JIC pode (e deve) prestar os referidos esclarecimentos, dentro do que lhe é imposto pelo dever de reserva.

Regressando novamente ao MP, cumpre aferir como e em que moldes podem ser prestados esses esclarecimentos públicos e como as disposições supra mencionadas se relacionam com o Gabinete de Imprensa no âmbito da Procuradoria-Geral da República.

O Gabinete de Imprensa da Procuradoria-Geral da República encontra-se previsto artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 333/99, laborando em estreita ligação com o Gabinete do Procurador-Geral da República. Enquanto Gabinete de Imprensa, a sua constituição não pode exceder os três elementos e terá sempre de incluir um profissional na área da comunicação social<sup>130</sup>. Entre as várias competências do Gabinete de Imprensa, elencadas no artigo supra mencionado, importa destacar as enunciadas nas alíneas a), d) e f). Compete então ao Gabinete de Imprensa “exercer assessoria em matéria de comunicação social”, “estudar e desenvolver formas de divulgação sistemática de informação sobre a actividade do Ministério Público, com observância da lei e de directivas superiores” e “proceder a estudos sobre linguagem jurídica e mediatização da justiça”.

Por sua vez refere o n.º 2 do artigo 54.º do Estatuto do MP que de forma a facultar o acesso à informação relativa à actividade do MP poderão ser criados “gabinetes de imprensa junto da Procuradoria-Geral da República ou das procuradorias-gerais distritais, sob a superintendência do Procurador-Geral da República ou dos procuradores-gerais distritais”.

A interpretação que se retira destes preceitos, conjugados com o pensamento que a autoridade judiciária competente para os esclarecimentos públicos em sede de inquérito é o MP (para além do JIC), é a de que os esclarecimentos públicos enunciados pelo n.º 13 do artigo 86.º do CPP devem (ou deveriam) ser prestados em primeira linha pelo Gabinete de Imprensa ou pelos Gabinetes de Imprensa enunciados. Desde logo porque o Gabinete de Imprensa é competente para assessorar nas questões de comunicação social, bem como para descodificar e desmistificar a linguagem jurídica, tornando-a acessível ao cidadão comum. Acresce ainda que o supra enunciado n.º 2 do artigo 54.º refere claramente que os gabinetes de imprensa são criados com o fito de facultar ou facilitar o acesso à informação no âmbito das actividades desenvolvidas pelo MP.

Temos em crer que os esclarecimentos prestados ao abrigo do n.º13, do artigo 86.º devem ser feitos em primeira linha pelos Gabinetes de Imprensa, com o objectivo de garantir

---

<sup>130</sup> Conforme indicado pelo n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 333/99, de 20 de Agosto. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – *Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de Agosto*: D.R.: II Série de 06-11-1999 (1999). p. 8052 – 8063. Lisboa: Imprensa Nacional, 1999.



que esses mesmos esclarecimentos são claros e perceptíveis para o cidadão comum. Tais esclarecimentos ao serem à partida numa linguagem mais simples não careceram de serem “traduzidos” ou simplificados pelos média que por vezes no vício da simplificação sistemática ou pela total ausência de rigor, deturpam ainda que inadvertidamente a mensagem a transmitir.

A prestação de esclarecimentos públicos através do Gabinete de Imprensa pode ainda funcionar como preservação (necessária) da imagem e do sossego do magistrado do MP que esteja responsável pelo processo, ao garantir que este faz o que lhe compete sem estar sujeito ao constante assédio dos média, como sucedeu outrora com um juiz responsável por um processo que nem o pequeno-almoço podia tomar descansado e tranquilo. A prestação de esclarecimentos públicos directamente pelo magistrado do Ministério Público responsável pelo processo (ou do JIC) só deveria então ser tida como necessária numa segunda linha ou numa linha de reforço, caso se mostrasse estritamente necessário, ou seja, quando houvesse questões que tivessem ficado por esclarecer aquando do primeiro esclarecimento.

Por último cumpre então indagar o que sucede quando, preenchidos os respectivos requisitos, a prestação de esclarecimentos públicos, contende com direitos fundamentais do cidadão?

A resposta a esta questão remete novamente para a *ratio* do inquérito. Foi referido anteriormente que a intervenção do JIC em sede de inquérito é pontual, ou seja, salvo as excepções legalmente consagradas não há lugar a intervenção do JIC, sendo o MP quem dirige na sua totalidade o inquérito. Neste papel de intervenção pontual do JIC, este actua essencialmente como garante de direitos fundamentais, cabendo-lhe, no caso de existir alguma colisão entre a prestação de esclarecimentos públicos e direitos fundamentais, a decisão de como conciliar ambos.

Assim sendo, o modelo que ora defendemos<sup>131</sup>, em termos de procedimento e regulação, no que se refere à prestação de esclarecimentos ao abrigo do preceituado pelo n.º13 do artigo 86.º do CPP, é o seguinte<sup>132</sup>:

- Compete à autoridade judiciária, entenda-se Ministério Público e JIC a prestação de esclarecimentos, de acordo com o supra explanado;

---

<sup>131</sup> A este propósito remetemos para a resposta da Dr.ª Maira José Morgado, à questão 10, alínea a), que refere claramente que em termos de MP, não se encontra nada previsto, cabendo, nos DIAP, o desempenho dessa função aos directores de serviço. Cfr. resposta à questão 9, alínea a), disponível no Anexo I, p.162.

<sup>132</sup> Preservados que sejam os limites impostos pelos deveres estruturantes das mesmas, que impendem sobre ambas as magistraturas.

➤ Tais esclarecimentos serão prestados numa primeira linha, no que se refere ao MP, pelo Gabinete de Imprensa tendo em conta a sua competência (sendo que também esta solução pode e deve ser aplicada ao JIC, constituídos que sejam os respectivos gabinetes de imprensa junto dos tribunais);

➤ A prestação de esclarecimentos públicos pelo magistrado do MP responsável pelo processo, só ocorrerá num segundo momento, conforme anteriormente explanado (sendo que também esta solução pode e deve ser aplicada ao JIC constituídos que sejam os respectivos gabinetes de imprensa junto dos tribunais).

A questão “Poderá esta competência ser delegada nos órgãos de polícia criminal?”, ou seja, poderá o MP delegar a competência para a prestação de esclarecimentos públicos ao abrigo do n.º 13 do artigo 86.º nos OPC, ficou propositadamente sem qualquer resposta.

Abordaremos a mesma mais adiante, aquando da análise da relação entre os média e os OPC, em sede de inquérito.

## **I.5 - A fase de julgamento**

### **I.5.1 - A imparcialidade e a independência judicial como garantia do cidadão**

A imparcialidade e a independência judicial são antes de mais elementos estruturantes e necessários para um verdadeiro e legítimo exercício da função jurisdicional, assim o clama uma sociedade verdadeiramente democrática. Explicar a imparcialidade e independência judicial, enquanto garantia do cidadão, obriga necessariamente a um breve périplo reflexivo em torno das origens de ambos os conceitos para que da sua evolução histórica, ainda que a breve trecho, se possa discorrer sobre a sua necessidade no contexto democrático actual.

A imparcialidade e a independência judicial nascem como fruto de uma evolução histórica que culminou na consagração da teoria da separação dos poderes de Montesquieu, inspirado no pensamento defendido por John Locke<sup>133</sup>. É no contexto da monarquia inglesa

---

<sup>133</sup> Existem algumas divergências quanto à atribuição do mérito da criação da teoria da separação de poderes. Alguns autores, como Derek Johnston defendem que o mérito da criação desta teoria seria de John Locke e do pensamento por este esboçado cerca de cem anos antes de Montesquieu. Cfr DEREK JOHNSTON – *A brief history of philosophy – From Socrates to Derrida*. [Em Linha]. Editora Continuum, 2006. p. 82 – 95. [Consult. 26 Jan. 2012]. Disponível em <http://www.openisbn.com/preview/0826490204/>

que Edward Coke traz à luz o conceito de independência judicial, enquanto “independência do juiz e na sua não sujeição à vontade do rei”<sup>134</sup>. Na sua cruzada contra Jaime I, Sir Edward Coke ousou desafiar o dogma monárquico. Edward Coke combateu as diversas tentativas de se influenciar os juízes, defendeu que a *common law* estava além do Parlamento e que os decretos do Rei não tinham força de lei e nem tão pouco eram lei. Por sua vez John Locke defendeu a necessidade da existência de uma separação de poderes, de forma a garantir a defesa dos cidadãos e o justo equilíbrio entre a política e a vida em sociedade.

Inspirado em John Locke, Montesquieu defendeu também uma divisão ou tripartição dos poderes: ao poder executivo, cuja responsabilidade seria do rei, caberia a execução das leis e administração do território, por sua vez ao poder legislativo, cuja responsabilidade seria do parlamento ou assembleia, caberia a elaboração das leis e por último ao poder judiciário, cuja responsabilidade competia aos tribunais (juízes e magistrados), caberia a fiscalização do cumprimento dessas mesmas leis. É a partir desta evolução histórica que se talham os conceitos de independência e imparcialidade judicial, em que a função jurisdicional se distancia e se autonomiza do rei, passando a estar afecta à decisão em nome do povo mas de acordo com a lei, interpretada à luz do caso concreto.

“Para julgar o juiz tem de ser imparcial, isto é, tem que estar (como dizem os saxónicos) acima e para além das partes, mas para garantir essa imparcialidade o juiz tem de ser independente”<sup>135</sup>. Partindo desta premissa, cabe agora examinar a imparcialidade e a independência, conceitos cuja ligação é simbiótica.

Cumprido desde já estabelecer que quer a imparcialidade quer a independência são valores constitucionalmente protegidos, conforme adiante se verificará.

O conceito de independência judicial deve ser distinguido em dois níveis diferentes, o primeiro nível corresponde ao da instituição e o segundo nível corresponde ao do juiz, enquanto pessoa que exerce a função judicial, ou seja, os tribunais enquanto órgãos independentes e os juízes enquanto pessoas que exercem essa função de forma independente e imparcial.

---

<sup>134</sup> LUÍS ANTÓNIO NORONHA NASCIMENTO – *Discurso proferido na VIII Conferência de Presidentes dos STJ da CPTLP*. [Em linha]. In CONFERÊNCIA DE PRESIDENTES DOS STJ DA CPTLP, 30 de Novembro de 2010. [Consult. 23 Dez.. 2011]. Disponível em <http://www.stj.pt/presidente/intervencoes/169-8conferencia-presidentes-stj-cptlp>

<sup>135</sup> NASCIMENTO, Luís António Noronha – *Discurso proferido no 1.º Congresso sobre Gestão de Carreiras*. [Em linha]. In CONGRESSO SOBRE GESTÃO DE CARREIRAS, VILA DO CONDE, 11 de Abril de 2008. [Consult. 01 Jan. 2012]. Disponível em <http://www.stj.pt/?idm=36&sid=179>

A independência judicial, consagrada no artigo 203.º da CRP e no artigo 3.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (abreviadamente LOTFJ), resulta desde logo da separação dos poderes e é condicionante, pressuposto e garantia da imparcialidade do juiz<sup>136</sup>. O artigo 203.º da CRP é inequívoco ao estipular que “os tribunais judiciais são independentes e apenas estão sujeitos à lei”, sendo que o artigo 3.º da LOFTJ reproduz o preceito constitucional supra referido.

Resultam então deste enunciado constitucional duas consequências importantes.

A primeira consequência é a de que os demais órgãos ou poderes do Estado não podem, nem devem sequer ousar imiscuir-se, perturbar ou intervir no exercício da função jurisdicional, sendo respeitada desta forma a independência externa, ou seja, a independência face a outros órgãos de soberania. Outra importante consequência que se retira do preceito constitucional supra elencado, é a de que os tribunais apenas estão sujeitos à lei, ou seja, “a independência dos tribunais, frente aos demais poderes do Estado, assegura-se mediante a sua exclusiva submissão à lei”<sup>137</sup>.

A independência dos tribunais fundamenta-se na lei constitucional, que por sua vez dá origem aos demais preceitos que defendem, acautelam e também fundamentam esta independência, pelo que esta sujeição à lei deve ser entendida precisamente no sentido de que o tribunal não será verdadeiramente independente caso se sujeite a outras condicionantes que não a lei e para fazer valer essa lei em sede de processo tem de também o próprio órgão (tribunais) respeitar a lei que impõe aos demais por via da decisão.

Alude-se ainda, no que se refere à independência dos tribunais enquanto órgão, à independência interna, o que significa que em qualquer situação o tribunal (enquanto órgão) não está sujeito aos demais tribunais, ou seja, para além do dever hierárquico de cumprimento das decisões resultantes da interposição de recurso, não há a mínima possibilidade, nem deve existir qualquer hipótese de um tribunal emanar uma ordem a outro tribunal ou de um tribunal ter que obedecer a outro, colocando-se os juízes resguardados de eventuais situações de pressão pelos seus pares.

A independência dos tribunais, enquanto órgão, salvaguarda e assegura a independência e consequentemente a imparcialidade do juiz, enquanto aplicador da lei. Analisemos então em que consiste a imparcialidade e a independência do juiz, a composição

---

<sup>136</sup> Seguimos a este propósito a distinção feita por GERMANO MARQUES DA SILVA, *op. cit.*, p.228.

<sup>137</sup> GERMANO MARQUES DA SILVA, *ibidem*, p. 229.

dos conceitos em causa na presente equação, bem como quais os mecanismos concretos que garantem a imparcialidade e independência do juiz.

A imparcialidade implica desde logo que o juiz deverá ser neutro face ao litígio que lhe é apresentado, obriga a que este não seja parte nas contendas que tenha de apreciar e ainda que “não possa ter qualquer relação directa com o facto que lhe compete julgar, nem com as pessoas directamente interessadas no sentido da decisão a tomar”<sup>138</sup>. O conceito de imparcialidade é passível de ser dividido em duas vertentes. Por um lado numa vertente subjectiva que remete para “uma posição pessoal, do foro íntimo do juiz, caracterizada pela inexistência de qualquer predisposição no sentido de beneficiar ou prejudicar qualquer das partes com a sua decisão”<sup>139</sup>. Por outro lado numa vertente objectiva que “traduz-se na ausência de quaisquer circunstâncias externas, no sentido de aparentes, que revelem que o juiz tenha um pendor a favor ou contra qualquer das partes, afectando a confiança que os cidadãos depositam nos tribunais”<sup>140</sup>.

No âmbito da garantia da imparcialidade actuam diversos mecanismos ou institutos de forma assegurar precisamente a manutenção da mesma, nomeadamente os impedimentos, recusas, escusas e incompatibilidades. Numa situação configurável como impedimento, o juiz estará impedido de intervir no processo de modo a evitar, de forma preventiva, qualquer dúvida sobre a imparcialidade do juiz. Os artigos 39.º e 40.º do CPP enunciam de forma taxativa o elenco de causas que impedem o juiz de intervir, nessa mesma qualidade, no processo. De acordo com o Prof. Germano Marques da Silva os impedimentos enunciados podem ser agrupados da seguinte forma:

1. Situações de “ligação pessoal do juiz ao arguido, ofendido, assistente ou pessoa com a faculdade de se constituir assistente ou parte civil”<sup>141</sup>;
2. “Colaboração do juiz no processo”<sup>142</sup>,
3. “Vínculos familiares e equiparados entre juízes”<sup>143</sup>.

---

<sup>138</sup> TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA - *Processo n.º 8136/2002-3, de 22 de Maio de 2003*, Relator Carlos Almeida. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa, 2003. [Consult. 01 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/e865e7713de4740880256f4d0044538c?OpenDocument>

<sup>139</sup> TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA - *Processo n.º 06P3065, de 13 de Setembro de 2006*, Relator Silva Flor. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa, 2006. [Consult. 18 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b4fa0d353355ea6a8025724600615251?OpenDocument>

<sup>140</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>141</sup> GERMANO MARQUES DA SILVA, *ibidem*, p.215.

<sup>142</sup> *Idem, ibidem*, p. 216.

Nos termos do artigo 41.º do CPP, o juiz que tenha qualquer impedimento deverá declará-lo imediatamente por despacho nos autos, declaração essa que pode ser oficiosamente ou a requerimento do MP, o assistente o arguido ou as partes civis.

Dois outros institutos que asseguram a imparcialidade são as recusas e as escusas, sendo que serão sempre originadas por uma suspeição.

O CPP, ao contrário do que sucede com os impedimentos, não enuncia taxativamente o elenco de recusas ou escusas, limitando-se de forma ampla a enunciar que pode ser recusada a intervenção de um juiz no processo “quando correr o risco de ser suspeita, por existir motivo sério e grave, adequado a gerar desconfiança sobre a sua imparcialidade”<sup>143</sup>, ou seja, em caso de suspeição.

Os fundamentos da recusa e da escusa são os mesmos, sendo a que tónica diferenciadora reside tão-somente no facto de que a recusa é requerida pelo MP, arguido, assistente ou parte civil, enquanto a escusa é pedida, sendo que a iniciativa de afastamento do processo parte do próprio juiz que solicita a mesma ao tribunal imediatamente superior ou então à secção criminal do STJ.

As incompatibilidades, ao contrário do que sucede com os impedimentos, as recusas e escusas não resultam de uma situação processual ou de um processo em concreto, mas sim do puro e simples exercício da função jurisdicional do juiz, ou seja basta a qualidade de juiz. As incompatibilidades com o exercício da função jurisdicional do juiz encontram-se elencadas nos n.ºs 3, 4, e 5 do artigo 216.º da CRP e no artigo 7.º do EMJ. O artigo 216.º da CRP enuncia desde logo, nos n.ºs 3 e 4 a incompatibilidade da função de juiz com “outra função pública ou privada, salvo as funções de docente ou de investigação científica, não remuneradas, nos termos da lei”, bem como a nomeação “para comissões de serviço estranhas à actividade dos tribunais sem autorização do conselho superior competente”.

Por via do n.º 5, do artigo 216.º da CRP, o artigo o artigo 7.º do EMJ elenca ainda outros impedimentos. O juiz está também impedido, em virtude do preceituado no artigo 7.º do EMJ, do exercício de “funções em tribunal ou juízo em que sirvam Juízes de Direito, magistrados do Ministério Público ou funcionários de justiça, a que estejam ligados por casamento, parentesco ou afinidade em qualquer grau da linha recta ou até ao terceiro grau da

---

<sup>143</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>144</sup> N.º 1 do art. 43.º do CPP.

linha colateral”<sup>145</sup> ou, “em tribunais em que tenham desempenhado funções de Ministério Público nos três últimos anos ou que pertençam ao círculo judicial em que, por igual período, tenham tido escritório de advogado”<sup>146</sup>.

A independência judicial surge neste quadro como “um conceito de segundo grau, destinado a garantir o que é nuclear num julgador: a sua imparcialidade”<sup>147</sup>, mas como um conceito de primeiro grau enquanto condição necessária para existir de facto imparcialidade.

À semelhança da imparcialidade, também a independência dos juízes divide-se em duas vertentes. A primeira vertente “é a independência funcional ou interna que se expressa na não sujeição do juiz a quaisquer ordens para poder julgar em consciência”<sup>148</sup>.

A segunda vertente é a “independência orgânica ou externa que se expressa na composição equilibrada do órgão de gestão da carreira do juiz (nos casos em que ele existe porque há países que não o comportam) e que garanta que essa não fica condicionada por critérios políticos partidários”<sup>149</sup>.

A independência do juiz, à semelhança da imparcialidade, também se encontra salvaguardada por um conjunto de institutos, nomeadamente pelo órgão de gestão e disciplina próprio, pela inamovibilidade e pela impossibilidade de responsabilização pelas decisões.

O Conselho Superior da Magistratura é o “órgão privativo de gestão e disciplina”<sup>150</sup>, apresentando-se como um instituto que visa garantir a independência dos juízes, na medida em que lhe compete “a nomeação, a colocação, a transferência e a promoção dos juízes e o exercício da acção disciplinar”<sup>151</sup>, evitando assim a interferência dos demais poderes do Estado.

---

<sup>145</sup> Art. 7.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais sob a epígrafe “Garantias de imparcialidade”. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – *Estatuto dos Magistrados Judiciais, Lei n.º 21/85, de 30 de Julho*: D.R.: I Série, 30-07-1985 (1985), p. 2280-(2) – 2280- (23) [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. [Consult. 30 Mai. 2012]. Disponível em [http://www.csm.org.pt/ficheiros/legislação/emj\\_2009.pdf](http://www.csm.org.pt/ficheiros/legislação/emj_2009.pdf)

<sup>146</sup> *Ibidem*.

<sup>147</sup> LUÍS ANTÓNIO NORONHA NASCIMENTO – *Discurso proferido no 1.º Congresso sobre Gestão de Carreiras*. [Em linha]. In CONGRESSO SOBRE GESTÃO DE CARREIRAS, VILA DO CONDE, 11 de Abril de 2008. [Consult. 01 Jan. 2012]. Disponível em <http://www.stj.pt/?idm=36&sid=179>

<sup>148</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>149</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>150</sup> Art. 5.º da Lei da Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – *Lei da Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto*. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 2008. [Consult. 11 Mai. 2012]. Disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1009&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&](http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/lei_mostra_articulado.php?nid=1009&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&)

<sup>151</sup> Artigos 217.º e 218.º da CRP.

O instituto da inamovibilidade encontra-se previsto em sede constitucional, mais precisamente no artigo 216.º, n.º1 da CRP, que estipula e garante que os juízes apenas podem ser transferidos, suspensos, aposentados ou demitidos nos casos previstos na lei, ou seja, é concedida ao juiz uma protecção no que se refere à possibilidade de ameaça à sua carreira profissional em virtude de alguma decisão.

A impossibilidade de responsabilização dos juízes pelas suas decisões está consagrada no artigo 216.º, n.º2 da CRP e no artigo no artigo 5.º do EMJ, que admitem no entanto as devidas excepções consignadas na lei. Este instituto visa essencialmente evitar situações em que estes tenham de responder perante o poder político pelas respectivas decisões, garantido desta forma a sua independência face a esse outro poder do Estado.

A imparcialidade e a independência, bem como os vários institutos que visam acautelar a manutenção de ambas existem, apenas e tão-somente, para garantir a boa administração da justiça.

Para que se garanta verdadeiramente a independência e a imparcialidade, o juiz tem de ser autónomo face a tudo e todos, nunca poderá ter qualquer interesse na questão que esteja a apreciar, sujeitando as suas decisões apenas à lei e a critérios estritamente legais, despojando-se de quaisquer ideias pré-concebidas, opiniões alheias e pressões externas, o que fica assegurado pelos institutos anteriormente referenciados. Apenas um juiz verdadeiramente independente pode ser verdadeiramente imparcial, ou seja, apenas um juiz que não sofra nenhuma “pressão” poderá ser verdadeiramente neutro e objectivo na decisão, baseando-a apenas em critérios estritamente legais, pois a sua sujeição é apenas à lei e apenas um juiz nestas condições poderá administrar o bem precioso que lhe é confiado – a Justiça.

O direito a um julgamento justo (em que o juiz tem de ser necessária e obrigatoriamente independente e imparcial) e à realização da justiça são direitos de todo o cidadão, direitos esses que apenas ficam acautelados quando o juiz é de facto independente e imparcial, o que é assegurado pelo conjunto de institutos ou mecanismos anteriormente enunciados. A independência e a imparcialidade do juiz, bem como a manutenção de ambas, são desta forma garantias do cidadão de uma boa administração da justiça.

A independência e imparcialidade do juiz e a sua obrigação de julgar de forma independente e imparcial não é um direito próprio deste, mas um direito de todos os cidadãos pois o fundamento da independência e imparcialidade radica no direito a um julgamento justo e a uma boa administração da justiça – direitos basilares em qualquer sociedade democrática.



### **I.5.2 - A imparcialidade e a independência judicial como limites à liberdade de imprensa**

No âmbito dos quadros teóricos que se procura estabelecer neste capítulo, cumpre dissecar até que ponto a imparcialidade e a independência judicial são ou poderão ser limites à liberdade de imprensa.

A questão não é de fácil resposta e tem necessariamente de ser repartida, para que se possa responder com a lógica e seriedade que a importância do tema impõe. De modo a aferir se independência e a imparcialidade judicial são ou não limites à liberdade de imprensa tem necessariamente que se estabelecer os seus limites (da liberdade de imprensa). Para estabelecer os limites da liberdade de imprensa é necessário chamar à colação os artigos 37.º e 38.º da CRP e o artigo 3.º da Lei de Imprensa.

O artigo 38.º n.º 1 da CRP garante a liberdade de imprensa “como um direito fundamental e como uma instituição, basilar e irrenunciável da sociedade democrática e do Estado de direito”<sup>152</sup> que se fundamenta no direito à informação. O artigo 37.º, n.º 2 da CRP refere claramente que o direito à liberdade de expressão e de informação não pode ser impedido ou limitado por qualquer forma de censura. Por seu turno o n.º 3 do mesmo artigo reconhece a “existência de limites ao exercício dos direitos de expressão e de informação”<sup>153</sup>.

Os limites referenciados devem ser entendidos como os necessários para “a salvaguarda, promoção e prossecução de valores ou interesses de inequívoca dignidade”<sup>154</sup>, pelo que apenas nesta medida poderá haver limites à liberdade de imprensa.

O desrespeito pelos limites supra enunciados poderá originar infracções cometidas no exercício destes direitos, no caso a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa,

---

<sup>152</sup> TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA - *Processo n.º 9777/2004-6, de 02 de Dezembro de 2004*, Relator Urbano Dias. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa, 2004. [Consult. 12 Fev. 2012]. Disponível em [www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/c69ca57b1e0ccdfc80256f7f003e7e1d?OpenDocument](http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/c69ca57b1e0ccdfc80256f7f003e7e1d?OpenDocument)

<sup>153</sup> TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO DO NORTE - *Acórdão n.º 224/2010, de 02 de Junho de 2010, Processo n.º 442/09*, Relatora Conselheira Maria João Antunes. [Em linha]. Porto: Tribunal Central Administrativo do Norte, 2010. [Consult. 04 Mai. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/0/fbc5a155757ab746802570b7006e812d?OpenDocument>[http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/cst\\_busca\\_palavras.php?buscajur=aferidor&ficha=48&pagina=1&exacta=&nid=9464](http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/cst_busca_palavras.php?buscajur=aferidor&ficha=48&pagina=1&exacta=&nid=9464)

<sup>154</sup> TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA - *Processo n.º 9777/2004-6, de 02 de Dezembro de 2004*, Relator Urbano Dias. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa, 2004. [Consult. 12 Fev. 2012]. Disponível em [www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/c69ca57b1e0ccdfc80256f7f003e7e1d?OpenDocument](http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/c69ca57b1e0ccdfc80256f7f003e7e1d?OpenDocument)

designadamente quando colidem “com outros direitos ou institutos constitucionalmente protegidos”<sup>155</sup>.

Assim sendo o “direito de informar e, por extensão, a liberdade de imprensa não são direitos ilimitados e absolutos”<sup>156</sup>, ou seja, estão limitados por outros direitos cuja importância obriga a um esforço de compressão, na medida do necessário, do direito de informar e da liberdade de expressão<sup>157</sup>.

O mesmo raciocínio é seguido pelo artigo 3.º, n.º1 da Lei de Imprensa que refere que os limites a essa mesma liberdade “são os que decorrem da lei - fundamental e ordinária - de forma a salvaguardar o rigor e a objectividade da informação, a garantir os direitos ao bom nome, à reserva da intimidade da vida privada, à imagem e à palavra dos cidadãos e a defender o interesse público e a ordem democrática”<sup>158</sup>. Os referidos limites são “por um lado e desde logo, imanentes ao próprio direito em si (por princípio nenhum direito é absoluto nem ilimitado, não constituindo a liberdade de expressão excepção a esse princípio) e, por outro, os limites estabelecidos por lei mediante autorização constitucional”<sup>159</sup>.

Importa em especial para a problemática em análise os limites imanentes. Os limites imanentes (também designados por “limites aos direitos fundamentais imanentes à própria Constituição”<sup>160</sup>) devem ser entendidos como os limites necessários para que o exercício do direito da liberdade de imprensa não possa “pôr em causa o conteúdo essencial de outro direito ou atingir intoleravelmente a moral social ou os valores e princípios fundamentais da

---

<sup>155</sup> TRIBUNAL CONSTITUCIONAL - *Acórdão n.º 605/2007, de 11 de Dezembro de 2007, Processo n.º 556/07*, Relator Conselheiro João Cura Mariano. [Em linha]. Lisboa: Tribunal Constitucional, 2.ª Secção, 2007. [Consult. 18 Mar. 2012]. Disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/cst\\_busca\\_palavras.php?buscajur=crp&ficha=1468&pagina=57&exacta=&nid=8081](http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/cst_busca_palavras.php?buscajur=crp&ficha=1468&pagina=57&exacta=&nid=8081)

<sup>156</sup> *Ibidem*.

<sup>157</sup> A este propósito invocamos as palavras do Dr. Rangel ao afirmar peremptoriamente que “A liberdade de expressão, do direito de informar e ser informado não é um direito absoluto, não vale tudo”. Cfr a este propósito a resposta à pergunta n.º 3 da entrevista, disponível no Anexo III da presente dissertação, p.179.

<sup>158</sup> TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA- *Processo n.º 8136/2002-3, de 22 de Maio de 2003*, Relator Carlos Almeida. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa, 2003. [Consult. 01 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/e865e7713de4740880256fd4d0044538c?OpenDocument>

<sup>159</sup> TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO DO NORTE - *Acórdão de 10 de Novembro de 2005, Processo n.º 00070/04*, Relator Carlos Luís Medeiros de Carvalho. [Em linha]. Porto: Tribunal Central Administrativo do Norte, 2005. [Consult. 01 Jun. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/0/fbc5a155757ab746802570b7006e812d?OpenDocument>

<sup>160</sup> JÓNATAS E.M. MACHADO, *op. cit.*, p.711.

ordem constitucional”<sup>161</sup>. ou seja, são limites que resultam de uma análise articulada dos vários “bens constitucionalmente protegidos inscritos no espírito da lei fundamental”<sup>162</sup>.

Não cabe discutir na presente análise todos os limites à liberdade de imprensa, mas apenas dois limites em específico, igualmente tutelados pela CRP, a independência e a imparcialidade judicial.

Ficou anteriormente determinado que quer a liberdade de imprensa quer a independência e a imparcialidade judicial são bens constitucionalmente protegidos, precisamente pelo seu valor no seio de uma sociedade democrática, cujo fundamento radica essencialmente na dignidade e liberdade da pessoa humana.

Em virtude de a independência e a imparcialidade judicial serem bens jurídicos constitucionalmente protegidos, devido à importância do seu conteúdo, constituem limites à liberdade de imprensa imanentes à própria Constituição, circunscrevendo assim o âmbito da liberdade de imprensa.

Pode então afirmar-se que a CRP consagra a liberdade de imprensa, mas consagra também os respectivos limites, entre os quais se inclui a independência e a imparcialidade judicial. Fruto das limitações mutuamente estabelecidas entre a liberdade de imprensa e a independência e imparcialidade judicial, enquanto bens constitucionalmente protegidos e de igual interesse e dignidade, surgem por vezes situações de conflito.

A resolução das situações de conflito entre vários direitos constitucionais ou entre direitos e outros bens constitucionais tem sido objecto de estudo e de reflexão no que se tem denominando por “direito constitucional de conflitos”<sup>163</sup>, no entanto apenas uma análise casuística permite dar resposta cabal à forma como devem ser equacionados por um lado a independência e a imparcialidade judicial e por outro a liberdade de imprensa.

A análise casuística ora referida, terá sempre de ser uma análise articulada que não pode nem deve ser abstractamente equacionada, pois o conteúdo dos bens em causa não se

---

<sup>161</sup> TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO DO NORTE - *Acórdão de 10 de Novembro de 2005, Processo n.º 00070/04*, Relator Carlos Luís Medeiros de Carvalho. [Em linha]. Porto: Tribunal Central Administrativo do Norte, 2005. [Consult. 01 Jun. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/0/fbc5a155757ab746802570b7006e812d?OpenDocument>

<sup>162</sup> JÓNATAS E.M. MACHADO, *op. cit.*, p.710.

<sup>163</sup> TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO DO NORTE - *Acórdão de 10 de Novembro de 2005, Processo n.º 00070/04*, Relator Carlos Luís Medeiros de Carvalho. [Em linha]. Porto: Tribunal Central Administrativo do Norte, 2005. [Consult. 01 Jun. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/0/fbc5a155757ab746802570b7006e812d?OpenDocument>

compadece, sob pena de uma limitação arbitrária do seu âmbito e conteúdo, com uma análise desgarrada da realidade do caso concreto.

Note-se, no entanto, que não se quer significar com a presente afirmação que não é possível a criação de directrizes gerais de análise, sendo certo que o próprio TEDH tem sido frutífero no que se refere à criação de linhas de interpretação ou directrizes gerais para a resolução destas situações de conflito.

Seria expectável que a este propósito tivesse sido invocada a respectiva jurisprudência comunitária, bem como o artigo 10.º da CEDH, em virtude da sua importância no ordenamento português. No entanto a opção que se afigura mais correcta é relegar a análise da jurisprudência comunitária e do preceito supra enunciado para o Capítulo III, referente à análise das relações entre os média e a justiça penal na fase do julgamento.

## **CAPÍTULO II – OS MÉDIA E A JUSTIÇA PENAL NA FASE DE INQUÉRITO**

### **II.1 -A fase de inquérito, os média e o Ministério Público**

Munidos das bases conceptuais que tentamos traçar ao longo do Capítulo II chegou o momento de serem analisadas as relações que se estabelecem, durante a fase de inquérito entre os média (entenda-se os jornalistas) e o MP.

Para esta análise partimos de três questões diferentes que criam as linhas de tensão entre os respectivos intervenientes, sem no entanto descurar o que possa advir na sequência das mesmas e que se considere como pertinente:

- 1- Quais as finalidades do inquérito.
- 2- Quais os objectivos do MP durante a fase de inquérito.
- 3- Quais os objectivos dos média durante a fase de inquérito.

É durante a fase de inquérito que decorre a investigação que dará substância à decisão de acusar ou não, consoante a prova obtida.

Durante a investigação procura-se “aprofundar o conteúdo da notícia do crime, verificar o seu fundamento, procurar os autores do facto” <sup>164</sup>, recolhendo as provas, os vestígios, as evidências físicas e tudo o mais que possa contribuir para a reconstituição dos factos. É durante esta fase que o segredo de justiça, interno ou externo, demonstra a sua utilidade, no que concerne à protecção da investigação <sup>165</sup> ou à protecção de direitos dos cidadãos. Durante a fase de inquérito os objectivos do MP são essencialmente identificáveis com o sucesso da investigação, ou seja, recolha e preservação da prova, com o objectivo da reconstrução dos factos de acordo com a verdade material, culminando com a pronúncia ou não pronúncia do arguido, respeitando sempre a legalidade, os princípios gerais de Direito e os direitos do cidadão.

Os objectivos dos média durante a fase de inquérito distanciam-se, como seria expectável, dos objectivos do MP, desde logo porque a sua função social é diferente. Os objectivos ou os interesses dos média durante a fase de inquérito variam consoante o valor-notícia em causa, ou seja, se o valor-notícia for elevado tanto maior será o interesse dos média naquele inquérito ou investigação <sup>166</sup>.

O objectivo em geral, no caso de o valor-notícia ser elevado, será o de obter o maior número de informações possíveis, no menor lapso temporal possível, ainda que tal signifique o ignorar ou o violar de preceitos constitucionalmente consagrados e protegidos, como é o caso do segredo de justiça <sup>167</sup>. A fricção de todos estes interesses ou linhas de força, diferentes na sua génese, geram a clivagem ou a tensão dialéctica que muitas vezes transparece nos espaços noticiosos, sejam estes sensacionalistas ou não.

Cumpram então proceder a uma análise estruturada partindo das linhas de força e objectivos estabelecidos para cada interveniente, da finalidade do inquérito, tendo em consideração que esta fase obedece a uma cronologia estruturada. Aquando da aquisição da

---

<sup>164</sup> PAULO SÁ MESQUITA – *Breves notas sobre o Segredo Interno do Inquérito Penal*. [Em linha] In CONFERÊNCIA NACIONAL DO SINDICATO DOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 29 de Março de 2003. [Consult. 19 Fev. 2012]. Disponível em <http://www.asfcpj.org/temas/diversos/congressojust/segredol.pdf>

<sup>165</sup> Remetemos a este propósito para o explanado no Capítulo I, I.4.3. - O segredo de justiça como instrumento de protecção da investigação, p.39.

<sup>166</sup> A este propósito remetemos para a resposta da Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho à questão n.º 12 da entrevista, onde refere claramente a diferença entre os objectivos de ambos os universos, “Eles [entenda-se MP] têm o trabalho deles, que é apanhar criminosos e nós [entenda-se jornalistas/imprensa] temos o nosso trabalho, que é divulgar informação de interesse público”. Cfr. Anexo II da presente dissertação, p.173.

<sup>167</sup> Cfr. a este propósito a resposta do Dr. Rui Rangel à questão n.º 4 da entrevista onde explana parte da motivação subjacente ao “apetite [sempre presente] do jornalista a violar o segredo de justiça”. Cfr. Anexo III da presente dissertação, p.184.

notícia do crime e do início da sua investigação, o processo poderá ou não ficar sob o desígnio do segredo de justiça, para efeitos de protecção da investigação ou dos direitos individuais.

O segredo de justiça, no caso de visar a protecção da investigação já feita e a fazer, será para o MP o elemento de protecção dessa mesma investigação, ao impedir o acesso e divulgação dos autos e do seu conteúdo. Se eventualmente o processo em causa tiver interesse para os média, entenda-se valor-notícia e interesse público, os jornalistas empreenderão todos os esforços necessários à obtenção da informação ou matéria-prima para a redacção da notícia. O segredo de justiça, na óptica dos média, será então representado como um entrave à obtenção da informação, da matéria-prima para que o jornalista possa redigir a notícia.

A liberdade recém-adquirida<sup>168</sup>, liberdade de expressão e de imprensa, criou novos fenómenos comunicacionais, abriu novos caminhos e novos canais de comunicação e colocou à disposição da população um manancial de informação tremendo.

Estas mesmas alterações tiveram quer efeitos positivos quer efeitos negativos. Se por um lado, como incontestáveis efeitos positivos, podem ser nomeados o desmontar da figura austera e da solenidade do poder judicial e do MP, a crescente acessibilidade à justiça, o maior conhecimento dos direitos e o efectivo exercício democrático por parte dos cidadãos, por outro lado contam-se também os efeitos negativos, que não podem nem devem ser ignorados, sob pena de na proclamação extremista das liberdades se perder a noção de que também estas tem limites e, que esses mesmos limites garantem o núcleo duro dos direitos na sua justa medida a todo e qualquer cidadão, sendo que o olvidar deste aspecto originará no mínimo um país em que não há absolutamente direitos nenhuns para nenhum cidadão porque ninguém é capaz de os respeitar, pelo menos no que se refere ao seu núcleo essencial.

Esta liberdade de expressão e de imprensa, recém-adquirida nos termos enunciados, trouxe consigo a possibilidade de ver, conhecer e dar a conhecer, questionar e opinar as opções do Estado enquanto conjunto institucionalizado de poderes ao serviço do povo, bem como do funcionamento da justiça, enquanto pilar fundamental para o bom funcionamento desse mesmo Estado. A liberdade de expressão e de imprensa, o mediatismo de alguns

---

<sup>168</sup> A referência a liberdade recém-adquirida não é desprovida de sentido, volvidos cerca de 38 anos de democracia, de liberdade de expressão e de imprensa, Portugal bem como a sua população ainda não amadureceu o suficiente para poder lidar com estas liberdades com a devida consciência de que as mesmas também incluem limites.

processos, a curiosidade do cidadão e o desenvolvimento de um fenómeno de *voyeurismo* (quase mórbido) da desgraça alheia, contribuíram para que a justiça e as questões relacionadas com a mesma se tornassem tema de notícia.

É precisamente em sede de processo penal, em concreto na fase de inquérito em segredo de justiça, que se aguça a curiosidade do cidadão e que o valor-notícia da informação aumenta exponencialmente e é neste âmbito que se verificam as fugas de informação e a consequente violação do segredo de justiça.

O campo da investigação criminal, entenda-se a fase de inquérito, é talvez um dos frutos mais apetecidos dos media, sendo prova disso os cabeçalhos dos jornais, que muitas vezes se alimentam de investigações criminais incipientes, cujo objecto são crimes rocambolescos ou nos quais estão envolvidos pessoas com um determinado *status* social.

Para lá de todas as considerações que se possa tecer sobre os interesses subjacentes às notícias sobre crimes ou investigações criminais, é inegável a função social dos média: informar. Esta função social, na qual radica a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa (na sua tríplice função de direito de informar, ser informado e se informar), serve inquestionáveis propósitos democráticos, sendo um desses propósitos o escrutínio público da justiça e da forma como esta é administrada.

Mas então qual é o relacionamento que se estabelece entre os média e o Ministério Público, em sede de inquérito sob a protecção do segredo de justiça?

O Ministério Público, não obstante a abertura progressiva<sup>169</sup> que tem vindo a demonstrar nos últimos anos<sup>170</sup>, em especial por via da publicação na internet de relatórios,

---

<sup>169</sup> Citamos como bons exemplos dessa abertura progressiva as páginas da internet da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, disponível em [www.pgdlisboa.pt](http://www.pgdlisboa.pt), com uma comunicação pró-activa de algumas decisões do MP, quando revelem mais interesse ou impacto social, os planos e os resultados da actuação do MP no distrito, ou mesmo algumas informações mais pedagógicas ao cidadão em áreas de maior vulnerabilidade. Também ao nível judicial se nota um avanço de relevo, nos últimos dez anos, com a disponibilização *online* e livremente acessível dos acórdãos dos tribunais superiores, na Biblioteca Digital da Justiça Portuguesa, antiga DGSI, agora reformulada e disponível na página <http://biblioteca.mj.pt/Paginas/default.aspx>. Em todo o caso, constata-se que se tratam de casos praticamente isolados e sem correspondência, em outros instrumentos de comunicação, fora do *online*.

<sup>170</sup> Cfr. neste mesmo sentido a resposta da Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho à pergunta n.º 13 e 14 da entrevista, bem como o final da resposta à pergunta n.º 15, disponíveis no Anexo II, mais precisamente na p. 174 da presente dissertação.

informações, comunicados ou pareceres<sup>171</sup>, ainda se mostra tímido no que se refere à prestação de esclarecimentos ou comunicados por via dos média, entenda-se jornalistas<sup>172</sup>.

Esta incapacidade comunicativa (natural ou inerente) por parte do MP deriva também do respectivo dever de reserva, bem como do regime do segredo de justiça, não obstante, por via do n.º 13, do art. 86.º do CPP, ser possível, com a devida cautela, comunicações do MP aos média. A ausência comunicativa, ou comunicação ausente, é potenciada nos casos de segredo de justiça, pois este mesmo regime impõe um “pacto de silêncio” (salvo a excepção já referida), entre os intervenientes enunciados, relativamente ao processo sobre o qual o mesmo foi aplicado, sendo que este secretismo gera ainda mais curiosidade.

Cientes de que o segredo de justiça é um instituto que deve e tem de ser efectivamente respeitado (tendo em consideração a sua dignidade constitucional e a redução do seu âmbito de aplicação), somos obrigados a reconhecer que quanto mais secretismo se gera em torno de uma determinada situação, maior a curiosidade que essa mesma situação suscitará. A curiosidade popular determina o valor-notícia, e quanto maior a curiosidade maior a audiência ou a tiragem e logo maior o lucro (que nos dias que correm determina em larga medida o valor-notícia).

Conscientes desta realidade, os jornalistas procuram avidamente a matéria-prima da notícia nos processos em segredo de justiça, especialmente se envolverem pessoas conhecidas ou matérias completamente fora do comum, seja através dos seus intervenientes ou das pessoas que tenham alguma ligação ao processo. No entanto esta procura da matéria-prima da notícia não se compadece com o tempo necessário para que a investigação (entenda-se a fase de inquérito) seja bem-sucedida. A notícia tem de ser para hoje, ou para ontem.

---

<sup>171</sup> A este propósito remetemos para as palavras do Dr. Cunha Rodrigues vertidas na página 6, do anexo II, do Boletim Informativo n.º 24, de Setembro de 1998, da Procuradoria - Geral da República. MINISTÉRIO PÚBLICO. Procuradoria-geral da república. Conselho Superior da Magistratura - *Boletim Informativo n.º 24*. [Em linha]. Lisboa, (Setembro de 1998). [Consult. 12 Mai. 2012]. Disponível em <http://www.pgr.pt/pub/CSMP/1998/24-anexo2.pdf>

<sup>172</sup> As sapientes palavras da Dr.ª Maria José Morgado, caso fossem uma postura generalizadamente adoptada pelos magistrados do MP, conduziriam provavelmente à solução de muitas das tensões que se fazem sentir neste âmbito. De facto a Dr.ª Maria José Morgado refere que é necessário “encontrar um ponto de equilíbrio, tem de se falar pouco mas aquilo que se diz tem de ser importante, realmente importante e tem de ser aquilo que importa do ponto de vista do interesse público”, ou seja, é necessário comunicar mas comunicar bem, o suficiente para esclarecer, mas não demais de forma a tolher a investigação e “fazê-lo de forma neutra sem instrumentalizar ninguém, transparente e leal e sem promiscuidade e sem amiguismos e sem segredinhos que perturbem a relação magistrado e comunicação”. Cfr. resposta à questão n.º 11, da entrevista à Dr.ª Maria José Morgado, disponível no Anexo I, p.163.



O tempo urge para que se traga a novidade, ou seja, a notícia “fresca” e em primeira mão, que garantidamente como novidade que é, aguçará a curiosidade do cidadão. Não raras vezes esta situação, bem como o bulício e inquietação em torno da investigação geram perturbações na mesma, podendo inclusive obstruir a que esta seja bem-sucedida.

Por seu turno o MP deve procurar, dentro da medida do legalmente permitido, manter o inquérito e a investigação em segredo de justiça, de forma a garantir o seu sucesso e a cumprir os mandamentos legais e constitucionais em questão. Encontramos desta forma dois interesses públicos em rota de colisão, por um lado a protecção da investigação através do segredo de justiça, por outro lado a liberdade de imprensa. De que forma se devem conciliar estes os dois interesses públicos, que são também valores constitucionalmente protegidos?

Quando os média divulgam notícias cujos conteúdos se reportam a actos processuais de inquéritos que estão em segredo de justiça, estamos perante uma violação do segredo de justiça na sua vertente externa, ou seja, a violação da proibição de o processo ser revelado a terceiros que não sejam sujeitos processuais<sup>173</sup>. Note-se que para haver violação do segredo de justiça tem de haver, necessariamente, alguém de alguma forma, externa ou internamente, associado ao processo, a veicular, fornecer ou facultar informações ao jornalista. Pois “quem viola o segredo, quem está na origem da violação do segredo justiça é quem está no interior do sistema de justiça, ou juiz, ou magistrado do MP, ou OPC”<sup>174</sup>; ou quem contacta pontualmente com o inquérito, em interrogatórios, buscas e outros actos processuais, como sejam advogados, peritos, testemunhas e outros intervenientes ou “espectadores” ocasionais.

No caso do segredo de justiça servir a protecção da investigação, nas situações que já foram enunciadas, encontramos um claro choque entre interesses públicos, por um lado o interesse público em que a investigação decorra da melhor forma possível para servir a justiça e por outro lado o interesse público de se informar da população, que é alcançado através da publicação da notícia pelos média. Como equacionar então estes dois interesses públicos, sem que ambos sofram amputações ou esvaziamentos do seu conteúdo essencial?

Quer o segredo de justiça, quer a liberdade de imprensa apresentam-se como valores constitucionalmente protegidos, o primeiro por via do artigo 20.º, n.º3 e o segundo por via

---

<sup>173</sup> Fora das situações enquadráveis como violação do segredo de justiça ficam as investigações jornalísticas, pelo que subtraímos desde já tais situações aquelas que são reconduzíveis à violação do segredo de justiça.

<sup>174</sup> Conforme referido pelo Dr. Rui Rangel em resposta à pergunta n.º 6 da entrevista. Cfr. resposta à pergunta n.º 6, disponível no Anexo III da presente dissertação, p.186.

dos artigos 37.º e 38.º da CRP. Sendo ambos bens constitucionalmente protegidos ambos se limitam reciprocamente, em virtude dos limites imanes ou “limites aos direitos fundamentais imanes à própria Constituição”<sup>175</sup>.

Assim sendo, quer o segredo de justiça, quer a liberdade de imprensa limitam-se reciprocamente, enquanto valores ou bens constitucionalmente protegidos. Desta forma, não se pode esvaziar o conteúdo essencial de ambos os valores constitucionalmente protegidos, impondo-se por isso uma análise casuística, tendo em conta o conteúdo moldável e o núcleo essencial da liberdade de imprensa, mas também a necessidade de protecção da investigação através do segredo de justiça, que para além dos interesses particulares, defende também interesses públicos, nomeadamente a boa administração da justiça, conseguida em primeira linha através de uma investigação bem-sucedida.

## **II.2 - A fase de inquérito, os média e a polícia criminal**

No decorrer da fase de inquérito há para além do JIC e do MP, um outro interveniente que se revela particularmente importante em sede de investigação: a polícia criminal ou os órgãos de polícia criminal. Mas o que são os órgãos de polícia criminal? Quais as suas funções longo do inquérito e da investigação? Quais os seus objectivos?

As questões relacionadas directamente com os OPC surgem por vezes um tanto ou quanto desconsideradas nalgumas obras de cariz mais teórico, mas em virtude da sua importância em sede de inquérito optamos por lhes dedicar algum espaço de reflexão.

O CPP define na alínea c) do artigo 1.º, os órgãos de polícia criminal como “todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer actos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados por este Código”. Parte do conteúdo útil da definição apresentada pelo CPP remete então para outra definição, o que são entidades e agentes policiais?

A Lei da Organização Criminal responde a esta questão no artigo 3.º, ao estabelecer a distinção entre órgãos de polícia criminal de competência genérica e órgãos de polícia criminal de competência específica. Enuncia o mesmo artigo, no n.º 1 que são órgãos de competência genérica a Polícia Judiciária, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública. Deste modo o n.º 1 do artigo 3.º da LOIC apresenta um catálogo taxativo

---

<sup>175</sup> JÓNATAS E.M. MACHADO, *ibidem*, p. 710.

dos órgãos de polícia criminal com competência genérica, sem no entanto apresentar uma definição do que se deva entender por órgãos de polícia criminal com competência genérica.

Por sua vez relativamente aos órgãos de polícia criminal de competência específica, o mesmo artigo não oferece qualquer definição, limitando-se a referir que os órgãos de polícia criminal com competência específica são todos os demais que não detenham competência genérica, ou seja, são órgãos de polícia criminal com competência específica todos à excepção da Polícia Judiciária, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana.

A tentativa de elencar todos os órgãos de polícia criminal de competência específica obriga a uma análise exaustiva de diversos diplomas, cuja presente reflexão não comporta. Em virtude de tal, limitamo-nos a elencar quais os órgãos de polícia criminal com competência específica, advertindo que tal catálogo resulta de uma análise articulada de diversos diplomas<sup>176</sup>. Resulta então da análise articulada de diversos diplomas o seguinte elenco dos órgãos de polícia criminal com competência específica: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Polícia Judiciária Militar, Autoridade Marítima, Polícia Marítima, Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, Autoridade da Concorrência, Comissão de Mercados de Valores Mobiliários, Inspecção-Geral das Actividades Culturais, Inspecção-Geral do Ambiente e Ordenamento do Território, Órgãos da Administração Tributária, Órgãos da Administração da Segurança Social, Inspecção-Geral do Trabalho e Direcção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo, Guardas Florestais e Direcção-Geral dos Impostos. A técnica legislativa usada para a definição (ou tentativa de definição) dos órgãos de polícia criminal é merecedora de algumas críticas, nomeadamente o facto de obrigar a um esforço de análise articulada de diversos diplomas que em nosso entender não oferece ao cidadão um entendimento claro, geral e global do que são os OPC, bem como as suas competências. Críticas à parte, pois a presente reflexão não as comporta em toda a sua extensão, cumpre analisar as funções dos OPC em geral, centrando posteriormente a atenção nas suas funções em sede de inquérito.

De acordo com o artigo 55.º do CPP “compete aos órgãos de polícia criminal coadjuvar as autoridades judiciais com vista à realização das finalidades do processo” e

---

<sup>176</sup> Neste aspecto recorremos ao artigo *Investigação Criminal: dos órgãos de polícia criminal à LOIC*, que se revelou uma importante fonte nesta matéria. PAULO SILVÉRIO, CARLOS AFONSO - *Investigação Criminal: dos órgãos de polícia criminal à LOIC*. [Em linha] In *Revista Pela Lei e pela Grei*. Lisboa (Julho – Setembro de 2010), p. 52-61. [Consult. 12 Abr. 2012]. Disponível em [http://www.gnr.pt/portal/internet/gabinete\\_imprensa/revista\\_gnr/edicoes/2010/n3/invcriminal/52-61LOIC.pdf](http://www.gnr.pt/portal/internet/gabinete_imprensa/revista_gnr/edicoes/2010/n3/invcriminal/52-61LOIC.pdf)

“ainda por iniciativa própria, colher notícia dos crimes e impedir quanto possível as suas consequências, descobrir os seus agentes e levar a cabo os actos necessários e urgentes destinados a assegurar os meios de prova”. São estas as funções essenciais dos OPC descritas de uma forma genérica o suficiente que permite o respectivo preenchimento das cláusulas que as compõe com recurso à LOIC e aos respectivos diplomas orgânicos de cada OPC.

Em sede de processo penal os órgãos de polícia criminal actuam “sob a direcção das autoridades judiciais e na sua dependência funcional”<sup>177</sup>, ou seja, existe uma subordinação funcional por parte dos OPC aos tribunais e às autoridades judiciais, entenda-se juizes e MP. A relação que se estabelece entre os OPC e o MP, em virtude da delegação genérica de competência, enunciada no artigo 270.º do CPP e cujo preenchimento foi feito através d Directiva n.º 1/2002, da Procuradoria-Geral da República, datada de 14 de Março de 2002<sup>178</sup>, é uma relação de coadjuvação e subordinação funcional. Em fase de inquérito, os OPC laboram em coadjuvação, articulação e subordinação funcional, directamente com o MP e em virtude desta situação os objectivos dos OPC acabam por ser reconduzíveis aos objectivos anteriormente elencados para o MP.

Partindo desta premissa, as linhas de força criadas entre os jornalistas e os OPC acabam por ser as mesmas que surgem entre os jornalistas e o MP. Recordando o que foi anteriormente referido, em sede de inquérito sob o segredo de justiça, os OPC procuraram proteger a investigação, enquanto os jornalistas procurarão obter o máximo de informação possível. Estes interesses claramente contraditórios criam as linhas de tensão entre o MP e os jornalistas, mas também entre jornalistas e os OPC, pois os últimos partilham os objectivos do MP.

O crescente aumento de competências (ainda que delegadas) bem como a presença cada vez maior dos OPC no terreno da investigação ou no cenário do crime, geraram uma maior exposição destes órgãos quer aos jornalistas, quer ao público em geral por via destes últimos. Esta maior exposição gera por vezes situações de animosidade e de claro conflito de interesses, por um lado os OPC tentam dentro da actuação mais directa proteger e acautelar a prova, enquanto os jornalistas procuram aceder ao cenário do crime ou até aos autos com vista a obter informações ou imagens.

---

<sup>177</sup> Conforme referido pelo art. 56.º do CPP.

<sup>178</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO. Procuradoria-geral da República - *Directiva n.º 1/2002 de 14 de Março de 2002*. D.R.: II Série, 04-04-2002 (2002), p. 6221 – 6224. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 2002. [Consult. 06 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.dre.pt/pdf2sdip/2002/04/079000000/0622106224.pdf>

No entanto, estas questões não se colocam quando o processo não esteja em segredo de justiça, sendo certo que os OPC, dentro da margem de manobra que lhes é concedida pela lei, têm demonstrado cada vez maior abertura à comunicação e aos média, apesar de por vezes ainda se mostrar escassa a informação transmitida<sup>179</sup>.

Esta abertura que os OPC têm vindo a demonstrar relativamente aos média e à liberdade de imprensa<sup>180</sup>, têm dado origem a bons resultados, demonstrando que os OPC são fonte de notícia e que acima de tudo são credíveis e isentos nas declarações que prestam, devendo por isso ser considerados como fonte privilegiada.

No âmbito do processo em segredo de justiça, a situação terá de ser equacionada de uma outra forma. O âmbito subjectivo do segredo de justiça também abrange os OPC, pelo que a divulgação de informação constante dos autos representará uma violação desse mesmo segredo de justiça. Entre as várias leis orgânicas dos OPC<sup>181</sup> apenas a Lei Orgânica da Polícia Judiciária<sup>182</sup> estabelece de forma clara e inequívoca no artigo 13.º a sujeição dos respectivos OPC ao segredo de justiça. As demais leis orgânicas, nomeadamente a Lei Orgânica da PSP e a Lei Orgânica da GNR não contemplam tal referência.

Apesar de nas respectivas Leis Orgânicas não constar nenhuma referência (salvo a excepção já enunciada), é de se lhes aplicar a sujeição ao regime do segredo de justiça, cabendo no seu âmbito subjectivo de aplicação. No entanto o artigo 86.º, n.º 13, do CPP configura uma excepção ao segredo de justiça na sua vertente externa.

Será então aplicável esta mesma excepção aos OPC por via da delegação de competências pelo MP, ou seja, poderá o MP delegar a competência para a prestação de esclarecimentos públicos ao abrigo do n.º 13 do artigo 86.º do CPP?

O artigo 86.º, n.º 13 configura uma excepção ao segredo de justiça na sua vertente externa, ao permitir a prestação de esclarecimentos pela autoridade judiciária, com base nas

---

<sup>179</sup> Neste aspecto extraímos da resposta, da Dr.ª Maria José Morgado, à pergunta n.º 12, que “A polícia deve falar, mas o falar não é falar em excesso nem falar em deficit. Tem de saber utilizar a palavra com uma função”, pois “O discurso policial é importante numa sociedade moderna para combater o crime, faz parte das ferramentas para combater o crime.”, mas terá de ser sempre “discurso policial construído, com estratégia” sob pena de não ter absolutamente nenhum efeito preventivo. Cfr. resposta à questão n.º 12, da entrevista à Dr.ª Maria José Morgado, disponível no Anexo I, p.164.

<sup>180</sup> Destacamos neste aspecto o departamento de relações públicas da PJ e o departamento de comunicação da PSP, elencados pela Dr.ª Maria José Morgado com um bom exemplo dos esforços empreendidos neste sentido. Cfr. resposta à questão n.º 12 e 13, da entrevista à Dr.ª Maria José Morgado, disponível no Anexo I, p. 164163 e 166.

<sup>181</sup> Tomando por base as Leis Orgânicas dos OPC com competência genérica: PJ, PSP e GNR.

<sup>182</sup> Lei Orgânica da Polícia Judiciária. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – *Lei da Orgânica da Polícia Judiciária, Lei n.º 37/2008, de 06 de Agosto*. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 2008. [Consult. 01 Fev. 2012]. Disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1004&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&](http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/lei_mostra_articulado.php?nid=1004&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&)

condições e nos pressupostos já enunciados. Aferimos aquando da análise do preceito supra enunciado, que a autoridade judiciária competente é o MP e o JIC, nos termos e para os efeitos anteriormente enunciados.

Tomando por base a delegação genérica de competências na PJ, na PSP e na GNR, cumpre questionar se essa mesma delegação de competências contempla a prestação de esclarecimentos públicos ao abrigo do n.º 13 do artigo 86.º? Admitirá o n.º 13 do artigo 86.º que tais esclarecimentos sejam prestados pelos OPC?

Resulta da Directiva n.º 1/2002 da Procuradoria-Geral da República que a delegação genérica de competências compreende a delegação da “competência para a investigação e para a prática dos actos processuais de inquérito derivados da mesma ou que a integrem”<sup>183</sup> (sublinhado nosso). Relativamente a cada OPC é definido o mesmo em termos da delegação genérica, no entanto referindo-se a crimes diferentes, ou seja, a PJ tem competência genérica delegada pelo MP para um determinado grupo de crimes, a PSP tem competência genérica delegada pelo MP para um grupo de crimes, sucedendo o mesmo com a GNR.

Caberá então nesta delegação genérica de competências a delegação da prestação de esclarecimentos, ao abrigo do n.º 13 do artigo 86.º?

Temos em crer que não, sob pena de se defraudar a *ratio* subjacente à competência em matéria de segredo de justiça, bem como a interpretação do argumento literal que resulta do próprio n.º 13 do artigo 86.º. A competência em matéria de segredo de justiça cabe essencialmente ao MP e ao JIC, sendo este o entendimento que resulta quer da distribuição de competências entre ambos, quer do próprio regime do segredo de justiça.

Ao MP compete a determinação da sujeição de um processo ao regime do segredo de justiça quando os interesses da investigação ou dos sujeitos processuais assim o clamem, sendo que tal determinação dependerá sempre de validação do JIC, nos termos do artigo 86.º n.º 3.

Ainda no âmbito do mesmo artigo, mas desta feita no n.º 2, caberá também ao MP propor ao Juiz, mediante requerimento, a sujeição de um processo ao regime do segredo de justiça quando a publicidade prejudique os direitos dos sujeitos ou dos participantes processuais.

---

<sup>183</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO. Procuradoria-geral da república - *Directiva n.º 1/2002 de 14 de Março de 2002*. D.R.: II Série, 04-04-2002 (2002), p. 6221 – 6224. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 2002. [Consult. 06 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.dre.pt/pdf2sdip/2002/04/079000000/0622106224.pdf>

Note-se que em nenhum momento é atribuída competência aos OPC no domínio do segredo de justiça, pelo que também não fará sentido nenhum atribuir-lhe a competência para prestação de declarações no âmbito da excepção do n.º 13 do artigo 86.º.

Na senda da defesa desta ideia é possível recorrer ao elemento literal que indica expressamente que compete à respectiva autoridade judiciária a prestação dos esclarecimentos públicos, não estabelecendo o artigo qualquer outra excepção que preveja a delegação desta mesma competência nos OPC.

Ainda que se argumente com base na delegação genérica de competências que é possível a prestação de esclarecimentos públicos, ao abrigo do n.º 13 do artigo 86.º, pelos OPC, temos em crer que tal argumento não procede, pois essa mesma delegação remete para a “competência para a investigação e para a prática dos actos processuais de inquérito derivados da mesma ou que a integrem” (sublinhado nosso), ou seja remete para as competências de cariz técnico directamente relacionadas com a investigação e não necessariamente relacionadas com toda a fase de inquérito.

Com base nos fundamentos supra exposto defendemos então que a competência para a prestação de esclarecimentos ao abrigo do n.º 13 do artigo 86.º, cabe apenas e tão-somente ao JIC e ao MP, pois apenas estes são autoridades judiciárias.

Não partilhamos por isso da opinião defendida pelo Dr. Pedro do Carmo<sup>184</sup>, ao referir, de forma indistinta que a informação prestada ao abrigo artigo supra enunciado, tanto pode ser prestada por um polícia como por um magistrado.

Reforçando este entendimento invocamos um Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República<sup>185</sup> do qual se retira que a Polícia Judiciária (entenda-se extensivamente OPC) pode, para efeitos de prevenção geral e específica da criminalidade, dentro do que lhe é legalmente permitido, prestar esclarecimentos, no entanto tais esclarecimentos não podem contender com o que deve ficar salvaguardado por via do segredo de justiça. Ou seja, os OPC podem e devem comunicar, mas sempre que esses comunicados envolvam matérias ou processos em segredo de justiça, os referidos OPC devem abster-se da

---

<sup>184</sup> PEDRO DO CARMO – *Investigação Criminal e Media*. Comunicação apresentada no Seminário Comunicação, Media e Justiça, no âmbito do Mestrado em Comunicação, Media e Justiça, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 11 de Novembro de 2010. In *Revista do Ministério Público*, nº124 (Out./Dez. 2010), p. 123.

<sup>185</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO. Procuradoria-Geral da República, Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República - *Parecer n.º PGRP0006725*. [Em linha] Lisboa, 1981. [Consult. 11 Set. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/pgrp.nsf/0/83ca6c3250b39d5e802566170041cca9?OpenDocument>

prestação de quaisquer esclarecimentos, deixando tal competência para aqueles a quem a lei a atribuí, MP e JIC.

Concluindo podemos estabelecer então o seguinte esquema relacional, em sede de inquérito, entre os jornalistas e os OPC:

- Os jornalistas procuram a matéria-prima da notícia a todo o custo;
- Os OPC tentam, dentro dos limites da legalidade, proteger a investigação, fonte e fruto do seu trabalho;
- Estando vinculados ao segredo de justiça os OPC estão impedidos de prestar quaisquer declarações, não lhes sendo aplicável a excepção do n.º 13 do artigo 86.º, por força dos argumentos já explanados.

### **II.3 - Os relatórios de monitorização da reforma penal de 2007**

A reforma penal operou significativas mudanças no regime do segredo de justiça e tais mudanças desencadearam reacções e alterações ao comportamento dos intervenientes no universo judiciário e dos média, iniciava-se assim uma mudança de paradigma que foi alvo por um lado de alguma (se não bastante) contestação e por outro lado de alguns aplausos.

A presente análise foca-se nos relatórios de monitorização da reforma penal, elaborados pelo Centro de Estudos Sociais em coordenação com o Observatório Permanente de Justiça e cuja direcção científica esteve a cargo de Boaventura de Sousa Santos.

A presente reflexão não comporta a total análise de todos os relatórios, pelo que nos focaremos nas problemáticas essenciais para a nossa temática.

O primeiro relatório intitulado de *Monitorização da Reforma Penal: O processo de preparação e o debate público da reforma* data de 31 de Janeiro de 2008, que antecedeu a reforma e visou em larga medida “dar a conhecer, de forma sistematizada, o processo de preparação da reforma, incluindo as posições tomadas sobre as soluções apresentadas por diferentes entidades”<sup>186</sup>.

Entre os aspectos a salientar neste primeiro relatório estão os diversos pareceres elaborados por entidades de relevo, nomeadamente o Conselho Superior de Magistratura, a

---

<sup>186</sup> UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais - *Monitorização da Reforma Penal: O processo de preparação e o debate público da reforma*. [Em linha] Coimbra: Universidade de Coimbra, 31 de Janeiro de 2008. [Consult. 02 Mar. 2012]. Disponível em [http://opj.ces.uc.pt/pdf/monitorizacao\\_reforma\\_penal-janeiro2008.pdf](http://opj.ces.uc.pt/pdf/monitorizacao_reforma_penal-janeiro2008.pdf)



Procuradoria-Geral da República, a Ordem dos Advogados, Conselho dos Oficiais de Justiça, Associação Sindical dos Juízes Portugueses e o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

O CSM considerou que reforma do processo penal iria ter um impacto profundo. Como aspectos positivos salientou a circunscrição da “amplitude da fase secreta do processo”<sup>187</sup>, com vista à harmonização legislativa com Convenção Europeia dos Direitos do Homem e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, a decisão por parte do juiz, mediante despacho irrecorrível, sobre a publicidade do processo e ainda o facto de ficar explícito que “o direito à informação não é um direito absoluto que não conhece limites”<sup>188</sup>.

A consequência do desrespeito pelos prazos de inquérito foi apontada como algo negativo pelo CSM, em virtude de poder “comprometer a evolução de determinados processos de inquérito não concluídos em prazo”<sup>189</sup>.

A Procuradoria-Geral da República já se tinha pronunciado anteriormente pelo que o Relatório, ora em análise, limitou-se em grande medida a reproduzir o conteúdo do documento anteriormente elaborado por esta entidade. A PGR contestou com veemência o regime do segredo de justiça, referindo que o mesmo ao impor prazos peremptórios em sede de inquérito desconsiderava as situações de criminalidade mais grave, que obrigam a uma investigação mais complexa. A PGR considerou ainda como negativo a irrecorribilidade do despacho do juiz quanto à matéria da publicidade do processo, alegando que tal situação investia o juiz de poderes discricionários. Relativamente à Ordem dos Advogados, a apreciação das alterações a introduzir foi tida como globalmente positiva.

A OA pronuncia-se em alguns aspectos em concreto, no entanto nenhum dos quais se afigura como pertinente para a matéria ora em análise na presente reflexão. O Conselho dos Oficiais de Justiça também se pronunciou sobre a reforma considerando como positiva a publicidade do processo e a alteração do artigo 86.º do CPP.

A Associação Sindical dos Juízes Portugueses considerou como positiva a alteração no regime do segredo de justiça e o reforço da publicidade em sede de inquérito, no entanto manifestou alguma preocupação no que se refere às “consequências penais do regime de vinculação ao segredo”<sup>190</sup> e quanto ao facto de os prazos do inquérito se tornarem de cariz peremptório, bem como as eventuais consequências daí poderiam advir.

---

<sup>187</sup> *Idem, ibidem*, p. 69.

<sup>188</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>189</sup> *Op. cit.*, p. 69.

<sup>190</sup> *Ibidem, idem*, p.108.

Por último o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público alertou os efeitos nocivos a nível de investigação que a transformação dos prazos de inquérito, até então prazos meramente ordenadores, em prazos peremptórios poderia causar, bem como o facto de tal situação poder desencadear o aumento dos pré-inquéritos e o recurso a meios de investigação informal.

A agitação a nível dos órgãos de comunicação social, bem como as comunicações feitas através dos mesmos também foi objecto de análise do Relatório. Resulta da análise do gráfico<sup>191</sup> apresentando no respectivo relatório e, que tem como amostra “cerca de 250 artigos em periódicos nacionais, entre Julho de 2007 e a terceira semana de Janeiro de 2008”<sup>192</sup> que o periódico que mais notícias publicou sobre a reforma foi o “Correio da Manhã”, seguido do “Jornal de Notícias”, do “Diário de Notícias” e do “Público”.

A cobertura mediática em torno da reforma penal não foi uniforme, oscilando entre picos informativos, registando-se o maior fluxo informativo entre os dias 16 e 22 de Setembro, conforme resulta da interpretação do gráfico n.º 2<sup>193</sup>.

Neste universo noticioso foram ainda contabilizadas as intervenções de acordo com os respectivos autores, sendo que o MP, o Poder Político e os juízes, foram os três intervenientes mais activos, seguindo-se os juristas e os advogados, contabilizando-se menos intervenções por parte dos jornalistas<sup>194</sup>. De todas as temáticas referentes à reforma penal, o segredo de justiça ocupou o quinto lugar no grupo de vinte e duas temáticas diferentes, registando-se cerca de sessenta e duas intervenções relativamente ao segredo de justiça<sup>195</sup>.

No que se refere à análise das posições assumidas, o MP assume posição de destaque como o grupo mais coeso em termos de críticas à reforma, acompanhado pelos juízes e também pelos jornalistas, sendo que o campo académico não apresentou posição homogénea surgindo como principais intervenientes Germano Marques da Silva (defensor da reforma) e Costa Andrade (contra a reforma) por último o grupo dos advogados cuja posição é relativamente homogénea assume-se como favorável à reforma.

---

<sup>191</sup> Referimo-nos ao gráfico 1, *op. cit.*, p. 126. O gráfico enunciado encontra-se disponível no Anexo IV da presente dissertação, na p. 197 da presente dissertação.

<sup>192</sup> *Op. cit.*, p. 125.

<sup>193</sup> Apresentado na p. 128, *op. cit.* Este gráfico encontra-se disponível no Anexo IV, p. 197 da presente dissertação.

<sup>194</sup> Interpretação que resulta da análise do gráfico n.º 3, *idem, ibidem*, p. 133. Este gráfico encontra-se também disponível no Anexo IV, p. 198 da presente dissertação.

<sup>195</sup> De acordo com a interpretação dos dados do gráfico n.º 4, *op. cit.*, p. 134. Este gráfico encontra-se também disponível no Anexo IV, p. 198 da presente dissertação.

No que se refere às várias intervenções sobre o regime do segredo de justiça é salientada no respectivo Relatório “a intervenção de Pedro Vaz Patto no âmbito das Jornadas sobre a Revisão do Código de Processo Penal, promovidas pelo CEJ”<sup>196</sup>.

O segundo Relatório que merece a nossa atenção tem o título de *Monitorização da Reforma Penal – Segundo Relatório Semestral* e data de 12 de Dezembro de 2008. Neste segundo Relatório em análise destacamos a avaliação da “validação do segredo de justiça, prorrogação e adiamento do acesso aos autos”<sup>197</sup>.

Foram novamente indagadas as posições de cada grupo de intervenientes relativamente à reforma operada e ainda questionadas quais as maiores dificuldades encontradas, aspectos nos quais concentraremos a presente análise. A principal dificuldade enunciada reside em assegurar a eficácia da investigação em virtude do novo regime de articulação de competências entre o MP e o JIC e do actual modelo do segredo de justiça.

A posição assumida pelos diversos entrevistados, aquando do primeiro Relatório, mantém-se neste segundo.

O regime do segredo de justiça continua a ser aceite essencialmente pelos juízes e pelos advogados, insurgindo-se contra esta reforma o MP, que considera uma ingerência nas suas competências a necessidade de validação pelo JIC, da aplicação do regime do segredo de justiça ou prorrogação do prazo do mesmo.

A validação da aplicação do segredo de justiça a um processo gera ainda algumas divergências, que se concentram essencialmente na questão de saber se essa validação é meramente formal ou se é também de cariz material. O entendimento da jurisprudência tem sido no sentido de não bastar uma mera fundamentação abstracta, mas antes sendo necessária uma invocação e fundamentação em concreto, que obrigará sempre a um efectiva apreciação e fundamentação.

Uma outra questão suscitada reside em saber durante quanto tempo pode ser prorrogado o prazo de três meses, de forma a evitar o acesso aos autos. Também neste aspecto divergem as opiniões, que podem ser aglutinadas essencialmente em dois grupos: aqueles que consideram que o prazo apenas pode ser prorrogado até seis meses (uma prorrogação de três meses e uma outra de mais três) e aqueles que consideram que o prazo da

---

<sup>196</sup> *Op. cit.*, p. 159.

<sup>197</sup> UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais - *Monitorização da Reforma Penal: Segundo Relatório Semestral*. [Em linha] Coimbra: Universidade de Coimbra, 12 de Dezembro de 2008. [Consult. 03 Mar. 2012]. Disponível em [http://opj.ces.uc.pt/pdf/monitorizacao\\_reforma\\_penal\\_dezembro\\_2008.pdf](http://opj.ces.uc.pt/pdf/monitorizacao_reforma_penal_dezembro_2008.pdf)

prorrogação não tem qualquer limite, ficando ao critério do JIC a decisão de qual o tempo necessário para a conclusão da investigação

A contestação relativamente ao novo regime não se queda pelos aspectos enunciados, há ainda quem considere que a mesma coloca em causa ou não acautela de forma eficaz o princípio da presunção de inocência ou da intimidade da vida privada, ambos direitos acautelados através do segredo de justiça.

O terceiro Relatório ora analisado, data de 10 de Julho de 2009 e intitula-se *A Justiça Penal – Uma reforma em avaliação*.

O Relatório refere desde logo que os problemas com o segredo de justiça colocam-se apenas relativamente aos processos de criminalidade grave e complexa, sendo que para os demais não se levantam quaisquer problemas, tendo em conta que a sua investigação é relativamente fácil, enunciando ainda que os processos de criminalidade grave e complexa são em número reduzido face aos demais processos.

Analisando novamente as posições assumidas pelos diversos intervenientes, salienta-se que os sectores que mais se opuseram à reforma foram na realidade aqueles que mais se pronunciaram relativamente à mesma. O MP assumiu uma posição claramente contestatária da reforma, os juízes por sua vez, assumiram uma posição de cepticismo, sendo contudo reservados nas respectivas opiniões e declarações públicas.

No campo académico as opiniões dividiam-se entre os apoiantes (Fernanda Palma) e os críticos da reforma (Paulo Pinto de Albuquerque). Os advogados, sendo na sua maioria favoráveis à reforma, assumiram a sua posição de forma discreta.

No campo dos média, as opiniões que começaram por ser unanimemente favoráveis à reforma, acabariam também por divergir. O “Correio da Manhã” e o “Jornal de Notícias” começaram por ser acérrimos defensores desta “nova liberdade de imprensa”, no entanto o “Jornal de Notícias” viria a distanciar-se desta primeira posição assumindo mais uma atitude de reflexão, ao invés de uma posição de empolamento mediático do universo da investigação criminal e da justiça. Por sua vez, o “Público” e o “Diário de Notícias” apresentavam posições pouco definidas, balançando-se entre a crítica e o aplauso à reforma, acabando o Diário de Notícias por criticar a legislação elaborada com base no impulso mediático de determinadas questões.

Outro aspecto a salientar é a consonância entre o J.I.C. e o MP. Segundo os dados recolhidos junto dos serviços do MP, o número de processos em que se apresentou como

imperiosa a necessidade de imposição do segredo de justiça, reporta-se praticamente apenas a um número reduzido que envolvem criminalidade complexa e grave, sendo que em cerca de 95% dos processos em causa o JIC validou a determinação do segredo de justiça. Nos restantes 5% dos processos, que não foi validado o segredo de justiça, o MP considerou que tal situação colocou em causa a investigação criminal.

O último aspecto a salientar do relatório ora em análise, é o alerta feito relativamente à conexão entre os prazos do inquérito e o segredo de justiça, considerado como um ponto negativo. Findos os prazos de inquérito (ainda que acrescido dos três meses), que se revelam curtos para a investigação de criminalidade complexa e organizada, cessa o segredo de justiça, o que coloca em causa as investigações complicadas e morosas feitas nos casos supra referidos.

*Monitorização da Reforma Penal – Relatório complementar*, datado de 2 de Outubro de 2009 é o quarto e último Relatório analisado.

É desde logo referido neste Relatório que deve ser alterada a conexão entre os prazos máximos do inquérito e a quebra do segredo de justiça.

Continua o mesmo relatório, afirmando que tal conexão originou situações em que os processos foram tornados públicos prematuramente, inviabilizando por isso a investigação quando esteja em causa criminalidade complexa e grave, tendo em conta que para os demais processos os prazos apresentam-se como suficientes para que possa ser feita a investigação sem perturbações externas. Segue o mesmo relatório, referindo que os casos em que ocorrem violações do segredo de justiça são normalmente aqueles em que estão envolvidos indivíduos com algum poder político, económico ou social.

É salientado também o cuidado acrescido dos média para evitar situações de violação do segredo de justiça, em especial aquelas em que possam estar em causa indemnizações de montante elevado e também talvez porque conforme referido, nada no actual quadro jurídico obsta a que a violação do segredo de justiça seja efectivamente punida. Apesar de a violação do segredo de justiça não ocorrer apenas através dos meios de comunicação social, é precisamente através destes que as consequências dessa mesma violação assumem proporções mais nefastas.

Precisamente neste contexto de sociedade de informação termina este relatório, afirmando que a instrumentalização recíproca entre os tribunais e os média, tem contribuído para o mau estar entre ambos os sectores, sugerindo a adopção medidas de carácter

legislativo e não legislativo para melhorar a relação entre ambos, de maneira a servir o cidadão da melhor forma possível.

Numa leitura transversal dos dados enunciados pelos Relatórios é de reter que a reforma não operou mudanças de consciências, as posições mantêm-se as mesmas antes e após a reforma, apenas se refinaram os já existentes modos e as atitudes... Mais que uma reforma penal é necessário (urge!) uma reforma de consciências, pensamentos e atitudes em todos os campos envolvidos nesta problemática<sup>198</sup>.

#### **II.4 - A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem**

A presente reflexão não comporta uma análise extensiva e exaustiva dos julgamentos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, precisamente por isso opta-se por enunciar as linhas gerais de orientação TEDH, recorrendo à análise da jurisprudência considerada relevante para a temática em análise (segredo de justiça e liberdade de imprensa).

Para tal recorremos aos julgamentos Campos Dâmaso c. Portugal, Dupuis e outros c. França, Du Roy and Malaurie c. França, Weber c. Suíça e por último Fitt c. Reino Unido, que consideramos como elucidativos das posições assumidas pelo TEDH nas questões em que se opõe segredo de justiça e liberdade de imprensa.

Note-se que quer a liberdade de expressão, quer o segredo de justiça estão consagrados na Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

A liberdade de expressão, consagrada no artigo 10.º da CEDH, é considerada pelo TEDH como “uma das fundações essenciais de uma sociedade democrática e uma das condições básicas para o seu progresso e realização individual”<sup>199</sup>. Em virtude da sua importância enquanto direito fundamental, a protecção da liberdade de expressão assume especial relevo na jurisprudência do TEDH.

Por sua vez, o segredo de justiça é reconduzível ao artigo 6.º, n.º 2 da CEDH, na parte em que refere que o exercício da liberdade de expressão e imprensa podem ser

---

<sup>198</sup> No mesmo sentido do defendido pelo Dr. Rui Rangel, em resposta à questão n.º 14 da entrevista. Cfr. resposta à questão 14, disponível no Anexo III, p. 194.

<sup>199</sup> FRANCISCO TEIXEIRA DA MOTA, *op. cit.*, p. 21-22.

submetidas “a formalidades, condições, restrições ou sanções que constituam providências necessárias, numa sociedade democrática” para a segurança nacional, “a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime”, “a protecção da honra ou dos direitos de outrem” ou “para impedir a divulgação de informações confidenciais”.

Na confrontação entre o segredo de justiça e a liberdade de expressão, o TEDH tem optado por privilegiar e proteger a liberdade de expressão e imprensa, em detrimento do segredo de justiça.

Seguidamente analisamos os casos supra enunciados, ainda que não de uma forma exaustiva, extraindo dos mesmos a fundamentação e argumentos na defesa da liberdade de expressão ou na defesa do segredo de justiça.

No julgamento Campos Dâmaso c. Portugal, no qual o Estado Português foi condenado, a decisão do TEDH foi no sentido da protecção da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa. Campos Dâmaso, na altura da prática dos factos, era jornalista do “Público”. No jornal supra enunciado publicou uma série de notícias referentes a uma personalidade política.

O teor das notícias estava essencialmente relacionado com o facto de tal personalidade política ser o principal suspeito num esquema de facturas falsas e outras situações similares. Numa das notícias publicadas, Campos Dâmaso revelou trechos da acusação e indicou que já tinha sido endereçada a respectiva acusação ao arguido.

Na sequência da publicação das notícias, em especial desta última, o Ministério Público instaurou o respectivo inquérito. O Tribunal Português de 1.<sup>a</sup> Instância decidiu em sede de julgamento pela condenação do arguido por violação do segredo de justiça, não obstante de reconhecer que a revelação de trechos da acusação, bem como da notificação da acusação ao arguido, não terem causado prejuízo à investigação. Em virtude de tal condenação foi interposto recurso para o Tribunal da Relação, que considerou não haver violação do artigo 10.º da CEDH, pelo que o recorrente seguiu com a questão para o TEDH.

No respectivo julgamento, o TEDH considerou que a ingerência na liberdade de imprensa por via do segredo de justiça, no caso ora em apreço, não se justificava pois não estavam preenchidos os requisitos necessários para tal, nomeadamente o fim legítimo e necessário em democracia.

Na óptica do TEDH, reconhecida pelo próprio Estado Português aquando da condenação em 1.<sup>a</sup> Instância, o artigo publicado pelo jornalista Campos Dâmaso, não causou

prejuízo à investigação. Não obstante de o Governo português invocar que o segredo de justiça, no ordenamento português, tem “natureza limitada no tempo”, o TEDH optou por dar primazia à função social dos jornalistas de investigação.

No julgamento Dupuis e outros c. França, o TEDH decidiu novamente a favor da liberdade de imprensa. No caso apresentado ao TEDH estava em causa a condenação de dois jornalistas (Dupuis e Pontaut) e um editor (Fayard), pelo Estado Francês.

Os jornalistas foram condenados pelo Estado Francês, com base no facto de terem usado informação obtida através da violação do segredo de justiça. A informação considerada como confidencial tinha sido obtida pelo Estado Francês com recurso a escutas telefónicas.

A informação, considerada como confidencial, tinha sido publicada por Dupuis e Pontaut no livro “*Les Oreilles du President*”.

Ambos os jornalistas foram condenados, pelo Estado Francês, por violação do segredo de justiça, bem como por ter sido considerado que o livro “*Les Oreilles du President*” colocava em causa a presunção de inocência de um membro do governo, um dos supostos responsáveis pelas referidas escutas.

No respectivo julgamento, o TEDH reforçou novamente a função social da imprensa, alertando no entanto que os média não devem ultrapassar determinados limites, nomeadamente aqueles que são fixados para garantir a boa administração da justiça, sendo que a boa administração da justiça também é do interesse público, conforme foi referido anteriormente. Na óptica do TEDH, a matéria publicada era de interesse público, pelo que havia razões ponderosas para a sua publicação.

Considerou também o Tribunal que na data de publicação do livro a questão das escutas já tinha sido alvo de uma intensa cobertura mediática. Tendo por fundamento estes dois argumentos o TEDH decidiu que a condenação do recorrente por violação do segredo de justiça não poderia ser tida como procedente. O TEDH advertiu ainda, que quando os jornalistas contribuem de forma tão importante para o debate público e para formação da opinião pública esclarecida, assumindo por isso o seu papel de “guardiões da democracia” (*watchdogs*<sup>200</sup>) da democracia, deve ser cuidadosamente ponderada a sua responsabilização.

---

<sup>200</sup> A expressão traduzida à letra significaria cães de guarda, preferimos no entanto a expressão de guardiões da democracia.



Concluindo, TEDH decidiu que não se estaria perante uma violação do segredo de justiça, não obstante de terem sido reproduzidos e utilizados documentos incluídos no processo-crime, que embora tivessem sido outrora secretos, já não o eram no momento da publicação do livro.

No julgamento *Du Roy e Malaurie c. França*, o Estado Francês foi novamente condenado por violação da liberdade de expressão e de imprensa.

Du Roy (jornalista) e Malaurie (editor) trabalhavam ambos na revista “*L'Événement du Jeudi*”, na qual publicaram um artigo visando uma figura pública. A figura pública em causa estava envolvida e sob investigação num processo-crime, estando esse mesmo processo à data da publicação do artigo ainda na fase de investigação. O Estado Francês considerou haver violação do segredo de justiça e como tal condenou Du Roy e Malaurie.

Em recurso ao TEDH, alegaram os recorrentes a violação do artigo 10.º da CEDH, ou seja, violação do direito fundamental à liberdade de expressão e de imprensa. O Tribunal, com base na análise dos respectivos requisitos para que se possa considerar como legítima a limitação à liberdade de expressão, considerou que apenas estavam preenchidos dois desses mesmos requisitos.

Na óptica do TEDH para que haja uma legítima limitação à liberdade de expressão é necessário a verificação de três requisitos:

1. A ingerência ou limitação da liberdade de expressão, bem como o respectivo fundamento tem de estar previstos na lei;
2. O fim visado por essa limitação tem de ser legítimo,
3. A limitação em causa tem de ser necessária para o bom funcionamento de uma sociedade democrática.

Na verificação dos requisitos o TEDH considerou que os dois primeiros estavam verificados, no entanto falhava a verificação do terceiro requisito. Embora o TEDH tivesse tido em consideração que segredo de justiça estava limitado no tempo e que o mesmo visava naquele caso concreto a protecção da reputação e do bom nome de um determinado indivíduo, decidiu uma vez mais a favor da liberdade de expressão.

Novamente o TEDH, reforçou na sua argumentação o importante papel dos média numa sociedade democrática, enquanto fonte de informações e ideias do interesse público. O TEDH condenou assim o Estado Francês por violação do artigo 10.º da CEDH, não obstante,

como nos casos já referidos, considerar que a liberdade de imprensa está sujeita a determinados limites.

No julgamento *Weber c. Suíça*, o TEDH decide novamente a favor da liberdade de expressão, considerando que o Estado Suíço tinha violado o artigo 10.º da CEDH. Estava em causa a resposta pública de Franz Weber a uma campanha lançada com o objectivo de difamar a sua pessoa. A situação foi iniciada aquando da publicação de algumas cartas cujo conteúdo era ofensivo e difamatório.

Em resposta a essas cartas Weber divulgou, em sede de conferência de imprensa, documentos constantes da investigação do processo-crime. Tal divulgação foi considerada, pelo Tribunal Suíço, como violação do segredo de justiça. O TEDH considerou que estavam preenchidos os dois primeiros requisitos necessários para que fosse legítima a ingerência na liberdade de expressão, no entanto em virtude de tal ingerência não se afigurar como necessária para o bom funcionamento de uma sociedade democrática, o TEDH decidiu a favor da liberdade de expressão.

Por último, no julgamento *Fitt. C. Reino Unido*, o TEDH decidiu de forma diferente, considerando que o Reino Unido não tinha violado o artigo 6.º, n.º1 da CEDH. Fitt tinha sido condenado pelo Tribunal do Reino Unido por conspiração, posse de arma de fogo e de arma ilegal e na data em que recorreu ao TEDH cumpria a respectiva pena de prisão.

Neste caso estava em causa o facto de a Acusação não ter fornecido toda a informação tida como necessária para a defesa de Fitt, não obstante de ter sido entregue, pela Acusação à Defesa, um sumário da informação em causa, bem como a categoria da mesma.

À partida este caso parece não ter muita importância para a presente temática, tendo em conta que estava em causa a igualdade de armas em processo penal e a necessidade de não divulgação de alguns elementos recolhidos pela acusação. No entanto é precisamente neste julgamento que o TEDH avança um importante argumento a favor da protecção da investigação, ao contrário das posições assumidas nos anteriores julgamentos.

Considerou o TEDH que por vezes, a necessidade de salvaguardar determinados métodos de investigação policial ou elementos de prova recolhidos, obriga a que estes não sejam divulgados, desde que possam ser atempadamente conhecidos pela defesa, de modo a respeitar o direito à resposta e um efectivo direito à defesa, assegurando assim o respeito pelo princípio do contraditório.

No universo dos julgamentos do TEDH e do conteúdo dos mesmos, a decisão supra enunciada foi uma exceção, pois a mesma não foi no mesmo sentido que as demais, salvaguardando-se o valor da protecção a investigação face a outros direitos também tidos como fundamentais.

Em síntese, pode então afirmar-se que a liberdade de expressão e imprensa assume ampla importância na jurisprudência do TEDH, em detrimento do segredo de justiça, não obstante é igualmente admitido que em certos casos a liberdade de expressão e imprensa tem de respeitar obrigatoriamente o segredo de justiça, nomeadamente nos casos em que haja prejuízo concreto para a investigação ou para a presunção de inocência.

### **CAPÍTULO III - OS MÉDIA E A JUSTIÇA PENAL NA FASE DO JULGAMENTO**

#### **III.1 - Os média e o juiz: Liberdade de imprensa Vs. Independência e imparcialidade judicial**

Alguns Autores consideram a liberdade de imprensa como um quarto poder, a par do poder judiciário, executivo e legislativo. Esta designação não deixa de ser contestada e há quem prefira a designação de contrapoder, afinal os média “detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e difusão em grande escala de informação”<sup>201</sup>, sendo que através da informação veiculada educam, treinam ou modelam o pensamento do público, podendo assim informar e até enformar a opinião de muitos cidadãos.

Embora não concordemos totalmente com as denominações avançadas por alguns autores, anuímos que a imprensa e os média detêm de facto algum poder de influência, sendo prova disso a mediatização dos processos judiciais que tornou “natural julgar suspeitos de práticas criminais na praça pública, julgamento esse que, quase sempre antecede a apreciação e a decisão judicial e nem permite recurso”<sup>202</sup>.

---

<sup>201</sup> PIERRE BORDIEU, *op. cit.*, p. 65.

<sup>202</sup> SILVINO LOPES ÉVORA, *op. cit.*, p. 7.

No entanto não compete aos média julgar ou incentivar julgamentos paralelos (ao julgamento em tribunal) em praça pública, cabendo ao público retirar as conclusões da informação fornecida que se quer imparcial, isenta e objectiva<sup>203</sup>.

Note-se que o ordenamento jurídico português, no n.º 5, do artigo 29.º da CRP, consagra o princípio *non bis in idem*, ou seja, “ninguém pode ser julgado mais do que uma vez pela prática do mesmo crime”<sup>204</sup>.

A noção de caso julgado, para a qual remete este preceito, sintetiza a ideia do fim da lide processual penal, o momento em que o processo penal já não pode mais ser ressuscitado, o momento em que a decisão do juiz se torna definitiva, sem possibilidade de recurso, salvo os de cariz extraordinário.

É neste âmbito que reside a problemática liberdade de imprensa Vs. independência e imparcialidade judicial, que para ser totalmente compreendida tem que ser analisada de uma perspectiva simultaneamente dinâmica e estática.

Relativamente à questão das decisões do poder judicial, é comum hoje em dia serem questionadas em praça pública, mas também é verdade que quando questionadas não há uma preocupação de explicar o porquê da decisão, os fundamentos e os factos que estão na sua origem, o que conduz na maior parte das vezes a uma visão negativa do poder judicial por parte da população em geral. Não se quer significar com esta afirmação que as decisões judiciais não são passíveis de críticas. Muito pelo contrário.

Temos em crer que as decisões judiciais são passíveis de críticas, no entanto estas devem ser feitas tendo em conta o quadro geral e os factos em que se desenrolou o processo que deu origem à decisão, e que devem ser feitas no tempo devido (sem atropelar a investigação judicial, sem interferir com o segredo de justiça nem tão pouco tentar interferir com a independência e imparcialidade judicial), de modo correcto e de forma fundamentada<sup>205</sup>.

---

<sup>203</sup> Cfr. neste sentido JOSÉ EURICO MARQUES DOS REIS, *op.cit.*, onde refere que aos jornalistas “ Não lhes compete julgar e as conclusões cabe ao publico tirá-las, não a eles (nessa qualidade, porque enquanto cidadãos, que nunca deverão deixar de o ser, poderão como é obvio, tirá-las e agir em conformidade)”.

<sup>204</sup> N.º 5, do artigo 29.º da CRP.

<sup>205</sup> A este propósito remetemos para a resposta dada pela Dr.ª Sofia Pinto Coelho, à questão n.º 25 da entrevista, da qual se pode extrair o seguinte: os tribunais e os juízes podem e devem ser respeitados e protegidos, na medida em que são importantes instituições na vida em comunidade e em democracia, no entanto tal não impede que quando haja decisões mal fundamentadas, as mesmas não sejam denunciadas ou questionadas fundamentadamente. Cfr. Aenxo II da presente dissertação, mais precisamente a p.179.

Por sua vez poder judicial por vezes também se coloca um pouco à mercê desta impressão negativa por parte do público e até a fomenta em certa parte ao fechar-se em si mesmo. O poder judicial deve aprender a explicar o conteúdo das suas decisões, à população no tempo e no local devido, fomentando assim a transparência, a confiança e a informação do cidadão.

As críticas sem fundamento feitas às decisões é uma das formas possíveis de colocar em causa a independência e a imparcialidade judicial, pois em última *ratio* conduz a uma insatisfação e a um sentimento de negatividade, podendo minar a confiança que a população tem no poder judicial<sup>206</sup>.

Recorremos novamente a um exemplo abstracto para que se possamos responder melhor a esta questão. Imagine-se um processo sobre um ou mais homicídios, com contornos obscuros (por exemplo, práticas satânicas) que envolva meia dúzia de figuras públicas que partilham de um culto qualquer (por exemplo um culto satânico) em Portugal, com especial incidência nas zonas de Lisboa, Porto e Alentejo.

Temos em crer ser inquestionável que os média tentariam obter declarações ou reacções do juiz ou juízes encarregues do processo e para tal não se iriam abster de o procurar ou os procurar em todos os momentos possíveis, inclusive em momentos da vida privada.

Por último é ainda necessário referir que os próprios jornalistas podem ser alvos de críticas por parte do público que procura a informação, seja pelo facto de não divulgarem logo a notícia, por a divulgarem de uma determinada forma ou até pela forma que exploraram a notícia.

Em jeito de conclusão pode então afirmar-se que são várias as formas pelas quais a liberdade de imprensa poderá colocar em causa a imparcialidade e a independência judicial, durante o julgamento e/ou até através do conteúdo da decisão, de forma directa ou indirecta, seja através do excessivo mediatismo que determinados processos adquirem, seja por via do

---

<sup>206</sup> A este propósito invocamos o raciocínio tecido pela Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho, em resposta à questão n.º 24 da entrevista, e do qual se retira as seguintes linhas gerais: a imprensa, através da opinião pública, pode afectar a independência e a imparcialidade judicial, sendo que “o juiz corajoso” será aquele que for imune a tais pressões mediáticas. Cfr. resposta à questão n.º 24 da entrevista, disponível no Anexo II, na p. 178 da presente dissertação.

fomento do sentimento vingador ou de justiça popular ou até pela crítica implícita<sup>207</sup> e não fundamentada da decisão.

### **III.2 - A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem**

A liberdade de imprensa e os respectivos limites para além de serem equacionados na moldura constitucional, também devem ser interpretados e integrados à luz do artigo 10.º da CEDH e por conseguinte em consonância com a jurisprudência do TEDH que deve ser considerada como parte integrante da própria Convenção.

Relativamente ao artigo 10.º da CEDH a jurisprudência do TEDH tem entendido a liberdade de expressão e consequentemente a liberdade de imprensa, como “um dos fundamentos essenciais de uma sociedade democrática e uma das condições primordiais do seu progresso e realização de cada um”<sup>208</sup>, conferindo-lhes uma ampla latitude ou margem, considerando estas como expoentes máximos de uma sociedade democrática. Segundo o artigo supra referido a liberdade de expressão compreende “a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou transmitir informações ou ideias”<sup>209</sup> que é igualmente válida para as situações em que se transmite ideias ou informações que podem ferir susceptibilidades, chocar ou inquietar.

No entanto, o mesmo artigo indica claramente que o exercício desta liberdade (liberdade de expressão/liberdade de imprensa) pode ser “submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas pela lei, que constituam providências necessárias”<sup>210</sup>, nomeadamente para “garantir a autoridade e a imparcialidade do Poder Judicial”<sup>211</sup>.

Na jurisprudência do TEDH, no que se refere ao poder judicial e às críticas feitas pela imprensa a este mesmo poder, o Tribunal admite uma maior margem de actuação das

---

<sup>207</sup> Na senda do TEDH, distinguimos entre artigos de opinião e notícias enquanto meras transmissões de informação, entenda-se factos. Subscrevendo a posição do TEDH da necessidade da distinção entre ambos, temos em crer que o jornalista deve ter o cuidado de distinguir a sua opinião daquilo que realmente é, sob pena de induzir o público em erro ou de não deixar qualquer margem para o raciocínio livre, enformando ou até deformando a opinião do público.

<sup>208</sup> *Ibidem*.

<sup>209</sup> Artigo 10.º da CEDH. CONSELHO DA EUROPA - *Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. Itália, Roma: Conselho da Europa, 1950.

<sup>210</sup> *Ibidem*.

<sup>211</sup> *Ibidem*.

instâncias nacionais, considerando que “a actividade dos tribunais, que são garantes da justiça e por isso a sua missão é fundamental num Estado de Direito, tem necessidade da confiança do público e que os magistrados devem, para cumprir as suas funções, beneficiar dessa confiança sem serem perturbados”<sup>212</sup>.

Assim sendo o TEDH admite como limites à liberdade de imprensa, a imparcialidade e a independência judicial bem como “a dignidade e honra pessoal do juiz, cuja lesão é desnecessária [...] em nome do respeito que tem de haver pela dignidade da sua profissão”<sup>213</sup> (tradução nossa).

O TEDH tem distinguido neste âmbito entre críticas legítimas, críticas consideradas difamatórias e críticas inseridas no âmbito de um artigo de opinião, dependendo a sua decisão sempre da análise casuística.

No julgamento *De Haes e Gijesles c. Bélgica*, o TEDH entendeu que “a opinião não é susceptível de prova da sua veracidade pelo que só poderia, eventualmente, ser excessivo” o artigo de opinião publicado. De Haes era editor e Gijesles jornalista, ambos trabalhavam para a revista *Humo*. Estava em causa, na questão que opunha *De Haes e Gijesles c. Bélgica*, a publicação de cinco artigos. Nos respectivos artigos, os juízes (do Tribunal de Antuérpia) eram violentamente criticados por terem atribuído a custódia das crianças a um pai (notário de profissão) que embora tivesse sido acusado de incesto e abuso dos menores, não foi condenado pois o tribunal decidiu não haver matéria de facto para tal.

De Haes e Gijesles acusavam os juízes de serem parciais, em virtude de alegadamente os juízes em causa conhecerem o notário e o seu pai, todos partilharem um passado relacionado com a extrema-direita e todos serem amigos.

Posteriormente os juízes visados actuaram em conformidade, intentando a respectiva acção contra De Haes e Gijesles, na qual estes dois últimos foram posteriormente condenados. De Haes e Gijesles recorreram, tendo sido confirmada a decisão do tribunal de primeira instância. Insatisfeitos, De Haes e Gijesles recorreram novamente, sendo que este último recurso, em sede de instâncias nacionais, foi tido como improcedente.

O último recurso foi senão para o TEDH. Alegaram os recorrentes a violação dos artigos 10.º e 6.º da CEDH. No que se refere à alegada violação do artigo 10.º, o TEDH

---

<sup>212</sup> FRANCISCO TEIXEIRA DA MOTA, *op. cit.*, p. 31.

<sup>213</sup> GONZALO QUINTERO OLIVARES - Libertad de prensa Y protección de la independencia e imparcialidad judicial. *Revista del Poder Judicial*, Número Especial XVII.

concordou no facto de se ter verificado realmente uma interferência no exercício da liberdade de expressão dos recorrentes, bem como que essa interferência estava legalmente prevista e os fins visados (protecção da reputação dos juízes) pela mesma eram legítimos.

O TEDH centrou-se então na análise do último requisito: era tal interferência necessária numa sociedade democrática?

Relativamente a este requisito o TEDH afirma a necessidade da distinção entre factos e opiniões. Prossegue o Tribunal referindo que os factos podem ser demonstrados, no entanto o mesmo já não sucede com a opinião, que é insusceptível de prova<sup>214</sup>.

Não obstante o TEDH, decidir a favor dos recorrentes, o tribunal considerou inaceitável que se exponha alguém publicamente por situações relacionadas com um membro da família e não com a própria pessoa, alertando no entanto para o facto de que esta era apenas uma das questões suscitadas no processo.

Prosseguiu o TEDH reiterando que a liberdade de expressão engloba também as ideias ou as informações que possam ofender, chocar ou perturbar, permitindo ainda o recurso a um certo grau de exagero ou provocação<sup>215</sup>. Embora o TEDH tivesse considerado as críticas como muito severas e feitas no tom polémico e agressivo, reiterou que o artigo 10.º da CEDH protege também, para além da substância dos artigos, a forma como é feita a transmissão da informação ou opinião.

O TEDH decidiu que apesar da gravidade da matéria e das circunstâncias do caso em apreço, a ingerência na liberdade de expressão, não podia ser considerada como necessária em democracia, salvo na parte em que foi referido o passado do pai de um dos juízes visados.

Ainda na senda da distinção entre críticas consideradas como difamatórias e críticas tidas como aceitáveis, cumpre chamar à colação outros casos onde é estabelecida a distinção entre ambos os tipos de críticas.

No caso de críticas consideradas difamatórias, o TEDH considerou em dois casos diferentes<sup>216</sup> que a condenação dos respectivos autores não violava o artigo 10.º da CEDH.

---

<sup>214</sup> A este propósito o TEDH remete para o julgamento *Lingens c. Áustria*.

<sup>215</sup> A este propósito o TEDH remete para o julgamento *Pragaer e Oberschlick c. Áustria*

<sup>216</sup> Julgamentos *Pragaer e Oberschlick c. Áustria* e *Perna c. Itália*.



É possível através do julgamento Perna c. Itália retirar algumas directrizes gerais e outras que permitem perceber a lógica subjacente à classificação de difamatório ou não difamatório. Sucintamente, a questão oponha o jornalista Giancarlo Perna e o Estado Italiano.

Na origem do recurso ao TEDH, estava a condenação de Perna nos tribunais nacionais. O jornalista em causa tinha escrito um artigo no jornal *Il Giornale*, cujo conteúdo foi considerado como difamatório e ofensivo pelo juiz visado por esse mesmo artigo.

O conteúdo do artigo continha diversas críticas à militância política do juiz, ao seu triplo juramento “A Deus, À Lei e ao Partido Comunista” (tradução nossa)<sup>217</sup>, bem como à sua alegada participação num plano para controlar o Ministério Público Italiano.

Os tribunais italianos, nas diversas instâncias, condenaram Perna, considerando difamatório o trecho referente ao triplo juramento, sendo que isso implicava a submissão do juiz a um partido político, colocando em causa a sua imparcialidade e independência.

Na decisão elaborada, o TEDH considera desde logo que é necessário distinguir entre opinião e factos. Feita esta distinção, considera o TEDH que a opinião não pode ser provada e que por isso pode apenas quanto muito ser considerada excessiva, face a uma ausência de base factual.

Contudo, o TEDH tendo em conta a função do poder judicial, que carece da confiança do público, as suas responsabilidades e deveres e o dever de reserva dos juízes que os impede de responder, tende a considerar que deve o poder judicial e consequentemente os juízes ser “protegidos de ataques” que não tenham qualquer fundamento.

Na mesma decisão, refere ainda o Tribunal que não obstante o artigo 10.º proteger quer a liberdade de expressão, quer a liberdade de imprensa, bem como a informação, a substância das ideias e a forma como são transmitidas, é necessário haver uma base factual quando estejam em causa graves acusações, baseadas em alegações de facto susceptíveis de prova.

Quando tal não suceda, ou seja, quando estejam em causa graves acusações que careçam de base factual ou prova, o TEDH tende a considerar que o autor da referida notícia ou artigo não está ao abrigo de protecção conferida pelo artigo 10.º da Convenção. Ainda no mesmo caso o TEDH considerou como carecendo de prova as alegações que não mencionem

---

<sup>217</sup> “A Dio, alla Legge, a Botteghe Oscure” foi o triplo juramento escrito pelo jornalista, sendo que a *Botteghe Oscure* é formalmente a sede do Partido Comunista Italiano.

qualquer elemento de prova ou não citem qualquer fonte capaz de corroborar essas mesmas alegações.

O Tribunal considerou que não houve violação do artigo 10.º da CEDH, por parte do Estado Italiano, por estarem reunidos os requisitos necessários para que a ingerência fosse tida como legítima.

Concluindo pode então afirmar-se que embora o TEDH, reitere em todas as decisões o vastíssimo âmbito da liberdade de expressão, não deixa de considerar os limites desse mesmo direito como necessários. Nesses limites incluem-se a independência e imparcialidade judicial, dois institutos necessários para o bom funcionamento de qualquer sociedade democrática e reconhecidos como tal pelo TEDH.

## **CAPÍTULO IV – OS MÉDIA E A NOTÍCIA CRIMINAL**

Na já referida Recomendação 1003, da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa sobre a ética do jornalismo<sup>218</sup>, é reconhecida a importância das notícias veiculadas pelos meios de comunicação social, em especial pela rádio e pela televisão, bem como os efeitos que são criados no público por via dessas mesmas notícias, ou seja, é inegavelmente admitido que média no exercício da liberdade de imprensa têm uma forte influência na formação da opinião pública. Capítulo

Impõe-se então que se retome a questão da selecção da notícia ou dos factos por parte dos média, o que implica necessariamente que se recorde como se agrupam os valores-notícia, embora de uma óptica diferente.

Recordamos que o valor notícia ou critério de noticiabilidade é um critério subjectivo segundo o qual se determina se um acontecimento ou facto tem a importância necessária para ser notícia. Normalmente esta decisão está a cargo do editor também designado por chefe de redacção, a quem compete gerir a equipa de redacção, decidir a

---

<sup>218</sup> CONSELHO DA EUROPA - *RESOLUTION 1003 (1993) ON THE ETHICS OF JOURNALISM* (Recomendação 1003). [Em linha]. Estrasburgo: Conselho da Europa, 1993. [Consult. 31 Abr. 2012]. Disponível em <http://assembly.coe.int/Main.asp?link=http://assembly.coe.int/Documents/AdoptedText/ta93/ERES1003.htm>

apresentação do jornal ou da informação bem como a disposição dos textos, fotografias ou imagens e ainda coordenar e distribuir as tarefas pelos jornalistas. Compete então ao editor decidir com base na experiência profissional, intuição e coadjuvado por alguns critérios se um determinado facto tem os elementos necessários para ser notícia.

Esses critérios dividem-se em três grupos de acordo com o impacto, com a empatia da audiência e por último com o valor prático da cobertura mediática posterior. No primeiro grupo de critérios (impacto) encontram-se os critérios da amplitude (número de pessoas envolvidas), frequência (raridade do facto), negatividade (quanto mais negativo, maior a noticiabilidade), do carácter inesperado, e da clareza (as implicações dos factos relatados sejam claras e facilmente compreendidas). No segundo grupo de critérios (de acordo com a empatia da audiência) figuram os critérios da personalização (o apelo humano do facto, a identificação da história com o indivíduo), do significado (quanto maior a proximidade do facto, maior o seu grau de noticiabilidade), referência a países de elite e por último referência a pessoas que integram a elite (quanto mais importante o país ou a pessoa em causa, mais interesse suscita no público). Em último lugar surgem os critérios relacionados com o valor prático da cobertura mediática posterior que são: a consonância (intimamente ligado com os esquemas mentais em que os jornalistas tentam prever o que é noticiável de acordo com a sua antevisão), a continuidade (acompanhamento da notícia) e por último a composição (o valor de uma notícia face às demais).

Em Portugal os critérios ligados à selecção das notícias são na maior parte das vezes critérios relacionados com interesses económicos, cumpre agora explicar melhor esta afirmação face aos critérios supra enunciados. É incontestável que nos dias de hoje quase todas as notícias que envolvem figuras públicas são do interesse geral do público, sucedendo o mesmo com a cobertura de julgamentos mediáticos, em que estão envolvidas figuras públicas ou em que o assunto em si é do interesse geral do público. É de igual modo inegável que o poder judicial e a importância do mesmo suscita o interesse do público e dessa forma suscita também o interesse jornalístico, ainda mais quando o poder judicial surge envolvido numa estranha névoa para o cidadão comum. Então como se relaciona o poder judicial com o valor-notícia? Qual o seu valor-notícia?

Recordemos o exemplo anteriormente esboçado. Imagine-se um processo sobre um ou mais homicídios, com contornos obscuros (por exemplo, práticas satânicas) que envolva meia dúzia de figuras públicas que partilham de um culto qualquer (por exemplo um culto satânico) em Portugal, com especial incidência nas zonas de Lisboa, Porto e Alentejo.

Do ponto de vista do valor notícia, esta história e os factos envolventes, enquadram-se desde logo nos seguintes critérios: amplitude, frequência, negatividade, carácter inesperado, clareza, personalização (na parte da identificação com as famílias das vítimas) referência a pessoas que integram a elite, consonância e continuidade.

Estes critérios acabam por definir se a matéria em causa pode ser considerada como tendo valor-notícia, motivador de interesse do público e por isso gerador de receita por via do aumento da tiragem ou da audiência. Todos estes critérios acabam então por desembocar apenas num único critério, se o facto ou a história em causa vai interessar ao público em geral.

Recorrendo novamente ao exemplo supra referido é evidente que o público iria querer saber o que se passou, de que forma se passou, onde, porquê e quais as pessoas envolvidas. Deste modo haveria um claro interesse jornalístico na história, que teria por base o interesse do público, interesse esse que gera maior audiência ou tiragem. Assim se regressa à afirmação de que são os interesses económicos que comandam grande parte da grelha noticiosa.

O interesse do jornalista, do editor num certo facto ou história pode ser determinado com base nos critérios que já foram referidos, mas este ou estes não trabalham por si, estão inseridos em estruturas económicas cujo interesse, em regra é o lucro.

Por esta via o trabalho do editor e dos jornalistas pode estar ou está condicionado por factores económicos, o que sucede em especial com os jornalistas estagiários e com os jornalistas que não têm uma posição assegurada perante a estrutura empregadora (o que sucede na maior parte das vezes)<sup>219</sup>.

Quanto maior a tiragem de um jornal ou quanto maior a audiência de um determinado telejornal, maior o seu sucesso e para alcançar esse sucesso tem de ser dado ao público o que este quer, ou seja, a notícia “fresca”, espectacular ou escandalosa, que é obtida pelo jornalista, que por esta via está condicionado pela estrutura empresarial onde está inserido.

Regressando ao exemplo anteriormente referido estariam então reunidos todos os requisitos para a notícia “perfeita”, que iria suscitar o interesse público e assim conseguir

---

<sup>219</sup> Ao longo da entrevista ao Dr. Rui Rangel foi enunciado por diversas vezes pelo mesmo a precarização da relação de trabalho dos jornalistas. Cfr. a entrevista ao Dr. Rui Rangel, disponível no Anexo III.

uma grande audiência ou tiragem e cujo conteúdo permitiria um *follow-up* que asseguraria outras audiências ou tiragens lucrativas.

Mas para que haja notícia tem de se procurar a informação ou fazer investigação, o que por vezes se revela algo complicado<sup>220</sup>. Não é fácil a tarefa do jornalista quando procura a informação referente a processos judiciais, investigações em curso ou informações sobre determinados aspectos, acabando este quase sempre por esbarrar contra as malhas do sistema, entenda-se poder judicial, poder político, lei ou direitos fundamentais. Reconhecemos neste aspecto que a busca de determinadas informações por parte dos jornalistas se assemelha a uma odisseia, cheia de entraves, avanços e recuos, precisamente porque o sistema judicial se fecha, por força de imperativos legais ou porque não sabe como lidar com os média.

Retomando as duas questões anteriormente formuladas cumpre então responder às mesmas. Por via do processo de inquérito e subsequente julgamento em virtude dos homicídios (no exemplo supra esboçado) o poder judicial iria ser referido, analisado e sindicado através dos média, em virtude do seu valor-notícia. Mas de que forma seria o poder judicial notícia?

Os média iriam querer informar o público, pelo que a sua conduta seria uma das seguintes: realização de uma investigação paralela à investigação judicial ou a procura fontes de informação na própria investigação feita por quem de direito. Os média procurariam ainda averiguar de que forma o poder judicial estaria a lidar com o caso dos homicídios, quais as medidas tomadas, como e por quem estava a ser conduzido o processo, de que forma estava a conduzir o processo, qual a decisão tomada, com base em que critérios e factos e de que forma. Assim passaria o poder judicial, o campo da justiça a ser notícia. O problema reside quando essas mesmas as notícias são divulgadas com base num determinado ângulo sem objectividade, por vezes até deturpadas ou sem a explicação necessária sobre determinados mecanismos do Direito ou do poder judicial, ou até por violação de disposições fundamentais

---

<sup>220</sup> Neste aspecto salientamos, conforme referido pela Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, que os jornalistas na sua busca informativa podem-se deparar com diversas situações, “os jornalistas ficam à porta e ouvem, as vítimas gritam, os arguidos gritam e o MP não diz nada”, ou “o MP em vez de assumir publicamente uma informação institucional dá informações por baixo da mesa e depois essas são deturpáveis” ou “então as próprias fontes judiciais que estão interessadas em passar determinadas versões e que não se assumem como tal”. Sendo certo que, conforme salientado pela Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho, “se a informação for rigorosa, fidedigna e igual para todos, deixa de haver a «desinformação», que é o mais pernicioso disto tudo, para os envolvidos, para a contaminação de testemunhas, para a boa condução do processo em fase de julgamento, para a própria reputação da imprensa” e até para o MP, a Magistratura Judicial e os OPC. Cfr. resposta à pergunta n.º 9 da entrevista à Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, disponível no Anexo I, p. 161 e ainda a resposta à questão n.º 10, da entrevista à Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho, disponível no Anexo II, p.172.

para o bom funcionamento da sociedade. As notícias sobre o campo da justiça obrigam a conhecimentos de cariz mais técnico, nomeadamente em relação a aspectos ou mecanismos processuais. Sucede que por vezes essas notícias são dadas por quem não tem conhecimento ou tem muito pouco conhecimento sobre a área do Direito, o que conduz (na maior parte das vezes) a uma deturpação (ainda que involuntária) da verdadeira função ou do verdadeiro conteúdo em causa.

Os média querem informar, mas por vezes a informação ou a forma de obtenção da informação vai para além do razoável e para além do legalmente permitido e estatuído, ou seja, a informação dada ou a forma como é recolhida interfere com a investigação em curso ou até a coloca em causa, interfere com o decorrer normal do processo e coloca por vezes em causa outros direitos constitucionais.

A divulgação das notícias conseguidas através da investigação jornalística está salvaguardada pela liberdade de imprensa, no entanto é de referir que na opinião dos entrevistados não existe, actualmente, jornalismo de investigação em Portugal. Considerando que não há jornalismo de investigação em Portugal, há então uma constante violação do segredo de justiça, atendendo às informações veiculadas sobre processos que supostamente estão ou estariam em segredo de justiça.

Se há violação do segredo de justiça porque há fugas de informação, a culpa não é apenas do jornalista que procura essa informação, mas também daquele que a divulgou, facilitou essa divulgação ou proporcionou a oportunidade para o jornalista obter essa mesma informação<sup>221</sup>. Como tal e cabendo no âmbito subjectivo da respectiva norma defendemos a efectiva responsabilização dos jornalistas, dos funcionários judiciais, dos OPC, dos magistrados, sejam juízes ou procuradores e também dos advogados<sup>222</sup>.

---

<sup>221</sup> Em consonância com o defendido pelo Dr. Rui Rangel em resposta à questão n.º 6, ao referir que os “jornalistas não assaltam os gabinetes, as notícias são dadas ou pelos OPC, ou pelos advogados, ou pelo MP, ou pelo juiz”. Cfr. a resposta à pergunta n.º 6 da entrevista ao Dr. Rui Rangel, disponível no Anexo III da presente dissertação, p.186. Note-se que aquando das respectivas entrevistas, esta mesma ideia foi defendida pela Dr.ª Maria José Morgado e pela Dr.ª Sofia Pinto Coelho, embora em moldes diferentes, no entanto o raciocínio a extrair é: o segredo de justiça não é apenas violado pelos jornalistas, é também violado por quem faculta essa mesma informação.

<sup>222</sup> Em consonância com o defendido pela Dr.ª Maria José Morgado, que no entanto alertou para o facto da dificuldade de prova nestas situações. Na mesma linha segue o Dr. Rangel que considera que a supra referida auto responsabilização, no que se refere aos funcionários judiciais, aos OPC e aos magistrados, seria “uma prova de grandeza”, “um passo na credibilização do sistema da justiça” rematando que “é fácil perceber donde veio a violação” e embora não seja fácil a prova neste âmbito, a mesma não é impossível. Cfr. as respostas às perguntas n.º 7 e 9 da entrevista à Dr.ª Maria José Morgado, disponível no Anexo I da presente dissertação, p. 159 e 161, e ainda a resposta à pergunta n.º 6 da entrevista ao Dr. Rui Rangel, disponível no Anexo III da presente dissertação, p.186.

Reconhecemos no entanto, e conforme salientado pela Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, a dificuldade em descobrir quem violou o segredo de justiça tendo em conta que são vários os intervenientes que tem contacto com o processo, logo o universo de suspeitos é relativamente grande, bem como a dificuldade na obtenção da respectiva prova neste âmbito.

A solução apontada pela Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, nomeadamente a informatização e desmaterialização do processo penal, seria sem sombra de dúvida uma das primeiras medidas a implementar no que se refere à adopção de medidas enérgicas para combate à violação do segredo de justiça. Não se quer significar com estas afirmações que a responsabilidade pela violação do segredo de justiça ou da falta de comunicação entre média e o universo judicial cabe apenas aos média. Muito pelo contrário, a responsabilidade pelo actual panorama recai também sobre os operadores judiciários. Afinal, como referido por diversas vezes pelo Dr. Rangel ao longo da entrevista, “neste conflito entre justiça e comunicação social, a culpa não morre solitária, há culpa de ambos os lados” <sup>223</sup>. Ainda relativamente a este aspecto, não são raras as vezes em que as notícias são construídas de um determinado ângulo, sem ter em consideração a objectividade dos factos, pendendo quase sempre para o lado desfavorecido, quando deveriam ser dadas de uma forma objectiva, imparcial e isenta.

A notícia não deve enformar opiniões, não deve gerar preconceito, nem tão pouco julgar, deve antes informar, ou seja transmitir os factos como são, procurando tanto quanto possível confirmar entre diversas fontes a informação de que dispõe.

## **CAPÍTULO V - OS MODELOS HOLANDÊS E AUSTRALIANO DE COMUNICAÇÃO NA JUSTIÇA PENAL <sup>224</sup>**

---

<sup>223</sup> Cfr. as respostas às perguntas n.º 7 da entrevista ao Dr. Rui Rangel, disponível no Anexo III da presente dissertação, p.188.

<sup>224</sup> Ambos os modelos, aquando da sua apresentação em sede de entrevistas, foram reputados como positivos. No entanto o Dr. Rui Rangel alertou para o facto que tendo em consideração as especificidades do povo português, da cultura e da realidade portuguesa, tais exemplos só poderão servir enquanto “exemplos no que se refere a uma abertura de mentalidades”, aproveitando posteriormente os órgãos já existente em Portugal, dentro do próprio sistema. Reforçamos a ideia de que os exemplos ora explanados não passam disso mesmo, exemplos, não defendemos uma transposição sem mais para o ordenamento português de figuras importadas que posteriormente poderão não se adequar à realidade portuguesa. Além do que a defesa dessa importação obrigaria a uma análise mais profunda que a presente dissertação não comporta. Cfr. resposta à questão n.º 15, da entrevista ao Dr. Rangel, disponível no Anexo III, p.194.

A escolha destes dois modelos resultou da ponderação dos seguintes factores: Ambos se apresentam desde logo como modelos inovadores e como exemplos de sucesso; mas também por se tratarem de exemplos oriundos de sistemas jurídicos diametralmente diferentes, demonstrando-se que até em sistemas jurídicos tão diferentes é possível equacionar soluções que embora gizadas em planos diferentes tem subjacente a mesma, ou as mesmas, ideias: comunicação, abertura, respeito e liberdade.

Não olvidamos, na invocação deste dois modelos, os esforços empreendidos por parte, da Procuradoria-Geral da República, da PJ, da PSP e da GNR no sentido de alcançarem melhorarem a comunicação com os média e com o cidadão em geral. Ao longo da presente reflexão tivemos o cuidado de referir, ainda que de forma dispersa, as medidas de cariz mais prático que têm sido implementadas pelos organismos supra referenciados, sendo que remetemos neste aspecto para essas referências. No entanto não podíamos deixar de referir que não obstante os esforços empreendidos, ainda há um longo caminho a percorrer, sendo que os exemplos ora enunciados poderão de alguma forma contribuir para o trilhar desse percurso.

O exemplo australiano, pertencente a uma matriz de *common law*<sup>225</sup>, em sede de inquérito, tem o seu enfoque nas polícias, que como é tradição nestes ordenamentos<sup>226</sup>, tem o domínio da fase de investigação, em preterição das figuras congéneres ao MP, cujo papel fundamental fica delegado para uma segunda fase, já não no âmbito da investigação (inquérito), mas numa fase em que há uma causa provável, devidamente documentada, pronta para ser levada a julgamento. A figura do MP, ou o seu congénere (prosecutor), não surge como *dominus* do processo, em sede de inquérito, mas antes como o instrumento que dará corpo e voz à investigação policial realizada.

No pólo oposto aos sistemas de *common law*, surgem os sistemas de *civil law*<sup>227</sup>, onde se inclui o ordenamento jurídico português e holandês e nos quais a direcção do inquérito fica a cargo ou à responsabilidade, já não das polícias, mas antes do MP.

Em suma, a escolha dos dois modelos enunciados na epígrafe, deveu-se ao facto de para além de serem inovadores, serem também sistemas pertencentes a famílias jurídicas diametralmente diferentes (*civil law e common law*), tendo no entanto subjacentes uma

---

<sup>225</sup> Também conhecido por sistema anglo-saxónico.

<sup>226</sup> Outros ordenamentos com a mesma matriz: inglês e norte-americano.

<sup>227</sup> Também conhecido por sistema romano-germânico.



filosofia comunicativa similar, no que concerne ao relacionamento organizado e pró-activo com os média. A escolha por estes dois modelos deveu-se também ao facto de sendo estes modelos inovadores e de sucesso, são também paradoxalmente, os menos conhecidos em Portugal.

O actual relacionamento entre a polícia australiana<sup>228</sup> e os média é fruto da maturação de um relacionamento que se iniciou na década de 50 do século passado.

Em virtude de a presente reflexão não comportar uma análise extensiva do contexto evolutivo da polícia australiana e do respectivo relacionamento estabelecido com os média, optamos por analisar apenas o actual relacionamento que se estabelece entre ambos os campos. Ainda assim salientamos que as relações entre a polícia australiana e os média nem sempre foram pacíficas, sendo que no passado os média eram usados de uma forma bastante negativa pela polícia<sup>229</sup>, ao invés de funcionarem como um veículo de comunicação com a população. Desde 1986 a Polícia Australiana dispõe de um gabinete de imprensa, designado de *Police Media Unit (PMU)*, que trabalha em articulação com a polícia e os média, funcionando como elemento de ligação entre estes dois campos. A este gabinete de imprensa compete a gestão da informação nas situações de crime ou desastre, a resposta às questões colocadas pelos média, a produção de comunicados de imprensa, a coordenação e organização das conferências de imprensa, a divulgação da informação e aconselhamento estratégico neste âmbito, bem como a maximização das oportunidades fornecidas pelos meios de comunicação social para efeitos de investigação policial<sup>230</sup> (tradução e adaptação nossa).

No âmbito das suas competências cabe à *PMU* auxiliar a polícia australiana nas comunicações que a mesma estabelece com os média, promovendo uma relação e cooperação positiva, nomeadamente em situações de mortes suspeitas, urgências, grandes detenções e

---

<sup>228</sup> No texto consultado a referência é feita à New South Wales Police, por uma questão de simplificação linguística e adequação de texto optamos por uma referência simplificada a “polícia australiana”, sendo certo que não ignoramos o facto de a New South Wales Police e Australian Federal Police terem sido duas forças centralizadoras dos diversos tipos de polícia que existiam na Austrália no final da década de 50 do século passado.

<sup>229</sup> Neste aspecto salientamos as palavras da Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho, ao referir que “As polícias não são anjos e a informação que existe na altura de uma detenção, dá muitas voltas e os factos às vezes não são aquilo que parecem” que embora referindo-se ao ordenamento português acabou por enunciar o que sucedia numa fase incipiente do relacionamento entre os meios de comunicação social australianos e a respectiva polícia. Cfr. resposta à questão n.º 23, da entrevista à Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho, disponível no Anexo II, p.178.

<sup>230</sup> O texto original pode ser encontrado em [http://www.police.nsw.gov.au/about\\_us/structure/corporate\\_services/public\\_affairs\\_branch](http://www.police.nsw.gov.au/about_us/structure/corporate_services/public_affairs_branch): “The unit manages the media at major crime scenes and disasters, provides a daily briefing to the senior executive service, manages media enquiries, produces media releases, coordinates press conferences, organises launches and provides strategic advice, focusing on how media opportunities can be best managed for investigative purposes.”

incidentes envolvendo figuras públicas. A *PMU* é composta tanto por polícias como por civis, sendo certo que cada um dos seus elementos têm conhecimentos ou são especialistas na área do jornalismo, relações públicas, comunicação e operações policiais. A *PMU* funciona continuamente, ou seja, a sua importância obriga a que seja um serviço contínuo que funciona todos os dias da semana e a qualquer hora, o que justifica em parte o elevado número de comunicados de imprensa (cerca de dois mil e quinhentos só no ano de 2001) e ainda a resposta a um elevado número de telefonemas (cerca de cento e vinte e oito por dia).

A *PMU* pode então, ainda que se considere passível de críticas, o que admitimos desde já, ser apontada como um bom exemplo ou uma boa forma de se estabelecer a articulação entre a investigação criminal e os média, tendo presente que o exemplo pode ser transponível (com as devidas adaptações) para a justiça penal portuguesa, em particular para o MP que, em Portugal, é o *dominus* do inquérito, logo da investigação criminal.

Seleccionamos como exemplo de boa relação entre os tribunais e os média, o exemplo Holandês de forma a demonstrar que ambos os campos não carecem de estar, como muitas vezes sucede em Portugal em pólos opostos, ou seja, sem existir qualquer comunicação entre ambos. A relação entre os tribunais holandeses e os média sempre foi distante, sendo que a actual actuação dos tribunais holandeses face aos média é fruto de uma maturação das relações entre ambos os campos que se iniciou sensivelmente em 2001, através do Supremo Tribunal Holandês. Até então as diversas instâncias e os respectivos tribunais consideravam desnecessária qualquer comunicação com os cidadãos e com os média, bastando que se fizesse justiça através da sentença, sendo esse apenas o único meio de pelo qual o tribunal comunicava. De acordo com a perspectiva dos Tribunais Holandeses, os mesmos apenas deveriam comunicar pela sentença.

Em 2001 dois homens condenados por homicídio negligente que já tinham inclusive cumprido a respectiva pena, foram absolvidos em sede de repetição de julgamento. Tal situação gerou a curiosidade do cidadão e o Supremo Tribunal Holandês foi obrigado a explicar-se perante o cidadão comum, relativamente à decisão de absolver aqueles dois homens. Este caso suscitou o interesse dos jornalistas que procuravam respostas junto do tribunal e, em consequência de tal a máquina judicial ficou mais exposta tornando-se alvo da curiosidade do cidadão e consequentemente dos jornalistas. À semelhança do que sucede em Portugal, a maior parte dos jornalistas responsáveis pela cobertura dos julgamentos não tinham formação absolutamente nenhuma na área em causa.

Estes e outros factores compeliram a máquina judicial holandesa, a desenvolver uma política/estratégia de abertura face aos média. Essa política/estratégia de comunicação e abertura foi implementada gradualmente com o recurso a diversas medidas, sendo que os tribunais têm recorrido cada vez mais, na implementação de novas medidas, às ferramentas fornecidas pelas novas tecnologias. Esta política/estratégia de abertura e de comunicação conduziu ao sistema que actualmente vigora na Holanda e que pauta em grande medida o relacionamento que se estabelece entre os média e os tribunais. Cumpre então elencar essas mesmas medidas que de forma positiva alteraram o paradigma comunicacional entre ambos os campos.

A partir do ano de 1999 a maior parte das decisões dos tribunais, em especial as do Supremo Tribunal Holandês, começaram a ser publicadas na respectiva página da internet<sup>231</sup>. Estas decisões, a partir do ano de 2005, são publicadas acompanhadas de uma breve indicação do respectivo conteúdo. A mesma página da internet contém ainda os relatórios anuais, as respectivas regras internas do tribunal e ainda algumas informações sobre os juízes e sobre as suas actividades extrajudiciais, bem como os discursos proferidos pelos mesmos. Para alcançar estes objectivos o Supremo Tribunal Holandês e os demais tribunais adoptaram diversas medidas, adicionalmente à medida implementada em 1999 da publicação da maior parte dos acórdãos e sentenças do Supremo Tribunal Holandês. Relativamente aos demais tribunais, as decisões são também publicitadas na respectiva página da internet que contém ainda outro tipo de informações, nomeadamente os métodos de trabalho dos tribunais holandeses.

Para além destas medidas o Supremo Tribunal Holandês adoptou ainda outras medidas adicionais, através das quais procurou desenvolver uma maior abertura do tribunal relativamente aos média.

Actualmente, os meios de comunicação social são convidados para a apresentação dos relatórios anuais do Supremo Tribunal Holandês, que permitem em larga medida o esclarecimento de algumas questões levantadas pelos jornalistas e que fomentam a confiança da população e a transparência da máquina judiciária. No contexto dos julgamentos, em especial aqueles cuja matéria em causa tem algum valor-notícia, são organizadas conferências de imprensa/sessões de esclarecimento vocacionadas directa e essencialmente para as

---

<sup>231</sup> Desde 1999 que o Supremo Tribunal Holandês publica a maior parte das suas sentenças na internet, na página <http://www.rechtspraak.nl/Pages/default.aspx>.

questões colocadas pelos jornalistas. Estas conferências de imprensa/sessões de esclarecimento são atempadamente agendadas e publicitadas através da respectiva página da internet. Adicionalmente, no fim de cada julgamento, cuja matéria em causa tem algum valor notícia ou poderá eventualmente ser alvo de atenção dos média, é-lhes fornecido, à semelhança de um *press-kit*, o respectivo sumário numa linguagem acessível e clara no sentido de ser compreensível e apreensível por todos, jornalistas inclusive. A publicação desde sumários é feita na respectiva página da internet, no espaço de meia hora após ter terminado o julgamento. Ainda neste contexto de abertura aos média, o tribunal concede entrevistas, aceitando a maior parte dos pedidos dos média neste âmbito. Nessas entrevistas, o Tribunal, através do seu representante, não se pronuncia sobre os casos concretos, tentando ao invés, explicar o raciocínio no abstracto.

O Supremo Tribunal Holandês elaborou ainda um *Press Guideline*, que é essencialmente um conjunto de directrizes para os meios de comunicação social, no sentido de melhor orientar os jornalistas de como funcionam ou como devem funcionar as relações entre o Tribunal e os média, bem como quais os canais a privilegiar em termos de comunicação com o Tribunal. Acresce ainda que relativamente a cada norma ou directriz enunciada no *Press Guideline* é sempre acrescentada uma breve explicação do seu fundamento. O *Press Guideline* encontra-se publicado também na respectiva página da internet e é regularmente actualizado.

Mais recentemente é de destacar o uso, pelo Tribunal, de diversas ferramentas proporcionadas pelas novas tecnologias. Referimo-nos nomeadamente ao *Twitter* e ao *Youtube*. Sensivelmente desde Novembro de 2010, o Tribunal disponibiliza através do *Twitter* (*twitta*) os elementos mais essenciais dos julgamentos considerados importantes. Adicionalmente, o Tribunal recorre ainda ao *Youtube*, para de forma dinâmica e globalmente acessível poder explicar alguns processos complexos ou conceder explicações adicionais que não são possíveis através do *Twitter*.

A criação e reforço de uma política/estratégia de comunicação e abertura por parte do meio judicial holandês visou e visa essencialmente três objectivo: O primeiro objectivo é a promoção da confiança do público no sistema judicial em geral e em especial no Supremo Tribunal, considerando a importante função dos tribunais em qualquer sociedade contemporânea; o segundo objectivo é a explicação clara e objectiva, bem como o esclarecimento do público relativamente às tarefas, métodos de trabalho e importância dos

tribunais e do Supremo Tribunal; o terceiro objectivo consiste no fornecimento aos média e ao público em geral de informações sobre a administração da justiça naquele país.

No que se refere ao relacionamento entre o campo justiça e os média cumpre, ainda que de forma breve, referir alguns aspectos. Cada tribunal holandês dispõe de um porta-voz, que é um juiz, a quem compete, sempre que devidamente autorizado explicar os julgamentos ou o julgamento em curso, bem como as decisões do tribunal, aos média e ao público em geral. Note-se que à semelhança do que sucede no nosso ordenamento jurídico, os juízes não podem se pronunciar sobre um caso em concreto, podendo apenas explanar raciocínios abstractos. No que se refere aos procuradores, embora possam expressar-se mais livremente do que o juiz, também estão condicionados. À semelhança do que sucede nos tribunais, também estes dispõe de um porta-voz nomeado entre os diversos procuradores.

À semelhança do ordenamento português, também no ordenamento holandês, existe o segredo de justiça, cumpre então uma breve explicação do pragmatismo holandês neste campo. De acordo com Boaventura Sousa Santos, o sistema judicial holandês “definiu regras especiais de segurança para os processos polémicos, que vão desde a colocação de vidros especiais nas janelas das salas até ao fechamento dos processos em cofres-fortes, à restrição do acesso de magistrados e funcionários a determinadas zonas, e à definição de regras rígidas para a rotina dos que têm acesso ao processo”<sup>232</sup>. Refere-se Boaventura Sousa Santos aos processos que se encontram em segredo de justiça e que por isso carecem de uma protecção acrescida relativamente a olhares indiscretos.

Reconhecemos que o exemplo não se apresenta como devidamente fundamentado e explanado mas ainda assim não deixa de ser interessante constatar que embora haja uma grande abertura dos tribunais holandeses relativamente aos média, os primeiros não descuraram o seu dever de protecção do segredo de justiça. Acresce ainda e como o próprio trecho indica, o segredo de justiça é protegido relativamente a todos e não apenas relativamente aos jornalistas. Um sistema evoluído é aquele que sabe respeitar a excepção tanto quanto respeita a regra e o grau de evolução dos cidadãos de um determinado país pode ser precisamente aferido pela capacidade de respeito da excepção quando esta é de facto necessária. Referimo-nos claramente ao segredo de justiça, que no actual ordenamento jurídico configura a excepção.

---

<sup>232</sup> BOAVENTURA SOUSA SANTOS – *O Segredo de Justiça*. [Em linha]. In *Revista Visão* (06-03-2003). [Consult. 17 Nov. 2011]. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/opiniao/bss/071.php>

Temos em crer que a justiça portuguesa beneficiaria em muito quer a si própria, por fomentar a clareza, a transparência e a confiança no ordenamento jurídico, quer o cidadão, ao informá-lo, ao esclarece-lo, bem como a demonstrar-lhe que as regras e as excepções (o segredo de justiça) são respeitadas por todos (jornalistas, advogados, juízes, procurados e funcionários forenses) ao adoptar um sistema similar ao holandês, no qual foi criado um justo equilíbrio entre a necessidade do segredo de justiça e a necessidade de comunicação tão presente na sociedade democrática contemporânea. Os modelos ora apontados, ainda que não tão aprofundados quanto o desejável, podem perfeitamente servir como mote de inspiração para uma renovação na forma como se abordam mutuamente os média social e o campo judicial.

Reconhecemos que ambos os exemplos não estão isentos de críticas, mas ainda assim temos em crer que por muitas críticas que se possam erigir é preferível mais comunicação e de qualidade, do que a ausência total da mesma, ainda que essa comunicação ou relacionamento não seja isento de críticas, nem tão-pouco os mais perfeitos.

## **CAPÍTULO VI- A RECONSTRUÇÃO DE UMA COMUNICAÇÃO AUSENTE**

Actualmente quer o campo da justiça quer o campo dos média, bem como os respectivos intervenientes não comunicam ou comunicam muito pouco, quando a bem do cidadão o deveriam fazer efectivamente ou deveriam fazê-lo com mais frequência.

De facto, quer de um lado quer de outro há críticas no sentido de uma surdez e mudez. Por um lado os órgãos de comunicação tentam obter a notícia, ignorando por vezes os preceitos legais e deontológicos, ensurdecendo perante os alertas do sistema judicial; por outro lado o sistema judicial encontra-se acorrentado a velhos dogmas que na era da comunicação já não encontram grande justificação ou pertinência na sua existência.

De costas voltadas seguem na sua cruzada silenciosa, por um lado durante a fase de inquérito, mais concretamente durante a investigação, seja a oficial (conduzida pelo MP e coadjuvada pelos OPC) seja a não oficial (feita pelos jornalistas) e por outro lado na fase de julgamento, seja o oficial (feito pelo juiz) seja o não oficial (feito em praça pública pela caneta dos jornalistas e pela opinião pública). A comunicação entre ambos os campos é

escassa, praticamente inexistente<sup>233</sup>, avançamos por isso com algumas sugestões que em nosso entender poderiam de alguma forma, desde que devidamente colocadas em prática, colmatar a comunicação ausente entre o campo dos média e o campo da justiça, reconstruir a comunicação ausente e melhorar em muito as relações que se estabelecem entre os média e o poder judicial.

Por uma questão de metodologia e lógica sistemática tentaremos enunciar a par e passo as soluções propostas para a reconstrução da comunicação entre os média e o campo da justiça durante a fase de inquérito e durante a fase de julgamento em sede de processo penal. A justificação para um único capítulo reside no facto de haver soluções comuns a ambas as fases analisadas pelo que não se afigura como correcto o desdobramento do presente capítulo em duas ou três partes.

Principiemos o presente capítulo com algumas considerações sobre eventuais propostas para a reconstrução de uma comunicação ausente, ou seja, aquela que não se estabelece efectivamente entre média, MP e OPC, durante a fase de inquérito.

O actual regime legal parece, à partida, não oferecer grandes soluções de cariz prático<sup>234</sup>, para que a liberdade de imprensa e segredo de justiça possam “conviver” harmoniosamente, conforme se retira da análise dos relatórios da reforma, das duras críticas que ecoam vindas quer do campo da justiça, quer do campo dos média, bem como da institucionalização da violação do segredo de justiça, conforme apontado por Sandra Oliveira Silva<sup>235</sup>. A constante violação do segredo de justiça resulta em larga medida da falta de comunicação, respeito e cooperação entre os campos da justiça (MP, juizes e OPC) e dos média, do desrespeito pelo próprio regime legal do segredo de justiça, da ausência de informatização processual, da diferente noção de tempo e ainda da diferença de objectivos entre ambos os campos, por um lado a administração da justiça, por outro a informação.

---

<sup>233</sup> A este propósito invocamos as palavras da Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado ao referir que actual sistema de comunicação entre os diversos actores do universo judicial e do universo dos meios de comunicação social “É muito perturbado porque é indisciplinado e depende de factores muito aleatórios”. Cfr. resposta à questão n.º 14, disponível no Anexo I, p.166.

<sup>234</sup> Destacamos desde logo que no que se refere a organismos ou departamentos de comunicação, não existe em termos práticos, um gabinete ou algo similar que assegure, por um lado ao nível do MP e por outro lado ao nível da magistratura judicial, uma comunicação efectiva com os média. Não obstante de já se registarem importantes esforços no sentido de reverter esta situação, nomeadamente através do gabinete de comunicação da Procuradoria-Geral da República, do departamento de comunicação da PSP e do departamento de relações públicas da PJ (sendo já um afloramento do sistema australiano), temos em crer que ainda há uma lacuna neste aspecto, em especial no que se refere ao MP e à magistratura judicial, em consonância com o defendido pela Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado. Cfr. resposta à questão n.º 13 da entrevista, disponível no Anexo I, p.166.

<sup>235</sup> SILVA, Sandra Oliveira - *Op. Cit.* p. 4.

Em Portugal a recíproca surdez e mudez, entre os média e a justiça é notória e tem conduzido a um extremar de posições. Assim sendo, parte das soluções que podem ser apontadas para resolver algumas das problemáticas equacionadas em torno do segredo de justiça passam em grande medida pela comunicação efectiva e cordial entre ambos os campos, pelo respeito efectivo do segredo de justiça, pela alteração do sentimento generalizado de impunidade face à tutela penal do segredo de justiça, bem como pela informatização processual<sup>236</sup>.

Actualmente, a regra em sede de processo penal não é de facto o segredo de justiça, mas sim o oposto, ou seja, a publicidade, no entanto os processos que são públicos não geram tanta curiosidade nem aguçam tanto a procura dos jornalistas. Facto é que o que está em segredo de justiça tem um valor-notícia muito superior ao que não está em segredo de justiça e não obstante de serem poucos os processos sob o desígnio do segredo de justiça, este (o segredo de justiça) continua a ser constantemente violado, quando a sua violação implica a violação de direitos igualmente constitucionalmente protegidos, como o é a liberdade de imprensa, direito constitucionalmente protegido e reiteradamente invocado para essa mesma violação (de um direito de igual dignidade). Esta violação constante do segredo de justiça deve-se, por um lado ao facto de o MP não comunicar e por outro ao facto de os média quererem a notícia. Uma forma de garantir uma comunicação cordial e efectiva<sup>237</sup> entre os média, o MP e os OPC passaria também, pelo investimento em Gabinetes de Imprensa junto dos respectivos organismos, que trabalhassem em conjunto e em articulação com o MP e os OPC. A Austrália exemplo anteriormente referido e reportado como positivo, onde a cooperação entre média e a os órgãos de polícia tem auxiliado na descoberta da verdade ou na produção de informação de mais qualidade para o cidadão, poderá ser eventualmente um exemplo a seguir.

A criação de um organismo similar à *Police Media Unit*, nomeadamente de um Gabinete de imprensa poderia ser um passo em frente para se alcançar uma comunicação cordial e efectiva. Com esta afirmação não ignoramos os esforços empreendidos nomeadamente pela Polícia Judiciária e pela Polícia de Segurança Pública, no sentido de

---

<sup>236</sup> A este propósito remetemos para o Anexo I da presente dissertação que contém a transcrição da entrevista à Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, na qual foi defendida pela entrevistada a necessidade da informatização processual, enquanto forma de controlo do acesso aos processos. Cfr. em especial a resposta à questão n.º 8, da entrevista à Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, disponível no Anexo I da presente dissertação, p.159.

<sup>237</sup> A comunicação cordial e efectiva passaria em parte pelo fornecimento de uma informação que “corresponde à objectividade do processo e que não é deturpada.”Cfr. resposta à questão n.º 15 da entrevista à Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, disponível no Anexo I, p.167.



conseguir essa comunicação efectiva, seja através de comunicados publicados nas respectivas páginas na internet ou através de conferências de imprensa, conforme referido pela Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado<sup>238</sup>. Salientamos por um lado o trabalho e o esforço empreendido pela Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas da PJ, cujas funções incluem a promoção e coordenação do relacionamento desta instituição com os média, bem como a promoção e dinamização da representação da PJ. Relativamente à PSP e à GNR é de salientar a informação publicada na respectiva página da internet, bem como a informação disponibilizada através dos meios de comunicação social mediante a realização de conferências de imprensa, em que a representação da instituição normalmente fica a cargo do respectivo Intendente. Ainda assim temos em crer que, não obstante de os esforços empreendidos serem bastante positivos, e serem já um afloramento do modelo de *Police Media Unit*, ainda há um longo caminho a percorrer.

Junto dos organismos enunciados, MP e OPC, deveriam então ser criados gabinetes de imprensa especializados cuja competência única e exclusiva seria exactamente estabelecer a comunicação entre os média e o MP e os OPC<sup>239</sup>. Os Gabinetes de Imprensa deveriam ser constituídos obrigatoriamente por um magistrado do MP, um profissional da área policial e um profissional com formação na área do Direito e da Comunicação, sendo que nos gabinetes de imprensa junto das polícias bastariam estes dois últimos profissionais para assegurar o seu funcionamento. Em matérias sob o desígnio do segredo de justiça mantemos o que foi anteriormente defendido nos Capítulos I e II.

Ainda no âmbito dos gabinetes de imprensa salientamos a necessidade de serem empreendidos esforços no sentido de se criar “Gabinetes de Imprensa junto dos Tribunais, a fim de garantir uma informação isenta, objectiva e responsável de modo a garantir uma salutar formação da opinião pública assente no princípio da liberdade de informação, isenta de influências ou manipulações”.<sup>240</sup>

Os referidos gabinetes de imprensa<sup>241</sup>, junto dos tribunais, deveriam ser obrigatoriamente compostos por um magistrado, um profissional com formação na área do Direito e um profissional com formação na área da Comunicação, que exerceriam funções

---

<sup>238</sup> *Ibidem*.

<sup>239</sup> Cfr. neste sentido FREITAS, Jerónimo – *Discurso proferido no âmbito do Congresso de Justiça*. IN I CONGRESSO DE JUSTIÇA, LISBOA, Dezembro de 2003. [Em linha]. Lisboa: Reitoria da Universidade de Lisboa, 2003. [Consult. 01 Fev. 2012]. Disponível em [http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe\\_artigo.aspx?idc=31559&idsc=55301&ida=17689](http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=31559&idsc=55301&ida=17689)

<sup>240</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>241</sup> Ideia vigorosamente defendida pelo Dr. Rui Rangel há mais de vinte anos. Cfr. a resposta à pergunta n.º 9 da entrevista ao Dr. Rui Rangel, disponível no Anexo III da presente dissertação, p..

por um período máximo de dois ou três anos. Temos em crer que a necessidade de um magistrado e de um profissional na área do Direito não carece de grandes explicações. Cumpre então explicar o motivo subjacente à necessidade de um profissional na área da Comunicação. Este profissional teria como função averiguar a inteligibilidade ou compreensão do ponto de vista do cidadão comum sobre determinado tema ou informação, bem como a melhor forma para a respectiva transmissão ou divulgação. Não olvidando que a linguagem judicial, como já se referiu anteriormente, é uma linguagem muito formal e muito própria do Direito, não sendo por isso facilmente compreensível para o cidadão comum, havendo uma clara necessidade de tornar o discurso judicial mais acessível a todos os cidadãos de modo a evitar equívocos quanto ao conteúdo ou mensagem que quer ser transmitida.

Note-se que a criação de gabinetes de imprensa junto dos tribunais seria ainda uma demonstração e promoção da transparência, da independência e da imparcialidade por parte dos tribunais, fomentando assim a confiança do cidadão no sistema judicial, que ao se tornar transparente deixaria de se tornar alvo da crítica fácil baseada na ignorância e no desconhecimento<sup>242</sup>.

Invocamos a este propósito o modelo holandês, referido no Capítulo V, como um bom exemplo e um eventual modelo a seguir no que se refere à comunicação entre tribunais e média. Relativamente a uma fomentação do respeito e compreensão mútuos, bem como à compreensão mútua das funções de ambos os campos, defendemos a criação de cursos de formação ou seminários obrigatórios, quer para os operadores judiciais quer para os jornalistas<sup>243</sup>. Temos em crer que “a relação entre justiça e comunicação social exija, neste domínio, uma correcta e recíproca percepção dos papéis que cada um dos sistemas deve protagonizar”<sup>244</sup>, podendo a formação enunciada contribuir positivamente para essa percepção.

---

<sup>242</sup> A ideia de uma maior abertura do sistema judicial através de uma comunicação transparente é também defendida pela Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado. Cfr. resposta à questão n.º 16, da entrevista à Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, disponível no Anexo I, p.164.

<sup>243</sup> A questão da formação não foi considerada pelas entrevistadas como um ponto fulcral, ainda assim mantemos a nossa opinião, que vai de encontro ao defendido e amplamente fomentado pelo Dr. Rui Rangel, no sentido de serem importantes tais formações de forma a permitirem uma nova visão da questão por parte dos envolvidos e dessa forma trazer à luz uma nova consciência comunicativa. Cfr. resposta à questão n.º 18, da entrevista à Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, disponível no Anexo I, p.168, a resposta às questões n.º 18 e 22, da entrevista à Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho, disponível no Anexo II, p. 176 e 177 e ainda as respostas às questões n.º 10 e 13, da entrevista ao Dr. Rui Rangel, disponível no Anexo III da presente dissertação, p. 191 e 193.

<sup>244</sup> JOSÉ NARCISO DA CUNHA RODRIGUES – *Comunicar e julgar*. Coimbra: Ed. Minerva, 1999, p. 40.

Por um lado seria importante que os operadores judiciários pudessem compreender a necessidade da abertura do mundo judicial ao cidadão comum, de forma a fomentar a transparência e a comunicação numa era em que a globalização e a comunicação ganham cada vez mais ênfase. Tais cursos ou seminários obrigatórios seriam ainda importantes na medida em que elucidariam os operadores judiciários relativamente à melhor forma de lidar com os jornalistas e com as respectivas estratégias de obtenção da informação por parte destes últimos, preparando-os desta forma para lidarem com os média. Por outro lado, tais seminários ou cursos de formação seriam também benéficos para que os jornalistas pudessem entender melhor o sistema judicial e a forma de funcionamento do mesmo, procurando assim fomentar a compreensão mútua e o verdadeiro esclarecimento do cidadão sem deturpações, ainda que involuntárias, de determinados institutos jurídicos ou da sua aplicação.

Deveria ainda existir formação específica para os operadores judiciários, funcionários judiciais e polícias no sentido de fomentar a cultura cívica e o profissionalismo para o respeito pelo segredo de justiça<sup>245</sup>. Estas últimas formações que sugerimos poderiam e deveriam ser também equacionadas e adaptadas aos jornalistas, no sentido de se tornar compreensível a *ratio* subjacente ao processo penal e ao segredo de justiça.

Conforme referido pelos relatórios da reforma penal<sup>246</sup>, um compromisso ético entre os média e o campo da justiça afigura-se também como um ponto de partida importante para garantir o respeito pelo segredo de justiça, mas também pela liberdade de imprensa.

Esse compromisso ético passaria, desde logo por assegurar uma verdadeira abertura do campo da justiça aos média, dentro do respeito pelos limites impostos pela lei, reforçando ou criando laços e plataformas de comunicação. Por outro lado este compromisso ético poderia também funcionar como um tratado elementar entre cavalheiros para a adopção de uma melhor postura dos média face aos operadores judiciários, seja em sede de inquérito ou de julgamento.

Outra forma de assegurar o respeito pelo segredo de justiça poderá eventualmente passar pela adopção de medidas de informatização e desmaterialização dos processos. Estando o processo informatizado, o acesso ou os acessos ao mesmo ficariam devidamente

---

<sup>245</sup> A este propósito colhemos as palavras da Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado ao referir que “O respeito pelo segredo de justiça depende da organização da investigação criminal. Se nós tivermos uma equipa coesa não há violação do segredo de justiça, porque toda a gente se respeita mutuamente, toda a gente quer levar o processo até ao fim com eficácia”, ou seja, cultura cívica e profissionalismo, que na nossa óptica pode e deve ser fomentada através de uma formação especificamente estruturada para os operadores judiciários. Cfr. resposta à pergunta n.º 6 da respectiva entrevista, disponível no Anexo I, p.157.

<sup>246</sup> Analisados ainda que de forma breve no Capítulo III, a propósito da análise das relação entre os média e a justiça penal na fase de inquérito.

registados em termos informáticos pelo que bastaria uma consulta ao historial do processo para aferir quem, como e em que circunstâncias ou com que fundamentos o mesmo tinha sido consultado. Esta questão da necessidade da informatização dos processos e desta forma o controlo dos acessos ao mesmo, seja para mera consulta, impressão de algumas folhas ou até envio por correio electrónico, foi devidamente referenciado pela Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado<sup>247</sup>. Neste âmbito destacamos a veemência na afirmação da Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado da necessidade da informatização dos processos penais, acompanhados da criação de um sistema de identificação dos utilizadores e de palavras passe que em muito contribuiriam para um efectivo controlo dos acessos aos processos que estão sob o desígnio do segredo de justiça.

Para encontrar soluções não basta apenas o esforço de uma das partes envolvidas, é necessário também o esforço da outra parte para que se possa alcançar uma plataforma de compromisso, assim sendo seria também positivo que no seio dos média fossem adoptadas algumas medidas. É importante criar cursos de especialização<sup>248</sup> obrigatórios, de modo a que cada profissional que quisesse optar por uma área de cariz mais específico, o pudesse fazer coadjuvado de todo o conhecimento técnico pertinente para a respectiva área. No caso de questões relacionadas com a justiça esta necessidade torna-se mais gritante, quando se assiste a noticiários ou quando se lê alguma notícia onde é notória a confusão com determinados conceitos ou até com as consequências que advém de determinados institutos jurídicos.

O jornalista não deve nem tem de ter formação académica em Direito, mas deve pelo menos ter as noções básicas para se poder expressar correcta e devidamente sobre o tema que está a abordar, sob pena de eventualmente deturpar, ainda que inadvertidamente, a informação de que dispõe.

Recorremos a um exemplo simples de forma a ilustrar esta situação: pensemos num jornalista cuja área de especialização é a cobertura de eventos sociais, tal jornalista é enviado para um jogo de futebol para fazer o respectivo relato. Provavelmente o jornalista desconhece os nomes dos jogadores, as diferentes táticas de jogo e ainda que tipo de jogo está em causa, se é para a Taça UEFA, para o EURO, ou um simples jogo amigável. Como é óbvio o relato de futebol em causa não terá o rigor e a correcção que teria se fosse feito por um especialista

---

<sup>247</sup> Remetemos novamente para o Anexo I, onde se encontra disponível, na íntegra, a entrevista à Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, sendo que ao longo da mesma foi referida com veemência a necessidade de informatização processual.

<sup>248</sup> Também o Dr. Rui Rangel defende a necessidade de cursos de especialização, quer ao nível judiciário quer ao nível da imprensa. A este propósito remetemos em geral para toda a entrevista, na qual por diversas vezes são referidos os respectivos cursos de especialização. Cfr. entrevista ao Dr. Rui Rangel, disponível no Anexo III da presente dissertação.

na área. Um exemplo claro da confusão de conceitos ou de institutos, bem como das respectivas consequências do mesmo, sucede por diversas vezes nos média quando usam indistintamente o termo de detenção e prisão, sendo certo que ambos os institutos são diferentes não por uma questão de nome, mas por uma questão de génese e respectivas consequências jurídicas<sup>249</sup>.

Relativamente à elaboração de artigos ou notícias, os jornalistas deveriam ainda ter o cuidado em distinguir os factos das opiniões de uma forma muito clara, conforme enunciado nalguma jurisprudência do TEDH e à qual fizemos anteriormente referência. Note-se ainda que o próprio Estatuto do Jornalista<sup>250</sup>, na alínea a), do n.º1, do artigo 14.º refere claramente a necessidade desta distinção ao referir que o jornalista deve demarcar “claramente os factos da opinião”. Esta distinção é importante a dois níveis. Por um lado permite ao público a fácil distinção entre facto e opinião. Desta forma o público devidamente informado do que é facto ou opinião, pode formar a sua própria opinião sem eventualmente ser induzido em erro ao considerar erroneamente uma opinião como um facto. Por outro lado tal distinção seria ainda um modo de salvaguarda do próprio jornalista.

Como se referiu anteriormente a opinião não carece de prova e por isso mesmo relativamente a estas (opiniões) não carece de ser nomeada qualquer fonte e ainda que haja fonte (por exemplo formar uma opinião com base em factos que foram relatados) temos em crer que tal nomeação é totalmente desnecessária. Uma opinião é o que é, subjectiva, um juízo pessoal, um modo pessoal de ver uma determinada questão, valendo por isso mesmo o que vale. Note-se que com isto não se quer significar que é possível emitir qualquer juízo de valor ou opinião sem ter em conta as eventuais consequências que daí possam advir.

É inquestionável a importância da função dos média, ao informar os cidadãos sobre os mais variados temas, nomeadamente políticos, sociais ou económicos. Em virtude da importância da função dos média, que é a transmissão da informação isenta, imparcial e objectiva, com respeito pelos valores constitucionalmente protegidos e os direitos individuais

---

<sup>249</sup> Não defendemos um rigor tecnicista ao ponto de o jornalista ser obrigado a ter de fazer uma “dissertação” sobre um determinado conceito ou instituo que esteja a noticiar, defendemos sim a necessidade de por um lado haver uma adaptação da linguagem técnico-jurídica e por outro lado o cuidado por parte do jornalista em descodificar para o público a informação jurídica sem lhe deturpar o sentido (ainda que inadvertidamente). A este propósito invocamos as palavras da Dr.ª Sofia Pinto Coelho em resposta à questão n.º 17, ao referir que em “termos da linguagem técnica jurídica, os jornalistas tem que estar apetrechados para perceber o que é a linguagem jurídica técnica e traduzir”, ou seja, numa linguagem clara e precisa transmitir a informação jurídica ou os factos em causa. Cfr. o Anexo II, mais precisamente na p. 176 da presente dissertação.

<sup>250</sup> Lei n.º 1/99 de 13 de Janeiro e as demais subsequentes alterações. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – *Estatuto do Jornalista, Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro*. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1999. [Consult. 01 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=24&idselect=369&idCanal=369&p=368>

de cada um, é importante que as condutas menos próprias e correctas por parte dos jornalistas sejam efectivamente sancionadas mediante a aplicação de sanções enérgicas e eficazes, o que por vezes não sucede.

Foi referido anteriormente que o que preside à escolha da notícia é o critério da audiência ou da tiragem com vista à obtenção máxima de lucro, em consonância com esta realidade parece claro que há necessidade de sancionar economicamente os grupos económicos ou pessoas colectivas responsáveis pela emissão e difusão de notícias que possam ou que coloquem em causa o segredo de justiça, a independência e a imparcialidade judicial ou até outros bens constitucionalmente protegidos. Se o lucro é conseguido através da elevada audiência ou da tiragem obtida mediante a transmissão de informação que coloca em causa a independência e imparcialidade judicial ou o que viola o segredo de justiça, reverte para os grupos económicos ou pessoas colectivas que controlam esses média então nada mais lógico que sancionar economicamente quem mais lucrou com a violação ou ofensa a bens constitucionalmente protegidos. É imperativo sancionar também aqueles (inclusive as pessoas colectivas) que obtêm lucro pela violação de preceitos constitucionais, cometidas pelos jornalistas (o elo mais fraco), afinal de contas a estrutura produtiva também é responsável<sup>251</sup>.

A reconstrução da comunicação entre o universo judicial e o universo dos média tem de ser iniciada para bem do cidadão, este têm o direito a estar e a ser informado ou esclarecido sobre o estado e a administração da justiça, mas esse direito à informação, implica ou deveria implicar que essa mesma informação fosse isenta, imparcial e objectiva, obtida com respeito por todas as normas, em especial pelos preceitos constitucionais.

Perante a explanação formulada cumpre referir que esta reconstrução tem de começar numa mudança de atitude por parte de todos os intervenientes, que deve ser acompanhada da criação de sistemas e infra-estruturas que assegurem e proporcionem o respeito pelos preceitos constitucionais mas também pelo direito à informação. Afinal esta mudança de atitude, por um lado de abertura por parte do universo judicial e por outro lado o respeito pelos preceitos constitucionais por parte dos média, talvez seja a mais importante e necessária etapa, sem a qual os demais sistemas e infra-estruturas que possam eventualmente ser implementados de nada servirão.

---

<sup>251</sup> No mesmo sentido que a opinião defendida pelo Dr. Rui Rangel. Cfr. resposta à questão n.º 4 da respectiva entrevista, disponível no Anexo III, p.184.

## CONCLUSÕES

A dialéctica que se estabelece entre os média e a justiça no decurso do processo penal é complexa. A dinâmica entre ambos os universos é pautada por um autismo crónico proveniente de ambos os campos.

Por um lado o universo da justiça fecha-se em si próprio e sobre si mesmo, embora seja de louvar os esforços empreendidos e anteriormente referidos por parte de alguns intervenientes, esse esforço contabilizado no cômputo geral ainda não é o suficiente para que se possa afirmar de forma assertiva a abertura do campo da justiça ao universo dos média.

Por outro lado, a busca da notícia por parte dos jornalistas, também torna o campo dos meios de comunicação social autistas<sup>252</sup> face aos alertas do sistema judicial relativamente às violações de bens constitucionalmente protegidos, entre os quais se incluem o segredo de justiça, a independência e a imparcialidade judicial.

O paradigma do regime legal do segredo de justiça mudou por completo com a reforma de 2007. Onde antes regia o segredo de justiça, rege agora a publicidade, em virtude de tal em quase todos os processos a fase de inquérito é pública e consequentemente a investigação criminal é feita “aos olhos do mundo”.

Não se defende que a fase de inquérito e consequentemente a investigação criminal, deva estar sob o desígnio do segredo de justiça em todos os casos, mas reconhece-se e defende-se a utilidade do segredo de justiça nas situações de protecção da investigação, protecção da reputação, bom nome e honra dos envolvidos, bem como na protecção da presunção da inocência do arguido.

Por outro lado, valoriza-se, defende-se e reconhece-se a função social dos média, da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão, como pilares de uma sociedade verdadeiramente democrática, conforme reafirmado por inúmeras vezes na jurisprudência do TEDH.

Impõe-se então a resposta a algumas das questões enunciadas no princípio desta reflexão. Em sede de inquérito, qual o posicionamento legal e social do segredo de justiça na sociedade de informação portuguesa dos nossos dias, onde o mediatismo da justiça é cada vez maior? Que tipo de relação se estabelece entre os média e o MP? E entre os média e os OPC?

---

<sup>252</sup> Expressão igualmente invocada pela Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado ao referir que os meios de comunicação social são relativamente autistas no que concerne às questões relacionadas com o segredo de justiça, pensando inclusive que ainda há segredo de justiça. Cfr. a este propósito a resposta à questão n.º 2 da entrevista à Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, disponível no Anexo I, p.156.

Quer a liberdade de imprensa, quer o segredo de justiça são bens constitucionalmente protegidos, tendo por isso uma dignidade acrescida face a determinados bens que não tem a mesma protecção constitucional. Em virtude dessa dignidade constitucional de ambos os bens jurídicos em causa, a sua harmonização não se apresenta como fácil e não raras vezes obriga ao sacrifício parcial de um bem ou de outro.

O âmbito objectivo do segredo de justiça, com a reforma de 2007, ficou reduzido a um núcleo praticamente residual, acrescentando que agora apenas mediante requerimento do MP, do arguido, do assistente ou do ofendido, devidamente validado pelo JIC, podem os processos ficar em segredo de justiça.

Na decorrência desta mudança de regime do segredo de justiça seria expectável um maior recurso ao instituto do segredo de justiça, no entanto os relatórios de monitorização da reforma penal indicam que a imposição do segredo de justiça apenas se verificou num número reduzido de processos, sendo certo que apesar da estrutura bicéfala<sup>253</sup> em sede de decisão de o processo ficar ou não sob o desígnio do segredo de justiça, acabou por não ter um impacto substancial nessa mesma decisão tendo em conta que na maior parte desses processos o JIC validou a determinação do segredo de justiça. Assim sendo é de salientar que a reforma operou uma alteração substancial no regime do segredo de justiça, reduzindo o seu âmbito objectivo, não obstante tal facto o número de processos sujeitos a segredo de justiça é reduzido e apenas dentro do estritamente necessário, sendo certo que a validação por parte do JIC na maior parte dos casos, indica precisamente que os motivos subjacentes aos pedidos formulados pelo MP resultam de facto da necessidade da protecção da investigação.

Tendo em consideração a redução do âmbito objectivo do segredo de justiça, bem como o reduzido número de processos a que o mesmo é aplicável, cumpre então questionar o porquê de ainda se verificarem violações ao segredo de justiça?

Precisamente por serem segredo, precisamente por serem novidade (ainda que não publicamente conhecida), porque o público o quer e os jornalistas querem fornecer a informação, os factos referentes a processos em segredo de justiça representam, em virtude do seu valor-notícia, um valioso conteúdo no campo dos média.

Não obstante de representar um valioso conteúdo, as notícias que versem sobre estes processos, em segredo de justiça não deixam de ser uma violação do mesmo, já tão reduzido no seu âmbito objectivo.

---

<sup>253</sup> A expressão foi usada pela Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado em resposta à questão n.º 4, referindo que ao haver necessidade da intervenção do JIC para validação do segredo de justiça, “o inquérito passou a ter uma direcção bicéfala”. Cfr. resposta à pergunta n.º 4, da entrevista à Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, disponível no Anexo II, p.157.



Para além da redução no âmbito objectivo, a configuração do segredo de justiça apenas representa um adiamento temporário do exercício da liberdade de imprensa e não uma derrogação *ad eternum* dessa liberdade, ou a violação da mesma enquanto direito constitucionalmente protegido. Este adiamento temporário justifica-se plenamente nos casos em que não estejam envolvidas figuras públicas, em que há uma necessidade imperiosa de proteger a investigação criminal ou em que a divulgação da notícia pode colocar em causa a reputação, bom nome e honra dos envolvidos (quando sejam cidadãos comuns), bem como a protecção da presunção da inocência do arguido. Acresce ainda que decorridos os prazos legalmente enunciados, o processo deixa de estar sob o segredo de justiça, havendo desta forma uma garantia acrescida de que é assegurada a liberdade de imprensa, ainda que derogada por algum tempo.

Por força dos argumentos supra expostos temos em crer que o segredo de justiça deve ser efectivamente respeitado, tendo em conta precisamente a redução do seu âmbito objectivo, a sua aplicação a um número reduzido de processos, a motivação subjacente ao mesmo e os interesses que visa defender, o bem como o facto de representar apenas um adiamento temporário da liberdade de imprensa. Assim sendo, consideramos que os média devem, nos processos em segredo de justiça, respeitar esse mesmo segredo, salvo no caso em que a informação obtida resulte de investigação jornalística, conforme oportunamente explanado.

Desta forma, fica assegurado o segredo de justiça mas também a liberdade de imprensa.

A função social dos meios de comunicação social é de grande importância afinal é através da publicação de informação por parte destes que é feito o escrutínio público da justiça, no entanto não se deve olvidar que o segredo de justiça defende também interesses públicos nomeadamente quando se trata de proteger a investigação criminal, que tem como fito a boa administração da justiça e a sua realização plena.

Consideramos em virtude dos argumentos supra expostos que os jornalistas deveriam fazer um esforço para respeitar o segredo de justiça. Da mesma forma, os operadores judiciais deveriam tomar medidas acrescidas de controlo de acesso aos processos, bem como de protecção desses mesmos processos para evitar a fuga de informação. Deveriam ainda todos os intervenientes na violação do segredo de justiça, sejam eles operadores judiciais, jornalistas ou quaisquer outras pessoas ser efectivamente sancionados, apesar de reconhecermos a dificuldade no que se refere à prova neste âmbito.

A relação que se estabelece entre os média e o MP caracteriza-se essencialmente por uma ausência de comunicação, ou seja, por um relacionamento relativamente autista<sup>254</sup>.

O MP na maior parte das vezes opta por se refugiar no silêncio, não comunicando nem aproveitando a hipótese de comunicação com o cidadão em geral, que poderia ser conseguida através de uma cooperação com os média. Este silêncio do MP presta-se e gera equívocos quer na redacção das notícias por parte dos média quer no entendimento que pode ser eventualmente retirado do texto noticioso. E uma vez interiorizado esse equívoco por parte do cidadão comum, dificilmente será rectificado posteriormente.

Ainda que se argumente que o segredo de justiça impede o MP de comunicar, demonstrou-se que tal argumento não é totalmente verdadeiro em virtude da redacção do n.º 13 do artigo 86.º do CPP, cuja utilidade se revela precisamente nestas situações. O MP deve e tem de comunicar dentro da medida do possível e legalmente permitido, o cidadão clama esclarecimento e explicações e tem direito às mesmas. Relativamente aos jornalistas o comportamento é o da busca sequiosa da notícia, ainda que incorrendo na eventual violação do segredo de justiça. Defendemos a adopção de uma postura de abertura e de diálogo por parte do MP, mas também defendemos a necessidade de respeito pelo segredo de justiça, porquanto o fundamento da sua existência é também, à semelhança da liberdade de imprensa, a defesa dos direitos fundamentais de um cidadão a título individual ou de todos os cidadãos enquanto comunidade.

Por sua vez as relações que se estabelecem entre média e os OPC, já apresentam alguma evolução que se pode constatar através dos esforços comunicacionais empreendidos nomeadamente pela PJ e pela PSP. Ainda assim representam apenas o início, ou um primeiro passo, para se atingir uma comunicação plena elevada ao máximo do potencial desejável e legalmente admissível.

Quer o segredo de justiça quer a liberdade de imprensa são bens constitucionalmente protegidos e a harmonização de ambos terá de necessariamente pela criação de uma cultura de civismo e respeito pelo segredo de justiça por parte dos jornalistas, pela abertura do sistema judicial aos média e pela criação de infra-estruturas e sistemas que assegurem essa mesma protecção e abertura. A devassa do segredo de justiça não deve ser aceite e a

---

<sup>254</sup> A este propósito invocamos a resposta do Dr. Rangel, à questão n.º 8 da entrevista ao referir que “Problemas com a comunicação social têm tanto o MP, como têm os juízes, não há uma cultura de comunicação, não olham para a comunicação social como alguém que pode prestar um serviço público importante no esclarecimento da notícia, no reforço da legitimação e da credibilização da própria justiça”. Cfr. Anexo III da presente dissertação, mais precisamente a p.186.

liberdade de imprensa deve ainda que temporariamente, ficar derogada o tempo necessário para a conclusão da fase de inquérito, ainda assim o MP e os OPC devem mostrar alguma abertura e prestar, caso seja possível, os esclarecimentos necessários com base nos termos e fundamentos admitidos pelo n.º 13 do artigo 86.º do CPP.

Não é apenas em sede de inquérito que os média procuram material noticioso, ou passível de ter valor notícia, também a fase de julgamento é alvo da atenção dos média, remetemos a este propósito para o que foi anteriormente explanado no Capítulo IV. No actual panorama português, o poder judicial e as suas decisões são faladas, discutidas e analisadas em praticamente todos os cantos do país, em virtude da crescente mediatização de alguns processos.

Esta situação teve aspectos positivos que importa salientar. A dessacralização do poder judicial, operada através dos meios de comunicação social contribuiu para a aproximação do cidadão comum ao poder judicial, ou seja, o juiz enquanto figura representativa do poder judicial já não é mais o “monstro sagrado” de outrora, sendo visto também como um cidadão, o poder judicial já não é mais um poder sem rosto ou uma figura sagrada que se queda no seu pedestal distante e ausente do pulsar da comunidade.

Esta aproximação conduziu também a uma maior compreensão do funcionamento da máquina judicial por parte do cidadão comum e quiçá originou no próprio poder judicial uma maior consciência da necessidade da abertura ao cidadão. Afinal a justiça é feita em nome do povo porquanto o cidadão comum tem o direito a que lhe seja explicado como é administrada a justiça. Mas não se pense que a mediatização de determinados processos conduziu a uma situação isenta de aspectos negativos.

Os julgamentos em praça pública, feitos através dos média em permanente dialéctica com a comunidade (*trial by newspaper*), agudizaram o sentimento vingativo da comunidade bem como a desconfiança no poder judicial por falta de compreensão do seu respectivo funcionamento. Com os julgamentos em praça pública, os arguidos, supostamente inocentes até ao trânsito em julgado, passam instantaneamente a culpados (ou em raras vezes passam a inocentes) consoante o que é transmitido pela comunicação social não se preocupa em explicar que arguido não é sinónimo de culpado, nem muito menos de preso ou recluso. A conotação negativa atribuída à palavra arguido originou no cidadão a ideia de que todo ou quase todo o arguido é culpado e que por isso mesmo tem de ser condenado, quando tal não corresponde à verdade dos factos nem tão pouco à génese da própria palavra ou instituto. Arguido não é mais do que aquele que está acusado e que até ao trânsito em julgado pode ser declarado como inocente seja porque motivos forem. Esta conotação negativa da palavra

arguido e a deturpação do seu conteúdo e génese é igualmente acompanhado da deturpação, ainda que involuntária, de algumas situações ocorridas a nível judicial ou de alguns institutos jurídico-penais, aquando da sua divulgação noticiosa. Esta deturpação resulta geralmente da explicação demasiadamente simplificada e pouco rigorosa de determinados institutos ou do seu funcionamento, feita pelos média que têm de adoptar uma linguagem necessariamente simplista para a transmissão da informação ao cidadão. Estes equívocos e deturpações geradas em torno da actuação do meio judicial, desacompanhados de quaisquer outras explicações geram na sua maior parte das vezes juízos paralelos ou até condenações paralelas à judicial.

A emissão de juízos de valor sobre determinada sentença ou o desenvolvimento de determinado processo (excluimos deste grupo as críticas fundamentadas), quando não acompanhado da devida explicação, fundamentação ou enquadramento é passível de colocar em causa a independência e a imparcialidade judicial ao minar a confiança do cidadão no sistema judicial. A oposição entre os dois valores constitucionalmente protegidos emerge novamente: por um lado liberdade de imprensa e por outro, independência e imparcialidade judicial. A liberdade de imprensa, não é um direito absoluto, como oportunamente explanamos, pelo que deve ceder perante outros valores fundamentais existentes num Estado de Direito, nomeadamente a independência e a imparcialidade judicial. Reiteramos a afirmação de que o poder judicial é passível de crítica, mas de crítica fundamentada e não a crítica “típica de esplanada de café” porque simplesmente não se concorda.

Equacionar dois valores constitucionalmente protegidos está longe de ser tarefa fácil, que apenas pode ser devidamente empreendida à luz do caso concreto. Ainda assim temos em crer e concluimos pela necessidade de haver um maior respeito por parte dos média aos demais institutos constitucionalmente protegidos e não apenas à liberdade de imprensa tão amplamente invocada. Concluimos ainda pela necessidade de um maior cuidado, ou seja, de um maior rigor na fundamentação das críticas apontadas ao sistema judicial pelos média, sendo, por outro lado, necessárias maior abertura e disponibilidade por parte dos tribunais.

Outro aspecto a considerar é que a distinção entre facto e opinião seja sempre feita de forma clara, que seja apreensível por todos, ainda que sem uma especial atenção ou sem especiais conhecimentos da área.

A relação que se estabelece entre os média e o poder judicial está longe de ser harmoniosa. O diálogo estabelecido entre ambos é autista. O poder judicial refugia-se na sua tarefa solitária de julgar, olvidando que o faz em nome do cidadão. Envolto nesta névoa misteriosa, o poder judicial queda-se para lá da compreensão do cidadão, sem ter a

preocupação de esclarecer aquele em nome de quem administra um bem tão precioso: a justiça. Sendo certo que os média poderiam ser, sem sombra de dúvida, um importante elemento, cuja cooperação poderia em muito auxiliar no esclarecimento do cidadão. Por outro lado os média optam por diversas vezes em ignorar os alertas do sistema ou da máquina judicial, aquando da extrapolação ou violação de preceitos ou bens constitucionalmente protegidos, em busca da notícia ou da matéria-prima da mesma.

O direito à informação, não pode, nem deve sacrificar sem mais, outros bens constitucionalmente protegidos, mas o poder judicial deve também fazer um esforço no sentido de demonstrar mais abertura aos média, não se refugiando tanto em si próprio, no sistema judicial e na hermeticidade própria da linguagem jurídica.

Deve ser empreendido um esforço por parte dos intervenientes, poder judicial e média, mas acima de tudo devem ser respeitados a liberdade de imprensa e os seus limites, bem como a independência e a imparcialidade judicial, cuja consagração constitucional atribui-lhes uma dimensão e valor que não podem nem devem ser desrespeitados. A adopção de um modelo como o usado na Holanda poderá eventualmente ser uma solução a ponderar no ordenamento português, tendo em consideração que deve ser devidamente acompanhado pelo fomento de uma cultura cívica de respeito pelos valores constitucionalmente consagrados e pelos direitos fundamentais.

A tensa dialéctica que se estabelece entre os média e a justiça, numa espécie de “diálogo autista”, tem de ser reformulada tendo em consideração a função social de ambos. A justiça tem de mostrar mais abertura, diálogo e comunicação, e os média têm de acompanhar essa abertura demonstrando mais atenção aos valores constitucionais prosseguidos por ambos.

É necessária uma maior abertura da justiça, ainda demasiado acorrentado aos dogmas que não lhe permitem uma comunicação efectiva com a comunidade que serve.

Impõe-se a criação de infra-estruturas e sistemas de comunicação que permitam e assegurem uma efectiva comunicação, na realização e respeito dos direitos e bens constitucionalmente protegidos, como são as garantias da investigação criminal e do segredo de justiça a par da liberdade de imprensa.

Esta comunicação pode e deve ser formulada em cooperação com os média, transmissores de informação por excelência, tendo em consideração a facilidade com que conseguem chegar ao cidadão, a todos os cidadãos.

Todavia, também se impõe uma mudança de atitudes por parte dos média, sem atropelo à sua, que é “nossa”, liberdade de imprensa, mas no reconhecimento pleno dos demais direitos, liberdades e garantias constitucionais em presença.

Basta de uma justiça silenciosa, basta de uma imprensa sem limites!

Abrindo-se, desta forma, as portas para um futuro em que o cidadão, através de uma aprendizagem e crescimento a par e passo, com os média e com a justiça, poderá ter uma opinião civicamente mais informada e mais livre, sobre o funcionamento da justiça e das instituições penais do seu país.

A reconstrução da comunicação ausente reclama, também na justiça penal, uma mudança de mentalidades, de atitudes e de paradigmas, que hão-de decorrer duma base de aproximação e cooperação com os média.

Tal como essa aproximação é um caminho em construção, também a nossa reflexão constitui um contributo sem a mínima pretensão de esgotar um tema que é vasto e, a muitos títulos, complexo de abordar.

Para focar e aprofundar o objecto da nossa investigação, dado o rigor metodológico exigido, é certo que prescindimos de tantas outras questões que a comunicação da justiça nos convoca. Ainda assim, almejando que este seja mais um contributo, ao menos para uma nova perspectiva e de novas questões para velhos problemas.

## BIBLIOGRAFIA

- ADDO, Michael K - *Are Judges Beyond Criticism Under Article 10 of the European Convention on Human Rights?* In *International & Comparative Law Quarterly*. Vol. 47 (1998) p. 425-438. [Em linha]. [Consult. 25 Nov. 2011]. Disponível em <http://eric.exeter.ac.uk/exeter/bitstream/10036/57034/1/addo1.pdf>.
- AFONSO, Orlando Viegas Martins – *Poder Judicial – Independência in Dependência*. Coimbra: Livraria Almedina, Junho de 2004.
- AFONSO, Orlando Viegas Martins – *Poder judicial e opinião pública*. In VI CONGRESSO DOS JUÍZES PORTUGUESES, Aveiro, Novembro de 2001 – Justiça e Opinião Pública: “Tribunais e Comunicação social”, “Justiça e Serviço Público” e “Conteúdo e Fundamentação das Decisões Judiciais”. [Em linha]. Aveiro: Associação Sindical dos Juízes Portugueses, 2001. [Consult. 25 Out. 2011]. Disponível em <http://www.asjp.pt/wp-content/uploads/2010/03/Orlando-Afonso-Poder-judicial-e-opini%C3%A3o-p%C3%BAblica.pdf>
- ALEXANDRINO, José de Melo – *Problemas jusfundamentais emergentes da regulação da rádio e da televisão em Portugal*. [Em linha]. In CONGRESSO LUSO-ITALIANO DE DIREITO CONSTITUCIONAL, LISBOA, Maio de 2009 - Comunicação Social e Direitos Fundamentais, As sentenças intermédias da Justiça Constitucional. Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Maio de 2009. [Consult. 30 Out. 2011]. Disponível em <http://www.icjp.pt/estudos/2>
- ANJOS, Carlos - *Segredo de justiça*. [Em linha]. In *Correio da Manhã*. Lisboa, (07 de Fevereiro de 2010). [Consult. 30 Abr. 2012]. Disponível em <http://www.inverbis.net/opiniao/carlosanjos-segredo-justica.html>
- ASCENÇÃO, José de Oliveira – *Direito à informação e direito ao espectáculo*. [Em linha]. [Consult. 13 Fev. 2012]. Disponível em [http://www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/OA88.pdf](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/OA88.pdf)
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – *Estatuto do Jornalista, Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro*. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1999. [Consult. 01 Mar. 2012].

Disponível em

<http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=24&idselect=369&idCanal=369&p=368>

- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – *Estatuto dos Magistrados Judiciais, Lei n.º 21/85, de 30 de Julho*: D.R.: I Série, 30-07-1985 (1985), p. 2280-(2) – 2280- (23) [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. [Consult. 30 Mai. 2012]. Disponível em [http://www.csm.org.pt/ficheiros/legislação/emj\\_2009.pdf](http://www.csm.org.pt/ficheiros/legislação/emj_2009.pdf)
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – *Estatuto do Ministério Público, Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro*: D.R.: I Série, 15-10-1986 (1985), p. 3099 – 3124. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986. [Consult. 24 Mai. 2012]. Disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=6&tabela=leis&](http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=6&tabela=leis&)
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – *Lei da Organização da Investigação Criminal, Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto*. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 2008. [Consult. 01 Mai. 2012]. Disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=221&tabela=leis&](http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/lei_mostra_articulado.php?nid=221&tabela=leis&)
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – *Lei da Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto*. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 2008. [Consult. 11 Mai. 2012]. Disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1009&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&](http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/lei_mostra_articulado.php?nid=1009&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&)
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – *Lei da Orgânica da Polícia Judiciária, Lei n.º 37/2008, de 06 de Agosto*. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 2008. [Consult. 01 Fev. 2012]. Disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1004&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&](http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/lei_mostra_articulado.php?nid=1004&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&)
- ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS JUÍZES PORTUGUESES, GABINETE DE ESTUDOS E OBSERVATÓRIO DOS TRIBUNAIS - *Linhas de reforma do processo penal - Relatório do grupo de trabalho*, Outubro 2011. [Em linha]. [Consult. 11 Mai. 2012]. Disponível em <http://www.asjp.pt/wp-content/uploads/2011/11/Linhas-de-reforma-do-processo-penal.pdf>



- AZEVEDO, Carlos A. Moreira; AZEVEDO, Ana Gonçalves - *Metodologia científica – Contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos*. 6.º Edição. Lisboa: UCE, 2003. 176 p. ISBN 972-54-0069-0
- BARRETO, Irineu Cabral – *As relações entre a Convenção, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e as Instâncias nacionais*. [Em linha] Lisboa, Supremo Tribunal de Justiça, 10 de Novembro de 2008. [Consult. 10 Jun. 2012]. Disponível em [http://www.stj.pt/ficheiros/cerimonias/30anos\\_irineubarreto.pdf](http://www.stj.pt/ficheiros/cerimonias/30anos_irineubarreto.pdf)
- BOURDIEU, Pierre - *Sobre a Televisão*. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. ISBN 85-7110-411-5
- BORGES, Antonieta - *Publicidade do processo penal e segredo de justiça: inquérito: aplicação do nº 6 do art 89º do código de processo penal*. In *Revista do Ministério Público*. Lisboa. A.29, nº114 (Abr. / Jun. 2008), p. 151-177.
- BRANDÃO, Nuno – *A nova face da instrução*. In *Revista portuguesa de ciência criminal*. Lisboa. A 18, n. 2 e 3 (Abr./Set. 2008), p. 227-255.
- BRANDÃO, Nuno – *Medidas de Coacção: o procedimento de aplicação na Revisão do Código Penal*. In JORNADAS SOBRE A REVISÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, COIMBRA, LISBOA, Novembro de 2007. [Em linha]. Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, Novembro de 2007. [Consult. 02 Mai. 2012]. Disponível em [http://www.cej.mj.pt/cej/forma-continua/fich-pdf/formacao2007-08/jornadas\\_penal\\_textos/medidascoacaocoimbra2007nb.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/forma-continua/fich-pdf/formacao2007-08/jornadas_penal_textos/medidascoacaocoimbra2007nb.pdf)
- BRAVO, Jorge dos Reis - *Inquérito penal e publicidade: novas regras, menos segredos*. In *Revista do Ministério Público*. Lisboa. A.30, nº119 (Jul./Set. 2009), p. 05-50.
- BUCHO, José Manuel Saporiti Machado da Cruz - *A Revisão de 2010 do Código de Processo Penal Português*. [Em linha] Guimarães, 8 de Novembro de 2010. [Consult. 29 Abr. 2012]. Disponível em [http://www.trg.mj.pt/Estudos/Reforma\\_de\\_2010\\_CPP.pdf](http://www.trg.mj.pt/Estudos/Reforma_de_2010_CPP.pdf)
- CABRAL, Santos – *A prisão preventiva: análise do sistema*. [Em linha]. In *Na Ordem do dia*, p. 12-15. [Consult. 12 Jun. 2012]. Disponível em <http://www.oa.pt/Uploads/%7BD86BD556-A31E-4BAA-9237-E8F2464AD1E1%7D.pdf>

- CARMO, Pedro do – *Investigação Criminal e Media*. Comunicação apresentada no Seminário Comunicação, Media e Justiça, no âmbito do Mestrado em Comunicação, Media e Justiça, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 11 de Novembro de 2010. In *Revista do Ministério Público*, nº124 (Out./Dez. 2010), p. 115-124.
- CARVALHO, Américo A. Taipa – *Direito Penal - Parte Geral: Questões Fundamentais*. Reimpressão. Porto: Publicações Universidade Católica, 2006. ISBN 972 – 8069-54-5.
- CARVALHO, Paula Marques – *Manual Prático de Processo Penal*. 4.<sup>a</sup> Edição. Coimbra: Edições Almedina, 2008. ISBN 978-972-40-3558-1.
- COMMONWEALTH OF AUSTRALIA - *Australian Federal Police – The first thirty years*. Austrália, 2009. ISBN: 978-0-646-52588-4. [Em linha]. [Consult. 02 Fev. 2012]. Disponível em <http://www.afp.gov.au/about-the-afp/customs-and-traditions.aspx>
- CANOTILHO, J.J. Gomes – *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7.<sup>a</sup> Edição. Coimbra: Edições Almedina, 2003. ISBN 9789724021065. p. 663-665, 1277-1280
- CONSELHO DA EUROPA - *Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. Itália, Roma: Conselho da Europa, 1950.
- CONSELHO DA EUROPA - *RESOLUTION 1003 (1993) ON THE ETHICS OF JOURNALISM* (Recomendação 1003). [Em linha]. Estrasburgo: Conselho da Europa, 1993. [Consult. 31 Abr. 2012]. Disponível em <http://assembly.coe.int/Main.asp?link=http://assembly.coe.int/Documents/AdoptedText/ta93/ERES1003.htm>
- CORSTENS – *Media access to the judiciary in the Netherlands*. Discurso proferido na Cimeira Internacional dos Tribunais Superiores. [Em linha]. In CIMEIRA INTERNACIONAL DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, ISTAMBUL, Novembro de 2010. [Consult. 13 Fev. 2012]. Disponível em <http://www.rechtspraak.nl/Organisatie/Hoge-Raad/OverDeHogeRaad/publicaties/Pages/MediaaccesstothejudiciaryintheNetherlands.aspx>

- COUTINHO, Clara Pereira – *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e humanas: Teoria e prática*. 2.<sup>a</sup> Reimpressão. Coimbra: Editora Almedina, 2011. ISBN 978-972-40-4487-3.
- CRUZ, Antonino; ROSA, Vitoriano – *As mentiras de Marcello Caetano*. Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas, 1974.
- CUNHA RODRIGUES, José Narciso da – *Comunicar e julgar*. Coimbra: Ed. Minerva, 1999.
- CUNHA RODRIGUES, José Narciso da - *Justiça e comunicação social*. In *Revista portuguesa de ciência criminal*. A.7, nº4 (Out.-Dez. 1997), p.531-576.
- DIRECÇÃO do Sindicato dos Jornalistas - *SJ propõe quatro princípios fundamentais em defesa da liberdade de imprensa*. [Em linha] 16 de Março de 2004. [Consult. 27 Abr. 2012]. Disponível em <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=1887&idCanal=377>
- ÉVORA, Silvino Lopes - *O segredo de justiça e a investigação jornalística: A problemática dos direitos fundamentais na democracia portuguesa*. [Em linha] Lisboa: [s.n.], 2004. Trabalho apresentado no âmbito da Pós-Graduação em Jornalismo Judiciário, na Faculdade de Direito da Universidade Católica. [Consult. 28 Nov. 2011]. Disponível em <http://www.bocc.uff.br/pag/evora-silvino-segredo-de-justica.pdf>.
- FABIANA, Rita - *Independência e imparcialidade do poder judicial*. In *Revista Julgar*. Nº especial: O poder judicial numa democracia descontente: impasses, desafios e modernização da justiça. Coimbra (2009), p. 49-55.
- FERNANDES, Plácido Conde - *Justiça e media : legitimação pela comunicação*. In *Revista do CEJ : Dossier temático verdade, justiça e comunicação*. Lisboa. Nº 10, (2º semestre 2008), p. 311-346.
- FERREIRA, Flávio Pinto – *Reflexos na prática e na vivência judiciais das transformações e legislativas operadas em Portugal nos últimos 10 anos: testemunhos de um juiz*. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*. [Em linha] Coimbra. N.º 18, 19 e 20 (Fev. 1986) p.282-290. [Consult. 28 Nov. 2011]. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/18%20-%2019%20-%2020/Flavio%20Ferreira%20-%20Reflexos%20na%20Pratica%20e%20na%20Vivencia%20Judiciarias%20das%20Tra>

nsformacoes%20Constitucionais%20e%20Legislativas%20Operadas%20em%20Portugal%20nos%20Ultimos%20Dez%20Anos.pdf

- FIDALGO, Joaquim e OLIVEIRA, Madalena - *Da justiça dos tribunais à barra da opinião pública - As relações entre a Justiça e a Comunicação Social*, 2008. [Em Linha]. Texto elaborado no contexto do projecto colectivo de investigação Mediascópio – Estudo sobre a reconfiguração do campo da comunicação e dos media em Portugal. [Consult. 02 Mar. 2012]. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7438/1/Fidalgo,%20J.%20%26%20Oliveira,%20M.%282005%29-Media%20e%20Justi%C3%A7a.pdf>
- FIGUEIRAS, Rita - *Os Comentadores na Imprensa de Referência Portuguesa: 1980-1999*. [Em linha]. In XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - V ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, BRASIL, Setembro de 2005 – Ensino e Pesquisa em Comunicação. Brasil: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Setembro de 2005. [Consult. 29 Out. 2011]. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1239-1.pdf>.
- FIGUEIREDO DIAS, Jorge de – *Direito Penal – Parte Geral, Tomo I*. Coimbra: Coimbra Editora, 2004. ISBN 972-32-1288-9, p. 43, 47, 58
- FREITAS, Jerónimo – *Discurso proferido no âmbito do Congresso de Justiça*. [Em linha]. In I CONGRESSO DE JUSTIÇA, LISBOA, Dezembro de 2003. Lisboa: Reitoria da Universidade de Lisboa, 2003. [Consult. 01 Fev. 2012]. Disponível em [http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe\\_artigo.aspx?idc=31559&idsc=55301&ida=17689](http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=31559&idsc=55301&ida=17689)
- GARAPON, Antoine – *La justice est-elle “délocalisable” dans les médias*. In *Droit et société*. Paris. N.º 26 (1994) p. 73-89.
- GARCIA, Lenise Aparecida Martins - *Transversalidade e Interdisciplinaridade*. [Em linha]. [Consult. 15 Mar. 2012] <http://www.4pilares.net/text-cont/garcia-transversalidade-print.htm>.
- GASPARD, António Henriques - *A influência da CEDH no diálogo Interjurisdicional: A perspectiva nacional ou o outro lado do espelho*. In COLÓQUIO POR OCASIÃO DA COMEMORAÇÃO DO 30º ANIVERSÁRIO DA VIGÊNCIA DA CEDH, LISBOA, 10

- de Novembro de 2008. [Em linha] Lisboa, Supremo Tribunal de Justiça, Lisboa, Novembro de 2008. [Consult. 01 Nov. 2011]. Disponível em <http://www.stj.pt/nsrepo/cont/Coloquios/VP%20HG%20Direitos%20Homem.pdf>
- HÁ pouco em Portugal que caiba no conceito de jornalismo de investigação. (12 de Nov. 2009). [Em linha] [Consult. 01 Nov. 2011]. Disponível em <http://www.ionline.pt/conteudo/32609-ha-pouco-em-portugal-que-caiba-no-conceito-jornalismo-investigacao>
  - JOHNSTON, Derek – *A brief history of philosophy – From Socrates to Derrida*. [Em linha]. Editora Continuum, 2006. p. 82 – 95. [Consult. 26 Jan. 2012]. Disponível em <http://www.openisbn.com/preview/0826490204/>
  - KIRBY, Michael – *Improving the discourse between courts and the media*. [Em linha]. In *QLS Journal*, Dezembro 2008, p. 9-10. [Consult. 23 Abr. 2012]. Disponível em [www.qls.com.au/files/.../2\\_-\\_december\\_2008\\_qls\\_journal\\_-\\_article\\_2.pdf](http://www.qls.com.au/files/.../2_-_december_2008_qls_journal_-_article_2.pdf)
  - LEITE, Inês Ferreira – *Segredo ou Publicidade? A tentação de Kafka na Investigação Criminal*. [Em linha]. In CONFERÊNCIA SOBRE O SEGREDO DE JUSTIÇA, LISBOA, 2010. Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2010. [Consult. 30 Abr. 2012]. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/43630652/A-tentacao-de-Kafka>
  - LEITE, André Lamas - *Segredo de justiça interno, inquérito, arguido e seus direitos de defesa*. In *Maia Jurídica*, ano IV, nº1, p.35- 53.
  - LOPES, Felisbela – *As fontes, os jornalistas e as leis*. [Em linha]. In *Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação*, Vol. 14 (1-2), 2000, p. 339-349. [Consult. 02 Mai. 2012]. Disponível em [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5511/1/CS\\_vol2\\_flopes\\_p339-349.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5511/1/CS_vol2_flopes_p339-349.pdf)
  - LOURENÇO, Américo Augusto – *Justiça, dever de reserva e direito de informação*. Comunicação proferida na Escola Superior de Comunicação Social. [Em linha]. Lisboa: Escola Superior de Comunicação Social, 5 de Dezembro de 2007. [Consult. 04 Mai. 2012]. Disponível em <http://www.trl.mj.pt/PDF/JusticaComunicacao.pdf>

- MACHADO, Jónatas E.M. - *Liberdade de Expressão - Dimensões Constitucionais da Esfera Pública no Sistema Social*. Coimbra: Coimbra Editora, 2002, ISBN 9789723211115. p. 59-61, 296-307, 370-387, 472-487, 504-531, 708-747
- MACHADO, Helena; SANTOS, Filipe - *Justiça e a imprensa – construção de dramas públicos e projecção de julgamentos mediáticos*. [Em linha]. In 6.º CONGRESSO SOPCOM, 8.º CONGRESSO LUSOCOM E 4.º CONGRESSO IBÉRICO, LISBOA, Abril de 2009. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Abril de 2009. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em [http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom\\_iberico/sopcom\\_iberico09/paper/viewFile/352/33431-04-2011](http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/352/33431-04-2011)
- MAGALHÃES, Pedro Coutinho – *Democratização e independência judicial em Portugal*. [Em linha]. In *Análise Social*. Vol. XXX (1995) p. 51-90. [Consult. 30 Nov. 2011]. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/?no=101000100051>
- MARCELINO, Cristina Adelaide Pimentão – *A informação extralegal na formação de impressões e no julgamento do arguido*. Porto, 2000. [Em linha]. [Consult. 07 Abr. 2012]. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23353/2/67207.pdf>
- MARCELINO, Valentina - *Conferência Cândida Almeida critica utilização abusiva dos direitos dos arguidos*. [Em linha]. Junho de 2010. [Consult. 05 Jun. 2012]. Disponível em [http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=1595164](http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=1595164)
- MARINHO E PINTO, António – *Manuela Moura Guedes e a liberdade de informação*. [Em linha]. In *Público* (11 de Set. 2009). [Consult. 30 Nov. 2011]. Disponível em <http://www.clubedejornalistas.pt/?p=349>.
- MARQUES DA SILVA, Germano - *Curso de Processo Penal I*, 4.ª Edição. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 2000.
- MARQUES DA SILVA, Germano - *Curso de Processo Penal III*, 2.ª Edição. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 2000.
- MARQUES DA SILVA, Germano - *Um olhar sobre o Projecto e o Acordo Político para a Revisão do Código do Processo Penal*. [Em linha]. In *Revista Julgar*, n.º1, 2007. p. 137-153. [Consult. 01 Mai. 2012]. Disponível em <http://1547019404198854434-a-1802744773732722657-s-sites.googlegroups.com/site/julgaronline/Home/numeros->

[publicados/julgar-01---janeiro-abril---2007/GermanoM.Silva-Umolhar.pdf?attachauth=ANoY7cqUGsuXaF\\_JVtAapyJRgcLiCeLwPWryvsRjt-yQSGuStXYs9AKWmVsPNEsgxHR-LFGufIKpPLi11ZEEzsBIk7B1Xp6cTpeJ3CfyxB0Kik7Xd-DC5JdwN-G\\_ctp5t79c0QoS46X75l6XWjopfs-Nx9rMD-S5fBLFGuvPx9oTRvyAct95TwI24CuLPmbE5mHpV-ZKJ-b6rzECsiOSfWrANtcVcKZYAAGskVtVx6x694JpMfhn3W\\_xbaFfOGI3UJoO3CP8OsJ-\\_cMACvoU4QCWu\\_xSXunpm6WxjCFsyG3I\\_tOosZpnfdY%3D&attredirects=1](#)

- MARQUES DOS REIS, Eurico José - *Tribunais e Órgãos de Informação*. [Em linha]. [Consult. 01 Mai. 2012]. Disponível em <http://www.juizespelacidadania.eu/?p=74>
- MATA-MOUROS, Maria de Fátima - *A Fundamentação da Decisão como Discurso Legitimador do Poder Judicial*. [Em linha]. In I CONGRESSO DE JUSTIÇA, LISBOA, Dezembro de 2003. Lisboa: Reitoria da Universidade de Lisboa, 2003. [Consult. 25 Fev. 2012]. Disponível em <http://www.crise-da-justica.com/A%20Fundamenta%C3%A7%C3%A3o%20da%20Decis%C3%A3o.htm>
- MCGOVERN, Alyce M. – *Policing media: controlling representations of the New South Wales Police Force*. [Em linha]. Sydney, 2008. [Consult. 03 Abr. 2012]. Disponível em <http://arrow.uws.edu.au:8080/vital/access/manager/Repository/uws:7081>
- MEDIA ENTERTAINMENT & ARTS ALLIANCE - *Kicking at the cornerstone of democracy - The State of Press Freedom in Australia*, 2012 . [Em linha]. p. 18-30, 58-64. [Consult. 04 Abr. 2012]. Disponível em <http://www.alliance.org.au/kicking-against-the-cornerstone-of-democracy>
- MESQUITA, Paulo Sá – *Breves notas sobre o Segredo Interno do Inquérito Penal*. [Em linha]. In CONFERÊNCIA NACIONAL DO SINDICATO DOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 29 de Março de 2003. [Consult. 19 Fev. 2012]. Disponível em <http://www.asficpj.org/temas/diversos/congressojust/segredol.pdf>
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Direcção Geral da Administração da Justiça. Centro de Formação de Funcionários de Justiça - *Alterações: Código de Processo Penal – Apoio á Formação de Oficiais de Justiça*. [Em linha]. Lisboa, Dezembro de 2007. [Consult. 12 Dez. 2011]. Disponível em <http://www.oa.pt:6001/upl/%7B7411d336-2803-43df-b087-bf59839a6132%7D.pdf>

- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Ministério Público. Procuradoria-Geral da República - *Parecer do Conselho Consultivo, de 04 de Março de 2004, N.º Convencional: PGRP00002317*, Relator Pinto Hespanhol. [Em linha]. Lisboa: Procuradoria-Geral da República, 2004. [Consult. 10 Dez. 2011]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/pgrp.nsf/7fc0bd52c6f5cd5a802568c0003fb410/0bb71bb25874fefe80256da3003e58c3?OpenDocument>
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – *Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de Agosto: D.R.: II Série de 06-11-1999 (1999)*. p. 8052 – 8063. Lisboa: Imprensa Nacional, 1999.
- MINISTÉRIO PÚBLICO. Procuradoria-Geral da República. Conselho Superior da Magistratura - *Boletim Informativo n.º 24*. [Em linha]. Lisboa, (Setembro de 1998). [Consult. 12 Mai. 2012]. Disponível em <http://www.pgr.pt/pub/CSMP/1998/24-anexo2.pdf>
- MINISTÉRIO PÚBLICO. Procuradoria-Geral da República - *Parecer n.º 25/2009: D.R.: II Série, 17-11-2009 (2009)*, p. 46659 – 46667. [Em linha] Lisboa: Imprensa Nacional, 1999. [Consult. 28 Jan. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/pgrp.nsf/7fc0bd52c6f5cd5a802568c0003fb410/34156d46d2de0da9802575dd00313e6d?OpenDocument>
- MINISTÉRIO PÚBLICO. Procuradoria-Geral da República, Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República - *Parecer n.º PGRP0006725*. [Em linha] Lisboa, 1981. [Consult. 11 Set. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/pgrp.nsf/0/83ca6c3250b39d5e802566170041cca9?OpenDocument>
- MINISTÉRIO PÚBLICO. Procuradoria-Geral da República - *Directiva n.º 1/2002 de 14 de Março de 2002. D.R.: II Série, 04-04-2002 (2002)*, p. 6221 – 6224. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 2002. [Consult. 06 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.dre.pt/pdf2sdip/2002/04/079000000/0622106224.pdf>
- MIRANDA, Jorge – *Manual de Direito Constitucional, Tomo IV - Direitos Fundamentais*. 3ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2000, ISBN 9723209357, p.453-462.
- MONTE, Mário Ferreira - *O Segredo de Justiça - Algumas questões postas a propósito da anunciada alteração do seu regime*. In *Maia Jurídica*, Ano IV, nº1, p. 17- 34.



- MONTEIRO, Fernando José Matos Pinto - *Propostas de Alterações ao Código de Processo Penal*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em [http://www.pgr.pt/grupo\\_soltas/Actualidades/Info-Altera%C3%A7%C3%B5es%20Legislativas%20CPP2.pdf](http://www.pgr.pt/grupo_soltas/Actualidades/Info-Altera%C3%A7%C3%B5es%20Legislativas%20CPP2.pdf)
- MOUTINHO, José Lobo – *A limitação temporal do segredo do processo relativamente ao arguido. O pós- Acórdão nº 428/08 do Tribunal Constitucional*. [Em linha]. [Consult. 01 Mai. 2012]. Disponível em [http://www.servulo.pt/xms/files/Newsletter/-A\\_limita\\_347\\_343o\\_temporal\\_do\\_segredo\\_do\\_processo\\_relativamente\\_ao\\_arguido-.pdf](http://www.servulo.pt/xms/files/Newsletter/-A_limita_347_343o_temporal_do_segredo_do_processo_relativamente_ao_arguido-.pdf)
- NASCIMENTO, Luís António Noronha – *Discurso proferido no 1.º Congresso sobre Gestão de Carreiras*. [Em linha]. In CONGRESSO SOBRE GESTÃO DE CARREIRAS, VILA DO CONDE, 11 de Abril de 2008. ]. [Consult. 01 Jan. 2012]. Disponível em <http://www.stj.pt/?idm=36&sid=179>
- NASCIMENTO, Luís António Noronha – *Discurso proferido na VIII Conferência de Presidentes dos STJ da CPTLP*. [Em linha]. In CONFERÊNCIA DE PRESIDENTES DOS STJ DA CPTLP, 30 de Novembro de 2010. [Consult. 23 Dez.. 2011]. Disponível em <http://www.stj.pt/presidente/intervencoes/169-8conferencia-presidentes-stj-cptlp>
- NASCIMENTO, Luís António Noronha – *Justiça e Comunicação Social na óptica de Noronha Nascimento* (14-06-2011). [Em linha]. [Consult. 02 Jun. 2012]. Disponível em <http://www.advocatus.pt/opiniao/3398-noronha-nascimento-discursa-sobre-qjustica-e-comunicacao-socialq.html>
- NEW SOUTH WALES POLICE - *Public Affairs and Corporate Communications*. [Em linha]. [Consult. 09 Mar. 2012]. Disponível em [http://www.police.nsw.gov.au/about\\_us/structure/corporate\\_services/public\\_affairs\\_branch](http://www.police.nsw.gov.au/about_us/structure/corporate_services/public_affairs_branch)
- OLIVEIRA, Maria Clara - *Segredo de Justiça – o mal amado!*. In *Maia Jurídica*, Ano IV, nº 2, Julho-Dezembro 2006, p. 77-94.
- OLIVARES, Gonzalo Quintero - *Libertad de prensa Y protección de la independencia e imparcialidad judicial*. In *Revista del Poder Judicial*, Número Especial XVII.
- OLIVEIRA, Madalena – *A impiedade das críticas ou a consciência da auto-regulação? O processo Casa Pia e o julgamento metajornalístico*. [Em linha]. In CCCC 2004 -

CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO EM CONGRESSO NA COVILHÃ [III SOPCOM, VI LUSOCOM, II IBÉRICO], COVILHÃ, 21-24 Abril 2004. *Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO*, Volume IV, p. 115-122. ISBN – 972-8790-39- [Consult. 26 Out.. 2011]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/oliveira-madalena-impiedade-criticas-consciencia-auto-regulacao.pdf>.

- *ÓRGÃO disciplinar deve vigiar violações ao segredo de justiça*, 17 de Dezembro de 2009. [Em linha]. [Consult. 02-05-2012] Disponível em [http://rr.pt/informacao\\_detalhe.aspx?fid=92&did=83805](http://rr.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=92&did=83805)
- PATRÍCIO, Rui; GERALDO, Tiago - *O crime de violação de segredo de justiça e a reforma penal de 2007: (algumas considerações e um caso-tipo de jornalistas)*. In *Revista do Ministério Público*. A.30, nº119 (Jul./Set. 2009), p. 51-68.
- PATTO, Pedro Vaz - *O regime do segredo de justiça no código de processo penal revisto*. [Em linha]. [Consult. 27-04-2012] Disponível em [http://www.cej.mj.pt/cej/forma-continua/fich-pdf/formacao2007-08/jornadas\\_penal\\_textos/segredojusticacoimbra2007vp.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/forma-continua/fich-pdf/formacao2007-08/jornadas_penal_textos/segredojusticacoimbra2007vp.pdf)
- PEREIRA, Artur – *As Perícias na Polícia Judiciária*. [Em linha]. Porto. [Consult. 05 Fev. 2012]. Disponível em <http://www3.bio.ua.pt/Forense/As%20Pericias%20na%20Pol%C3%ADcia%20Judiciaria%20ArturPereira.pdf>
- PINA, Sara – *Justiça e media: da comunicação ao entendimento* (2004). [Em linha]. In *Janus Online*. [Consult. 23 Mar. 2012]. Disponível em [http://janusonline.pt/2004/2004\\_3\\_4\\_13.html](http://janusonline.pt/2004/2004_3_4_13.html)
- PINTO DE ALBUEQUERQUE, Paulo – *Segredo de justiça e jornalistas* (22-01-2010). [Em linha]. In *Diário de Notícias*. [Consult. 02 Jun. 2012]. Disponível em [http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content\\_id=1476080&seccao=Paulo%20Pinto%20de%20Albuquerque&tag=Opini%C3%A3o-%20Em%20Foco](http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=1476080&seccao=Paulo%20Pinto%20de%20Albuquerque&tag=Opini%C3%A3o-%20Em%20Foco)
- PINTO, Fernando Valério – *Segredo de Justiça*. [Em linha]. [Consult. 03 Fev. 2012]. Disponível em [http://www.trp.pt/mp\\_outros/segredojustica.html](http://www.trp.pt/mp_outros/segredojustica.html) 12-02-2012 23:33.

- PINTO, Frederico da Costa - *Publicidade e segredo na última revisão do código de processo penal*. In *Revista do Centro de Estudos Judiciários*: número especial. Lisboa. Nº9, (1º semestre 2008), p. 7-44.
- PINTO, Mário – *A liberdade de imprensa e a ditadura* (27 de Janeiro de 2011). [Em linha]. [Consult. 04 Jun. 2012]. Disponível em <http://teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/11-outros-textos/a-liberdade-de-imprensa-e-a-ditadura>
- PINTO, Manuel – *Nelson Traquina sobre o exercício do jornalismo – sociedade deveria exigir formação superior* (15 de Maio de 2007). [Em linha]. [Consult. 07 Mar. 2012]. Disponível em <http://mediascopio.wordpress.com/2007/05/15/nelson-traquina-sobre-exercicio-do-jornalismo-sociedade-deveria-exigir-formacao-superior/>
- PINTO, Ricardo Leite – *Liberdade de Imprensa e Vida Privada*. [Em Linha]. In *Revista da Ordem dos Advogados*, Lisboa. Ano 54, Volume I, (Abr. 1994), p.27-81. [Consult. 28 Out. 2011]. Disponível em <http://www.oa.pt/Publicacoes/revista/default.aspx?idc=30777&idsc=2691&volumeID=54701&anoID=54695>
- PINTO DE ABREU, Carlos - *As Polícias, a Polícia Judiciária e o Sistema de Justiça Penal*. [Em linha]. [Consult. 03-05-2012] Disponível em [http://www.advogados.in/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20:policias&catid=33:direito-disciplinar&Itemid=46#\\_ftn105](http://www.advogados.in/index.php?option=com_content&view=article&id=20:policias&catid=33:direito-disciplinar&Itemid=46#_ftn105)
- PINTO DE ABREU, Carlos – *Segredo de justiça revisitado*. (07 de Março de 2011). [Em linha]. [Consult. 08 Mai. 2012]. Disponível em <http://www.advocatus.pt/opiniao/2717-qsegredo-de-justica-revisitadoq.html>
- PINTO DE ALBUQUERQUE, Paulo - *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. Lisboa: Editora Universidade Católica, 2009, 3ª Edição. ISBN 9789725402283, p. 248 – 255.
- *POLÍCIA, Segurança e Media*. In SEMINÁRIO INTERNACIONAL “A POLÍCIA E OS MEDIA: A COMUNICAÇÃO DA INSEGURANÇA, LISBOA, Julho de 2008. [Em linha]. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Julho de 2008. [Consult. 31-04-2012] Disponível em <http://opiniao.mai.gov.info/2008/06/27/policia-segurancamedia/>

- PONTE, Cristina; PEDRO DE SOUSA, Jorge – *Caminhos da investigação em jornalismo: identidades, agendas, formatos e espaços sociais do jornalismo*. In 4.º CONGRESSO SOPCOM: AVEIRO, Outubro de 2005 – Repensar os Media: Novos Contextos da Comunicação e da Informação. [Em linha]. Lisboa, Universidade de Aveiro, Outubro de 2005. [Consult. 03 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ponte-cristina-caminhos-investigacao-jornalismo.pdf>
- POWELL, Jim – *Biografia: Edward Coke* (28-08-2009). [Em linha]. [Consult. 02 Dez. 2011]. Disponível em <http://www.ordemlivre.org/2009/08/biografia-edward-coke/>
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS - *Estatuto Disciplinar dos Jornalistas: Aviso n.º 23504/2008 de 17 de Setembro*: D.R.: II Série, 17-09-2008 (2008), p.39507-39510. [Em linha] Lisboa: Imprensa Nacional, 1999. [Consult. 25 Nov. 2011]. Disponível em <http://dre.pt/pdf2sdip/2008/09/180000000/3950739510.pdf>
- RAPOSO, Vera Lúcia - *Segredo de justiça : caixinha de segredos ou segredos à solta*. In *Revista do Ministério Público*. A.31, nº121 (Jan./Mar. 2010), p. 77-108
- RODRICK, Sharon - *Open justice and suppressing evidence of Police methods: the position in Canada and Australia*, (PART TWO), 26 de Fevereiro de 2009. [Em linha]. p. 443 – 461. [Consult. 24 Mai. 2012]. Disponível em [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1350085](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1350085)
- ROSA, Victor Castro - *Parecer sobre as actuais ameaças à Liberdade de Imprensa*, 31 Mar. 2006. [Em linha]. [Consult. 24 Out. 2011]. Disponível em [http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe\\_artigo.aspx?idc=65640&idsc=9562&ida=44306](http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=65640&idsc=9562&ida=44306)
- RUI Pedro: Mediatismo pressiona investigadores mas estes têm de descobrir a verdade e não salvar a face da justiça – Bastonário (28 de Fevereiro de 2011). [Em linha]. [Consult. 08 Jun. 2012]. Disponível em <http://www.advocatus.pt/lusa/2670-rui-pedro-mediatismo-pressiona-investigadores-mas-estes-tem-que-descobrir-a-verdade-e-nao-salvar-a-face-da-justica-bastonario->
- SANTOS, Boaventura de Sousa – *A Justiça em Portugal: diagnósticos e terapêuticas*. [Em linha]. In *Manifesto*, 7, p. 76-78. [Consult. 30 Abr. 2012]. Disponível em

[http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Justica\\_em\\_Portugal\\_Manifesto\\_2005.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Justica_em_Portugal_Manifesto_2005.pdf)

- SANTOS, Boaventura de Sousa – *O Segredo de Justiça*. [Em linha]. In *Revista Visão* (06-03-2003). [Consult. 17 Nov. 2011]. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/opiniao/bss/071.php>
- SANTOS, Boaventura de Sousa – *Os tribunais e as novas tecnologias de informação e comunicação*. [Em linha]. In *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 82-109. [Consult. 08 Mai. 2012]. Disponível em [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Tribunais%20e%20novas%20tecnologias\\_Sociologias\\_2005\(1\).pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Tribunais%20e%20novas%20tecnologias_Sociologias_2005(1).pdf)
- SANTOS, João Simas - *Processo penal: segredo de justiça: decisão do Ministério Público e validação pelo juiz de instrução*. In *Revista do Ministério Público*. Lisboa. A.29, nº113 (Jan. / Mar. 2008) p. 131-144.
- SCHUDSON, Michael – *Porque é que as notícias são como são?*. In *Comunicação e linguagens*. Lisboa. N.º 8 (1988) p.17-27.
- SILVA, Alexandre – *Esquema Prático: Apontamentos práticos para Oficiais de Justiça*. [Em linha]. [Consult. 30 Abr. 2012]. Disponível em [http://www.verbojuridico.com/download/alexandresilva\\_esquemapratico.pdf](http://www.verbojuridico.com/download/alexandresilva_esquemapratico.pdf)
- SILVA, Alexandre – *Publicidade e Segredo de justiça: Apontamentos práticos para Oficiais de Justiça*. [Em linha]. [Consult. 30 Abr. 2012]. Disponível em [http://www.verbojuridico.com/download/cfj\\_publicidadeprocesso.pdf](http://www.verbojuridico.com/download/cfj_publicidadeprocesso.pdf)
- SILVA, Sandra Oliveira - *O segredo de justiça no horizonte da reforma do código de processo penal: algumas reflexões*. In *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, Organ. Manuel da Costa Andrade, Maria João Antunes, Susana Aires de Sousa. Coimbra : Coimbra Editora, 2010, 3º vol. p. 1155-1204.
- SILVA, Sandra Oliveira - *Um primeiro olhar sobre as alterações ao regime do Segredo de justiça*. [Em linha]. In *Maia Jurídica*, ano V, nº2, (Julho-Dezembro 2007). p.35- 53. [Consult. 27 Abr. 2012]. Disponível em [http://sigarra.up.pt/fdup/publs\\_pesquisa.formview?p\\_id=1281](http://sigarra.up.pt/fdup/publs_pesquisa.formview?p_id=1281)

- SILVÉRIO, Paulo e AFONSO, Carlos - *Investigação Criminal: dos órgãos de polícia criminal à LOIC*. [Em linha] In *Revista Pela Lei e pela Grei*. Lisboa (Julho – Setembro de 2010), p. 52-61. [Consult. 12 Abr. 2012]. Disponível em [http://www.gnr.pt/portal/internet/gabinete\\_imprensa/revista\\_gnr/edicoes/2010/n3/invcriminal/52-61LOIC.pdf](http://www.gnr.pt/portal/internet/gabinete_imprensa/revista_gnr/edicoes/2010/n3/invcriminal/52-61LOIC.pdf)
- TEIXEIRA DA MOTA, Francisco - *O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e a Liberdade de Expressão - Os Casos Portugueses*. Coimbra Editora, 2009. ISBN 9789723217223.
- TEIXEIRA DA MOTA, Francisco - *Uma advogada, o segredo de justiça e o interesse público* (13-01-2012). [Em linha]. In *Público*. [Consult. 09 Jun. 2012]. Disponível em <http://www.inverbis.pt/2012/artigosopiniao/advogada-segredojustica-interessepublico>
- THE COUNCIL FOR THE JUDICIARY – *The Dutch Judiciary System in the Netherlands*, Dezembro 2003. [Em linha]. [Consult. 01 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.rechtspraak.nl/English/Publications/Documents/judiciary-system-in-the-Netherlands.pdf>
- THE HAGUE - *Media access to the judiciary in the Netherlands*. 2008. [Em linha]. [Consult. 09 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.summitofhighcourts.com/docs/papers/netherlands.pdf>
- TORRÃO, Fernando - *Admissibilidade da suspensão provisória do processo nas situações previstas pelo artigo 16º, nº 3, do CPP: (fundamentos de política criminal e caminhos técnico-processuais a partir de uma hipótese prática)*. In *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, Organ. Manuel da Costa Andrade, Maria João Antunes, Susana Aires de Sousa. Coimbra : Coimbra Editora, 2010, 3º vol. p. 1205-1219.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais - *Monitorização da Reforma Penal: o processo de preparação e o debate público da reforma*. [Em linha] Coimbra: Universidade de Coimbra, 31 de Janeiro de 2008. [Consult. 02 Mar. 2012]. Disponível em [http://opj.ces.uc.pt/pdf/monitorizacao\\_reforma\\_penal-janeiro2008.pdf](http://opj.ces.uc.pt/pdf/monitorizacao_reforma_penal-janeiro2008.pdf)

- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais - *Monitorização da Reforma Penal: Segundo Relatório Semestral*. [Em linha] Coimbra: Universidade de Coimbra, 12 de Dezembro de 2008. [Consult. 03 Mar. 2012]. Disponível em [http://opj.ces.uc.pt/pdf/monitorizacao\\_reforma\\_penal\\_dezembro\\_2008.pdf](http://opj.ces.uc.pt/pdf/monitorizacao_reforma_penal_dezembro_2008.pdf)
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais - *A Justiça Penal – Uma reforma em avaliação*. [Em linha] Coimbra: Universidade de Coimbra, 10 de Julho de 2009. [Consult. 02 Mar. 2012]. Disponível em [http://opj.ces.uc.pt/pdf/Relatorio\\_Final\\_Monitorizacao\\_Julho\\_2009.pdf](http://opj.ces.uc.pt/pdf/Relatorio_Final_Monitorizacao_Julho_2009.pdf)
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais - *Monitorização da Reforma Penal – Relatório complementar*. [Em linha] Coimbra: Universidade de Coimbra, 02 de Outubro de 2009. [Consult. 05 Mar. 2012]. Disponível em [http://opj.ces.uc.pt/pdf/OPJ\\_Monit\\_Relatorio\\_Complementar.pdf](http://opj.ces.uc.pt/pdf/OPJ_Monit_Relatorio_Complementar.pdf)
- UZGALIS, William – John Locke. [Em linha]. In ZALTA, Edward N. - *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. [Consult. 02 Jan. 2012]. Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/locke/#LocWor>
- VAN DUNEN, Francisca – *Organização da investigação criminal: modelos de interacção* [Em linha]. In III CONGRESSO NACIONAL DA ASFIC/PJ, COSTA DA CAPARICA, 27 de Março de 2004. [Consult. 07 Fev. 2012]. Disponível em [http://www.asficpj.org/temas/diversos/intervcongresso/van\\_dunen.pdf](http://www.asficpj.org/temas/diversos/intervcongresso/van_dunen.pdf)
- VAN KEMPEN, Piet Hein – *The Netherlands: The Protection of Fundamental Rights in Criminal Process*. [Em linha]. [Consult. 08 Abr. 2012]. Disponível em <http://dare.ubn.kun.nl/bitstream/2066/85653/1/85653.pdf>
- VOORHOOF, Dirk- *European Court of Human Rights – Case of Dupuis and others v. France*. [Em linha]. [Consult. 12 Abr. 2012]. Disponível em <http://merlin.obs.coe.int/iris/2007/7/article1.fr.html>
- WOLF, Mauro – *Teorias da Comunicação*. Tradução Maria Jorge Vilar de Figueiredo. [Em linha] Lisboa: Editorial Presença, 8.<sup>a</sup> Edição, p. 195 e seguintes. [Consult. 15 Mai. 2012]. Disponível em [http://www.jornalismoufma.xpg.com.br/arquivos/mauro\\_wolf\\_teorias\\_da\\_comunicacao.pdf](http://www.jornalismoufma.xpg.com.br/arquivos/mauro_wolf_teorias_da_comunicacao.pdf)

## JURISPRUDÊNCIA CONSULTADA

- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS – *Julgamento Campos Dâmaso c. Portugal*, de 24.04.2008, Queixa n.º 17107/05. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L'Homme/ European Court of Human Rights, 2008. [Consult. 31 Abr. 2012]. Disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/portugal-dh/acordaos/traducoes/Acord%E3o%20Campos%20D%E2maso%20-%20trad0800420%20-%20revista.pdf>
- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS – *Julgamento Colombani e outros c. França*, de 25 de Julho de 2002, Queixa n.º 51279/99, Queixa n.º 34000/96. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L'Homme/ European Court of Human Rights, 2002. [Consult. 31 Abr. 2012]. Disponível em <http://www.humanrights.is/the-human-rights-project/humanrightscasesandmaterials/cases/regionalcases/europeancourtsofhumanrights/nr/472>
- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS – *Julgamento Dupuis e outros c. França*, de 7 de Junho de 2007. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L'Homme/ European Court of Human Rights, 2007. [Consult. 31 Abr. 2012]. Disponível em [http://www.pgr.pt/Portugues/grupo\\_bases/jurisprudencia/2007/DUPUIS%20ET%20AUTRES%20c\\_FRAN%C3%87A.pdf](http://www.pgr.pt/Portugues/grupo_bases/jurisprudencia/2007/DUPUIS%20ET%20AUTRES%20c_FRAN%C3%87A.pdf)
- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS – *Julgamento Du Roy and Malaurie c. França*, de 3 de Outubro de 2000. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L'Homme/ European Court of Human Rights, 2000. [Consult. 30 Abr. 2012]. Disponível em [http://www.iidh.ed.cr/comunidades/libertadexpresion/docs/le\\_europeo/du%20roy%20and%20malaurie%20v.%20france.htm](http://www.iidh.ed.cr/comunidades/libertadexpresion/docs/le_europeo/du%20roy%20and%20malaurie%20v.%20france.htm)
- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS – *Julgamento FITT c. Reino Unido*, de 16 de Fevereiro de 2000, Queixa n.º 29777/96. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L'Homme/



European Court of Human Rights, 2000. [Consult. 30 Abr. 2012]. Disponível em <http://sim.law.uu.nl/SIM/CaseLaw/hof.nsf/1d4d0dd240bfee7ec12568490035df05/41c31cc7dc1e45f8c125688d004d104b?OpenDocument>

- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS – *Julgamento Lopes Gomes Da Silva c. Portugal*, de 28 de Setembro de 2000, Queixa n.º 37698/97. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L'Homme/ European Court of Human Rights, 2000. [Consult. 29 Abr. 2012]. Disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/portugal-dh/acordaos/traducoes/senten%E7a%20vicente%20jorge%20silva.pdf>
- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS – *Julgamento Pragaer e Oberschlick c. Áustria*, de 28 de Julho de 1997, Queixa n.º. 47/1996/666/852. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L'Homme/ European Court of Human Rights, 1997. [Consult. 29 Abr. 2012]. Disponível em [http://www.hrcr.org/safrica/expression/oberschlick\\_austria.html](http://www.hrcr.org/safrica/expression/oberschlick_austria.html)
- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS – *Julgamento Perna c. Itália*, de 25 de Julho de 2001, Queixa n.º 48898/99. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L'Homme/ European Court of Human Rights, 2001. [Consult. 29 Abr. 2012]. Disponível em [http://www.iidh.ed.cr/comunidades/libertadexpresion/docs/le\\_europeo/perna%20vs%20italy%202001.htm](http://www.iidh.ed.cr/comunidades/libertadexpresion/docs/le_europeo/perna%20vs%20italy%202001.htm)
- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS – *Julgamento Weber c. Suíça*, de 22 de Maio de 1990. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L'Homme/ European Court of Human Rights, 1990. [Consult. 29 Abr. de 2012]. Disponível em <http://sim.law.uu.nl/SIM/CaseLaw/hof.nsf/1d4d0dd240bfee7ec12568490035df05/41c31cc7dc1e45f8c125688d004d104b?OpenDocument>
- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS – *Case Du Roy anda Malaurie V. France*, de 03 de Outubro de 2000. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L'Homme/ European Court of Human Rights, 2000. [Consult. 12 Abr. de 2012]. Disponível em

[http://www.iidh.ed.cr/comunidades/libertadexpresion/docs/le\\_europeo/du%20roy%20and%20malaurie%20v.%20france.htm](http://www.iidh.ed.cr/comunidades/libertadexpresion/docs/le_europeo/du%20roy%20and%20malaurie%20v.%20france.htm)

- SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - *Processo n.º 06P3065, Rec. Penal, de 13 de Setembro de 2006*, Relator Silva Flor. [Em linha]. Lisboa: Supremo Tribunal de Justiça, 2006. [Consult. 06 Dez. 2011]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b4fa0d353355ea6a8025724600615251?OpenDocument>
- SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, GABINETE DOS JUÍZES ASSESSORES - *A liberdade de expressão e informação e os direitos de personalidade na jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça*. [Em linha]. [Consult. 13 Abr. 2012]. Disponível em <http://www.stj.pt/ficheiros/jurisp-tematica/liberdadeexpressaodtospersonalidade2002-2010.pdf>
- TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO DO NORTE - *Acórdão de 10 de Novembro de 2005*, Processo n.º 00070/04, Relator Carlos Luís Medeiros de Carvalho. [Em linha]. Porto: Tribunal Central Administrativo do Norte, 2005. [Consult. 01 Jun. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/0/fbc5a155757ab746802570b7006e812d?OpenDocument>
- TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO DO NORTE - *Acórdão n.º 224/2010, de 02 de Junho de 2010*, Processo n.º 442/09, Relatora Conselheira Maria João Antunes. [Em linha]. Porto: Tribunal Central Administrativo do Norte, 2010. [Consult. 04 Mai. 2012]. Disponível em [http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/0/fbc5a155757ab746802570b7006e812d?OpenDocumenthttp://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/cst\\_busca\\_palavras.php?buscajur=aferidor&ficha=48&pagina=1&exacta=&nid=9464](http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/0/fbc5a155757ab746802570b7006e812d?OpenDocumenthttp://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/cst_busca_palavras.php?buscajur=aferidor&ficha=48&pagina=1&exacta=&nid=9464)
- TRIBUNAL CONSTITUCIONAL - *Acórdão n.º 428/2008, de 30 de Maio de 2008*, Processo n.º 520/08, Relator Conselheiro João Cura Mariano. [Em linha]. Lisboa: Tribunal Constitucional, 2008. [Consult. 05 Jun. 2012]. Disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20080428.html>
- TRIBUNAL CONSTITUCIONAL - *Acórdão n.º 234/2011, de 04 de Maio de 2011*, Processo n.º 186/11, Relator Conselheiro João Cura Mariano. [Em linha]. Lisboa:

Tribunal Constitucional, 2011. [Consult. 05 Mai. 2012]. Disponível em <http://dre.pt/pdf2sdip/2011/06/110000000/2441124414.pdf>

- TRIBUNAL CONSTITUCIONAL - *Acórdão n.º 605/2007, de 11 de Dezembro de 2007*, Processo n.º 556/07, Relator Conselheiro João Cura Mariano. [Em linha]. Lisboa: Tribunal Constitucional, 2.ª Secção, 2007. [Consult. 18 Mar. 2012]. Disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/cst\\_busca\\_palavras.php?buscajur=crp&ficha=1468&pagina=57&exacta=&nid=8081](http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/cst_busca_palavras.php?buscajur=crp&ficha=1468&pagina=57&exacta=&nid=8081)
- TRIBUNAL CONSTITUCIONAL - *Acórdão n.º 433/2007, de 26 de Junho de 2007*, Processo n.º 830/06, Relator Conselheiro Pamplona de Oliveira. [Em linha]. Lisboa: Tribunal Constitucional, 2006. [Consult. 19 Mar. 2012]. Disponível em <http://w3.tribunalconstitucional.pt/acordaos/Acordaos07/401-500/43307.htm>
- TRIBUNAL CONSTITUCIONAL - *Acórdão n.º 121/97, de 19 de Fevereiro de 1997*, Processo n.º 601/96, Relator Conselheiro Ribeiro Mendes. [Em linha]. Lisboa: Tribunal Constitucional, 1997. [Consult. 21 Mar. 2012]. Disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/cst\\_busca\\_actc.php?ano\\_actc=1997&numero\\_actc=121](http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/cst_busca_actc.php?ano_actc=1997&numero_actc=121)
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA - *Processo n.º 1224/04, Rec. Penal, de 27 de Outubro de 2004*, Relator Orlando Gonçalves. [Em linha]. Coimbra: Tribunal da Relação de Coimbra, 2004. [Consult. 10 Jul. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b4fa0d353355ea6a8025724600615251?OpenDocumenthttp://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/30b0d589c00ebf4e80256f54003c640d?OpenDocument>
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA- *Processo n.º 2234/08-1, de 12 de Fevereiro de 2008*, Relator Carlos Berguete Coelho. [Em linha]. Évora: Tribunal da Relação de Évora, 2008. [Consult. 12 Fev. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/7809164d70b260e7802576d50055b09f?OpenDocument>
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA- *Processo n.º 8136/2002-3, de 22 de Maio de 2003*, Relator Carlos Almeida. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa, 2003. [Consult. 01 Mar. 2012]. Disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/e865e7713de4740880256f4d0044538c?OpenDocument>

- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA- *Processo n.º 9777/2004-6, de 02 de Dezembro de 2004*, Relator Urbano Dias. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa, 2004. [Consult. 12 Fev. 2012]. Disponível em [www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/c69ca57b1e0ccdfc80256f7f003e7e1d?OpenDocument](http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/c69ca57b1e0ccdfc80256f7f003e7e1d?OpenDocument)
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA- *Processo n.º 8361/2008-8, de 18 de Dezembro de 2008*, Relator Teresa Prazeres Pais. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa, 2008. [Consult. 03 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/0e846c70b827802c8025754500556c54?OpenDocument>
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA- *Processo n.º 168/10.8, de 23 de Fevereiro de 2011*. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa, 3.ª Secção, 2011. [Consult. 06 Jun. 2012]. Disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/jur\\_mostra\\_doc.php?nid=4917&codarea=57](http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/jur_mostra_doc.php?nid=4917&codarea=57)
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA- *Processo n.º 5137/2004-3, de 10 de Novembro de 2004*, Relator António Simões. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa, 2004. [Consult. 18 Jun. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/0/45965ca66aad0bbe802570b60059cca8?OpenDocument>
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA- *Processo n.º 5392.07.8TVLSB-A.L1-7, de 20 de Abril de 2010*, Relator Maria Rosário Morgado. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa, 2010. [Consult. 18 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/5813fdb9df72ab30802577210039c92a?OpenDocument>
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA- *Processo n.º 06P3065, de 13 de Setembro de 2006*, Relator Silva Flor. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa, 2006. [Consult. 18 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b4fa0d353355ea6a8025724600615251?OpenDocument>

- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA- *Processo n.º 06P3065, de 13 de Setembro de 2006*, Relator Silva Flor. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa, 2006. [Consult. 18 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b4fa0d353355ea6a8025724600615251?OpenDocument>.
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO - *Processo n.º 3371/07-2, de 15 de Outubro de 2007*, Relator Anabela Dias Silva. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação do Porto, 2007. [Consult. 15 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/1c4eb136ceecf9588025738d005acdfc?OpenDocument>.
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO - *Processo n.º 4491/08, Rec. Penal, de 24 de Setembro de 2008*, Relator Joaquim Correia Gomes. [Em linha]. Porto: Tribunal da Relação do Porto, 1.ª Secção, 2004. [Consult. 13 Jun. 2012]. Disponível em [http://www.trp.pt/jurisprudenciacrime/crime08\\_4991.html](http://www.trp.pt/jurisprudenciacrime/crime08_4991.html).
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO - *Rec. Penal n.º 6093/08, de 04, de Março de 2009*, Relator Jaime Paulo Tavares Valério. [Em linha]. Porto: Tribunal da Relação do Porto, 1.ª Secção, 2009. [Consult. 29 Abr. 2012]. Disponível em [http://www.trp.pt/jurisprudenciacrime/crime08\\_6093.html](http://www.trp.pt/jurisprudenciacrime/crime08_6093.html)
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO - *Processo n.º 2007/08-4, Rec. Penal, de 28 de Maio de 2008*, Relator Maria Elisa Marques. [Em linha]. Porto: Tribunal da Relação do Porto, 4.ª Secção, 2.ª Secção Criminal, 2008. [Consult. 18 Jun. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/8dcd79b33914a7158025745d0034aa9d?OpenDocument>
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO - *Processo n.º 242/08.0GBVNF.P1, Rec. Penal, de 05 de Maio de 2010*, Relator Lígia Figueiredo. [Em linha]. Porto: Tribunal da Relação do Porto, 1.ª Secção Criminal, 2010. [Consult. 12 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/fa5505644e716b008025773c0038ae9e?OpenDocument>

# **ANEXOS**

## **Anexo I – Entrevista à Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado<sup>255</sup>**

Entrevista presencial à Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado, actualmente Directora do Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa. A entrevista presencial foi realizada no dia 31 de Maio.

1- Em que medida a alteração do regime segredo de justiça afectou a fase de inquérito em especial a investigação feita pelo MP?

Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado: A alteração do regime do segredo de justiça traduz-se na mudança do princípio do segredo na fase de inquérito para o princípio da publicidade como regra, salvos os casos dependentes de requerimento do MP ao JIC para instauração do segredo de justiça em nome do princípio da defesa da eficácia da investigação criminal e especificidades relacionadas com a recolha de prova. Curiosamente esta alteração veio introduzir factores de grande confusão e perturbação. A alteração para a regra da publicidade transformou-se num factor perturbador da recolha de prova na medida em que na fase preliminar o objecto do processo não está fixo. O princípio da vinculação temática só funciona a partir da fase da acusação que é aquela que delimita e fixa o objecto do processo, depois mais tarde com a contestação que o arguido apresenta na fase de julgamento e como a regra da publicidade arrasta consigo o exercício do contraditório por parte dos sujeitos processuais, nomeadamente pelo arguido, temos aqui aquilo que eu acho que é a maior perturbação que é um contraditório sem o objecto do processo estar definido. O que significa que à medida que vai fazendo a recolha das provas, nomeadamente através de buscas, intersecções telefónicas ou inquirição de testemunhas, pode ter a defesa a consultar o processo e a fazer um contraditório prova a prova que não corresponde ao verdadeiro contraditório integrado na Constituição, que é uma oposição com outros meios de prova ao exercício da acção penal ou até ao arquivamento no caso dos assistentes, por exemplo. Portanto temos aqui um falso contraditório que no fundo limita a natureza pública do processo penal e transforma o processo penal praticamente num processo de partes, de natureza civil, de natureza cível, do estilo de que quem numa troca de argumentos no processo, a verdade já não é a verdade material, mas é quem conseguir fazer o melhor contraditório. Isto é uma perturbação grave e não é opinião minha é do Professor Figueiredo Dias. Na altura, em 2007 quando foi da

---

<sup>255</sup> Directora do Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa.

reforma do processo penal, o Professor Figueiredo Dias publicou um artigo, um estudo, onde ele considera que esta mudança foi uma completa desfiguração da natureza do nosso processo penal enquanto um processo penal de natureza pública. O que é certo que não voltamos mais para trás, o foi assim um bocado uma espécie caso da pasta fora do tubo com todos os problemas que isso implica. Não traz maior celeridade, atribui ao juiz de instrução no fundo um papel no desfecho do processo porque o juiz de instrução ao conceder ou não conceder o segredo de justiça está a ter influência no desfecho do processo sem dominar, sem ter a direcção do inquérito e portanto sem dominar a condução do inquérito, o que também não é bom nem para o JIC nem para o MP. Temos aqui coisas muito sérias que se traduziram na alteração do artigo 86.º do CPP e que têm sido geridas pelo Ministério Público dentro do possível, requerendo, normalmente nós requeremos sempre o segredo de justiça, nos casos de criminalidade grave, criminalidade económico-financeira, criminalidade violenta, organizada, mas o que é certo é uma burocratização na fase do inquérito e com uma espécie de privatização do inquérito porque permite mecanismos de contraditório que são nefastos numa fase em que não há um objecto ainda fixo. O contraditório tem razão de ser e é importante, mas depois de fixado o objecto do processo.

2- Até que ponto esta alteração que houve não tornou os meios de comunicação social mais afoitos, eventualmente sentirem-se mais à vontade?

Dr.ª Maria José Morgado: Não, porque os meios de comunicação social são relativamente autistas, eles até ainda pensam que há segredo de justiça e nos casos graves normalmente até há segredo de justiça porque o MP requer, determina a imposição do segredo de justiça. Mas não faria uma ligação mecanicista entre uma coisa e outra. O fenómeno é mais da guerra das tiragens, conquista de mercado e o papel da comunicação social nos tempos actuais, isso são coisas em que extravasam em muito o mundo da justiça.

3- Considera o segredo de justiça como uma eventual limitação ao direito de defesa do arguido e ao princípio da igualdade de armas?

Dr.ª Maria José Morgado: Nunca foi. Só se o inquérito fosse mal dirigido, mas isso é como em todas as coisas. Aliás todos os países da Europa têm o regime do segredo de justiça, acho que só a Hungria é que tem um regime parecido com o nosso, salvo erro. Portanto nós não temos que ser os campeões da democracia, isso é uma falsa democracia, é um falso argumento. Quando havia detidos houve sempre obrigação de apresentar aos detidos os factos



motivadores da detenção e os meios de prova correspondentes. Se havia magistrados que não faziam isso, trabalhavam mal, mas isso estava na CRP e também no CPP, o que a reforma de 2007 acrescentou foi a exposição circunstanciada, o que transforma o interrogatório do arguido detido num mini julgamento de forma anormal porque o processo ainda nem sequer tem desenvolvimento de provas para o efeito. Às vezes quase que se “inventam” coisas para fazer a comunicação. O que é demais é moléstia e um excesso de garantias é tão mau como a falta de garantias.

4- Como considera a necessidade de validação do segredo de justiça pelo JIC, em caso de este ser estabelecido essencialmente para protecção da investigação?

Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado: Isso está explicado pela minha primeira resposta. A intervenção do JIC para além das suas funções de juiz das liberdades, ele aqui interfere como se tivesse a direcção do inquérito, o inquérito passou a ter uma direcção bicéfala, o que também causa prejuízo.

5- Considera que há um efectivo e adequado respeito e protecção do segredo de justiça?

Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado: Há muita superstição com o segredo de justiça. Isto em países em desenvolvimento como o nosso e com fraco nível cultural e fraco índice de participação cívica as pessoas não sabem bem o que isto é, os jornalistas usam o segredo de justiça como uma forma de valorizar as notícias, o que é bom é a notícia em segredo... o que é bom é violar o segredo. É uma matéria muito perturbada e olhar para isto é assim como olhar para águas turvas. A legislação que estabelece o princípio da publicidade portanto para as fases preliminares de inquérito não dá de facto uma efectiva e adequada protecção do segredo de justiça que até tem consagração constitucional. Depois a organização do Ministério Público, das polícias e dos tribunais também não é apta a guardar o segredo de justiça porque não temos um sistema informático. Um sistema informático criaria *passwords* que deixariam impressão digital de quem acesse indevidamente ou quem imprimisse uma peça e depois aparecesse no jornal e os processos circulam em papel por todos os lados e cada vez que há uma violação do segredo de justiça há dezenas... o universo de suspeitos é às dezenas. O que significa que também não há nenhuma eficácia na perseguição penal. Portanto isto é uma matéria envolta em nuvens.

6- Se não há efectivo respeito pelo segredo de justiça, têm alguma sugestão de novas formas de prevenir essa violação. Se considera não houver formas de prevenção tem alguma sugestão para eventuais formas de sanção dessa mesma violação?

Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado: Não tenho. O respeito pelo segredo de justiça depende da organização da investigação criminal. Se nós tivermos uma equipa coesa não há violação do segredo de justiça, porque toda a gente se respeita mutuamente, toda a gente quer levar o processo até ao fim com eficácia. E eu tenho experiência aqui, no DIAP, de funcionamento de equipas muito pequenas e muito coesas em que se fazem interrogatórios a pessoas importantes, daqueles que seriam os chamados mediáticos, que é um termo ridículo agora muito em voga e em que não há fugas de informação. Aliás estes processos últimos que se tem falado aqui no DIAP só se têm conhecimento deles depois da acusação. Portanto se as equipas forem coesas o segredo de justiça é assegurado. Se as equipas não forem coesas com a circulação do processo através de inúmeros sujeitos processuais e através de inúmeros serviços da polícia, das secções do MP, muitas vezes de quem apoia o MP, pode ser o Instituto de Medicina Legal ou outros organismos, evidentemente que o processo deixa lastro. Não vamos estar aqui a armarmo-nos em paladinos de coisas impossíveis. Aliás às vezes a melhor forma de ter segredo de justiça é não ligar muito para não tornar a coisa apetecível. Eu já tive um processo que era importante, que não pedi o segredo de justiça, que não foi revelado publicamente e que deixava sempre em cima da minha secretária. E porquê? Porque o processo nunca saiu das minhas mãos, não pedindo nenhum segredo de justiça, não circulava por outras secções dos serviços e as únicas pessoas que conheciam o processo eram eu e a minha funcionária, portanto se aparecesse nos jornais só eu ou ela é que podíamos ter falado. Não pedi o segredo de justiça para ter segredo de justiça. É paradoxal, mas temos de ser realistas não podemos estar aqui a falar do segredo de justiça como se fosse matéria de fé ou uma coisa como os segredos de Fátima. Isto tem a ver com a vida, com a intervenção das pessoas no processo, a forma como as equipas funcionam e os próprios mecanismos processuais. Se por exemplo há contraditório na fase de inquérito, o processo está em segredo de justiça, o arguido é interrogado, é confrontado e é-lhe entregue uma mini acusação com todos os factos e os meios de provas correspondentes, isso circula imediatamente, pelos funcionários pelos advogados e pelos arguidos entre si. Não vale a pena falar muito. Eu quando é assim desisto, preocupo-me com outras coisas, não vale a pena preocuparmo-nos muito com isso, é querer parar o vento com as mãos.

7- Considera adequado que também os jornalistas sejam responsabilizados por essa violação?

Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado: Há um quadro legal para isso. Aqui no DIAP de Lisboa tem havido acusações de jornalistas por violação do segredo de justiça em casos em que formalmente se prova que eles sabiam, tinham conhecimento que a matéria estava em segredo e que com essa consciência a publicaram. Agora não devemos transformar isto numa questão principal, porque a questão principal é da ética dos magistrados e dos funcionários, porque é aquilo com que nós nos devemos preocupar dentro da máquina da justiça. Os processos não têm pernas e todos os casos que eu conheço de violação do segredo de justiça é muito provável que haja gente da máquina da justiça por trás a dar as coisas. Agora não tenho provas, mas imagino como é que as coisas se fazem.

8- Em caso de não ser possível apurar responsabilidades, que solução propõe, há alguma solução que considere pertinente?

Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado: A solução é a informatização! É uma informatização com *software* que se eu imprimir uma peça processual fica lá a hora o minuto e o segundo e o nome de quem imprimiu e se aparecer no jornal sabem aquela que imprimiu, ou se eu mandar pelo correio electrónico sabem que fui eu enviei. Agora enquanto houver circulação em papel depende do grau de coesão das equipas, dos estilos de trabalho, das maneiras de ser das pessoas, de muitos factores aleatórios que não são controláveis. Às vezes tenho tido aqui colegas que dizem “Ai! Fechei o processo num cofre e apareceu tudo nos jornais” e eu digo “Pois não é o cofre que resolve o problema”. Como já lhe expliquei tive um processo em segredo, sem segredo em cima da minha secretária, porque o processo está no cofre mas há muito mais gente que conhece as peças do processo porque há as pessoas que coadjuvam o MP no desenvolvimento da investigação criminal, na recolha de provas e é uma pluralidade de pessoas, portanto só com uma rede informática integrada do MP, dos OPC e dos tribunais. E aí apanha-se porque fica lá e é assim que sucede em toda a Europa, agora enquanto não for assim estamos a perder tempo a falar muito disso, porque por cada violação do segredo de justiça eu tenho suspeitos em toda a parte. Tenho suspeitos dentro dos OPC, do MP, dos juízes, dos funcionários. Vá-se lá saber quem foi? Até podem ter sido todos.

9- Devem os magistrados judiciais ou do MP serem também responsabilizados pela violação do segredo de justiça? E funcionários judiciais?

Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado: Devem ser, mas agora arranjem as provas, o problema é de prova. Com certeza na lei eles são responsabilizáveis. E as provas? Se alguém se encontrar com um jornalista e lhe entregar uma coisa, só se o jornalista falar mas o jornalista não fala, invoca o

segredo profissional e não tem interesse em falar porque quer manter a fonte como é evidente, portanto não há maneira. Não vale a pena preocuparmo-nos com isso. Muitas quebras do segredo de justiça são por culpa dos magistrados e por vedetismo da investigação criminal, portanto aí quem faz as coisas, não vale a pena porque os que se queixam mais da violação do segredo de justiça para mim muitas vezes são os mais culpados. Eu quando digo uma coisa aos jornalistas ponho o meu nome por baixo, não sou fonte anónima e não digo às escondidas. E digo porque acho que há interesse público, digo por dever de missão. Agora há muito vedetismo na investigação criminal aqui, em Itália, em França, na Bélgica, no Brasil, não é um fenómeno português. Essa história do vedetismo tem muito que se lhe diga, em Itália há imensas histórias e no Brasil na actualidade, até com o MP. E depois as pessoas queixam-se. Nós temos uma cultura hipócrita porque acho que os magistrados deviam prestar contas e que até os directores dos departamentos podiam fazer uma conferência de imprensa anual a apresentar os resultados, como existe essa cultura na Alemanha, em França. Prestar contas, um magistrado responsável presta contas. Mas no nosso país quem presta contas depois confunde-se tudo, confunde-se isso com protagonismo indevido quando não é, há coisas que são protagonismo com desvio, com vaidades pessoais e há coisas que são prestação de contas, mas como não há uma cultura de admitir nem uma coisa nem outra, confunde-se tudo. Isso é muito mau como é evidente. Se nós dermos uma boa informação ela passa bem. Os jornalistas também são vítimas das fontes porque há fontes também de má-fé porque só querem dar um lado da questão e só querem que apareça um aspecto. Aliás quando estamos a investigar a corrupção isso acontece do lado dos arguidos, do lado do colarinho branco porque querem fabricar factos que desacreditem o MP e a acção penal e tem dinheiro e poder e muitas vezes podem comprar notícias em agências noticiosas e fazer campanhas que desacreditem os magistrados e eles próprios darem a conhecer os factos dizendo que são os magistrados que estão a violar o segredo de justiça. Isso é uma lição do que se passa no combate á corrupção em toda a Europa como sucedeu com o processo “Mãos Limpas” na Itália, em França e na Bélgica que também problemas constantes desse género, de criminalidade económico financeira. Mas depois há também outros fenómenos que são as próprias fontes judiciais que estão interessadas em passar determinadas versões e que não se assumem como tal, portanto não vale a pena e eu detesto preocupar-me com o jornalismo, porque quando se dá uma boa informação ela acaba por aparecer bem, quando não se dá às vezes é só a defesa que fala, o MP não fala e aí fica uma visão parcial das coisas e depois o MP em vez de assumir publicamente uma informação institucional dá informações por baixo da mesa e depois essas são deturpáveis. Enquanto for assim não vale a pena preocuparmo-nos

muito porque a gente não vai fazer formação aos jornalistas. Temos uma má informação judiciária mas é por culpa nossa. A BBC não têm má informação judiciária, os tribunais têm umas regras, não há fotografias, fazem um resumo neutro, não ouvem as vítimas, não ouvem os arguidos e é assim e se deixarem de fazer assim têm aquele crime de *contempt of the court*.... Desrespeito pelo tribunal, eles têm isso em relação à violação das regras da comunicação e coisas saem bem. Nós não temos nenhuma disciplina a esse respeito. Quer dizer, não deixamos os jornalistas entrar na sala, mas depois os jornalistas ficam à porta e ouvem, as vítimas gritam, os arguidos gritam e o MP não diz nada. Isto não pode sair uma coisa boa, entretanto os jornalistas também não percebem nada, nem têm de perceber porque a única coisa que eles fazem é por o microfone à frente das pessoas. Mas isso é um jornalismo de terceiro mundo e a culpa é nossa. Porque não dou formação aos jornalistas, não posso ir para ali dizer-lhes como eles hão-de fazer o trabalho deles. Quando tenho coisas minhas procuro informar dentro das minhas possibilidades, se tiver possibilidades, se não tiver digo “Desculpe mas agora não posso falar só quando acabarmos o processo” e ficamos assim. Se eles falarem porque souberam por outra fonte não posso ir atrás dele porque eles não fazem parte da minha organização. Os jornalistas não fazem parte da máquina judiciária. O que eles fazem é uma coisa que é a nossa ligação com o mundo, porque na província ou nas cidades pequenas ainda há uma ligação tribunal comunidade, mas na maior parte dos casos a ligação entre o tribunal e a comunidade é feita através da comunicação social, portanto nós precisamos da comunicação social para a transmissão da simbologia das decisões, portanto temos de ser nós os transmissores, agora se não queremos ser e somos às escondidas depois aparece a imagem deformada do outro lado, mas a culpa é nossa.

10- Relativamente ao artigo 86.º n.º 13, qual a figura que considera competente para a prestação de declarações?

Dr.ª Maria José Morgado: Isto tem sido muito usado por nós aqui no DIAP (a possibilidade conferida pelo n.º 13 do artigo 86.º do CPP). Deve ser usado em todos os casos em que há uma profusão grande de notícias que possam alarmar as pessoas, por exemplo no crime violento, no crime económico-financeiro, às vezes na violência doméstica também pode ter algum cabimento, quando estão em causa vítimas vulneráveis, quando estão em causa interesses importantes do Estado a proteger, tudo depende do bom senso do magistrado ao avaliar isso.

- a. Que figura é esta da autoridade judiciária? Será o JIC ou o MP? Que esclarecimentos públicos? Em que medida? De que forma? Com que fundamentos?

Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado: Os juízes têm feito isso nalguns casos por exemplo em Aveiro no “Face Oculta” fizeram isso e até foi uma boa prática. Depois aqui há improvisos. Os juízes pedem autorização ao conselho deles, o conselho autoriza e eles fazem. Nós não temos nada previsto. Há o sistema alemão que em cada tribunal é o juiz mais antigo que presta esclarecimentos. No caso do MP, nos DIAP’s podem ser os directores de serviço a prestar esclarecimentos. Na fase de julgamento a coisa complica-se porque o processo já está no domínio do juiz, o MP muitas vezes não quer falar por causa disso, o juiz não quer falar porque não fala e portanto isso aí mantêm-se em águas mornas porque ninguém quer disciplinar essa matéria mas o juiz poderia mandar fazer um esclarecimento, uma nota ou até o MP do processo também. Eu quando tive na fase de julgamento fiz, prestei muitos esclarecimentos sobre as decisões dizendo “foi condenado” ou “foi absolvido” e de uma maneira neutra rapidamente porquê. Fiz isso muitas vezes e nunca tive um processo disciplinar por causa disso.

- b. Poderá esta competência ser delegada nos órgãos de polícia criminal?

Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado: Os OPC na fase de inquérito quando fazem buscas, apreensões, detenções, costumam fazer comunicados. E fazem bem porque fazem isso dentro de uma política de prevenção criminal e de mostrar activismo por parte das polícias. Isso é bom dentro daquele espírito, daquele ditado popular “o medo é que guarda a vinha”, portanto é bom que a polícia mostre trabalho. Mas não é preciso delegação de competências para isso, é deixa-los fazer. Eles fazem isso bem. Não compliquemos o que é simples. Eles fazem isso, têm delegação de competências no processo para investigar, fazem esses comunicados. Eles podem fazer isso. A lei orgânica deles permite-lhes, dentro da autonomia. Porque é que o magistrado há-de querer meter o nariz em tudo? A gente tem mais que fazer. Todos os comunicados que são feitos pela Polícia judiciária são feitos dentro da autonomia deles. Porque é que nós vamos fazer uma delegação de competências no processo para fazer um comunicado? Valha-nos Deus. Nem isso interessa. Eles fazem o comunicado e eles sabem muito bem, fazer o comunicado melhor que nós. Os comunicados da polícia são bem-feitos, respeitam a preservação das

provas, não dizem nem mais um grama daquilo que deve ser dito, são bem escritos. Eu não sou capaz de escrever um comunicado tão bem como a polícia o faz. São bem-feitos e devemos até agradecer-lhes. Nós temos que nos preocupar com a questão de mérito do processo que é muito mais difícil.

11- Como considera/vê o relacionamento que se estabelece entre MP e os meios de comunicação social?

Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado: De uma forma natural. Se tiver um caso que seja importante comunicar à opinião pública, pela sua delicadeza, pela sua importância fazê-lo de forma neutra sem instrumentalizar ninguém, transparente e leal e sem promiscuidade e sem amiguismos e sem segredinhos que perturbem a relação magistrado e comunicação. O magistrado tem que se preservar, o magistrado não pode transformar-se numa fonte, muito menos numa fonte amiga. O magistrado é uma pessoa que informa quando pode e quando deve de forma neutra e natural, sem nenhuma intenção de através da comunicação social divulgar os seus pontos de vista de forma, porque contraditório faz-se entre as quatro paredes da sala de audiência e faz-se no processo, portanto tem que se informar de uma forma neutra. Isso é muito difícil de se fazer, nem sei explicar como se faz porque se fosse explicar estragava tudo, porque a ideia é esta a gente explica de uma forma neutra, portanto quando explicamos não podemos tomar parte pela acusação ou tomar parte pela defesa. Portanto tem que se encontrar um ponto de equilíbrio, tem de se falar pouco mas aquilo que se diz tem de ser importante, realmente importante e tem de ser aquilo que importa do ponto de vista do interesse público.

12- Como considera/vê o relacionamento que se estabelece entre OPC e os meios de comunicação social?

Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado: Eu acho que os OPC devem ter contacto com a comunicação social e nomeadamente no âmbito da prevenção da criminalidade, nomeadamente a criminalidade violenta, o crime económico-financeiro, muitas vezes lá está se o OPC fizer um bocado de encenação e até parecer que tem mais resultados do que tem e que tem mais meios do que tem, isso também ajuda a travar o desenvolvimento da criminalidade do outro lado. A comunicação através dos OPC é muito importante. Os americanos dão importância extraordinária a isso e os polícias americanos até põem no seu currículo o número de conferências de imprensa que dão. Isso faz parte do currículo deles, de qualquer polícia do FBI tem não sei quantas conferências de imprensa, aqui e acolá, porque é o saber comunicar

porque isso dá resultados. O que é importante, porque nós do outro lado temos o crime e temos as pessoas que andam preocupadas em praticar o crime e a não serem apanhadas. E às vezes com uma comunicação policial dura e bem feita com estratégia, pode-se fazer recuar alguém que está disposto a praticar determinados crimes. Porquê? Porque esse alguém fica convencido “olha a polícia afinal de contas já me descobriu, ou já conhece estes métodos, agora tenho de mudar, ou tenho que ir para outro lado”. Isto é sempre um jogo e não vivemos num mundo asséptico. E tem um efeito preventivo. A polícia deve falar, mas o falar não é falar em excesso nem falar em *deficit*. Tem de saber utilizar a palavra com uma função. Que é também uma coisa que em Portugal não se percebe é que as pessoas falam como papagaios e isso não vale a pena. Tem de se utilizar a palavra como uma arma. Se tivermos esse conceito é bom que as polícias falem, senão não serve de nada também. O discurso policial é importante numa sociedade moderna para combater o crime, faz parte das ferramentas para combater o crime. Mas é um discurso policial construído, com estratégia, com essa finalidade portanto tem que ser põe homens ou mulheres preparados para isso, na polícia, porque é comunicar resultados estatísticos, caracterização de fenómenos, detenções, prisões, portanto isso é um polícia que sabe comunicar. Não é mais ninguém, não é um jornalista. Os magistrados é que tem de comunicar, os polícias é que tem de comunicar. Claro que dentro dos magistrados e dentro dos polícias há aqueles que tem perfil para saber fazer isso e há os que não têm mesmo e depois é uma questão de escolher. Há polícias que têm escolas de comunicação social para os polícias. Aliás a nossa Polícia Judiciária tem um departamento de relações públicas que é isso, que é o contacto com a comunicação social, a divulgação dos comunicados de imprensa, das conferências de imprensa, informação de processos, etc. É um departamento que apesar de tudo sabe funcionar dentro de objectivos próprios. A PSP também já vai tendo um departamento de comunicação. Eles são escolhidos, por exemplo quando há crimes de rua, tumultos ou violência no desporto. Há sempre um senhor comissário que aparece a falar e portanto são escolhidos para esse efeito.

13- Considera que o MP e os órgãos de comunicação social podem de alguma forma criar linhas de convergência e cooperação no que se refere a um esforço conjunto de transmissão de informação isenta, objectiva e imparcial ao cidadão?

Dr.ª Maria José Morgado: Podem e até já conheço casos de comunicados conjuntos do MP e da Polícia Judiciária, Nada impede mas tudo depende de como as equipas funcionam e dos casos. Normalmente existe um clima de rivalidade e disputa o que é mau. Aqui no DIAP de



Lisboa o clima é de grande articulação nomeadamente com a unidade contra a corrupção e já temos feito comunicados conjuntos, mas isto depende das pessoas.

(Neste momento da entrevista foi referenciado pela mestrand a o modelo australiano, nomeadamente a *Police Media Unit*)

Mas isso é um bom sistema e nas sociedades mais avançadas existe. Nós não temos isso, mas não temos tanta coisa que nem sei se isso é uma prioridade, porque não temos nada. Estarmos preocupados com isso é estarmos preocupados com o telhado de uma casa que ainda não foi construída. Nós nem temos peritos informáticos. Não acho que isso seja uma prioridade.

É o modelo correcto, correctíssimo. Agora se quiséssemos por isso a funcionar, fazia-mos não sei quantas leis, era uma burocracia imensa e já não funcionava. De qualquer maneira que não sei.

A PSP tem um departamento de comunicação e a Polícia Judiciária também tem um departamento de relações públicas que também é de comunicação portanto fazem parte da organização das próprias polícias. O departamento da Polícia Judiciária é para articulação com os meios de comunicação social, é para isso. Agora não tem esses desenvolvimentos (do modelo australiano). Nós também somos um pequeno país. É o afloramento desse modelo (do modelo australiano). Ao nível do MP não há nada disso. Da magistratura judicial também não. Quando há aí coisas muito polémicas que é importante o esclarecimento da opinião pública como tem sucedido, é o sindicato, a Associação sindical dos juízes já publicou acórdãos e já apareceu a comunicar decisões, o que não faz muito sentido porque uma associação sindical não é para isso, mas que acusa a lacuna no fundo.

(Neste momento da entrevista foi referenciado pela mestrand a o modelo holandês e os instrumentos usados, nomeadamente o “*press kit*” que é facultado aos jornalistas e a publicação de comunicados via *Twitter*)

Mas esse modelo é igual ao alemão, mas no caso alemão é o juiz mais velho que é o porta-voz desse tribunal. Lá esta a nossa comunicação social é má porque coitada está sempre ali na valeta. Nem uma sala de imprensa, têm. Ninguém lhes fornece o *press kit*. Eles vão depois atrás dos outros, dos bandidos que são os que falam com eles. Alguém fala, alguém tem que falar, se não falam os bons, falam os maus. Isto está assim um bocado ao calhas.

Mas esses modelos (australiano e holandês) são bons porque controlam o fornecimento de informação pública, dão informação verdadeira, orientada, concreta, mas nós estamos muito longe disso. Tem havido casos, sentenças até que têm causado aí perturbação em têm aparecido juízes que pedem autorização para falar e para explicar, mas não casos pontuais. Não temos um modelo a funcionar. E depois também têm havido casos em que é a Associação Sindical que aparece aí. Quando foi do caso Esmeralda a Associação Sindical de Juízes publicou no seu *site* o acórdão ou sentença. É um desvio mas mais vale isso do que as pessoas não saberem. E até apareceu o Presidente da Associação Sindical, que era o Desembargador Martins a explicar isso num programa de televisão, porque os juízes e os MP das Associações Sindicais podem falar. Nós temos o dever de reserva, mas podemos sempre pedir ao superior hierárquico o levantamento do dever de reserva em nome da reposição da verdade e do termo do alarme público. Eu fiz várias informações quando estava no tribunal de julgamento sobre determinadas casos e que nunca tive nenhum problema disciplinar por causa disso, porque disse “Pronto houve esta decisão porque o tribunal não teve provas, não foi possível provar e é assim e agora o MP vai recorrer”. Fica tudo logo num panorama completamente diferente. Mas de facto não temos nenhum modelo, de maneira que isto é conforme. Por exemplo no caso Face Oculta, o tribunal de Aveiro tem sempre prestado informação, aquela coisa das escutas, quando foi das detenções, das prisões preventivas, aparece o juiz que não é o juiz titular do processo, é o juiz lá do círculo de Aveiro. É ele que aparece e que deve ter autorização do Conselho para falar, mas tem aparecido. É interessante esse caso. São improvisos por pressão dos próprios acontecimentos, mas que podem servir no futuro para modelo. Porque temos aí já um afloramento desse modelo (modelo holandês), embora com conta peso e medida. Porque normalmente os jornalistas ficam entregues a si próprios, o que quer dizer aos arguidos, aos advogados, às vítimas, a tudo e depois enchem os ouvidos com tudo e mais alguma coisa. E isso deturpa a informação. Eles querem vender, mas também não fazem parte da nossa organização. É exigível a ética mas não tem os mesmos deveres que os magistrados. É uma ética mas é um mundo muito difícil com a crise económica ainda pior, porque depois há a guerra das tiragens, há as orientações editoriais, há a ditadura económica dos jornais e portanto estamos a falar de coisas que nem sabemos o que é que são. São terríveis. A situação dos estagiários, que tem de fazer as notícias que o chefe manda para não irem para a rua.

14- Considera o actual sistema de comunicação entre os diversos actores do universo judicial e do universo dos meios de comunicação social como positivo, tendencialmente positivo ou

carecendo de uma nova perspectiva e reformulação de atitudes? Se sim, de quem e de que forma?

Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado: É muito perturbado porque é indisciplinado e depende de factores muito aleatórios. Tanto podemos ter uma boa informação, como uma má como uma assim-assim, como coisas perfeitamente assassinas. Se o MP não informa... por isso é que eu digo quando as polícias informam é uma coisa boa porque eles fazem bons comunicados.

15- O que pensa sobre as soluções avançadas por outros países? Nomeadamente na Austrália e na Holanda?

Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado: A solução holandesa e a australiana parecem-me boas. Há também a alemã de comunicação dos tribunais pelo juiz mais antigo, se não me engano, no Reino Unido também há uma disciplina da comunicação social, mas permitem uma informação natural e com algum domínio da parte judicial, não chamo informar-mos só aquilo que é bom para nós, quando falo em domínio é uma informação que corresponde à objectividade do processo e que não é deturpada.

16- Considera que o sistema judicial deve mostrar e ter de facto mais abertura aos meios de comunicação social?

Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado: Acho que sim, de forma transparente, portanto quando se faz uma condenação de um caso que é muito polémico deve ser dada uma nota comunicação social, quando há uma prisão num caso muito polémico deve ser dada uma nota à comunicação social. O tal *press kit* porque isso ajuda. Há um grande preconceito em relação à comunicação social e criam-se grandes tabus. O mau é comunicar. Não é! Porque se nós comunicar-mos bem era bom para todos. Mas como o mau é comunicar, não se comunica e depois sai tudo deturpado.

17- Como analisa o jornalismo de investigação em Portugal?

Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado: Não faço ideia. Quer dizer, nem sei se existe jornalismo de investigação em Portugal para dizer a verdade, nem sei se existe. Eu suspeito que o jornalismo de investigação é uma ligação telefónica permanente com fontes da polícia ou do MP ou de quem está na investigação criminal, o que não é a mesma coisa. Não há verdadeiro jornalismo de investigação. Não há verba para isso, não há dinheiro para isso, os jornais não tem dinheiro para isso. Compare o *The Guardian* todos os domingos que traz reportagens

sobre grandes caso dos tribunais e de criminalidade que são coisas investigadas por eles ou mesmo casos de crimes não investigados e que eles investigam em primeira mão. Nós não temos nada disso, para isso é preciso dinheiro, tem de se ter um jornalista a investigar em exclusividade durante muito tempo sem estar a correr atrás de notícias todos os dias. Nós aqui temos o jornalismo de telefone, de telemóvel. O jornalismo de telemóvel é o oposto do jornalismo de investigação. Acho que é o que nós temos. Há alguma coisa, agarra-se no telefone, telefonasse a 20 ou 30 pessoas até se ter qualquer coisa para escrever. Não pode sair grande coisa. Já é uma sorte de algum ou outro jornalista esperto que ainda vai fazendo umas coisinhas bem-feitas. Porque no meio desta confusão podia sair tudo mal, ainda há uma ou outra coisa a aproveitar.

18- Considera necessária a formação dos diversos intervenientes nesta relação para uma melhor compreensão e respeito mútuo pela intervenção e âmbito de intervenção respectivo?

Dr.<sup>a</sup> Maria José Morgado: Não vale a pena muitas rezas sobre a coisa, se nós fizermos bem o nosso trabalho, meios de comunicar, bom modelo comunicativo a coisa vai por si. Agora também não vejo mal nenhum que se faça seminários ou conferências de magistrados com jornalistas sobre o tema e com reflexões sobre a matéria e com conclusões que se haja até alguma “pressão” da comunicação social para que os magistrados adquiram essa mentalidade de *press kit*, também para os magistrados perceberem que não pode exigir se não derem ou se derem mal e às escondidas e lá quando lhes apetece, que também há casos desses e depois a defesa começa a querer fazer o mesmo e depois aquilo é tudo uma salganhada. E depois acaba por haver um *trial by the newspaper*. Tem mais impacto o que se passa nos jornais, depois as condenações ninguém liga, a própria comunicação social nem faz cobertura. O pior de tudo é o desequilíbrio criado entre é as expectativas criadas na opinião pública acerca da gravidade do caso e da potencialidade da condenação. É a tal história da montanha parir o rato, porque o caso não tinha condições para isso e dá absolvições ou penas suspensas. Porque claro, os magistrados também não fizeram o domínio da informação em termos institucionais e como tal criaram-se grandes expectativas para nada. As pessoas querem notícias com sangue e ranho e agora com a crise ainda é pior porque não há dinheiro para o jornalismo de investigação, é tudo a correr, é tudo feito à base de estagiários.

## **Anexo II- Entrevista à Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho<sup>256</sup>**

Entrevista presencial à jornalista Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho que actualmente a exerce funções na SIC. A entrevista presencial foi realizada no dia 07 de Agosto.

1- Em que medida a alteração do regime segredo de justiça causou alguma alteração no comportamento dos jornalistas? Se sim em que medida?

2- Considera o segredo de justiça, na sua antiga e actual redacção como uma limitação à liberdade de imprensa?

Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: Há aqui um ponto prévio que é eu estou já seguramente, há cinco anos afastada das notícias da actualidade do mundo judicial e desinteressei-me completamente pelas manchetes judiciais e perdi também o interesse pelas alterações legislativas. Eu já vi que estas duas perguntas sobre o segredo de justiça são coisas que eu vivi obsessivamente durante 15 anos, crendo que iríamos caminhar para algo mais ágil, sério e rigoroso. E atingi um ponto de saturação, portanto não vou dar grandes contributos neste domínio porque hoje em dia o que me interessa é onde eu tenho vindo a trabalhar, onde estou a trabalhar que é no escrutínio de casos completamente encerrados, em que eu posso trabalhar à vontade com as fontes judiciais. Tirando este ponto prévio vamos lá.

3- Considera necessário o segredo de justiça nos casos em que este é estabelecido essencialmente para protecção da investigação? Se sim, considera que há um efectivo e adequado respeito e protecção do segredo de justiça?

Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: O segredo de justiça é evidentemente essencial para a protecção da investigação. Este é um ponto, creio que indiscutível. Se é suficientemente protegido, também basta ir às páginas dos jornais, sobretudo do Correio da Manhã mas também de outros, todos os dias para verificar que não.

---

<sup>256</sup> Licenciada em Direito, jornalista de renome com obra publicada nomeadamente *Jornalistas e Tribunais e Extraordinárias Aventuras da Justiça Portuguesa*.

4- Se não há efectivo respeito pelo segredo de justiça, têm alguma sugestão que pudesse ser aplicada para alterar essa situação e garantir que haveria um efectivo respeito? E um forma de sancionar as condutas quando não há um efectivo respeito pelo segredo de justiça?

Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: Em tempos já olhei um bocadinho para o sistema anglo-saxónico, que é muito escrupuloso na exigência de cumprimento do segredo de justiça e o sistema norte-americano também, até porque são sistemas sustentados no júri e tem conceitos como por exemplo *prejudicial publicity* e há julgamentos que podem abortar no seu arranque, quando se determina que o júri está tão contaminado por notícias da imprensa, porque isso pode desvirtuar o sentido de justiça. Os ingleses têm mecanismos legais que podem impor restrições, boicotes totais às notícias sobre determinado caso judicial. Veja por exemplo um caso muito célebre dos anos 90 que foi o homicídio de James Bulger<sup>257</sup>, que era um menino de 3 anos, se não me engano, que foi desviado num centro comercial por dois rapazinhos de 10 anos. Foi totalmente proibido que a imprensa relata-se a identidade dos assassinos, dos jovens assassinos e creio que isso terá sido cumprido e inclusivamente até aos 18 anos dos rapazes. Depois de eles cumprirem prisão, foram soltos. Eu tendo a crer que um sistema desses seria positivo, haver mecanismos muito sérios e poderosos de impor restrições à imprensa. O problema é que tem de haver vontade de se cumprir estes mecanismos, ou de se fazer impor estes mecanismos pelas boas razões e não pelas más. Correndo o risco de ser cínica, até porque já tenho muitos anos de caminhada, o que eu vejo é que muitas vezes esta protecção das investigações não é feita, ou a libertação da informação não é feita pelos bons motivos, mas sim pelos maus que é ganhar os processos, ganhando logo vantagem na corrida

---

<sup>257</sup> O assassinato de James Bulger chocou o Reino Unido. Em 1993, James Bulger um menino de três anos foi sequestrado do centro comercial onde estava com a sua mãe. O menino foi levado por dois rapazes de 10 anos, Jon Venables e Robert Thompson. Após uma caminhada de cerca de 4 quilómetros, durante a qual já haviam maltratado James Bulger, Venables e Thompson atacaram e torturam violentamente o menino. James foi agredido, torturado e posteriormente amarrado à linha do comboio. O corpo de James Bulger viria a ser encontrado dois dias após o rapto, sem vida e mutilado devido à tortura e em virtude do comboio lhe ter passado por cima. Os nomes dos dois homicidas foram divulgados próximo do final do julgamento, sendo que após cumprida a sentença e aquando da sua libertação foram-lhes dadas novas identidades e os dois rapazes foram realojados em áreas distantes daquela em que haviam cometido o crime para que lhes fosse dada uma segunda oportunidade de se recuperarem para a vida em sociedade. O acordo através do qual lhes foram atribuídas novas identidades implicou também o cumprimento de algumas medidas, nomeadamente a proibição de contactar com a família de James Bulger, de divulgarem o seu passado, de se aproximarem da área da qual tinham sido afastados, entre outras. Em 2010 foi descoberto no computador de Jon Venables diverso material de pornografia infantil, sendo que o mesmo foi descoberto em virtude do incumprimento de uma das medidas que lhe foi imposta, entre elas a não divulgação da sua verdadeira identidade. Jon Venables está novamente preso, sendo que os jornais britânicos já avançaram que será mantido preso para sua própria segurança em virtude de não se poder atribuir-lhe nova identidade, pois o mesmo não será capaz de guardar tal segredo. Enquanto em liberdade, Jon Venables revelou a um amigo a sua verdadeira identidade. Relativamente a Robert Thompson não há quaisquer informações que permitam vislumbrar qual o seu percurso após a respectiva libertação, há excepção de algumas viagens que já fez rumo à Europa, com a devida autorização judicial.

mediática, usar os processos como meio de guerrear entre os organismos das corporações judiciais ou atingir outros objetivos. Por isso é que sendo na teoria um bom sistema, dar mais mecanismos legais e mais força para o poder judicial poder impor restrições absolutas à cobertura noticiosa, eu precisaria, enquanto jornalista, de estar segura de que essas restrições não são depois utilizadas para «abafar» incompetência, preguiça, tráfico de interesses, para jogar com os processos, porque até determinada altura, vital para a investigação, o processo tem que ser absolutamente secreto para os jornalistas. A partir do momento em que a investigação está feita, tem de ser totalmente transparente para poder ser escrutinada. Esta definição da fronteira e do cumprimento do segredo numa fase e da publicitação noutra que tem que estar muito bem definido e cumprido e não este pântano de jogo de traficâncias entre as polícias, os magistrados e os jornalistas, em que tudo anda a negociar à custa dos processos.

5- Então teria que ter quase um sistema de pesos e contrapesos (*checks and balances* como há na teoria de separação de poderes nos E.U.A.) que criasse um equilíbrio?

Dr.ª Sofia Pinto Coelho: Sim, porque os poderes judiciais ou as pessoas que trabalham no sistema judicial não me oferecem confiança de que, sendo-lhes dados mais meios para proibir a imprensa de noticiar em fases críticas da investigação, não utilizem isso para outros fins.

6- E essa garantia/ confiança de que os mecanismos de proibição de publicidade não seria usada para outros fins seria conseguida como?

Dr.ª Sofia Pinto Coelho: Nós teríamos, indo para o sistema de *checks and balances* que referiu, teríamos que ter depois tribunais ágeis ou algum sítio ágil onde os órgãos de informação ou os próprios jornalistas pudessem rebater uma proibição.

7- Tudo passaria por haver mais agilidade no sistema judicial? Por este não estar tão acorrentado eventualmente a determinados parâmetros a determinados processos para se chegar à decisão neste âmbito e garantir que haveria uma forma ou um organismo que lidasse com essas situações? Estou a perceber bem?

Dr.ª Sofia Pinto Coelho: Vamos lá ver. Nós podemos pensar que o sistema inglês é um sistema bom porque até podem decretar proibições. Também podemos ir para os países nórdicos, que até têm normas deontológicas que impedem a identificação dos arguidos pelo nome e por aí fora. Nesses países, sendo que a Inglaterra paradoxalmente também é um país dos horrores, com os pagamentos a testemunhas e com a compra de informações às polícias,

mas de alguma forma tem mecanismos legais e deontológicos bastante aperfeiçoados em que se pode impor boas restrições à imprensa para não divulgar processos em fase crítica de investigação. O meu receio é que se dermos, vamos lá ver... O sistema português já proíbe que se divulguem informações de processos em segredo de justiça, só que ninguém cumpre e portanto o que toda a gente grita é “vamos ter que cumprir”. Nós podemos pensar se calhar pode-se aperfeiçoar a lei e pôr multas mais altas, pôr jornalistas na cadeia, pôr os magistrados todos com microfones para ver se são eles que fornecem a informação... Quer dizer, nós podemos arranjar mais parafernália de poder punitivo para os infractores do segredo judicial, o meu receio é que ao dar mais meios punitivos... Nós podemos pensar em artilhar a lei numa forma, podemos escrever na lei “os processos em segredo de justiça andam agora todos em envelope lacrado e só há uma cópia”, pode-se prever isso na lei... O meu receio é, tal como referi, não confiar nos bons propósitos de alguns magistrados ... que ainda estão num estado de idade média, quanto ao pensamento cívico, ao direito à informação e ao interesse público da divulgação jornalística dos temas judiciais. O meu ponto em relação à sua pergunta é: concordo que a lei seja cumprida para evitar os boicotes ao segredo de justiça, receio que ao ser cumprido de uma forma mais rigorosa e eficaz ou dando mais meios e mais poderes, que isso se volte contra os jornalistas ou contra a imprensa.

8- Considera adequado que também os jornalistas sejam responsabilizados por essa violação?  
Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: Concorde. Em absoluto. Há a lei, tem que se fazer prova, há sanções, pode ir até pena de prisão. Sim.

9- Devem os magistrados judiciais ou do MP serem também responsabilizados pela violação do segredo de justiça? E funcionários judiciais?

Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: Evidentemente, pelas mesmas razões.

10- Como considera/vê o relacionamento que se estabelece entre M.P. e os meios de comunicação social, ou seja, se o MP deveria ter mais abertura em relação aos meios de comunicação social, se devia procurar veicular a informação que tenha a veicular através dos média? Se eles próprios (MP) deveriam ser fonte de informação fidedigna e assumida, capaz de dizer “Meus senhores é isto que está aqui, é isto que existe, os senhores podem trabalhar as notícias a partir destes factos e desta situação em concreto porque é o que há até agora”?

Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: Eu defendo isso mesmo, ou seja, que a informação proveniente do MP deve ser sustentada em fontes objectivas, documentais ou prestadas através de



conferência de imprensa igual para todos. Tal como na América se vê declarações “foi detido um indivíduo, as provas que temos contra eles são”. E isto porquê? Porque se a informação for rigorosa, fidedigna e igual para todos, deixa de haver a «desinformação», que é o mais pernicioso disto tudo, para os envolvidos, para a contaminação de testemunhas, para a boa condução do processo em fase de julgamento, para a própria reputação da imprensa. Qualquer aluno de liceu, se fizer um estudo de imprensa, seguir por exemplo um caso, como é que foi noticiado ao longo de vários dias, em vários jornais, ficará chocado com a quantidade de barbaridades e informações absolutamente contraditórias e erradas que são reproduzidas. Portanto acho que seria bom para todos, informação igual e rigorosa para todos.

11- Por tanto o mesmo seria aplicável ao relacionamento entre os OPC e os meios de comunicação social?

Dr.ª Sofia Pinto Coelho: Evidentemente.

12- Considera que o MP e os órgãos de comunicação social podem de alguma forma criar linhas de convergência e cooperação no que se refere a um esforço conjunto de transmissão de informação isenta, objectiva e imparcial ao cidadão?

Dr.ª Sofia Pinto Coelho: Não gosto dessa ideia da linha conjunta e de colaboração. Não há linhas conjuntas, nem colaboração. Nós somos pólos opostos. “Eles” nunca quererão fornecer toda a informação: só querem fornecer informação que lhes convém porque são parte interessada numa acusação. Darão sempre parte da realidade. Não há linhas convergentes entre a imprensa e o MP. São esferas completamente diferentes. Eles quererão sempre ocultar informação que não lhes interessa que seja divulgada, nós queremos ir buscar sempre informação, toda a informação que, do nosso ponto de vista, tiver interesse público.

Acabamos sempre por nos chocar e além disso nós não nos podemos esquecer que o MP nunca é uma fonte isenta. Tem sempre a vantagem de ser a primeira fonte, porque é quem está com a matéria-prima informativa em primeiro lugar. Quando nós ouvimos falar do MP e lemos uma acusação ficamos chocados “Meu Deus, foi isto que aconteceu”, mas seis meses depois, se falar com o arguido ou com o advogado, se calhar dão-lhe outra visão dos acontecimentos, igualmente plausível e aí você fica com os outros 50% da realidade. “Eles” lá, “nós” cá. Eles têm o trabalho deles, que é apanhar criminosos e nós temos o nosso trabalho, que é divulgar informação de interesse público.

13- Considera o actual sistema de comunicação/relacionamento entre os diversos actores do universo judicial e do universo dos meios de comunicação social como positivo, tendencialmente positivo ou carecendo de uma nova perspectiva e reformulação de atitudes? Se sim, de quem e de que forma?

Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: Eu não acho que tenha que haver relacionamento. Eu, por mim, nem queria relacionar-me com ninguém. Tenho é que ter meios eficazes de obter a informação de interesse público, que me permita relatar e escutinar determinada investigação ou determinada sentença. Hoje em dia há muito mais abertura do que quando eu comecei, há vinte anos. Nessa época, ligava-se para um tribunal e não diziam quando era a audiência, qual o nome do juiz, onde é que era, por retracção. Hoje em dia, há muito mais informação disponível, há mais abertura. Acho que talvez se possa corrigir num aspecto que é: embora haja um centro, uma central de informação na Procuradoria-Geral da República, que em larga medida resolve os problemas de quotidiano de acesso à informação, quando se entra na esfera da comarca do MP, de cada ponto do país, eles tornam-se um pouco reis e senhores do inquérito que têm em mãos e, aí sim, pode haver problemas, porque há magistrados que são mais abertos e há outros que pura e simplesmente vêem o jornalista como o inimigo. E aí podem, sem fundamentar devidamente, cortar o direito de acesso às fontes de informação e aí dá mais trabalho, é preciso fazer queixa, é preciso reclamar, é preciso ligar para a Procuradoria. É a vida.

14- Tem alguma sugestão que considere pertinente para que possa haver uma efectiva comunicação (abertura) para que possa a informação fluir do meio judicial para os meios de comunicação social?

Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: Acho que já flui com bastante regularidade. Não estamos a falar dos processos em segredo de justiça, vamos tirar esses. Vamos assentar que processos em segredo de justiça não são noticiáveis. A partir do segredo de justiça, o que se pretende é que se eu quiser consultar um interrogatório, uma acareação, uma reconstituição, ver o processo antes do julgamento por exemplo, a única coisa que eu quero é fazer é um requerimento, seja ao MP ou ao juiz, ele despache em tempo útil e sim senhora pode ir consultar. E isso acontece, com rapidez, sem grandes... de vez em quando há aqui e acolá uma pequena quezília.

15- Considera que o sistema judicial deve mostrar e ter de facto mais abertura aos meios de comunicação social?

Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: Vamos pôr três patamares: quanto aos processos em segredo de justiça, assentamos que não são noticiáveis; o que é noticiável, deve ser dado pelas polícias ou pelo MP de uma forma muito rigorosa, sustentada com fontes ou com informação prestada para todos, aí resolve-se logo o problema das aberrações, das difamações e da intoxicação da informação; a partir do momento em que os processos são públicos, eu acho que há abertura. O que talvez faça falta não é tanto do ponto de vista das magistraturas, é dos jornalistas. Porque, neste momento, com o esmagamento do tempo que os jornalistas têm para trabalhar, temos cada vez menos tempo para preparar as matérias - por isso é que se chuta a primeira informação. A partir do momento em que esmagamos o tempo que existe para trabalhar as coisas, deixa de haver tempo para ir consultar verdadeiramente o processo, deixa de haver tempo para fazer o contraditório. Por aí é que eu acho que está o grande problema, do ponto de vista da justiça, acho que houve uma boa caminhada.

16- E os meios de comunicação social? E a forma como os média lidam com a própria notícia, se a posição que assumem é uma posição que devem manter?

Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: Acho que a informação que é dada hoje em dia é completamente superficial. Veja por exemplo, há um caso paradigmático que se passou no ano passado que é o caso do dono do bar de alterne “o Avião”, que morreu com uma bomba no carro, supostamente deflagrada através de um telemóvel: Se for ver as notícias do dia em que o réu, que tinha sido condenado em 20 anos, foi absolvido, verificará que desde o Diário de Notícias até ao Correio de Manhã, lê a notícia e não percebe porque é que ele foi absolvido. Diz-se que os juízes do Tribunal da Relação não deixaram que fosse considerada como prova a facturação detalhada do telemóvel do arguido, mas não se percebe porquê. Eu acho que o problema descentrou-se do aparelho judicial para a imprensa por causa precisamente dos jornalistas terem que fazer cada vez mais peças e mais rápido e portanto a informação é muito superficial. Dá-se um *headline* “Foi condenado a tal” e depois não há trabalho, não há uma leitura atenta do acórdão, não há um escrutínio da própria investigação, porque não há tempo. Eu critico que seja uma informação cada vez mais superficial, mas compreendo porque estou cá dentro e vejo o que se passa.

As pessoas aqui estão sempre muito focadas numa espécie de voyeurismo pelo crime como se fosse a arena dos leões do tempo da Grécia antiga e portanto quanto mais horror, quanto mais facada, quanto mais matança, quanto mais pedófilo, mais notícia e esquecem que há áreas do Direito que são muito mais importantes para a vida em comunidade: tribunais de família e menores, o problema que demora a regular o poder paternal, os pais que ficam sem ver os

filhos durante dois, três ou quatro anos, cobrança de dívidas, a adaptação dos tribunais a uma gestão e a uma organização em métodos de trabalho modernos, e isto é vital porque toda a nossa vida desde que nascemos até morrermos depende de uma boa justiça e de uma boa aplicação da justiça. E nós estamos focados, a nossa imprensa, está obsessivamente focada no crime e negligência, quer dizer, pouco se vê notícias sobre tudo o resto que interessa às pessoas, os processos de despejo, processos de divórcio, os tribunais administrativos, há um mundo de vida rica e cheia e que merecia a nossa atenção que, pura e simplesmente, é negligenciada.

17- Considera que as notícias sobre o universo judicial são bem elaboradas pelos média? Ou seja a transmissão de informação é feita correctamente, de acordo com os factos e o conteúdo jurídico a que correspondem?

Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: Eu aí não me preocupo tanto. Eu nunca segui um tecnicismo fundamentalista. Acho que se o público percebe melhor a palavra “roubou” do que “furtou”, percebe melhor o “inquilino” em vez do “arrendatário”, percebe melhor “matou os pais” em vez de parricídio, eu tenho que seguir aquilo que o meu público entende. Tal como a linguagem médica se adaptou e os próprios médicos dizem “dor de cabeça”, não dizem “cefaleia”. Portanto em termos da linguagem jurídica técnica, os jornalistas tem que estar apetrechados para perceber o que é a linguagem jurídica e traduzir; outra coisa é dar mais profundidade à notícia e aí acho que não sabemos ou não temos tempo porque nunca há uma reflexão, um apontamento crítico - crítico no sentido positivo ou negativo - , uma comparação com o estrangeiro, porque nestas coisas, como em tudo, é preciso trabalhar, é preciso estar atento, é preciso especialização e isso cada vez mais escasseia nas organizações de imprensa.

18- Considera necessária a formação básica dos jornalistas de modo a que estes dominem os conceitos jurídicos básicos sobre os quais elaboram as notícias?

Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: Considero. Sim. Considero, até para toda a gente. Acho que os jornalistas têm de ter um *skill* um pouquinho mais apurado. Mas se ouvir falar por exemplo, os americanos entrevistados na rua têm muito presente os conceitos dos *checks and balances*, de como é que funciona um tribunal, da presunção de inocência, do erro judicial, do que é que é a prova. Não sei se é porque vêm mais filmes, se é porque tiveram mais séries, se é porque têm uma aprendizagem no liceu. Acho que nós não queremos saber, porque achamos que a justiça são «problemas» e nós não queremos problemas, portanto só quando as pessoas

têm um problema no seu próprio quintal é que, de repente, «acordam» e se interessam pela justiça.

19- Como analisa o jornalismo de investigação em Portugal?

Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: Não existe, em virtude do factor económico. Porque é Portugal não se constroem foguetões ou robots para ir a marte? Porque não temos dinheiro, nem pessoas, nem ambição. Porque é que não há jornalismo de investigação em Portugal? É preciso alimentar máquinas noticiosas de 24 horas.

20- Portanto acaba por se perder o jornalismo de investigação por conta da necessidade de gerar lucro?

Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: Qualquer empresa tem necessidade de gerar lucro, houve foi uma grande mudança industrial neste negócio, enquanto há 20 anos havia o telejornal da hora de almoço e da hora de jantar, hoje em dia, com poucas menos trabalhadores, tem de se «alimentar» canais noticiosos de 24 horas, mais o *site*, mais isto e mais aquilo. Não é a coisa do «papão» que quer dinheiro, é evidente que tem de gerar lucro, porque se não gerar lucro não se paga os satélites, nem o papel, nem a fotocopiadora nem a empregada de limpeza, nem os salários. A imprensa não pode perder dinheiro, porque se perder dinheiro, que é o que vai e está a acontecer, fecham e vão fechando ao ponto de ficar só a RTP, ou um canal, um jornal, seja o que for. Não há jornalismo de investigação porque não há meios. Porque se for perguntar a qualquer jornalista ou a metade dos jornalistas da redacção, há aqueles que preferem fazer a peça do dia, «desligar o botão» e ir para casa pensar noutra coisa, mas muitos optariam pela investigação.

21- Considera que o jornalismo está condicionado por factores económicos? E a elaboração de notícias? Se sim, de que forma esta situação altera o modo como as notícias são redigidas?

Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: Totalmente.

22- Considera necessária a formação dos diversos intervenientes nesta relação para uma melhor compreensão e respeito mútuo pelo papel de cada um (universo judicial e meios de comunicação social)?

Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: Acho que isso está mais que compreendido.

23- O que pensa sobre as soluções avançadas por outros países? Nomeadamente a Austrália e ao Holanda?

Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: Acho muito bem. Um pouco na linha do sistema australiano, a polícia judiciária, apesar de tudo, já põe alguma coisa no *site*, sendo que essa informação tem de ser sempre trabalhada. As polícias não são anjos e a informação que existe na altura de uma detenção, dá muitas voltas e os factos às vezes não são aquilo que parecem. Esse sistema holandês parece-me utilíssimo precisamente por aquilo que temos estado a falar da falta de tempo e de recuo que os jornalistas hoje têm para dar uma boa informação e permite alcançar outra coisa: tendo na mão esses factos básicos, dá para ir um pouco mais além... porque o mero relato, para isso a gente publicava no jornal esse *press kit* e estava lá a informação.

O que nos cabe é reflectir um bocadinho e explicar juridicamente porque é que isto aconteceu e porque é que a lei é assim, mas se calhar podia ser de outra forma e noutro país houve esta controvérsia. É isto que é informação: é transmitir conhecimento às pessoas para sermos pessoas informadas e podermos discutir o direito e sermos pessoas exigentes em relação ao direito à justiça e à máquina judicial.

24- Considera que de alguma forma os média, a imprensa pode afectar a imparcialidade e a independência judicial, em sede de julgamento, através da pressão na que se cria através da opinião pública?

Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: Pode. Nós nunca vamos conseguir demonstrar isso cientificamente: para isso tínhamos que ter um *chip* na cabeça do juiz e ver, como se fosse uma espécie de polígrafo ou seja o que for e tentar medir a quantidade de informação jornalística a que ele esteve exposto e de que forma isso formou a sua decisão. Agora o que eu sinto é que dos julgamentos a que eu já assisti ... Como é que eu consigo medir isto? Houve julgamentos no passado, a que assisti na íntegra, imagine os julgamentos dos *skinheads*, em que nitidamente se quis dar um sinal de que isto vai ser uma justiça exemplar e foi tudo corrido pela medida grande, ainda por cima há lá um caso duvidoso e quando se estuda o processo, a pessoa chega há conclusão que, se calhar, foi um bocado exagerada esta condenação, desta forma e em relação a determinados pessoas e portanto pode-se pensar que este juiz por algum motivo ficou contaminado pela enorme pressão mediática que houve em torno caso. Há outra forma de medir, mas que acaba por ser a mesma, de julgamentos que eu não acompanhei mas que estou agora a estudar e nota-se que há a fase de «morte aos pedófilos», qualquer pobre

coitado que, mesmo que não sendo culpado, caia lá com uma acusação de molestar crianças ou adolescentes, é alta probabilidade de “apanhar”. O que me parece é que um juiz corajoso tem que ser imune às pressões, sejam elas mediáticas políticas, familiares, económicas. Porém, a magistratura está de tal forma descridibilizada que há quase um fenómeno inconsciente que é os juízes quererem dar sentenças e decisões que supostamente engradeçam a justiça e agradem ao público; outro factor pernicioso é darem decisões com o fito de progredir na carreira. Mas é algo pouco estudado. Não conheço estudos que vejam quantas decisões em segunda decisões alteram decisões da primeira, está pouco estudado, na América há o *track record* das sentenças, aqui não há um perfil dos juízes baseado nas suas decisões, não há estudos sobre recursos extraordinários de revisão. É tudo assim por impressões.

25- Considera o TEDH no caso de o jornalista afectar de alguma forma a independência e a imparcialidade do juiz, recorrendo de alguma forma a ataques pessoais ou a crítica de infundada da decisão do juiz que isso é passível de colocar em causa a imparcialidade e independência do juiz na medida em que perante a opinião pública vai gerar um sentimento de desconfiança. O que pensa sobre isto?

Dr.<sup>a</sup> Sofia Pinto Coelho: Os juízes e os tribunais não são «sacos de boxe», são instituições que devem merecer de toda a gente o maior dos respetos, são mais importantes para a vida de um país do que um governo, parlamento ou do que o presidente da república, porque são eles que fazem com que a gente não ande aqui a tirar olhos uns aos outros e a roubar-se e a matar-se. Portanto tem de ser mimados, protegidos, respeitados, tudo isso. Não obstante, quando há decisões que são mal fundamentadas, erradas ou investigações que são preguiçosas ou maldosas isso tem de ser denunciado. É tão simples quanto isso.

### **Anexo III- Entrevista ao Dr. Rui Rangel** <sup>258</sup>

Entrevista presencial ao Dr. Rui Rangel, Juiz-Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa. A entrevista presencial foi realizada no dia 22 de Setembro.

1- Em que medida a alteração do regime segredo de justiça afectou a fase da instrução em especial a investigação feita pelo MP?

Dr. Rui Rangel: Do meu ponto de vista não afectou rigorosamente nada. Passo a explicar porquê. Não afectou porque a regra no processo, num Estado de Direito constitucional, a regra tem de ser sempre a regra da publicidade. Não podemos ter uma regra, isto é, não há regras absolutas em democracia, não há princípios absolutos, todos os princípios têm uma regra de relativização, só quando eles estão em confronto um com o outro. Depois do ponto de vista constitucional também é possível tratar esta questão. E portanto não afecta porquê? Nós não podemos ter um regime de segredo de justiça fixo, não moldável à realidade dos dias de hoje, não moldável à realidade das investigações, não podemos ter um segredo de justiça cego, não podemos ter um segredo de justiça que tenha um critério de equivalência para todos os processos. Termos que privilegiar sempre a regra da publicidade e não podemos ter um segredo de justiça que era, seguramente, a lei mais violada em Portugal. Tínhamos um segredo de justiça, mas na prática era como se não tivéssemos o segredo de justiça. E então há que tornar o sistema transparente. Primeiro na fase de inquérito tudo estava em segredo de justiça, todos os processos estavam em segredo de justiça, não havia nenhuma flexibilidade do ponto de vista de consoante o andamento do processo, o processo estar em segredo ou não estar em segredo. Evidentemente que isto violava um princípio, do meu ponto de vista importante, que tem um travejamento ao nível do nosso Estado e até a nível de Direito Internacional, que é o princípio de igualdade de armas. A defesa ia sendo confrontada permanentemente com coisas que iam acontecendo sem ela própria ter previamente conhecimento para poder exercer o contraditório. O regime actual é um regime que vai ao encontro de duas preocupações. A primeira era dar alguma dignidade ao segredo de justiça, porque uma lei que era tantas vezes violada perde a sua dignidade, perde a sua força, perde a sua eficácia. E era exactamente isso que estava a acontecer com o modelo anterior do segredo

---

<sup>258</sup> Juiz-Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa.



de justiça que nós tínhamos, que era cego, surdo e mudo. O legislador foi ao encontro de combater esta realidade dando-lhe dignificação e fez a reforma de 2007, que é onde há a alteração do segredo de justiça, que teve coisas absolutamente desastrosas do ponto de vista da reforma do processo penal e do inquérito criminal, mas na matéria do segredo de justiça, salvo uma parte que tem que ver com a comunicação social, foi uma saudável e fresca mudança. O legislador foi ao encontro de dignificar, dar eficácia e força e respeitabilidade ao segredo de justiça e deu-lhe uma dimensão de flexibilização, ou seja, na fase de inquérito o processo pode estar em determinados momentos em segredo de justiça e noutros volta à publicidade, depois consoante o andamento do ritmo do inquérito e consoante a estratégia do investigador e a necessidade de recolha de determinado tipo de prova é possível, dentro desta flexibilização, colocar o processo em segredo de justiça, retirar de segredo de justiça, colocar o processo público e depois novamente se for necessário, ainda na fase de inquérito, voltar a estar em segredo de justiça. A regra que tínhamos anterior era tudo em segredo de justiça. A lei aqui concede ao MP, na fase de inquérito, a possibilidade de, ou por requerimento das partes, ou dos interessados, o processo ficar condicionado ou não, ou o processo ser público na fase de inquérito e isto é absolutamente correcto. Evidentemente que na fase de instrução também compete ao juiz dirimir um conflito quando é pedido o processo, que as partes sejam notificadas e que o processo se torne mais aberto e o MP, por exemplo, não defira, o juiz pode resolver este diferente. Esta flexibilização foi boa, dignificou o regime, deu eficácia ao regime e do meu ponto de vista em nada prejudicou os critérios de investigação. Um sistema opaco, cego, surdo e mudo é prejudicado, porque nós tínhamos nesse sistema, que era cego, surdo e mudo e era absolutamente opaco e iníquo, tínhamos todos os dias os processos em praça pública, não obstante a lei dizer que na fase de inquérito estava tudo subordinado ao segredo de justiça e portanto nada estava subordinado ao segredo de justiça, sabia-se antecipadamente através da comunicação social de um conjunto de circunstâncias e de dados do processo. E obviamente isto também foi bom porque retirou, a quem está dentro do sistema, a possibilidade de jogar com o processo, porque quem viola o segredo, quem está na origem da violação do segredo justiça é quem está no interior do sistema de justiça, ou juiz, ou magistrado do MP, ou OPC. O juiz dir-lhe-ei que muito pontualmente poderá acontecer. O juiz na fase de inquérito tem uma intervenção puramente residual, puramente provisória a nível da fixação dos direitos, liberdade e garantias, porque é o juiz dos direitos, liberdades e garantias, quando é por exemplo para fixar medidas de coacção. Quem viola não são os jornalistas, porque não são os jornalistas que assaltam os gabinetes dos OPC, nem do MP e portanto isto foi também tirar algum pecado dentro do sistema e atenuar esse pecado dizendo

que hoje esta flexibilidade, esta flexibilização de alguma forma foi um aviso também para o interior da casa da justiça. A resposta é: este regime actual é correcto e em nada prejudica a investigação do MP, no domínio do inquérito, porque quando são processos de maior gravidade, de criminalidade organizada, de criminalidade económica, e etc, se o MP quiser mesmo preservar o segredo de justiça pode fazê-lo no modelo actual. A resposta é não, não prejudica nada, com estes fundamentos que eu disse atrás.

2- A alteração do regime segredo de justiça causou alguma alteração no comportamento dos jornalistas? Se sim, em que medida?

Dr. Rui Rangel: Não causou. Vamos ver. Há uma norma que muda o comportamento e que é um atentado à liberdade de expressão e ao direito de informar e ser informado que é o artigo 88.º, n.º 4 do CPP. Quando o processo já não está em segredo de justiça, designadamente no domínio das intersecções telefónicas e estamos a falar no domínio das intersecções telefónicas, o processo já não está em segredo de justiça e mesmo assim o legislador veio impor uma norma que mexe, conflitua do meu ponto de vista com a liberdade de expressão, que é o jornalista não pode divulgar as escutas, não obstante o processo já não estar em segredo de justiça sem autorização do visado (das escutas). E aqui é que é uma machadada, no meu ponto de vista, à liberdade de expressão. E neste contexto, naquele que tem que ver com a prova recolhida através da intersecção, das gravações evidentemente se o processo já não está em segredo de justiça não tem que se sujeitar o jornalista ao crivo da autorização da pessoa que foi escutada. Obviamente isto é garrotar a liberdade de expressão, é impedir que o jornalista divulgue matéria que poderá ter interesse público, porque naturalmente o visado vai sempre dizer que não. E se o jornalista não fizer isto incorre em responsabilidade criminal.

3- Considera o segredo de justiça, quer na sua antiga como actual redacção, uma limitação à liberdade de imprensa?

Dr. Rui Rangel: Não, não considero. Aquilo que eu disse há bocado é ligeiramente diferente, ou seja, a liberdade de expressão, o direito de informar e ser informado não é um direito dos jornalistas, é um direito do cidadão. Não há princípios absolutos, nem a liberdade de expressão é uma regra absoluta num Estado Constitucional de Direito, nem o segredo de justiça é uma regra absoluta. Obviamente que o segredo de justiça, a sua génese tem razão de ser, mas tem razão de ser dentro da flexibilização. E tem razão de ser porquê? Porque o

guardador do segredo é normalmente aquele que nunca guarda o segredo. Mas há razões do quer ponto de vista histórico, quer do ponto de vista processual, quer do ponto de vista da estratégia da investigação para o processo estar em determinados momentos em segredo de justiça. Isto para quê? Normalmente o crime anda sempre à frente do Direito e anda sempre à frente das investigações, ou seja, o Direito anda sempre a reboque do crime. O crime ganha sempre vantagem ao Direito, às leis, porque o Direito é normalmente conservador e as suas mudanças são sempre muito mais demoradas e como a vida é muito mais dinâmica, a vida ultrapassa o Direito, o crime ultrapassa o Direito, a criminalidade ultrapassa o Direito. Obviamente que o segredo de justiça tem razões de existir. A primeira razão fundamental e não mexe em nada com a liberdade de expressão neste domínio, em nada, rigorosamente em nada, considerado um parágrafo que depois vou acrescentar. Por razões de estratégia de investigação, por razões de preservação da presunção de inocência de quem está a ser investigado, por razões de lógica, porque uma investigação é um puzzle que se vai construindo, que se vai montando e obviamente que se tudo, quando um processo começa, quando se começa a investigar se tudo fosse aberto estaria aberta a porta para o inêxito completo de todas as investigações e portanto para o visado acautelar-se de tudo e defraudar completamente o êxito de uma investigação. Portanto há razões, subjectivas e objectivas, substantivas importantíssimas para num determinado momento o processo estar em segredo de justiça: preservar a estratégia de investigação, guardar a estratégia de investigação, dar êxito à recolha de determinado tipo de informação e para fundamentalmente preservar, o princípio constitucional da preservação da inocência, que é um princípio de derivação constitucional. A liberdade de expressão, do direito de informar e ser informado não é um direito absoluto, não vale tudo. Quando o processo está em segredo de justiça nem pelas normas deontológicas dos jornalistas, até porque está nas normas deontológicas, no estatuto dos jornalistas, está algum respeito pelo segredo de justiça e portanto quando o processo está em determinado momento em segredo de justiça o jornalista está, eu sei que há muitos jornalistas seniores com doutrina sobre este pensamento, eu também a tenho, mas o jornalista quando o processo está em segredo de justiça, está vinculado a esse segredo de justiça. E isto é uma norma de harmonia num Estado de Direito Constitucional que não fere em rigorosamente em nada a liberdade de expressão. O parágrafo que eu queria acrescentar é este: quando o jornalista viola o segredo de justiça, por isso eu disse que está vinculado, se isso resulta de uma investigação jornalística eu entendo que o jornalista pode e deve divulgar mesmo estando o processo em segredo de justiça, ou seja, se o jornalista fez a sua investigação. Nós hoje infelizmente em Portugal já não temos jornalismo de investigação,

acabou, não há, temos o jornalismo de “rabo sentado”, ou seja, o jornalista já não é aquele jornalista que vai para a rua à procura do fato, à procura do sabor da notícia, à procura do cheiro da notícia, à procura do suor da notícia. Não. São os takes das agências noticiosas que servem o trabalho jornalístico na sua essência. Os OPC, são as escutas telefônicas, que hoje é um meio excepcionalíssimo de prova, transformou-se numa regra. Porquê? Porque é mais fácil investigar, primeiro começar a escutar e depois fazer a investigação e pedir ao juiz que valide aquilo que estava a ser escutado, é o que nós temos, isso está transformado numa regra. Se o jornalista faz uma coisa perversa, que é essa, mas se o jornalista demonstrou que divulga aqueles factos com base na sua investigação jornalística, pode divulgar. Agora se o jornalista põe “segundo fontes anónimas, segundo fontes não sei quê” e isto foi fornecido de lá de dentro cá para fora, e não é o resultado de uma investigação autónoma, porque o jornalista tem o direito de fazer uma investigação autónoma. Não substitui a investigação criminal, não pode nem deve substituir, nem deve ser julgador, nem acusador nem a pessoa que condena ou que absolve, mas o jornalista tem o direito de fazer a sua investigação paralela, se ela resultar assim pode divulgar. Se for lá de dentro, passaram determinadas coisas, ou dos advogados também, se isso vêm porque alguém deu determinados dados, o jornalista se divulgar incorre num crime autónomo que é o crime de violação do segredo de justiça e aí ele está absolutamente vinculado, do meu ponto de vista, portanto não há volta a dar. Se resulta da investigação é diferente, se não resulta da investigação o jornalista está vinculado e não põe em causa a liberdade de expressão e o direito de informação. O código deontológico dos jornalistas tem 10 mandamentos, se for perguntar a maior parte dos jornalistas não conhece os 10 mandamentos do seu código deontológico. Isto para lhe dizer que para o jornalista a regra hoje é a fonte anónima e a regra não deve ser a fonte anónima. A regra é a identificação e não deve ser o jornalista a oferecer o anonimato à fonte e na maior parte das vezes é o jornalista que oferece o anonimato porque o bolo publicitário é pequeno neste país, porque há uma concorrência desenfreada de órgãos de comunicação social, há uma selvajaria a nível da procura da notícia e da informação e o jornalista em troca da preservação da fonte transformou essa preservação que era uma excepção, em regra.

4- Como considera a necessidade de validação do segredo de justiça pelo JIC, no caso de este ser estabelecido essencialmente para protecção da investigação?

Dr. Rui Rangel: Se estivermos no domínio do inquérito, compete ao MP, não compete ao juiz, só compete ao juiz se for para dirimir um pedido de abertura, recusa ou não recusa e o

processo vir ao juiz para dirimir o conflito ou por uma negação do MP. Na fase de inquérito, o MP é rei e senhor absoluto e portanto pode condicionar o processo a fases de publicidade e a fases de segredo. A fase de instrução por natureza é uma fase pública, aberta e se o juiz tiver alguma intervenção no sentido de preservar, em determinado momento a fase de investigação subordinada ao segredo de justiça, espero sempre que seja a razão do bom senso e a razão de absoluta necessidade do êxito da investigação preservar o segredo de justiça em determinado momento. Porque é que havia antes tantas violações do segredo de justiça? O sistema era fechado, opaco, era surdo, mudo. Eu era crítico desse sistema, mas o mal não tava tanto no sistema. A lei era tantas vezes violada porque os processos eternizavam-se na fase de investigação e não se pode pedir a um jornalista que fique três anos à espera e é preciso perceber também esta lógica da comunicação social e a maior parte dos operadores judiciais não conhece esta lógica, não conhece a realidade, a especificidade do trabalho do jornalista e não se pode pedir a um jornalista “espere aí dois anos para dar uma notícia”. É preciso harmonizar o sistema e eu acho que este sistema está mais próximo disso, tirando o artigo 88.º, n.º 4 que é uma grande machadada e que passou ao lado, do Sindicato dos Jornalistas, passou ao lado de todos os jornalistas.

5- Se não há efectivo respeito pelo segredo de justiça, tem alguma sugestão de novas formas para tornar mais efectivo esse regime?

Dr. Rui Rangel: A minha sugestão é a consagração da regra da publicidade, é encurtar, é estabelecer prazos peremptórios. Nós temos prazos meramente indicativos para o MP concluir o inquérito, temos prazos meramente indicativos para o MP concluir determinado tipo de investigações. Tirando aqueles processos mais complexos, mas mesmos esses com hipótese de prorrogação de algum prazo, é preciso passar de prazos indicativos para prazos peremptórios. O MP tem um tempo para fazer a investigação, se não a fizer o processo tem de ser arquivado. Se isto for feito melhora também os patamares do segredo de justiça, melhora os patamares e não vai encontrar, como eu disse, muitos problemas. Se havia tanta violação é porque eternizavam os processos no inquérito, o inquérito durava dois, três anos e o processo estava em segredo de justiça durante três anos. Agora não é assim. Sou hoje um adepto convicto que é preciso trabalhar toda a fase de inquérito, acabar com a instrução. A instrução não serve para nada, rigorosamente para nada, ela não é uma fase obrigatória, é uma fase facultativa, mas não serve para nada. Só serve para dar ainda mais morosidade à investigação e na fase de inquérito a regra tem de ser a publicidade, prazos peremptórios para

o MP, momentos muito apertados e muito específicos e muito bem definidos no tempo em que o processo deve estar subordinado ao segredo de justiça para servir uma determinada estratégia de investigação num determinado momento, não é eternizar esse momento. Remodelar toda a lógica que está subjacente ao inquérito, acabando a fase de instrução mas permitindo que no inquérito seja imediatamente possível a defesa ter oportunidade de se pronunciar imediatamente, ou seja, alargar os direitos de defesa do arguido (ou do assistente) que serve-se depois da fase de instrução para querer a abertura da instrução quando o inquérito não lhe corre de feição. Era fazer isto tudo na fase de inquérito e permitir que na fase de inquérito fosse possível alargar os direitos da defesa e isso alteraria, não iria ter uma lei perfeita, pois não há leis perfeitas, mas iria ter menos violações. Esqueça se pensa que alguma vez é possível termos uma lei que nunca haja violação, até porque há sempre um apetite do jornalista a violar o segredo de justiça e por razões que tem que ver com problemas gravíssimos que os órgãos de comunicação social atravessam em Portugal, quer do ponto de vista da sua formação, naquilo que tem que ver com os conceitos e normativos processuais, quer porque os jornalistas, saem das faculdades e aqueles que conseguem arranjar emprego nos órgãos de comunicação social, são imediatamente lançados às feras sem terem nenhuma preparação. As redacções hoje deixaram de ser a vanguarda e a retaguarda do jornalista como era antigamente e naturalmente que este excesso de órgãos de comunicação social que temos, esta luta frenética e quase assassina pela notícia, que vai sempre haver violações. O que é preciso é que se melhore a lei da sanção da responsabilidade e aí os jornalistas que fazem muitas vezes isso, uns por incompetência, outros por inconsciência e outros porque os editores assim o determinam e assim obrigam, para servir a lógica empresarial, da empresa, do órgão de comunicação social, e aí as sanções deviam ser pesadas para os órgãos de comunicação social e não tanto para os jornalistas.

6- Devem os magistrados judiciais ou do MP serem também responsabilizados pela violação do segredo de justiça? E funcionários judiciais? E também os jornalistas?

Dr. Rui Rangel: Os grandes violadores do segredo de justiça são as pessoas que estão dentro do sistema. Não são os jornalistas, os jornalistas são instrumentos utilizados para a violação do segredo de justiça. Como eu costumo dizer aos meus alunos, os jornalistas não assaltam os gabinetes, as notícias são dadas ou pelos OPC, ou pelos advogados, ou pelo MP, ou pelo juiz. Até hoje em Portugal, fizemos “n” abertura de inquéritos em Portugal, só vimos jornalistas a serem julgados por violação do segredo de justiça, não vimos nunca ninguém dentro do

sistema a ser responsabilizado. É fácil saber quem viola o segredo de justiça porque o processo numa determinada fase passa por meia dúzia de mãos, não passa por centenas de mãos, passa por meia dúzia. E num inquérito bem feito é fácil perceber donde é que veio a violação. Portanto isso é fácil de perceber, evidentemente o sistema não é autofágico e obviamente nunca se quer auto responsabilizar, mas era interessantíssimo, dava-se um passo na credibilização do sistema de justiça no dia que houver uma pessoa de dentro do sistema a sentar o rabinho no banco dos réus e a ser responsabilizado por violação do segredo de justiça. O processo Casa Pia é um excelente laboratório para boas teses de doutoramento, para daquilo que de mau e bom a justiça e para daquilo que de mau e bom a comunicação social fez, às tantas foi possível saber este órgão de comunicação social está a servir a estratégia da defesa, este está a servir a estratégia do MP, e este está a servir a estratégia de alguns advogados. E isto é que me entristece é que muitas vezes os jornalistas são completamente instrumentalizados e servem estratégias dos investigadores, da defesa, do advogado que tem interesse em passar determinada notícia. E por aí se assim o é, eu entendo que o jornalista em sede de processo-crime, eu sei que isto é uma heresia para o jornalista mas vou dizer, tem que revelar a sua fonte. O argumento da dificuldade da prova é uma forma de desresponsabilizar quem está dentro do sistema. Os processos que aparecem na comunicação social não são os do desgraçado do agricultor lá de cima de Bragança, são pessoas notáveis deste país, normalmente a regra é esta. São estes processos que tem apetite na comunicação social e esses processos em determinada fase é possível, se está subordinado a uma lógica de segredo de justiça, são tramitados por meia dúzia de mãos, e se são tramitados por meia dúzia de mãos e se o processo, está por exemplo na mão do MP e tramitou naquele processo o Procurador A, B e C, e o funcionário A, B e C, ou se o advogado teve acesso a uma parte do processo, é possível saber exactamente quem o fez. Não é uma prova fácil, aí concordo, mas não é uma prova impossível. Uma coisa é não ser uma prova fácil, outra coisa é ser uma prova impossível. Eu não acredito que seja uma prova impossível, é assim porque o sistema assim o quer, é porque o sistema quer deixar passar determinadas notícias para a comunicação social, muitas vezes para dar o aspecto de que está a trabalhar está a ter acção, outras vezes para esconder as suas insuficiências, as suas incapacidades e portanto não partilho de todo dessa opinião. E volto a frisar que o sistema dava uma prova de grandeza no dia em que responsabilizasse alguém dentro do interior do sistema. Porque isto ainda pode ser mais perverso, que é algo que se diz não é algo que tenha dados seguros relativamente a isso, que alguns OPC são praticamente avançados de alguns órgãos de comunicação social, no sentido de quando aparece o processo A, passarem dados

imediatamente aos órgãos de comunicação social. Não tenho dados relativamente a isso mas que isso se ouve, ouve-se.

7- Relativamente ao artigo 86.º n.º 13, qual a figura que considera competente para a prestação de declarações? Cabem aqui os órgãos de polícia criminal? E quando?

Dr. Rui Rangel: Nós temos duas expressões OPC é a PJ, a PSP e a GNR, autoridade judiciária é MP e o juiz. São as duas únicas entidades que devem dar esse esclarecimento. Aliás tenho defendido há muitos anos que os tribunais deviam ter gabinetes de imprensa, os tribunais deviam perceber o trabalho do jornalista, porque neste conflito entre justiça e comunicação social, a culpa não morre solitária, há culpa de ambos os lados. Aí entendo que deve ser, dou-lhe um exemplo. Quando fiz o julgamento do Processo Casa Pia na Relação, e foi elogiado por tudo aquilo que era sítio a estratégia de comunicação social, arranjei um espaço para a comunicação social estar lá dentro toda sentada, e depois tive uma reunião com a Presidente da Relação, a dizer a seguir deves fazer um *briefing* com toda a comunicação social a explicar, eu não posso porque presidi ao julgamento, os outros juízes também não podem, mas enquanto Presidente do Tribunal da Relação, podes e deves fazer um briefing com toda a comunicação social a dizer o que se passou. E assim foi feito. A autoridade judiciária credibiliza a justiça se souber comunicar e tem que ser ela a comunicar e tem de saber como é que deve comunicar. Não é o funcionário A, nem o funcionário B que vem ali, às vezes lê aquela parte final da decisão, que é uma coisa absolutamente horrorosa. Ou então através dos gabinetes de imprensa que eu defendo ou através de se criar esta cultura no interior de sistema, que não existe, nem da parte do MP, nem da parte dos juízes, não existe uma cultura de comunicação social. Olham para a comunicação social como o inimigo e não olham para a comunicação social como um parceiro que pode ajudar. Eu defendo sempre, a comunicação séria, isenta e responsável e é com esta comunicação social, com estes jornalistas eu conto e com estes jornalistas é possível fazer-se uma estratégia de comunicação. Eu preciso destes jornalistas para reforçar os patamares de legitimação da justiça, porque a justiça não se legitima só no acto de realização da justiça, naquele tribunal em concreto, legitima-se quanto mais for explicada à comunidade, aos cidadãos. E eu digo bem-vindo aos corredores dos tribunais desse tipo de jornalista, sério, isento e responsável. E esse ajuda a que aquilo que interessa numa decisão é a parte final, é fácil descodificar essa linguagem e evidentemente que essa comunicação social, essa, presta um serviço bom, notável, não só ao esclarecimento da justiça, mas também ao reforço da transparência da



justiça, que é importante e ao aumento da sua credibilização por via do reforço da sua legitimação junto da comunidade. Muitas vezes o hermetismo da linguagem que existe na justiça e nas decisões, num certo sentido e muitas vezes pode e deve existir, mas muitas vezes esse hermetismo é para defender-se das insuficiências, da incapacidade e da fraqueza de uma própria decisão porque é possível traduzir esta linguagem em termos acessíveis para que o jornalista chegue ao seu órgão de comunicação social e preste um bom serviço. Não pode acontecer, como por exemplo, há muito tempo vi num órgão de comunicação social, daqueles que são considerados como de referência um jornalista dizer “o arguido está à espera do trânsito em julgado para poder recorrer”. Isto não é informar, é desinformar porque quando há trânsito em julgado já não há recurso. Por isso é que eu fui pioneiro em Portugal, em coordenação de três cursos, um que foi com a pareceria com a Associação que eu presido, a Associação dos Juízes pela Cidadania, um curso de jornalismo judiciário que era com a Universidade Católica, os coordenadores era eu e o Professor Germano, fiz com a OA. Foi um curso que tinha como visão estreitar os caminhos das diferenças, do divórcio que existia entre jornalistas e justiça e também no sentido de descodificar a linguagem e dar ao jornalista uma enxada fundamental de conhecimento que ele não tinha, designadamente jornalistas que abordam as questões da justiça. E esse curso provavelmente vai retomar na Universidade Nova, iremos ver.

8- Como considera/vê o relacionamento que se estabelece entre M.P. e média?

Dr. Rui Rangel: Eu não estou tão preocupado com isso. Eu estou mais preocupado que hoje há um problema grave no interior do MP, na sua orgânica, no seu funcionamento, na sua relação de hierarquização com Procurador-Geral da República, nos poderes do Procurador-Geral da República e naquilo que é o inêxito, desde o 25 de Abril até hoje, das investigações da criminalidade económica organizadas, da criminalidade financeira e da corrupção, ou seja, o MP chega ao “pilha galinhas”, chega a determinado tipo de cidadãos, não chega, não tem chegado, não tem produzido resultados naqueles processos onde tem gente poderosa, seja do poder político, seja da alta finança, etc., aí não tem produzido resultados. E esses processos são ilustrativos para a comunidade e para o cidadão, da boa ou má justiça que vamos tendo em Portugal. São poucos, mas são processos que ilustram, porque depois há sempre aquela coisa que se diz que há uma justiça para ricos e uma justiça para pobres. A grande falência do MP no domínio da investigação está aí. Eu estou preocupado porque hoje passa-se um problema grave em Portugal. Eu não concebo que uma coordenadora do DCIAP, a

Procuradora Cândida de Almeida vá a uma universidade de verão do PSD com processos que ela tem na sua mão de altíssima responsabilidade dizer “não há políticos corruptos, nós não somos um país de corruptos, nós não sei o quê”. Se eu fosse Procurador-Geral da República, a Dr.<sup>a</sup> Cândida de Almeida tinha 24 horas para abandonar o lugar. Há é este problema, há este problema. Problemas com a comunicação social têm tanto o MP, como têm os juízes, não há uma cultura de comunicação, não olham para a comunicação social como alguém que pode prestar um serviço público importante no esclarecimento da notícia, no reforço da legitimação e da credibilização da própria justiça. Olham sempre para o jornalista como o inimigo que vem aqui, “já vem aqui este gajo aborrecer-me e chatear-me”. Não há uma cultura no interior. Quando eu pensei este curso para a comunicação social, que teve um grande êxito, tinha pensado também num outro curso diferente para o interior do sistema, para o MP e para os juízes, para perceberem o outro lado, que é o lado da comunicação social, a especificidade da comunicação social, a *legis artis* da comunicação social, conhecer o mundo da comunicação social, para estreitar caminhos porque a justiça precisa da comunicação social, séria, isenta e responsável.

9- Considera que o juiz, MP e os órgãos de comunicação social podem de alguma forma criar linhas de convergência para informarem o cidadão de forma isenta, objectiva e imparcial ao cidadão?

Dr. Rui Rangel: Como eu dizia há bocado nós temos um vício endémico enquanto povo, eu não sei se isto é por causa da tragédia do fado, se é por razões antropológicas, se é por razões sociológicas, o ser português, nós normalmente abrimos inquéritos para tudo e a propósito de tudo mas nunca se apura a responsabilidade, nunca se chega ao fim, quem é o responsável por isto. Depois funcionamos muito em ilhas, “é a minha ilha”. Não temos uma lógica e uma teoria de vasos comunicantes, de relação interdisciplinar, entre as várias valências que são determinantes e fundamentais numa boa cultura de justiça. Não existe isso em Portugal. Mas é uma culpa aqui, que não morre solteira, a culpa é lado a lado. Ou seja, é verdade que a investigação precisa de tempo, é verdade que a investigação se faz a um ritmo diferente, é verdade que o mundo da justiça tem uma linguagem fechada, tem uma linguagem difícil, é verdade que no jornalismo a notícia se faz para ontem e não para hoje, portanto tem ritmos diferentes, tem linguagens diferentes, tem formas de processamento diferentes, buscam interesses que deveriam ser convergentes mas não são. Curiosamente têm um estatuto quase parecido, o jornalista deve ser independente, deve ser isento e deve procurar a verdade, a justiça

deve ser isenta, deve ser imparcial e deve procurar a verdade. Há aqui caminhos que poderiam ser caminhos de convergência mas é preciso fazer aquilo que é mais difícil que é a revolução de mentalidades, esse é o grande problema. Mudam-se as leis, revoluciona-se o sistema, mas as mentalidades é o mais difícil e aí as mentalidades estão mais enquistadas, os velhos do Restelo estão mais no lado dos juízes e do MP, do que estão no lado da comunicação social. No dia em que dermos esse passo temos uma melhor comunicação social, temos uma melhor informação naquilo que tem que ver com a justiça, temos uma sociedade mais esclarecida, mais informada, temos uma justiça mais credível, mais transparente e com patamares de legitimidade absolutamente reforçados, mas evidentemente há um caminho a percorrer. É preciso acabar com as suspeições, é preciso que se ganhe uma coisa que é fundamental e que também falta neste mundo em que vivemos hoje, e que é um problema maior do que a crise financeira, que é a crise de confiança. É preciso ganhar patamares de confiança, não se faz nada se não existir patamares de confiança. Eu tenho que saber se aquele jornalista vai depois dar a notícia em termos correctos, adequados, por isso é que os gabinetes de imprensa eram um excelente ensaio. Defendo isso há mais de vinte anos, era um bom ensaio. A revolução de mentalidades e a confiança que é um elemento determinante para se poder atingir essa linha de comunicação e não funcionar em ilhotas, nesta ilha de comunicação, trabalhar para o interesse público e para o bem público, que também é a finalidade da comunicação social, do jornalismo sério, isento e responsável, é a finalidade da justiça. Mas ainda estamos no início desse passo, ainda é preciso percorrer um grande caminho.

10- Considera que as notícias sobre o universo judicial são bem elaboradas pelos meios de comunicação social?

Dr. Rui Rangel: Regra geral, deixe-me dizer, não é puxar os pergaminhos, mas o problema é este, hoje há excesso de órgãos de comunicação social, os jornalistas hoje vivem numa realidade de precarização da relação de trabalho, não têm estabilidade na sua relação de trabalho. Muitos deles estão a recibos verdes, a maior parte quase, é evidente que isto complica também, porque no mundo também se passam coisas complicadas, e portanto isso complica. Não querendo puxar nenhum pergaminho, estes cursos de jornalismo judiciário tiveram um grande mérito que os jornalistas que começaram a trabalhar, todos os que estão nesses órgãos de comunicação, seja rádio, seja televisão, seja jornais, foram meus alunos, saíram com enxadas para poderem melhorar o serviço que prestam naquilo que tem que ver

com a informação da justiça. Considero que houve uma melhoria qualitativa, por via deste curso. Este curso teve este mérito e porque teve este mérito? Também as universidades de comunicação social estão fechadas ao universo da justiça. Esse é outro problema, é outra mudança que é preciso fazer. As universidades de comunicação social têm de trazer para dentro delas os novos saberes, designadamente, este sector da justiça, da orgânica da justiça, da compreensão da justiça, da organização da justiça, do modo e da forma de funcionamento da justiça. E elas próprias também estão fechadas, por isso é que houve necessidade deste curso que era um curso de pós graduação, mas considero que hoje há uma melhoria. Só que a tragédia é esta que tem que ver com a precarização. O jornalista que foi tirar esse curso de especialização hoje já não está a trabalhar na área da justiça, já está por exemplo na área da economia, ou na área da saúde, ou está a fazer outro tipo de trabalho, ou está no desporto e portanto houve um aproveitamento e depois há a seguir um desaproveitamento. E hoje já está a chegar uma nova fornada de jornalistas que não passaram por esses cursos, que a universidade não lhes dá essa enxada e às vezes cometem determinados tipos de erros, designadamente como sabe não podem reproduzir documentos que estão nos processos, não podem por frases iguais às que estão no processo, mesmo que o processo seja publico. E muitas vezes vê-se essa situação. A mim o que mais me aflige, entendo que há uma melhoria, mas nós temos uma cultura de desamor relativamente aos direitos de personalidade e o jornalista olha para os direitos de personalidade como olha para um caixote do lixo. E não pode ser, isto é o direito à imagem, ao bom nome, à reserva da vida privada, à intimidade, são direitos que também têm valia constitucional tal como a liberdade de expressão. São princípios de natureza constitucional, com garantia constitucional, de igual dimensão no ordenamento jurídico português. Nem os direitos de personalidade são absolutos nem a liberdade de expressão é absoluta e aí é que é preciso dar um passo. Eu dou muita formação a jornalistas e digo muitas vezes, há aquela sinalética na passagem dos comboios que diz “Pare, escute e olhe”, e eu ao jornalista o que aconselho é “Pare, escute-se (a ele próprio) e reflita “Se fosse eu o visado desta notícia, o trabalho que eu fiz até aqui para divulgar isto, foi um trabalho correcto do ponto de vista ético e deontológico, sim ou não? Se tiver dúvidas não divulgue a notícia”. É porque o jornalista não fez o trabalho de casa, não cumpriu as regras éticas e deontológicas e ao nível daquilo que tem que ver com a ofensa ao bom nome, à honra, à dignidade nós vemos isso quase todos os dias e as pessoas são investigadas na praça pública, são julgadas na praça pública, são condenadas na praça pública essas sim, sem hipótese de recuso e com trânsito em julgado. Porque o nome, a credibilidade do nome demora anos a ser feita e pode ser destruída de um dia para o outro por uma notícia. Eu não

aceito, como por exemplo o que sucedeu com a prisão do Duarte Lima, que antes dos OPC, antes do MP e do juiz chegarem já lá estavam os órgãos de comunicação social todos. Quem é que passou esta informação? Isto não pode ser. Isto é selvajaria, isto não tem nada a ver com o Direito, com a legitimação do Direito, com a segurança do Direito, com a transferência do Direito num estado civilizado. Os jornalistas são pouco cuidadosos com os direitos de personalidade, têm pouco amor aos direitos de personalidade. No dia em que eles forem visados perceberão isto que eu estou a dizer.

11- Considera que o jornalismo está condicionado por factores económicos?

Dr. Rui Rangel: Completamente condicionado.

12- Como analisa o jornalismo de investigação em Portugal?

Dr. Rui Rangel: Não existe, não analiso porque não existe e é uma pena, porque deveria existir. Não me pode pedir que analise o impossível.

13- Considera necessária a formação dos diversos intervenientes nesta relação? Que formação?

Dr. Rui Rangel: Toda a formação, de um lado e de outro.

14- Tem alguma sugestão que considere pertinente para que possa haver uma efectiva comunicação entre os diversos actores judiciais e os meios de comunicação social?

Dr. Rui Rangel: Gabinetes de imprensa, uma nova cultura. Por exemplo na formação de magistrados, o CEJ ter disciplinas que tenham o vértice na comunicação social, já sou há muitos anos um crítico do CEJ, deixou de ser uma escola de formação há muitos anos. O CEJ deveria ser fechado durante um ano para o poder político poder pensar o que é que deve ser uma verdadeira escola de formação. O CEJ hoje já não é uma escola de formação é o prolongamento da escolástica tradicional de uma universidade. Era preciso por exemplo aí, no domínio da formação, que houvesse cadeiras ligadas ao mundo da comunicação social para também melhorar os critérios. A revolução de mentalidades e haver normas impositivas

que contribuíssem para esse entendimento e para a necessidade da explicação, para a necessidade absoluta da explicação.

15- O que pensa sobre as soluções avançadas por outros países? Nomeadamente a Austrália e ao Holanda?

Dr. Rui Rangel: Não há nenhuma solução milagrosa, essas soluções têm vantagens e tem desvantagens. Eu entendo que o nosso mal, e a nossa legislação sofre muito disso, o direito comparado é fundamental, nas teses, mestrados, doutoramentos, na feitura das leis, mas o direito comparado não pode colonizar a cultura de cada estado. O que é que eu quero dizer com isto? Quero dizer que nós temos realidades diferentes da Austrália, temos uma cultura diferente, temos um povo diferente, seja da Austrália, seja Dinamarca, seja de onde for. Nós temos uma cultura diferente, um povo diferente, uma história diferente, costumes diferentes, uma realidade endógena e exógena completamente diferente. Independentemente de se ir buscar isso, isso não é imediatamente transportável. O Brasil tem por exemplo um tipo de cobertura noticiosa das investigações, mostra a cara das pessoas quando as pessoas estão a ser presas, mostra tudo, isto não era possível na cultura europeia. É possível na cultura brasileira e na cultura daquele eixo da América. A Europa é, se quiser, hoje já não é nada infelizmente, mas a Europa é o guardião, o grande guardião dos direitos das pessoas, da dignidade, da salvaguarda da dignidade da pessoa humana. Não se pode dizer que esse mecanismo era transportável, transferível para Portugal e querer resultados positivos, podia não ter. Eu prefiro olhar para o nosso sistema e nós temos mecanismos aqui em que é possível fazer isso, mas é preciso ganhar patamares de confiança, volto a insistir nisto. Eu preciso saber que o jornalista sabe do que está a fazer e do que está a tratar, logo eu sou um defensor não do generalismo na área da comunicação social, nem na área da justiça, sou a favor da especialização e portanto se eu tiver jornalistas que sejam especializados na área do tratamento das questões da justiça que são as áreas mais difíceis de serem tratadas, pode-se criar uma estrutura intermédia que faça a ponte, por via dos conselhos superiores. Os conselhos superiores são órgãos fechados, com um funcionamento da idade média. Eu defendo que a esmagadora maioria das sessões do CSM deveria ser pública, deviam ser abertas à comunicação social porque a justiça tem que prestar contas. O campo devia ser aberto. Pode-se criar uma estrutura intermédia, poderiam ser o CSM, os conselhos do MP a fazer esse tipo de trabalho e poderia ser também nas polícias um órgão central que pudesse fazer este tipo de trabalho. Mas era preciso haver jornalistas acreditados, não é uma notícia a

um jornalista qualquer, é preciso saber quem é o jornalista, é preciso saber se o jornalista sabe do que é que está a tratar, é preciso saber se o jornalista divulga as coisas em termos correctos e se não está ali só interessado em fazer um assassinio de carácter. As coisas não são transferíveis, mas é possível através dos órgãos que nós temos por exemplo na justiça. Porque há uma lógica, que eu estou contra, que é o dever de reserva, já escrevi sobre isso, já participei em várias conferências, já tive várias guerras com o CSM, porque eles têm um dever de reserva para tudo e não há dever de reserva para tudo e portanto eu tenho dever de reserva relativamente aos processos que tenho comigo se não são relativamente a esses processos eu posso, não devo discutir o caso concreto mas devo explicar, é possível explicar. Mas a justiça não gosta de se explicar porque a justiça continua a ter uma mentalidade medieval continua a entender que se explica no acto da decisão e não é assim, não se explica no acto da decisão. Os Conselhos podiam suprir essas deficiências, primeiro se organicamente mudassem, se tornassem-se mais transparentes, se adoptassem o critério da publicidade e depois o jornalista se quisesse saber qualquer coisa sobre um processo havia alguém nos conselhos. Lá está a o veículo de comunicação não em ilhas, o nosso mal é que funciona-mos todos em ilhas. Este conselho imediatamente contactaria o tribunal tal, “está aí a correr o processo tal... há aqui interesse público, há sim senhor”. (O interesse público é do cidadão e da sociedade e não é o interesse publicado que é completamente diferente). O Conselho podia suprimir essa insuficiência e dar essa informação ao jornalista ou então o gabinete de imprensa, dentro dos grandes órgãos., dos grandes tribunais, seja no campus de justiça, seja na Boa Hora. Nos grandes tribunais era possível ter gabinetes de imprensa e esse tribunal era filtrado nos gabinetes, não no sentido de dar ao jornalista o que interessa à justiça mas sim no sentido da pureza da informação, da verdade da informação. Não precisamos de ir lá fora buscar órgãos intermédios, nos nossos órgãos podia-se fazer isso e nas polícias também era possível fazer isso criando um órgão, aí sim um pouco semelhante a esse, mas para as polícias. Depois também era preciso ter cuidado porque às tantas já havia excesso de informação. É preciso também ter algum cuidado no patamar da responsabilização, no tipo da informação e essa informação que foi prestada deveria ficar certificada “foi prestada informação ao jornalista tal, pelo OPC tal”. Pode ir-se a outros ordenamentos buscar exemplos no que se refere a uma abertura de mentalidade, para reforçar a abertura de mentalidade porque nós somos muito avessos a isso e há sobretudo um enquistamento medieval no pensamento de magistrados, quer dos magistrados judiciais, quer dos magistrados do MP, que não querem falar com a comunicação social, têm medo de falar e olham para a comunicação social como o inimigo e enquanto não se der esse passo é difícil

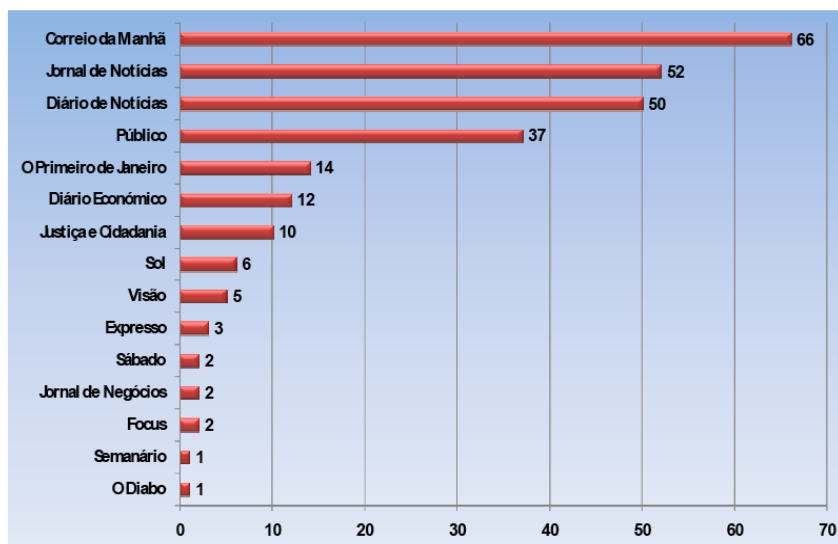
irmos para esse caminho. O primeiro caminho a ser feito é criar estas estruturas, alterar as mentalidades, uma nova cultura, ganhar patamares de confiança e depois aí os exemplos de fora são bons, são positivos e aí com esses exemplos, “obrigar-se” a que haja estas mudanças e depois aproveitar os nossos órgãos próprios para fazerem esse tipo de serviço e naturalmente que era bom para a justiça, para a comunicação social e para o cidadão. A justiça e a comunicação social existem para servir o cidadão.



## Anexo IV – Gráficos dos relatórios de monitorização da reforma penal.

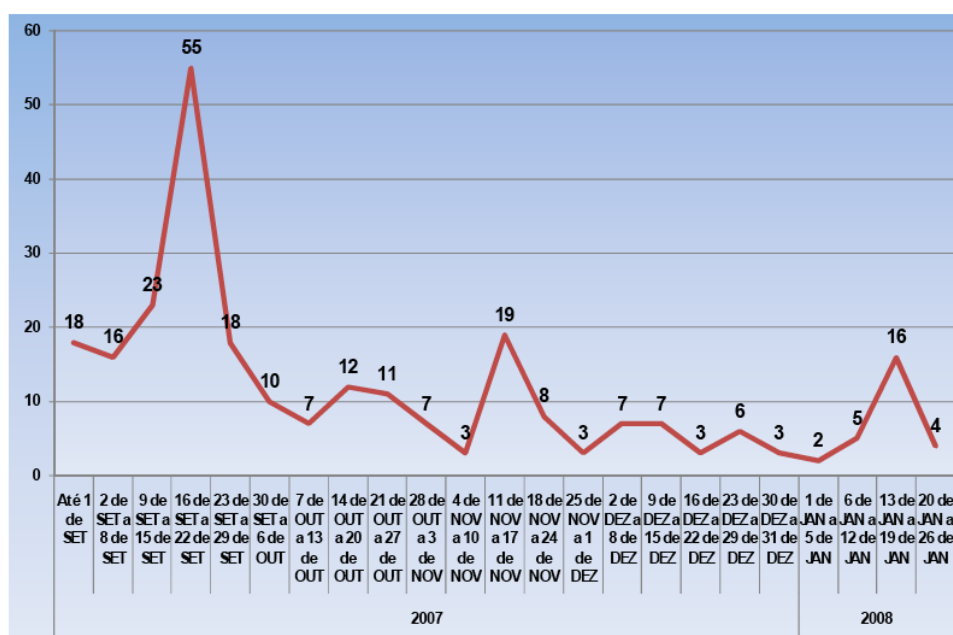
**Gráfico 1** – Referido na nota de rodapé n.º 140 e que se encontra na página 126 do Relatório “Monitorização da Reforma Penal: o processo de preparação e o debate público da reforma”.

Gráfico 1 – Artigos analisados por periódico



**Gráfico 2** – Referido na nota de rodapé n.º 142 e que se encontra na página 128 do Relatório “Monitorização da Reforma Penal: o processo de preparação e o debate público da reforma”.

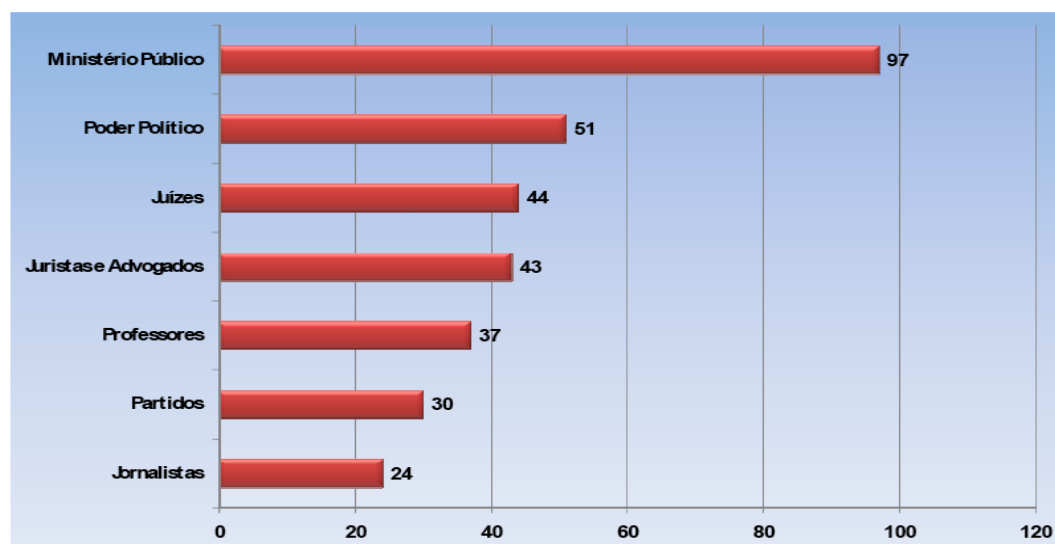
Gráfico 2 – Número de artigos por semana



<sup>7</sup> Respectivamente, Correio da Manhã de 13 de Setembro, Jornal de Notícias e Expresso de 15 de Setembro.

**Gráfico 3** – Referido na nota de rodapé n.º 143 e que se encontra na página 133 do Relatório “Monitorização da Reforma Penal: o processo de preparação e o debate público da reforma”.

**Gráfico 3 – Número de intervenções públicas**



**Gráfico 4** – Referido na nota de rodapé n.º 144 e que se encontra na página 134 do Relatório “Monitorização da Reforma Penal: o processo de preparação e o debate público da reforma”.

**Gráfico 4 – Assuntos das intervenções**

